

DANUTA ESTRUFIKA CANTOIA LUIZ

**RUPTURAS MOLECULARES EMANCIPATÓRIAS:
A POTENCIALIDADE DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO

2005

DANUTA ESTRUFIKA CANTOIA LUIZ

**RUPTURAS MOLECULARES EMANCIPATÓRIAS:
A potencialidade da prática do Serviço Social**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob orientação da Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli.

São Paulo / 2005

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Aos queridos *filhos*

Ricardo: companhia, força e carinho que alentaram as horas diante do computador.

Deborah: solzinho da manhã (desenhado na minha mesa) que iluminou as horas de trabalho.

AGRADECIMENTOS

À *CAPES* e à *Universidade Estadual de Ponta Grossa* – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós Graduação - pelo apoio e oportunidade de qualificação profissional.

Ao *Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social* – PUC/SP pela abertura de horizontes à profissão e pela carinhosa acolhida de sempre.

Aos *integrantes* do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa que batalham pela qualificação do curso e do corpo docente.

Aos *sujeitos significativos* de pesquisa por subsidiar, através de suas práticas, a reconstrução do objeto desta tese.

Às amigas e companheiras de doutorado *Jussara e Lenir* pela solidariedade nas angústias, dúvidas e orientações paralelas.

À minha saudosa e querida irmã *Cristina*, marca da alegria e da espiritualidade, obrigada pelo zelo aos primeiros e muitos passos dos meus filhos.

À *Thaís e Larissa*, sobrinhas queridas da minha juventude, filhas acolhidas na maturidade.

Aos *pais* pela formação e perspectiva de vida.

Agradecimentos especiais

À querida orientadora professora doutora *Maria Lúcia Martinelli* pela fundamental presença no Serviço Social fazendo valer a “nobreza da profissão” e pela sua paciente, leve e precisa orientação.

Ao *Isaias*, grande pai e companheiro, pelo otimismo e alegria que movimentam a nossa família.

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.” (GRAMSCI, 1991, p 13 – 14)¹

¹ Optamos em colocar essa epígrafe como abertura da tese pelo profundo significado e congruência que expressa com relação aos objetivos ético-políticos que pretendemos atingir neste trabalho científico, mesmo sabendo que também se faz presente, como epígrafe, nos trabalhos de ABREU (2001) e CARDOSO (1995) . Desta forma seguimos uma orientação gramsciana quanto a necessidade “... para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo...” de “... não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (...) a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular ...” (GRAMSCI, 1991, p.27) marcando os espaços públicos com as perspectivas que desejamos propagar.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I - Emancipação Social: um histórico desafio.	29
1.1 Circunstancialidades históricas da Modernidade.	29
1.2 A Razão Crítica: fundamento à Emancipação Social.	54
1.3 O debate sobre Emancipação Social na contemporaneidade.	67
CAPITULO II - Emancipação Social: rupturas moleculares que elevam a condição de subalternidade à condição de protagonismo social.	90
2.1 Orientações clássicas do pensamento gramsciano.	90
2.2 As rupturas moleculares como expressões de emancipação social.	111
2.2.1 Rupturas moleculares: construindo uma concepção.	130
CAPITULO III - Capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas: uma prática produtora de rupturas moleculares emancipatórias no âmbito do Serviço Social.	142
3.1 O contexto determinante.	150
3.2 A Prática do Serviço Social nos Programas de Capacitação para Conselheiros, Gestores e Profissionais de Assistência Social no Estado do Paraná.	162
3.2.1 Reconstruindo o objeto: as categorias aproximativas	169
a) Serviço Social no Paraná: articulação e compromisso através das capacitações.	169
b) Fundamentos e Valores Modernos.	181
c) Prática Educativa.	202
d) Rupturas Moleculares Emancipatórias.	225
e) Uma Prática Emancipatória no âmbito do Serviço Social.	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
REFERÊNCIAS	271
ANEXO	281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Perfil dos sujeitos significativos à pesquisa: Assistentes Sociais.	147
Quadro 2	Caracterização do Programa de Capacitação na Área de Assistência Social – PR - 2000.	164
Quadro 3	Caracterização do Programa de Capacitação na Área de Assistência Social – PR - 2002.	165
Quadro 4	Caracterização do Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e Juventude / Assistência Social – PR - 2004.	167
Quadro 5	Síntese dos Fundamentos e Valores das Capacitações.	182
Quadro 6	Instrumentais do Serviço Social nas Capacitações.	224
Quadro 7	Resultados do Processo de Capacitação na perspectiva dos Assistentes Sociais.	230
Quadro 8	Resultados do Processo de Capacitação na perspectiva dos Conselheiros.	232

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a potencialidade da prática do Serviço Social em produzir rupturas moleculares emancipatórias no contexto dos Programas de Capacitação para Conselheiros Municipais de Assistência Social no Estado do Paraná.

Com base nos fundamentos teóricos gramscianos, argumentamos a necessidade de capacitação e fortalecimento desses sujeitos sociais, através da elevação do senso comum à auto-constituição de uma consciência crítica e conseqüente fomento para o protagonismo social e político - considerada como ruptura molecular emancipatória - para que possam contribuir na construção de uma contra hegemonia à racionalidade instrumental, que perpassa a sociedade moderna.

Conferindo materialidade a essa análise, o eixo norteador da pesquisa constitui-se na crítica ao caráter hegemônico e contraditório de classe da sociedade moderna, na qual buscamos os fundamentos e os valores crítico-modernos da emancipação social – enquanto processo que potencializa o conhecimento e a razão críticos e o protagonismo social e político de grupos, organizações e segmentos da classe subalterna – para sustentar a necessidade de alargamento da democracia participativa e ampliação do espaço público moderno, como uma das alternativas para reverter o quadro hegemônico.

Com vistas ao enfrentamento à tendência hegemônica de aceitação passiva da racionalidade de práticas sociais modernas instrumentais, na tese, argumentamos que a Modernidade – cenário histórico contraditório que determina o desenvolvimento de práticas sociais - também instaura uma razão emancipatória, não acima dos homens, mas como conquista e produto de suas lutas cotidianas, que precisa ser potencializada nas mais diversas práticas profissionais e sociais no sentido de contribuir à construção de uma nova cultura pela classe subalterna.

Nesse eixo norteador tem-se como pressuposto que o Serviço Social pode potencializar, na instância de sua prática profissional, ações que desencadeiem rupturas moleculares frente à perspectiva hegemônica e que contribuam na instrumentalização processual dos conselheiros municipais para esse empreendimento social.

Para corroborar esse pressuposto, foi necessária a recorrência aos sujeitos representativos (assistentes sociais e conselheiros capacitados) da prática desenvolvida nos Programas de Capacitação, à luz de uma fundamentação teórico-crítica, a qual validou o pressuposto que move a presente tese, sistematizando e caracterizando uma prática profissional, através do resgate dos fundamentos, valores, procedimentos, objetivos e marcas que evidenciam o compromisso ético-político e prático da profissão com a emancipação social.

Palavras-chave: Emancipação Social - Rupturas Moleculares - Prática Profissional

ABSTRACT

This study aims at analyzing the potentiality of the Social Work practice to produce emancipatory molecular ruptures in the context of Qualification Programs for Municipal Councilors of Social Assistance in the State of Paraná.

Based on Gramsci's theoretical fundamentals we argue the necessity of qualification and strengthening of these social subjects – through the elevation from the common sense to the self-constitution of a critical conscience and consequent stimulation of their social and political performance – considered as emancipatory molecular rupture – in order that such can contribute to the construction of an anti-hegemony to the instrumental rationality that follows the modern society.

Conferring materiality to this analysis, the research's support is the critic to the hegemonic and contradictory class-nature of the modern society, in what we search for the fundamentals and critical-modern values of social emancipation – while process that develops the critical knowledge and reason and the social and politic performance of groups, organizations and segments of subaltern classes – to support the necessity of enlargement of the participative democracy and the expansion of the modern public space, as one of the alternatives to revert the hegemonic scenario.

Aiming at facing the hegemonic tendency for passive acceptance of the rationality of modern social practices, in the thesis, we argue that the Modernity – contradictory historical scenario that determines social practices development – also establishes an emancipatory reason, not above the humans, but as conquest and outcome of its daily fights, that needs to be developed in the most professional and social practices in a sense of contributing to the construction of a new culture for the subaltern class.

Such principle carries as presupposition that Social Work can develop, in its professional practice instance, actions that move molecular ruptures face to the hegemonic perspective and that contribute to give procedural instruments to municipal councilors for this social undertaking.

In order to corroborate such presupposition, it was necessary the appealing to the representative subjects (social workers and qualified councilors) of the practice developed in the Qualification Programs, focused on a theoretical-critical base, what validated the presupposition that moves the present thesis, systematizing and characterizing a professional practice, through the recovery of fundamentals, values, actions, goals and marks that demonstrate the ethic-political and practical commitment of the profession with the social emancipation.

Keywords: social emancipation - molecular ruptures - professional practice.

INTRODUÇÃO

“... todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade ‘cultural – social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim.” (GRAMSCI, 2001, Vol. 1, p 399)

Parece irônico afirmar que não obstante a humanidade já tenha passado por vinte séculos² inteiros para aprender a viver em sociedade, sem ter dado conta desse aprendizado. São conhecidos os difíceis momentos e catástrofes³ pelos quais a humanidade já passou e parece que precisamos ainda de mais tempo e experiência quanto às perspectivas de enfrentamento dessa contradição e da finalidade última de se viver em sociedade.

As contradições da sociedade brasileira contemporânea têm sido denunciadas pelos setores críticos através de uma imprensa restrita, de movimentos sociais, de eventos nacionais, da produção teórica e de debates acadêmicos - profissionais. Nessas manifestações encontramos também importantes contribuições no que se refere a alternativas, caminhos e formas de enfrentamento desta realidade contraditória: existem pontos consensuais nas discussões quanto à necessidade de nos **emanciparmos** do tipo de sociabilidade e de valores determinados pelo

² Referência ao calendário cristão – vinte séculos d.C.

³ HOBBSBAWN, E. Era dos Extremos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Nessa obra o autor periodiza a Era da Catástrofe na primeira metade do século XX, com as duas Grandes Guerras Mundiais, a Revolução Mundial, a Guerra Fria entre outras... Porém, bem sabemos que esta era perdura até a contemporaneidade através de fenômenos mundiais recentes, a exemplo, a guerra entre EUA e Oriente, que ainda no início do século XXI, persiste em manter essa linha cruenta de política externa, pois é imbricada de muitos interesses econômicos e de poder.

capitalismo para a instituição de novos parâmetros de vida em sociedade. Evidenciam-se assim, lados opostos de uma mesma realidade: hegemonicamente a precarização da vida humano-social; e de outro, com presença ainda minoritária de manifestações, vocalizações, teorizações e práticas que tentam fazer valer uma perspectiva contra-hegemônica. Podemos então considerar como ponto de partida desta tese, que mesmo diante de um quadro social pleno de contradições é possível empreender esforços teórico-práticos para enfrentá-lo, pois a realidade é dialética, a contradição é sua constante e a hegemonia é uma construção histórica.

Para aqueles que têm uma perspectiva crítica à realidade⁴, que lutam pela emancipação da classe subalterna⁵, para que o quadro de hegemonia se altere, tendo em vista a instituição de novos padrões ético-políticos de vida em sociedade, é preciso um empreendimento macro-estrutural que não pode ser descrito, nem indicado numa tese, num plano de governo, nem realizado por uma categoria ou sujeito social. Mas pode ser acumulado com as várias iniciativas e movimentos, pode ser acrescido por gestões sucessivas, por práticas e por discussões, numa soma de inúmeros fatores moleculares que concorram teleologicamente para uma finalidade que seja apropriada e desejada conscientemente à maioria da sociedade, e assim, se construa uma contra-hegemonia.

Referendados em Gramsci e nas condições de formação histórico - social do país, acreditamos que pela via cultural e ético-política pode haver uma instrumentalização para a **emancipação** de uma situação indesejada, caótica, para outra configuração que busque melhores condições de vida em sociedade, pelas classes subalternas e pelo conjunto de organismos que a tenham como fundamento e horizonte de busca.

⁴ Chamamos “aqueles que tem uma perspectiva crítica à realidade” toda a diversidade de sujeitos sociais que compõem o cenário contemporâneo – movimentos, organizações sociais, partidos políticos, categorias profissionais... – que no seu espaço molecular provocam ações crítico-democráticas projetando novas formas de socialidade e compromisso social com a emancipação pela classe subalterna.

⁵ Segundo YAZBEK (1993), a categoria subalterno pertence ao legado gramsciano e a “...subalternidade diz respeito à ausência ‘de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção’(Almeida) (...) faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política (...) predominam os interesses dos que detém o poder econômico e de decisão política (...) Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com bases em interesses que não são seus, mas que são inculcados como seus. Experienciam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade (...) a subalternidade vem sendo introjetada ao longo de nossa história, e a experiência política predominante na sociedade brasileira é a dominação, apesar dos ‘ricos momentos sócio-políticos de lutas entre dominados e dominantes’. (Almeida) ” (YAZBEK,1993, p. 18)

Não é nossa proposta nem preocupação dar conta de abarcar todas as questões estruturais e análises conjunturais que aí se colocam, uma vez que existem contribuições significativas nesta temática⁶. Mas sim, guiados por essas análises, numa dimensão molecular, de profissão, pesquisar em que sentido o Serviço Social está sintonizado com o seu tempo, com seu propósito ético - político, se vem compondo e contribuindo com os setores críticos da sociedade, teleologicamente, para a emancipação social dos setores com os quais trabalha.

Para buscar a compreensão de como o Serviço Social se coloca neste processo, nos deparamos com algumas alternativas ou caminhos de pesquisa: a) investigar como a profissão – no seu desenvolvimento sócio-histórico – vem construindo um perfil profissional em articulação com as demandas e os contextos conjunturais, propondo-se a contribuir com a emancipação social, por intermédio dos quadros teórico-filosófico e metodológico de intervenção profissional; b) investigar como a profissão tem produzido e socializado um conhecimento em sua área de atuação que demonstre ou mobilize a categoria para esse compromisso social, através de publicações, promoção e participação em eventos nacionais e internacionais; c) investigar como a profissão foi edificando os valores e o compromisso com projeto ético-político em vigor, através da construção dos códigos de ética profissional; d) investigar como a profissão tem objetivado a intenção emancipatória de sua prática profissional, declarada em seu projeto ético político, através de materialização de sua prática profissional; entre outros.

Para as primeiras três alternativas de estudo, já contamos com importantes contribuições, entre eles, respectivamente: a) ABREU(2001) faz um estudo do desenvolvimento da profissão e seus perfis pedagógicos entre a ajuda e a participação, destacando os desafios para a construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas no âmbito da profissão; b) o crescimento notável das publicações na área do Serviço Social, em especial publicações vinculadas às editoras das universidades nas quais possui assento, e o reconhecimento do Serviço Social pelos órgãos oficiais de fomento à pesquisa tem demonstrado o compromisso ético-político com a socialização do saber produzido

⁶ Francisco de Oliveira, Emir Sader, Atílio Borón, Otávio Ianni são alguns nomes que enriquecem a bibliografia nacional e a latino-americana quanto aos estudos dos problemas brasileiros e mundial.

pela profissão, nas quais perpassam estudos sobre a categoria emancipação⁷. Segundo NETTO (in BARROCO,2003), o Serviço Social construiu um ciclo de maioria acadêmica e intelectual, iniciado há vinte anos, com a produção de IAMAMOTO publicada em 1982; c) em BARROCO (2003) encontramos um profundo estudo sobre o “...processo contraditório de afirmação e negação da liberdade, base fundante da construção histórica de uma moralidade crítica profissional pautada no compromisso com valores ético-políticos emancipatórios” (p.18) Portanto, nos sentimos respaldados com as respostas sistematizadas pelos autores-assistentes sociais, através de pesquisas científicas que abordam a temática emancipação, nas três primeiras alternativas.

A quarta opção de investigação nos mobiliza pelo instigante e permanente desafio de pensarmos a prática profissional, devido suas contraditórias dimensões de profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho no mundo capitalista; e pela característica de ser uma profissão interventiva comprometida ética e politicamente com valores emancipatórios, portanto conflitantes com a primeira dimensão, isto é, a questão que nos instiga é como a profissão tem enfrentado o histórico desafio da emancipação social através de sua prática profissional? Considerando os avanços já conquistados pelas produções anteriormente citadas, e de outras não citadas diretamente, vamos tomar o estudo histórico da maturação do perfil profissional e da adesão aos valores emancipatórios como estudos já produzidos; e, a partir deles, investigar a concretização de práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social.

No estudo exploratório inicial, o demonstrativo das alternativas de pesquisa foi fundamental para reafirmar a opção de pesquisar a prática do Serviço Social, a qual foi acrescida pelos vínculos que possuímos com o ensino da prática⁸ a discentes do Curso de Serviço Social que constantemente solicitam indicações de caminhos a serem seguidos diante da contraditória configuração profissional. Ressaltamos que não é nosso propósito encontrar ou sistematizar modelos prontos de práticas

⁷ São exemplos a Revista Temporalis da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Revista Serviço Social e Sociedade – Editora Cortez, Publicações dos Núcleos de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, Revista Presença Ética – do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE, entre outros.

⁸ No “ensino da prática” estão incluídas as atividades de pesquisa, ensino e extensão que integram o complexo de trabalho que desenvolvemos junto ao Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

emancipatórias, mas, através da investigação científica desvelar elementos, determinantes, configurações de práticas profissionais que tenham o compromisso com a emancipação social, demonstrando que é possível, mesmo num quadro conjuntural contraditório, empreender práticas desta natureza. Com essa opção reiteramos, em termos gerais, a importância de uma pesquisa social estudar práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social, como profissão cujo projeto ético-político está direcionado exatamente para esse fim.

Após indicar alguns elementos problematizadores da pesquisa referentes ao Serviço Social, recorreremos a outros elementos que também se fizeram orientadores do mesmo, para posteriormente, em termos específicos, delimitarmos com maior precisão o objeto, os objetivos e os procedimentos metodológicos para a materialização desse processo.

Para o empreendimento de pesquisa temos a referência de que Marx não pensa o método como um conjunto de procedimentos formais para tratar o objeto⁹. Antes, pensa que o método implica uma relação entre sujeito de pesquisa e objeto pesquisado, portanto, o método não é algo autonomizado das concepções teóricas, sua preocupação é ontológica (MARX, 1983). Isto é, não se trata de um estudo contemplativo e nem exterior a realidade, mas ancorado no concreto e real, o que expressa uma determinada concepção de mundo.

Para GRAMSCI (1991), a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são fatos políticos, porque o pensar e o agir são subordinados. A filosofia não pode ser desconectada da política, portanto a concepção de mundo que transparecerá na tese vai demonstrar a direção política da análise aqui traçada. Coloca ainda que é preciso estar liberto das ideologias no sentido de cego fanatismo ideológico, sem

⁹ Também IANNI (1985), aponta algumas peculiaridades da análise em uma perspectiva crítica: é uma análise que adere criticamente ao objeto, compreendendo-o e negando-o simultaneamente; procura compreender todas as circunstancialidades temporais, materiais e históricas que impregnam o objeto; penetra nas tramas do real, buscando desvendá-las pacientemente para entender as relações constitutivas e constituintes de seu objeto.

com isso defender a neutralidade científica¹⁰, pois o ponto de vista crítico é o único fecundo na pesquisa científica e que não podemos ter uma concepção de mundo criticamente coerente sem a consciência da **historicidade** de nossa existência e, portanto, dos fenômenos sociais.

Nesta perspectiva tem-se então, a preocupação de articular presente-passado-futuro, buscando as manifestações e desdobramentos das relações, processos e estruturas, que moldam e determinam historicamente a emancipação social como uma categoria central da pesquisa, assim como, uma categoria constantemente enunciada nos debates e sistematizações do Serviço Social contemporâneo, porém sem uma explicitação teórico-conceitual da mesma. E, por conseguinte, merecedora de uma investigação científica.

Com base nesses pressupostos e/ou orientações teórico-metodológicas buscamos¹¹ uma concepção de Emancipação Social no movimento histórico-social, tomando como referência a Modernidade que é marcadamente importante para as configurações sociais, políticas, culturais e econômicas do século XX e, agora também, para o século XXI. Delimitamos a Modernidade, pois o objeto de pesquisa nos solicita essa aproximação teórica, ou seja, não é uma escolha aleatória, mas é uma interlocução necessária e definida pela relação de interioridade com o objeto, pois a temática situa-se mais precisamente no horizonte da história e da Modernidade.

Esse procedimento configura-se num desafio, uma vez que este horizonte (linha circular que limita o campo de nossa observação) não é o objeto específico de pesquisa, mas o determina diretamente: a emancipação é uma construção histórico-social com presença marcante na Modernidade, ganhando evidência e substância a

¹⁰ Sobre neutralidade científica consultar a obra "O Mito da Neutralidade Científica" – JAPIASSU (1981), onde o autor defende a tese de que "... não há ciência 'pura', 'autônoma' e 'neutra'" Se perguntarmos (...) sobre o modo de funcionamento da ciência, sobre seu papel social, sobre sua maneira de explicar os fenômenos e de compreender o homem no mundo, perceberemos facilmente que as condições reais em que são produzidos os conhecimentos objetivos e racionalizados, estão banhadas por uma inegável atmosfera sócio-político cultural." (p.44)

¹¹ Esse exercício de busca será iluminado pelos pressupostos de um estudo crítico - dialético até aqui enunciados, porém lembramos o alerta que Francisco de Oliveira (1987), faz quando refere-se a utilização do método marxista que é pleno de riscos: "...o de não alcançar-se a saturação histórica do concreto, isto é, de não saber apanhar a multiplicidade de determinações que fazem o concreto (...) e de uma aplicação mecanicista no propósito de tornar transparente o que não é pela utilização ideológica do discurso político, ou tornar-se o marxismo como uma técnica de 'modelos'..." (p.9)

partir da constituição das lutas sociais realizadas neste período por diferentes segmentos sociais e em diferentes conjunturas históricas.

A emancipação é um tema debatido historicamente pelas ciências humano – sociais e objeto de luta de vários movimentos e categorias, de forma explícita ou não, e ainda, na contemporaneidade, inquieta a humanidade devido as lacunas deixadas na sua concretização e na extensão à maioria da população. A título de ilustração lembremo-nos das descobertas revolucionárias do Período Clássico e Médio e as dificuldades dos cientistas em provar seus descobrimentos devido a dogmatização religiosa, as lutas e embates para transformar o eixo de explicação do homem e da sua relação com a natureza, do teocentrismo para o antropocentrismo; os movimentos e lutas das classes trabalhadoras por melhores condições de trabalho e renda; a luta das mulheres pela sua emancipação; a luta de vários povos através dos movimentos anti-colonialistas e, na atualidade, o Fórum Social Mundial¹² que simboliza as várias lutas pela emancipação de diferentes situações subalternas em diferentes lugares do planeta, em especial as dos países periféricos. Temos, então, que a busca pela emancipação e liberdade faz parte da história humana desde a sua origem, tanto no plano individual como no coletivo. O desejo de liberdade continuada faz com que seja um processo de busca constante, pois existem jogos de forças, fatores estruturais e conjunturais que se põem justamente para que esta seja privilégio apenas de alguns.

Delimitamos o estudo na dimensão da **emancipação social**, que condensa as dimensões históricas, políticas, culturais e econômicas, pelas grandes repercussões que o social tem despertado no planeta e, principalmente, por estar afeto à área de conhecimento e profissão, portanto, uma opção ético-política de estarmos organicamente comprometidos com a causa social que se defronta com a fragilização e a vulnerabilidade de acesso aos direitos sociais, de participação e de exercício de cidadania.

¹²Desde janeiro de 2001, em Porto Alegre – Br, vem sendo realizado anualmente o Fórum Social Mundial que congrega múltiplas identidades, nacionais, políticas e culturais (ONGs, movimentos, partidos autoridades governamentais, igrejas, universidades...), como forma de resistência e inconformismo com a situação mundial com a hegemonia neoliberal. (WANDERLEY, 2001) “A grande força do Fórum Social Mundial reside naquilo que carrega como novidade. Trata-se de uma iniciativa da emergente sociedade civil planetária. Visa valorizar as práticas de luta e participação cidadã nas diferentes sociedades e busca dar uma dimensão mundial que delas brotam. Quer se tornar um grande movimento que se alimenta da diversidade de possibilidades humanas, opondo-se ao pensamento único dominante.” (GRZYBOWSKI, 2001,p. 19)

No desenvolvimento deste estudo, reafirmamos que os fundamentos gramscianos nos instrumentalizam teórica e metodologicamente para compreender os processos histórico-social e culturais modernos e contemporâneos, e nos subsidiam com valores e indicativos de intervenção que contribuem para a constituição de práticas sociais emancipatórias. Ainda referendados em Gramsci, compreendemos que a superação das contradições da sociedade capitalista, poderá ocorrer pela via cultural e ético-política mediante o fomento da potencialidade das massas, de seu protagonismo consciente, ativo e organizado - desencadeado por um processo de rupturas que levará à edificação da emancipação social como um caminho contra-hegemônico.

Apropriando esse fundamento gramsciano à contemporaneidade e à dimensão molecular de pesquisa que investigamos: à dimensão da prática dos profissionais de Serviço Social; consideramos que estes poderão ser parceiros importantes num empreendimento de **rupturas moleculares emancipatórias**¹³ - devido a sua formação e compromisso profissional, sua proximidade com a classe subalterna e com as manifestações da Questão Social - quais sejam: a contribuição na elevação intelectual, cultural e política; e o desenvolvimento da potencialidade de ações dos grupos com os quais trabalha.

A produção concreta ou não de rupturas moleculares serão os indicadores de análise de práticas que desafiam o Serviço Social quanto a possibilidade da profissão desenvolver práticas de natureza emancipatória. Ou seja, a pesquisa se propõe a um esforço de dupla natureza: teórico-crítico, ou nas palavras de Marx: prático-crítico, no sentido de apreender teoricamente o significado da categoria emancipação e como esta se expressa concretamente na prática do Serviço Social.

A concepção de **prática profissional** que está nos subsidiando deriva da referência sobre prática social ou práxis social, enquanto atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade. Nesta está incluída um

¹³ São consideradas rupturas moleculares potencializadas pela prática profissional: a elevação intelectual e política e o desenvolvimento da potencialidade de ações e grupos com os quais trabalha. Por uma questão de opção metodológica estaremos definindo a concepção teórica de rupturas moleculares no interior do capítulo II a partir de uma fundamentação gramsciana. Ressaltamos ainda que a referência a esta categoria não tem vínculos com a obra de Felix Guattari - estudioso da psicanálise centrada na emergência de novas subjetividades coletivas como solo possível de revoluções moleculares, incluindo os desejos dos indivíduos, crítica ao fascismo e ao capitalismo e sobre a inoperância dos movimentos tradicionais em combatê-los. GUATTARI, Felix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo : Ed Brasiliense, 1985.

conjunto de objetivações dos homens através de atividades produtivas, sócio-políticas e científicas¹⁴. Apropriando essa referência à prática profissional, esta se configura como uma dimensão da prática social, portanto expressão das relações sociais. Nesse sentido, segundo BAPTISTA (2001), a prática profissional “... é um produto humano, uma objetivação produzida e construída historicamente pelo homem num processo dialéctico contínuo no qual o homem (o produtor) e o seu mundo social reagem reciprocamente um sobre o outro...” (p.13)

Sendo produto humano é realizado por sujeitos reais que através do desempenho profissional, enfrentam causalidades, “... transformando-as em causalidades postas” (GUERRA, 2000)¹⁵. Neste enfrentamento, desenvolvem teologias secundárias “... situadas no âmbito da reprodução, e portanto, nas relações dos homens entre si” (p.155). As teleologias secundárias podem ou não ser orientadas pelo seu Código de Ética e projeto ético-político profissional, dependendo do compromisso profissional e das determinações materiais e ideológicas do sistema capitalista, do qual é parte integrante como trabalhador, que pode também, influenciar estas relações numa reação mútua entre as partes envolvidas.

Também IAMAMOTO (2000) diz que a “...leitura hoje predominante da ‘prática profissional’ a de que ela não deve ser considerada ‘isoladamente’, ‘em si mesma’, mas em seus ‘condicionantes’ sejam eles ‘internos’ – os que dependem do desempenho profissional – ou ‘externos’ – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social.” (p.94) Porém, a autora trabalha a categoria exercício profissional, em textos datados posterior a essa definição, que expressa a “transição para outro foco na interpretação da chamada ‘prática profissional’, consubstanciado na análise do exercício profissional inscrito no âmbito

¹⁴ Diz VÁZQUEZ que a matéria prima da atividade prática pode mudar, dando lugar a diversas formas de práxis: quando o objeto é fornecido naturalmente corresponde à práxis produtiva; produtos de uma práxis anterior como matérias já preparadas: práxis artística; indivíduos ou sociedades quando são sujeito e objeto – práxis social “... atividade de grupos ou de classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Esta forma de atividade é justamente a atividade política” (1986, p.199 – 202) ; o que será tratado no interior dos capítulos deste trabalho.

¹⁵ Segundo GUERRA, a prática, na particularidade do Serviço Social, é situada em termos: “1) da divisão do trabalho, melhor dizendo, incorpora a totalidade do trabalho coletivo, que tem uma utilidade social; 2) da posição de seus agentes na divisão do trabalho – os assistentes sociais são, na maioria das vezes, trabalhadores assalariados; 3) do espaço sócio-ocupacional privilegiado: os serviços e as políticas sociais; 4) da sua funcionalidade vocacionada para atender a determinadas necessidades sociais, que se traduzem em demandas para a profissão; 5) do tipo de resposta exigida à profissão: respostas instrumentais que visam objetivos imediatos; 6) da sua instrumentalidade como capacidade para alcançar finalidades profissionais.” (2000, p.155) Aspectos que serão abordados conforme as exigências dos dados coletados na pesquisa de campo, portanto comparecerão em consonância com as expressões da especificidade pesquisada.

de processos e relações de trabalho.” (p.10) Essa concepção, segundo a autora, amplia o foco para as condições e relações sociais particulares que qualificam os componentes universais do trabalho e amplia a autoconsciência dos assistentes sociais quanto às condições e relações de trabalho em que estão envolvidos.

A distinção ou proximidade das categorias “prática profissional” e ‘exercício profissional’ ainda é uma questão em aberto na profissão. De momento, mantemos a afirmativa anterior quanto a referência da prática profissional à práxis social, como categoria que envolve ontologicamente o trabalho do assistente social. Através desta concepção o profissional pode mediar, teleologicamente, finalidades profissionais emancipatórias oriundas, ou secundárias, à práxis social.

A partir desse horizonte é que poderemos compreender a potencialidade do Serviço Social em contribuir ou não no desafio histórico de edificar a emancipação social através da potencialização de rupturas moleculares junto aos grupos e ou setores com os quais trabalha.

Seguindo o caminho teórico - metodológico de proposição de uma pesquisa qualitativa, chegamos à necessidade de delimitação mais precisa do objeto de pesquisa para que esta seja exeqüível. Neste ponto nos deparamos com um vasto campo de ação e de áreas onde o Serviço Social desenvolve práticas, como por exemplo: ações de assistência social através de abordagem individual, grupal, comunitária; administração e execução de programas sociais; organização e capacitação de recursos humanos; planejamento, gestão e execução de políticas sociais, entre outros. Diante desse universo temos alguns pressupostos que nos auxiliaram a chegar a uma delimitação mais precisa, quais sejam:

- interessa-nos pesquisar um tipo de prática que demonstre indicativos de emancipação social. Não podemos delimitar práticas reiterativas ou tidas como tradicionais que não avançam no alcance do compromisso ético – político da profissão;¹⁶
- uma vez que a temática da emancipação se situa no campo da Modernidade, os valores modernos da potencialidade do conhecimento e da prática social das classes ou de segmentos das classes subalternas na gestão da vida social –

¹⁶ Este tipo de prática é comum a várias profissões, assim como no Serviço Social, que historicamente se desenvolveu à luz de referenciais conservadores, mantendo ainda, marcas desta natureza.

pública são fundamentais para a edificação de práticas sociais emancipatórias e democráticas no âmbito da sociedade;

- a participação de segmentos sociais na gestão da vida social – pública, especificamente na contemporaneidade, referimo-nos a prática dos conselhos paritários de gestão social, caracteriza-se como um fenômeno recente na história da cultura brasileira, portanto precisa ser capacitada crítica e permanentemente para poder contribuir na construção histórica e desafiante da democracia no país.

Com esses pressupostos delimitamos uma prática que vem ganhando força e expressão no Estado do Paraná, coordenada por assistentes sociais vinculados à Secretaria de Estado / Conselho Estadual de Assistência Social e às Universidades / Cursos de Graduação em Serviço Social (coordenadores e executores diretos da prática)¹⁷: a Capacitação de Conselheiros Municipais de Assistência Social nesse Estado.

Mais especificamente, O Serviço Social do Paraná - através dos assistentes sociais das universidades paranaenses - tem empreendido esforços na coordenação e execução de programas de capacitação para Conselheiros Municipais de Assistência Social, e tem produzido resultados emancipatórios no que se refere a instrumentalização e capacitação dos conselheiros à execução da Política Pública de Assistência Social e conseqüente alargamento da democracia participativa nos municípios a que estão vinculados.

Justificamos que a prática de capacitação de conselheiros municipais empreendida pelo Serviço Social é um campo fértil de pesquisa também por ser demarcada por uma ampla dimensão qualitativa norteada por diretrizes legais de assistência – LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e também pelo seu Código de Ética Profissional. Portanto, possui um corpo legal, ético e político definido pela própria área de intervenção, o que fortalece e subsidia possíveis práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social. A amplitude qualitativa desta prática se integra a uma amplitude quantitativa, pois os programas estaduais de capacitação de conselheiros pretendem envolver todos os conselheiros do Estado¹⁸, isto é, mais

¹⁷ O que indica uma qualificação diferenciada dos sujeitos responsáveis pela proposição e execução dessa prática.

¹⁸ O Estado do Paraná, em 2005/1. conta com 399 municípios e todos possuem Conselhos Municipais de Assistência Social

um motivo para a definição desse campo de pesquisa onde o Serviço Social conquista um importante papel e visibilidade social.

Também consideramos que a prática dos conselheiros municipais é um meio de fomentar e de produzir mudança de pensamento e de práticas de gestão da vida social nas mais diversas localidades e áreas de atuação. Podemos considerá-la, a priori, como o tipo de prática potencial para produzir rupturas moleculares nas instâncias a que estão vinculadas, fazendo frente às práticas tradicionais e convencionais que hegemonicamente dominaram a cultura política de gestão social, constituindo-se num tipo de prática receptível e geradora de valores emancipatórios.

Cabe ressaltar ainda que existe uma ampla discussão sobre as novas formas de gestão social através de conselhos, a qual tomamos como pressuposto, para poder situar o campo da presente pesquisa. Por ora podemos afirmar que esse campo específico - delimitado para investigar práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social - constituiu-se em termos contemporâneos e em termos de análise de pesquisadores, como parte de uma esfera pública em desafiante construção no Brasil e "... integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política." (RAICHELIS, 1998, p. 25) Tal concepção articula-se tanto com os referenciais sobre emancipação social quanto com os objetivos da presente pesquisa. Portanto, perfeitamente plausível de ser selecionado para a natureza de pesquisa realizada: a investigação de um determinado tipo de prática profissional que fomenta e instrumentaliza um determinado tipo de prática social empreendida pelos grupos com quais trabalha.

O eixo norteador da pesquisa constitui-se na crítica ao caráter hegemônico de classe da sociedade moderna e, portanto, de emancipação limitado à classe burguesa, na qual buscamos os fundamentos e valores crítico-modernos da emancipação social – enquanto processo que potencializa o conhecimento crítico e o protagonismo social e político de grupos, organizações e segmentos da classe subalterna – para sustentar a necessidade de alargamento da democracia participativa e do espaço público moderno. Neste sentido, um dos protagonistas que ocupa esse espaço são os conselhos gestores de políticas sociais, os quais precisam estar capacitados e fortalecidos através da elevação do senso comum à

auto-constituição de uma consciência crítica, e por meio dessa, o fomento ao seu protagonismo social e político, considerados rupturas moleculares emancipatórias, como uma das alternativas que contribuem para reverter o quadro hegemônico.

Nesse eixo, partimos da hipótese de que o Serviço Social pode potencializar, na instância molecular de sua prática profissional, ações que instrumentalizem os conselheiros para esse empreendimento social.

Por conseguinte, o objeto de pesquisa é a prática do Serviço Social junto a segmentos populares que atuam como Conselheiros Municipais de Assistência Social no Estado do Paraná. Mais especificamente: a prática do Serviço Social junto aos Programas de Capacitação Continuada para Conselheiros Municipais de Assistência no Estado do Paraná, no período 2000 – 2004.

Temos como objetivos analisar a potencialidade da prática do Serviço Social em produzir rupturas moleculares emancipatórias no contexto dos programas de capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas, no Estado do Paraná; e, identificar e caracterizar práticas / experiências profissionais que representem rupturas moleculares, pautando referenciais, elementos, marcas e características que evidenciem o compromisso ético - político com a emancipação social.

Para apreender a totalidade que cerca este objeto e objetivos, entendida em seu caráter processual e provisório, as questões problematizadoras que norteiam a pesquisa são:

- O que é Emancipação Social? Quais os processos histórico – político - cultural e sociais que a constituem?
- Qual é o potencial do Serviço Social nesses processos? Como o Serviço Social se coloca no processo de construção de rupturas como sujeito profissional / coletivo que se propõe ou busca contribuir para a emancipação social?
- É possível referir-se a prática do Serviço Social como emancipatória? Quais as marcas características que compõem esse tipo de prática?
- O Serviço Social tem socializado um saber crítico como uma das formas de elevação da subalternidade ao protagonismo social e político? Como esse valor se coloca na experiência de capacitação de conselheiros gestores?

- Em caso positivo essa socialização tem elevado o senso comum / percepção passiva da realidade? Tem fortalecido intelectual e culturalmente os segmentos com os quais trabalha?
- A elevação do senso comum tem potencializado ações políticas qualificadas e autônomas nos espaços vividos pelos segmentos?
- Frente ao contexto hegemônico de restrição de práticas e processos emancipatórios, essas duas instâncias – de elevação do senso comum e do protagonismo social – podem ser consideradas rupturas moleculares que teleologicamente concorrem para um projeto contra-hegemônico de sociedade?

No âmbito dos programas de capacitação¹⁹

- Como se configuram os programas de capacitação para conselheiros gestores da política de assistência no Estado do Paraná?²⁰ Quais os objetivos, fundamentos e procedimentos sócio – pedagógicos?
- Quais os valores veiculados pelo Serviço Social na organização e execução dos programas de capacitação?
- Qual é a lógica que perpassa os Programas de Capacitação?

O período demarcado para a pesquisa é de 2000 a 2004²¹ seguindo os critérios de formalização e sistematização dos programas, de execução pelas universidades estaduais, e ainda, pelo grau de maturação que foi alcançado no

¹⁹ Ressaltamos que o estudo aqui realizado não objetiva avaliar diretamente os programas de capacitação para conselheiros, mas sim, a prática do Serviço Social nesses programas, considerados como campo onde o objeto de pesquisa se situa. Os elementos que constituem os programas de capacitação no Estado do Paraná foram elaborados e executados eminentemente pelo Serviço Social do Estado, portanto expressam e marcam as características da profissão. Certamente determinadas pelas limitações e possibilidades das conjunturas políticas que as cercaram, pois bem sabemos que a profissão não é imune às mesmas e nem poderia ser diferente por se tratar de uma prática política.

²⁰ Fazem parte da caracterização dos Programas de Capacitação de Assistência Social; origem, órgãos proponentes e executores, diretrizes, objetivos, períodos, conteúdo programático, proposta pedagógica, processos de avaliação, fundamentos teóricos, carga horária, parceiros, orçamento, abrangência.

²¹ No período 2000 a 2004 – as universidades estaduais assumem a execução do programa: em 2000 a coordenação estadual era da Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família / SECR e a execução das universidades estaduais e PUC-PR // em 2002 – a coordenação foi terceirizada à PUC – PR e a execução ocorreu em parceria com as universidades estaduais // em 2004 a capacitação ocorreu de forma integrada entre os Conselhos Estaduais da Criança, da Assistência, do Idoso e de Pessoas Portadoras de Deficiências – a coordenação estadual foi da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a execução está acontecendo sob coordenação de macro – regionais pelas universidades públicas do estado. Em 2001 e 2003 não houve edições dos programas capacitação no Estado do Paraná.

processo de implantação e implementação da LOAS no Estado, empreendido no período 1993 / 1999 no qual já haviam atividades de capacitação não sistemáticas.

Esse período foi selecionado quando do levantamento de informações junto aos assistentes sociais (coordenadores e executores dos programas no Estado) e a partir dos documentos (relatórios, projetos, diretrizes) dos programas a fim de traçar uma contextualização do campo de pesquisa. Nestas aproximações pudemos também proceder a seleção dos sujeitos significativos de pesquisa.

Num primeiro momento, os sujeitos significativos à pesquisa foram cinco assistentes sociais representativos do processo de Capacitação de Conselheiros Municipais de Assistência Social no Estado do Paraná, no período 2000 / 2004, período em que ocorre a institucionalização de um programa governamental e que é executado pelas universidades nesse Estado. Constituem esta amostra: três coordenadoras estaduais dos anos 2000 / 2002 / 2004 nos quais ocorreu o programa; uma coordenadora pedagógica e militante do processo de implantação e implementação da LOAS no Paraná (determinante das capacitações); e uma coordenadora de macro região que participou das três edições do programa. Justificamos a seleção da coordenadora da macro-região de Ponta Grossa em função de ser a região a qual os conselheiros, selecionados na segunda etapa da pesquisa, estão vinculados.

Num segundo momento, os sujeitos significativos à pesquisa foram três conselheiros de assistência social capacitados, sendo um de cada ano de execução do programa, para buscar os resultados concretos de capacitação em suas práticas conselhistas e conseqüentemente os resultados da prática do Serviço Social, como potencializadora ou não de rupturas moleculares na instância dos sujeitos que vivenciaram a ação de capacitação empreendida pelo Serviço Social.

A seleção dos conselheiros se deu inicialmente através do cadastro dos participantes dos cursos segundo os critérios: que fossem conselheiros representantes do setor não governamental, pois se pressupõe que os representantes governamentais já tenham minimamente uma capacitação para gestão de políticas públicas; com 3º grau; que não fossem assistentes sociais e que no ano de 2004 ainda estivessem exercendo a função de conselheiro. Como o programa de capacitação abrange os 399 municípios do Estado, foi difícil fazer a

seleção em nível estadual, portanto, a seleção dos sujeitos significativos / conselheiros ocorreu na macro região de abrangência capacitada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, devido a maior facilidade de localização e acesso aos mesmos.

Para coletar os dados junto aos sujeitos da pesquisa, utilizou-se do instrumental entrevista semi – estruturada.²² Além das entrevistas com os sujeitos envolvidos no processo de capacitação, coletamos dados através de pesquisa documental nos relatórios, projetos, programas, planos governamentais referentes ao período. Para contextualizar o campo de pesquisa e buscar os determinantes do programas, se fez necessário o resgate histórico do processo de implantação e implementação da LOAS no Estado, na década de 90.

Através dos elementos que caracterizam as capacitações e dos depoimentos dos sujeitos significativos de pesquisa pudemos tecer uma malha relacional e analítica – à luz do referencial e das categorias teóricas – sobre a prática do Serviço Social junto às capacitações, pois esses são integrantes e construtores do processo investigado. Esse procedimento foi mais um degrau trilhado até chegar, por aproximações sucessivas, ao conhecimento da essência concreta do objeto de pesquisa. Assim, seguimos um princípio fundamental do pensamento dialético, isto é, o “... princípio de que o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar à sua essência concreta, e, implicitamente, para chegar a sua significação...” (GOLDMANN, 1979, p.7)

Também IANNI, diz que a análise dialética não somente se opõe ou substitui interpretações, mas vai fundo nas relações, processos e estruturas, representações ideológicas e teóricas do objeto. Para tanto é preciso uma “... análise demorada e obstinada que desvende as muitas aparências que as dissimulam.” (1985, p.15)

Na elaboração da análise, mediando todo o referencial construído à especificidade da pesquisa, as **categorias emancipação social, rupturas moleculares e prática profissional** - integradas às determinações do real e as

²² As questões das entrevistas encontram-se no Capítulo III.

categorias empíricas que aderiram ao objeto de pesquisa - demarcaram teoricamente a reconstrução do mesmo, compondo relações encadeadas entre si que expressaram uma totalidade. “Depois de os ter estudado a cada um em particular, é necessário examinar a sua relação recíproca” (MARX, 1983, p.225), integrando seus elementos ao conjunto, as partes ao todo, “... se bem que nunca se possa chegar a uma totalidade que não seja ela mesma elemento ou parte...” (GOLDMANN, 1979, p.13)

Para materializar o empreendimento de pesquisa, que expressa uma totalidade concreta pensada, a tese está estruturada por meio de três capítulos.

O Capítulo I – Emancipação Social: um histórico desafio refere-se à construção de um quadro histórico social - elaborado a partir de revisão de literatura - sobre o tema emancipação e Modernidade que objetiva a compreensão das circunstancialidades históricas da Modernidade e do adensamento da emancipação, como um fenômeno moderno que trilhou os contraditórios caminhos da mesma.

Foi preciso desvendar, à luz do pensamento marxiano, os contraditórios significados da emancipação burguesa – moldados pelas dominantes relações da classe burguesa que intitulava-se revolucionária. Tomamos como referência o estudo dos dois grandes marcos históricos modernos: a Revolução Francesa e o Iluminismo, pois foram os mentores ético-políticos da proposta emancipatória da Modernidade, propagando valores, idéias e perspectivas à sociedade moderna. Porém o pensamento liberal, com presença hegemônica no mundo moderno, logo tratou de re-valorizar a razão, categoria central dos movimentos modernos, em sua face instrumental.

Nesse estudo reafirmamos a Razão Crítica como fundamento à emancipação social no sentido de evidenciar os valores modernos da democracia, do conhecimento crítico, da liberdade, da autonomia dos sujeitos e classes sociais, como valores modernos que não podem ser considerados ultrapassados, mas sim, que ainda não foram atingidos pela grande maioria das sociedades.

Revitalizada a tendência hegemônica da razão instrumental na contemporaneidade, sob a ampla denominação de “pós modernidade”, coloca novos desafios à emancipação social. Por esse caminho chegamos ao debate sobre emancipação social na contemporaneidade, no qual se configuram diferentes

posicionamentos quanto à “crise paradigmática” da Modernidade e à necessidade de instauração da pós-modernidade. Nesse debate encontramos autores como Harvey, Jameson, Rouanet, Chauí e Netto que nos alertam quanto aos discursos pós modernos falaciosos, revitalizando, por outro lado, o argumento de que se trata de uma nova fase do capitalismo, para a qual, mais do que nunca precisa ser enfrentada - nas mais diversas instâncias moleculares da vida social - com os valores modernos de fortalecimento da luta da classe subalterna pelos direitos, pela cidadania, pela democracia, pela emancipação.

No capítulo II - Emancipação Social: rupturas moleculares que elevam a condição de subalternidade à condição de protagonismo social - re-encontramos a perspectiva gramsciana (através da fonte original e de seus renomados intérpretes)²³ como um caminho prático-crítico para o enfrentamento dos desafios contemporâneos à emancipação social. O capítulo percorre, então, o caminho que cerca a elevação intelectual e cultural de conhecer, pensar coerente e criticamente a realidade e sobre essa elevação o desenvolvimento de práticas sociais diferenciadas, através de rupturas moleculares constitutivas e constituintes de possíveis tendências contra-hegemônicas. Ou seja, o caminho que seguimos é delimitado pelas categorias modernas de conhecimento crítico, de participação, de construção coletiva da política, do poder e de novos fundamentos ético-políticos na gestão da vida social pela classe subalterna como protagonista potencial à criação de uma nova cultura.

No capítulo III – Capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas: uma prática produtora de rupturas moleculares emancipatórias no âmbito do Serviço Social - a partir da crítica a emancipação social burguesa, orquestrada pela razão instrumental, chegamos, através da referência gramsciana, à dimensão molecular de práticas sociais que podem ser identificadas como emancipatórias. Aproximando essa referência ao Serviço Social, o capítulo apresenta os resultados da análise de uma prática profissional junto a segmentos populares que atuam como conselheiros

²³ Como, por exemplo, COUTINHO, SEMERARO, SIMIONATO, NOGUEIRA.

de políticas públicas, como uma ação pedagógica potencializadora processual de rupturas moleculares voltadas, teleologicamente, para a emancipação social.²⁴

Como nossa prática profissional é historicamente construída pelo enfrentamento a diferentes desafios, optamos num momento tão significativo à formação profissional – o processo de doutoramento – enfrentar mais um desafio: fundamentados numa dimensão macro-social, pesquisar qualitativamente uma dimensão molecular da prática profissional. Ou seja, entender a Modernidade e suas nuances, recuperando o significado histórico da emancipação social como fundamento à análise de uma experiência profissional, entendida como uma molécula pulsante e constituinte dessa totalidade.

A elevação intelectual e moral alcançada no enfrentamento desse desafio nos fortalece para continuar o caminho, também desafiante, de ser assistente social e formar profissionais igualmente comprometidos com a emancipação social e para compreender que o conhecimento crítico é uma fonte inesgotável e potencializadora dos muitos enfrentamentos que temos pela frente.

²⁴ Nesse capítulo foram fundamentais as referências dos autores representativos do Serviço Social, em especial: YAZBEK, BARROCO, IAMAMOTO, NETTO, MARTINELLI, entre outros; e, dos sujeitos significativos de pesquisa, com as quais, reconstruímos a especificidade do objeto de pesquisa.

CAPITULO I

Emancipação Social: um histórico desafio

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado.” (MARX, 18 Brumário 1852)

1.1 - Circunstancialidades históricas da Modernidade

Para compreender e enfrentar as questões e desafios da sociedade contemporânea tem sido uma constante a reconstrução de temáticas da Modernidade, pois as suas marcas e desdobramentos são determinantes das conjunturas e configurações sócio políticas contemporâneas. Esse procedimento nos instrumentaliza a identificar processos históricos, a enfrentar tendências antimodernas e a renovar a certeza da centralidade da razão como alternativa à barbárie.

HOBBSAWM (2001) inicia a introdução de seu livro A Era das Revoluções afirmando que as palavras “... são testemunhas que muitas vezes falam mais alto que os documentos. Consideremos algumas palavras que foram inventadas, ou ganharam seus significados modernos ...” (p.17) como por exemplo: ‘indústria’,

‘fábrica’, classe média’, classe trabalhadora’, ‘proletário’ que são “cunhagens ou adaptações reveladoras” da Modernidade, pois expressam as configurações, o modo de vida, as discussões que a permeavam. Também a palavra **emancipação**, aqui considerada como categoria de pesquisa, é intrínseca à Modernidade, pois é nesta, que se reinstituem historicamente as temáticas e valores humano-sociais, após longo período de dogmatismo religioso da vida social, cultural e política, justificando assim o seu destaque no mundo moderno. GRAMSCI (1991) argumenta que para entender a cultura moderna pressupõe “... todo esse passado cultural, o Renascimento e a Reforma, a filosofia alemã e a Revolução Francesa, o calvinismo e a economia clássica inglesa, o liberalismo laico e os historicismo; em suma: o que está na base de toda concepção moderna da vida.” (p. 106)²⁵ Portanto, é uma exigência metodológica recorrer aos processos históricos nos quais a categoria emancipação foi ganhando diferentes significados.

Retomando-a como uma das temáticas ou um dos **valores** modernos, logo o relacionamos com a ruptura da Idade Média (pós - século XII), com o Renascimento, com a emergência e constituição do Ocidente²⁶ e com alguns de seus movimentos constitutivos que são marcos da história humano - social²⁷: - o Humanismo; o Iluminismo; os movimentos e revoluções europeias e norte americanas dos séculos XVIII e XIX²⁸ contra governos autoritários; em especial, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, considerados como circunstancialidades e **rupturas** históricas que determinam a constituição da emancipação social na Modernidade.

²⁵ Não vamos passar pelo estudo de todos os marcos históricos enunciados pelo autor, mas destacar a importância deste entendimento histórico para o qual, minimamente, nos propomos a entender as circunstancialidades históricas da Modernidade e como a categoria emancipação foi sendo construída ou desconstruída neste período, “ É evidente que não se compreende o processo molecular de afirmação de uma nova civilização, que se desenvolve no mundo contemporâneo, sem ter compreendido o nexos histórico Reforma-Renascimento” (GRAMSCI, 2001, Vol1, p.247)

²⁶ São marcas do período a auto - constituição da burguesia, a construção e o crescimento das cidades novas, a reivindicação de uma autonomia política, novas atitudes intelectuais e artísticas, de redescoberta do direito. .. (CASTORIADIS, 1992)

²⁷ Sobre estes marcos históricos consultar a obra de HOBBSAWM (2001).

²⁸ Nos detemos especialmente nestes séculos por representarem historicamente o palco dos movimentos e revoluções ocorridas no período, mas bem sabemos que os séculos anteriores também foram fundamentais para a estruturação do pensamento e da sociedade burguesa moderna.

A influência do Humanismo²⁹ neste debate dá-se pela característica de um movimento cultural, referendado nas culturas clássica, grega e romana, que objetivou retomar suas formas literárias e artísticas, como também propagar os valores humanos que as fundamentavam. Etimologicamente “...o termo vem do ciceroniano ‘humanitas’, que significa ‘erudição’ e ‘cultura’, mas também ‘comportamento correto e civil’, e ‘dignidade’. E os termos tão usados até pouco tempo de ‘studia humanitatis’ ou ‘humanae litterae’ significavam exatamente o estudo das obras dos antigos com a **finalidade de formar-se o estilo ‘humanista’ de falar e escrever e também de viver.**” (NOGARE, 1981, p.56)³⁰(grifo nosso) Aqui o Humanismo é um dos instrumentos para repensar a posição do Homem como sujeito da história, justificando, portanto, uma sociedade fundada no antropocentrismo, o que muda radicalmente os referenciais ideológicos e culturais das relações sociais do período.

Ainda segundo o autor, há vários sentidos para a palavra humanismo: indo do estudo dos grandes autores da cultura clássica, grega e romana (enquanto forma literária e de assimilação dos valores humanos), passando pelo humanismo cristão (valor do homem como pessoa, autônoma, individual e orientada por Deus), pelo humanismo renascentista³¹, pelo humanismo moderno de Descartes (1596 – 1650), Kant (1724 – 1804) e Hegel (1770 –1831) que faz da subjetividade do Homem o ponto de partida, o centro da perspectiva e construção de toda a realidade, chegando ao humanismo de caráter ético-sociológico, isto é, o humanismo que visa tornar-se realidade, costume e convivência social, pois “... considera humanista aquela doutrina que atribui ao homem, à sua realização na sociedade e na história, o valor de fim, de forma tal que esteja subordinado ao homem, considerado como meio ou instrumento para algo fora de si.” (NOGARE, 1981, p. 16)

²⁹ São representantes do Humanismo Erasmo (1469 – 1536), Tomas Morus (1473 – 1535), Maquiavel (1469 – 1527), Lutero (1488 – 1540), Calvino (1509 – 1564), Montaigne (1532 – 1592) Características gerais dos séculos XV e XVI (período vivido por estes pensadores): séc XV: início da crise do feudalismo e da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista mercantil. Séc XVI: Renascimento, marcado pelo antropocentrismo, pelo naturalismo e pelo racionalismo. O apogeu do mercantilismo e implantação do sistema colonial. (SEVERINO, 1994)

³⁰ Sobre o Humanismo consultar a obra Humanismos e Anti-humanismos de Pedro Dalle NOGARE, 1981.

³¹ “... na Renascença não se formou somente uma nova concepção do homem, mas também de uma nova atitude do homem para com a natureza: atitude que lenta, mas decididamente levou ao atual progresso das ciências. Leonardo, Copérnico, Galileu, são filhos autênticos da renascença e são eles incontestavelmente os pais da ciência moderna. (...) a nossa idade não pode desfazer-se de suas ligações profundas com a Renascença, da qual querendo separar-se, suicidar-se-ia.” (NOGARE, 1981, p.80)

Os valores do Humanismo **romperam** filosófica e politicamente com a concepção de Homem dominante na Idade Média, fomentando a constituição dos valores modernos: da individualidade, da autonomia, da liberdade, através da razão humana, instituindo um novo pensamento sócio-político e cultural à sociedade.

Como expressão do enfoque humanista, que influenciava filosoficamente grande parte das teorizações e práticas do Período Moderno, tem-se a marca **emancipação humana**, caracterizando-se como uma demanda, como uma necessidade humana de emancipação de dogmas religiosos e de renascimento de valores humanos.³²

No transcorrer do processo histórico, o projeto ideológico e filosófico que orienta o período de transformações revolucionárias - que marca em especial os séculos XVIII³³ a XIX³⁴ – e contribui para o triunfo de um determinado pensamento social é o Iluminismo³⁵.

Segundo SEVERINO (1994) o Iluminismo é a “... concepção filosófica de acordo com a qual o conhecimento se dá em função das luzes da razão e que só o **conhecimento racional crítico e a cientificidade emancipa o homem** da superstição e do dogma, provendo seu progresso em todos os campos. Por extensão, é todo movimento político, literário ou cultural que se apóia nessa visão.” (p.108) (grifo nosso)

O Iluminismo tem papel essencial na luta da razão humana frente ao poder das trevas e /ou da monarquia, a explicação dogmática das relações do homem com a natureza, pois desencadeia processos científicos de explicação da vida humana em sociedade e abre possibilidades do próprio homem edificar o seu destino:

³² Apesar da positividade do humanismo e da sua propagação, bem sabemos que a dominação do capitalismo e do liberalismo se sobrepôs aos seus fundamentos humano-sociais dificultando os processos emancipatórios que daí decorreram. Poderemos constatar essa situação no transcorrer deste capítulo.

³³ Características gerais do século XVIII: Revoluções burguesas liberais. Revolução Industrial na Inglaterra. Independência dos EUA (1776) Revolução Francesa (1789). Golpe do 18 Brumário e ascensão de Napoleão Bonaparte (1799) Consolidação do Capitalismo industrial e Liberal / concorrencial Formação do proletariado. Emergência da Questão Social. Socialismo e Anarquismo. (SEVERINO, 1994)

³⁴ Características gerais do séc. XIX Expansão e consolidação da Revolução Industrial. Consolidação do capitalismo imperialista e monopolista. Desenvolvimento da democracia liberal. O catolicismo social: a encíclica Rerum Novarum. Independência dos países latino-americanos. Comuna de Paris (1871) (SEVERINO: 1994)

³⁵ São representantes: Voltaire (1694), Diderot (1713 – 1784), D'Alembert (1717 – 1783), Locke (1632 – 1794)

desmistificado, secularizado e “emancipado”³⁶, abandona os dogmas religiosos. A tradição religiosa e a autoridade perdem gradativamente seu caráter sagrado, assim como com os poderes estabelecidos (Igreja e monarquia), os pressupostos da autonomia social e individual entram em cena depois de um período de sombras da Idade Média, urgindo por novas teorias que explicassem a realidade e propusessem novas visões de mundo. Essas teorias seriam fundamentadas nos valores da razão e do conhecimento / ciência como possibilidade de liberdade, de emancipação humana.

Sob a influência das marcas iluministas “fomos emancipados” da crença no ato da criação, da revelação e da condenação eterna, encontramos por nossa própria conta a capacidade de aperfeiçoamento, de coragem, de vontade, de busca. O Iluminismo, aguçando esses valores humanos passou a ocupar lugar de destaque na ação política desenvolvida desde então, tendo o papel histórico importante de **ruptura** com o padrão civilizatório anterior. O Iluminismo pode ser chamado de emancipação:

... isto é, liberação do potencial novo, resultante da abolição das antigas regras e regulamentações. Como utilizado na lei romana, o termo *emancipatio* designava a libertação de um filho da autoridade paterna, isto é, a emancipação das relações patriarcais (...) ‘A emancipação da mera obediência cega que torna supérflua toda a forma de coerção e ordens pressupõe, ao mesmo tempo, que a orientação para o nosso comportamento esteja em nós mesmos’ (Foster,1792). Emancipação, libertação de um mundo estreito e arcaico, abarcando tanto indivíduos como grupos sociais: a classe média, os súditos do monarca, as classes inferiores, os servos ... (ULRICH apud LEITE, 1998, p.38)

Através da aproximação que o autor faz do Iluminismo com o conceito de emancipação podemos perceber o processo empreendido pelo mesmo para instituir um novo padrão de sociedade, enfrentando os poderes da Igreja e do Estado Absolutista, e perante estes emancipando-se, ou seja, passando de um estágio de submissão para outro de liberdade.

³⁶ É preciso esclarecer que no transcorrer do texto da tese faremos o uso de aspas em expressões ou termos que se referem às falas de autores (citação) e / ou a expressões ou termos que pedem aspas para reforçar situações ou passagens que possuem duplos sentidos como, por exemplo, o termo emancipado entre aspas indica uma falsa emancipação da religião, pois ainda, na atualidade, persistem muitos dogmas religiosos que dominam o pensamento de indivíduos e grupos.

A luta pela liberdade e pela emancipação é uma construção humano-social histórica e que tem presença marcante neste período, determinada por categorias que fundamentam a Modernidade...

... a idéia iluminista propõe estender a *todos os indivíduos* condições concretas de *autonomia*, em todas as esferas. Em outras palavras, ela é universalista em sua abrangência – ela visa todos os homens, sem limitações de sexo, raça, cultura, nação -, individualizante em seu foco – os sujeitos e os objetos do processo de civilização são indivíduos e não entidades coletivas -, e emancipatória em sua intenção – esses humanos individualizados devem aceder à plena autonomia, no tríplice registro do pensamento, da política e da economia. (ROUANET, 1993, p. 33)

Destacam-se, nesta passagem, os principais elementos do projeto civilizatório da Modernidade: *universalidade, individualidade e autonomia*:

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que estes seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material. (ROUANET, 1993, p. 9)

Apesar de enaltecer os propósitos emancipatórios do Iluminismo, o autor não hesita em afirmar que este projeto civilizatório esta vazando água por todos os lados desde a concretização dos “valores revolucionários / principais ingredientes” nos séculos XVIII e XIX, que o direcionaram conforme as necessidades e diretrizes da estruturação e desenvolvimento do capitalismo³⁷.

Para compreender esse processo contraditório entre proposição e concretização dos valores revolucionários modernos retomamos o ícone que representa a “instituição” destes valores: a Revolução Francesa. Segundo HOBBSAWN (2001), a Revolução não pode ser vista isoladamente de outros fenômenos ou da movimentação econômica e política dos referidos séculos, como

³⁷ Esclarecidas em notas anteriores as fases que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo, conforme a sucessão dos séculos, pois ao falar em capitalismo é importante compreender que “O desenvolvimento do capitalismo se classifica numa série de estágios, caracterizados por níveis diversos de maturidade e cada qual reconhecível por traços bastante distintos.” (DOBB, 1987, p.26) Em especial no século XVIII: Capitalismo Industrial / Concorrencial e no século XIX Capitalismo Imperialista ou Monopolista.

por exemplo, a Revolução Industrial³⁸ (década de 1780 se estendendo até metade do século seguinte) que teve como berço a Inglaterra e foi propagada por todo o mundo ocidental. A economia moderna sofreu influência direta dos seus fundamentos: o aumento da produtividade com o favorecimento das condições para o acúmulo de capital, com o lema que estava transformando o mundo “comprar no mercado mais barato e vender sem restrição no mais caro” Diz o autor sobre a Revolução Industrial: “Os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente” (p.69)³⁹ Também a política já estava atrelada ao lucro, o dinheiro não só falava mais alto, como governava.

A Revolução Industrial forneceu as bases (na dimensão econômica / relações de produção e de trabalho) para a consolidação do modo de produção capitalista⁴⁰, no qual estabelece-se uma relação entre a classe burguesa e classe proletária⁴¹ de compra e venda da força do trabalho humano transformado em mercadoria. O capital domina o processo de produção e de acumulação⁴² de riqueza, ou seja, a propriedade dos meios de produção define a relação a ser estabelecida entre os homens, que neste caso, caracteriza-se pela dominação de uma classe sobre a outra – dominação de uma minoria sobre a maioria – refletindo um tipo de pensamento que modelou a economia e a cultura política e social moderna. Isto ocorreu até que as contradições inerentes a esse modelo de vida social e econômica

³⁸ Intitulada como “revolução” que se deu por volta da década de 1780, porém Hobsbawm esclarece que “... a revolução Industrial não foi um episódio com princípio e com fim. Não tem sentido perguntar quando se ‘completou’, pois sua essência foi a de que a mudança revolucionária se tornou norma desde então. Ela ainda prossegue (...) pode-se dizer com certa acuidade que terminou com a construção das ferrovias e da indústria pesada na Grã-Bretanha na década de 1840.” (2001,p.45)

³⁹ “A indústria moderna transformou a pequena oficina do antigo mestre da corporação patriarcal na grande fábrica do industrial capitalista. Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente (...) Não são somente escravos da classe burguesa, do Estado burguês, mas também diariamente, a cada hora, escravos da máquina, do contramestre e, sobretudo, do dono da fábrica. E esse despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperador, quanto maior é a franqueza com que proclama ter no lucro seu objetivo exclusivo.” (MARX,1848 in FERNANDES, 2001, P.371)

⁴⁰ MARTINELLI (1989) respaldada em Dobb, esclarece que o termo capitalismo tem uso constante, porém de forma heterogênea: indica a existência de três vertentes que explicam o Capitalismo e dentre estas a vertente marxista é a que dá conta de um entendimento mais profundo e crítico do mesmo. Nesta “...o capital é uma **relação social** e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital.” (p.19) (grifo nosso)

⁴¹ “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, privados dos meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poderem existir”. (Nota de Engels edição inglesa de 1888) (in FERNANDES, 2001, p. 365)

⁴² Não é nossa intenção sistematizar sobre as características e natureza do modo de produção capitalista, podemos encontrá-las no pensamento marxista, em especial no O Capital; mas fazer referência a algumas de suas peculiaridades que determinam estruturalmente o pensamento político moderno

se evidenciaram, ocasionando a revolta da classe trabalhadora devido às condições de trabalho e miséria (bastante debatidas na historiografia⁴³), levando a manifestações em vários países da Europa, em especial na Europa Setentrional, contra o sistema industrial, político e econômico. Assim compreendemos a característica do período que compreende a segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX marcado pelas revoluções burguesas e proletárias – entendidas também como iniciativas históricas que buscaram **romper** com as contradições que as cercavam.

Incluída nesta característica a Revolução Francesa (França - 1789) enfrentou o regime absolutista e forneceu as bases (na dimensão política e ideológica) que marcaram a Modernidade e em especial o século XIX. Foi definitivamente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram a “revolução *social* de massa”, foi a única ecumênica, que se espalhou por todo mundo, fomentando os movimentos revolucionários subseqüentes, inclusive o socialismo e comunismo modernos. (HOBSBAWM, 2001)

A Revolução Francesa foi liderada pela burguesia, como um grupo social, que teve como base os filósofos e economistas do liberalismo clássico⁴⁴, portanto foi essa direção social e política que, hegemônica e ideologicamente, prevaleceu. Em nome da “soberania do povo”, legitimada pela legislação resultante do período revolucionário, foram retratadas as “exigências do burguês” na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789:

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. ‘Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis’, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que ‘somente no terreno da utilidade comum’ (...) A declaração afirmava (como contrário à hierarquia nobre ou absolutismo) que ‘todos os cidadãos tem o direito de colaborar na elaboração das leis’; mas ‘pessoalmente ou através de seus representantes’. E a assembleia representativa que ela vislumbrava como órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita (...) Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática que poderia ter parecido uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas, embora alguns também advogassem esta causa. Mas no geral, o burguês liberal clássico de

⁴³ Fontes HOBSBAWM (2001) MARTINELLI (1989), MOTA (1989), CASTEL (1998)

⁴⁴ São representantes do liberalismo clássico John Locke (1690) – Hobbes (Leviatã -1651)

1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários.” (HOBBSAWM, 2001, p.77)

Um dos primeiros filósofos do Ocidente que desvenda essas contradições da sociedade que emergiu da Revolução Francesa, estudioso do Estado moderno, profundo adversário do pensamento liberal, Hegel (in OLIVEIRA (1993), analisa a Revolução sob dois pontos de vista: o primeiro com “entusiasmo”, pois traz a liberdade como fundamento à convivência humana (inclusive a “mundanizou”), e a segunda, com uma crítica radical à parcialidade deste princípio, pois não passa de uma liberdade abstrata, do vazio – uma vez que não é efetivada. “Para Hegel, a liberdade só se efetiva à medida que se determina (...) É precisamente essa síntese que constitui a grande tarefa do homem em todos os períodos de sua existência, síntese nunca plenamente realizável, dadas as contingências que sempre marcam a vida do homem” (OLIVEIRA, 1993, p.231)

Ou nas palavras de Gramsci: “... as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentaram entre os homens, entre os homens que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livre em face a eles.” (2001, Vol I, p.205) A liberdade não se efetiva por si só, mas através da construção de um mundo positivo, de instituições geradoras de espaço de liberdade, ou seja, o pano de fundo, o conjunto de relações que dá a base de sustentação para a efetivação da liberdade não a oportunizou, mas a limitou num duplo movimento: a acumulação da riqueza, por um lado, e de outro, a grande massa abaixo de subsistência.

Para o autor a concretização da liberdade é uma das lacunas da Revolução Francesa, diríamos, da Modernidade. Para alcançar essa liberdade parte-se do pressuposto que todo homem, enquanto tal, é portador de direitos e só quando usufrui dessa universalidade é que pode emergir uma sociedade propriamente racional – política⁴⁵.

Nessa mesma linha de raciocínio MOTA (1989) questiona a concretização do direito a propriedade como um ‘direito natural imprescritível’, o que também não

⁴⁵ A liberdade como fundamento de todo direito é a grande novidade trazida pela revolução, e a partir desta é que vai romper com a particularidade e comungar da universalidade. “O cerne do pensamento revolucionário, para Hegel, consiste em estabelecer a vontade livre, enquanto vontade universal, como o fundamento substancial de todo direito, e é isto que revela a própria essência do homem, a liberdade” (idem, ibidem p.228)

aconteceu com a igualdade... “ Os ‘homens nascem iguais’ perante a lei, os impostos e os empregos, é certo, mas quem faz a lei? Essa questão seria a pedra de toque das lutas, das teorias e das frustrações posteriores. *Das diferenças, enfim.*” (p.69) Com uma intenção declarada em favor dos direitos do homem e do cidadão, enfatizando o direito individual e o direito a propriedade, não poderia produzir resultados, de curto ou de longo alcance, senão os previstos implicitamente na Declaração, em vez de direitos, evidenciaram-se as diferenças a favor de alguns.⁴⁶

Indo além do que estava explícito na Revolução Francesa, MOTA (1989) argumenta que não só as idéias dos filósofos da Modernidade a explicam, mas também a “fome aguda que grassava nos campos e cidades.” Por ter sido liderada e controlada pela burguesia, a Revolução deve ser conceituada como burguesa, porém não devemos dissociá-la do “... movimento camponês e popular que lhe deu sustentação (...) A fome e a carestia da vida estavam na base desses movimentos ...” (p.15) Devido a crise econômica os camponeses faziam manifestações contra as leis que ainda tinham algumas marcas do feudalismo. A classe trabalhadora, que sofria na pele as contradições, se manifestava, mas não tinha independência de classe⁴⁷ porque historicamente não tinha uma caminhada enquanto classe, senão como trabalhadores individuais lutando pela subsistência. Por essa razão, era guiada pela burguesia que se intitulava como classe revolucionária, e que em nome do “povo”, instituiria nova forma de governo. Contudo, a classe trabalhadora foi traída no sentido de não ser incluída enquanto classe beneficiária, com os mesmos privilégios da burguesia.⁴⁸

Nesse processo, *houve várias Revoluções dentro da Revolução.* Mas a melhor síntese talvez tenha sido a do próprio revolucionário Marat. Ao denunciar a traição ao povo pelos ‘conspiradores educados e sutis da classe superior’, que a princípio se opuseram aos déspotas e se insinuaram na confiança popular, voltando-se

⁴⁶ Com mais esta estratégia o liberalismo – fundamento filosófico e político da Revolução - ganha força para se instituir como padrão ideal de vida em sociedade com um falso ideário de liberdade individual e de minimização do Estado frente às questões privadas, o que era marca contrária ao regime anterior.

⁴⁷ Não nos deteremos no processo vivido pela classe operária neste período devido às demarcações do objeto de pesquisa. Sobre as manifestações operárias e suas condições de luta consultar Martinelli (1989) na qual a autora faz este estudo com referência principalmente às obras de Marx e Engels.

⁴⁸ No modo de produção instituído no capitalismo – a divisão social e técnica do trabalho – foi um dos mecanismos mais eficazes para dividir as classes burguesa e proletária. Ou seja, à primeira cabia o trabalho intelectual e mais qualificado e à segunda, o trabalho mais subalternizado. Mesmo com todas as artimanhas para afastar a segunda do cenário político e econômico (no sentido de lucro), mesmo assim esta tem papel reconhecidamente importante no questionamento, na movimentação e na instituição de um pensamento de esquerda ao liberalismo / capitalismo.

depois contra 'os de baixo', escreveu: 'O que as classes superiores ocultam constantemente é o fato de que a Revolução acabou beneficiando somente os donos de terra, os advogados e os chicaneiros.'" (MOTA, 1989, p. 206)

A traição também se caracteriza pela mudança de posição que a burguesia possuía: de vanguarda, de revolucionária (contra o regime feudal) passou à posição de justificação e manutenção do existente (tanto prática como teoricamente). COUTINHO (1972) chama essa etapa da história da filosofia da sociedade moderna de filosofia da decadência – por representar o pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas e ideologizadas da realidade.⁴⁹

Marx e Engels, no início do século XIX, já haviam constatado essa ocultação de forças pela burguesia para manter o novo quadro instituído e tomar a posição ideológica de condução da sociedade, a exemplo em duas passagens conhecidas da obra *A Ideologia Alemã* :

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. (1979, p. 72)

Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas (...) E se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida. (p. 36 –37)

Marx que viveu as influências do Iluminismo e os movimentos revolucionários do século XIX, em 1848, denunciava o caráter contraditório da emancipação burguesa, pois entendia que a distinção entre as classes é um impeditivo da emancipação humana. Argumenta que a sociedade burguesa brotou das ruínas da sociedade feudal e não aboliu os antagonismos de classe. "Não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado." (in FERNANDES, 2001, p. 366) Assim, o pressuposto de que o homem

⁴⁹ Em meados do século XVIII Rousseau já questionava a defesa da difusão das luzes "conhecimento" como meio de progresso humano, "antes desta difusão é impõe-se perguntar sobre que tipo de saber ter norteado a vida dos homens". Também denunciava a desigualdade das classes sociais, diz NASCIMENTO (2004) sobre as idéias do pensador: "um povo (...) só será livre quando tiver todas as condições de elaborar suas leis num clima de igualdade, de tal modo que a obediência a essas mesmas leis não signifique, na verdade uma submissão à deliberação de si mesmo e de cada cidadão, como partes do poder soberano. Isto é, uma submissão à vontade geral e não à vontade de um indivíduo em particular ou de um grupo de indivíduos."(p.196)

é produtor da história fica limitado pelas condições estruturais que o cercam para poder fazê-la. “ A história não faz nada, ‘não possui uma riqueza imensa’, ‘não dá combates’, é o próprio homem, o homem real e vivo que faz tudo isso...” (A Sagrada Família – 1844 in FERNANDES, 2001 p.48) Acredita que os homens são produtores da sua história, porém “...não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado” O 18 Brumário (idem ibidem p. 48).

Na pesquisa bibliográfica sobre o pensamento marxista⁵⁰ em busca de uma fundamentação sobre emancipação humana encontramos em KONDER (1998), FERNANDES (2001), BOTTOMORE (1988), VÁZQUEZ (2001), FREDERICO (1995) e ROUANET (1987), a indicação de que a temática seria encontrada (de forma explícita) nas obras do jovem Marx: “A Questão Judaica” escrita em fins de 1843 – 1844 e na “Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel” (1844), logo, fontes indispensáveis para esta tese. Além de outras obras onde o tema é abordado não de forma específica, mas atravessa como uma constante no estudo que o autor faz da sociedade capitalista moderna – espaço histórico que viveu enquanto teórico e militante da história em processo

Especificamente na obra “A Questão Judaica”⁵¹, Marx faz uma crítica a Bruno Bauer⁵² que questionava os Judeus pelo seu egoísmo em lutar pela sua liberdade religiosa frente ao Estado, que por sua vez negava-lhes a igualdade de direitos perante a lei. Bauer defendia o ateísmo como pré - condição para a emancipação política dos judeus: “... o judeu não pode, sem abrir mão da sua essência, ser emancipado.” (BAUER in MARX, s/d, p. 14) Isto é, para a sua emancipação o judeu

⁵⁰ Nos referimos a obra de Marx, pois sua obra “...permanece um ponto de partida indispensável, uma ferramenta insubstituível, uma bússola sem a qual temos boas chances de perder o caminho” (LÖWY, 2000, P. 61)

⁵¹ A Questão Judaica é uma das obras do jovem Marx que é marcada por um período, vivido pelo autor, como de definição e esclarecimento. “Marx ainda era um pensador hostil à dialética e, no plano político, um adepto da democracia direta; contudo no ano seguinte, exilado em Paris, trava contato com o movimento operário, com a economia política (...) Reconcilia-se com a dialética e passa a defender a superação do capitalismo.” (FREDERICO, 1995) Os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos” marcam esse novo tempo para o autor, na reorientação teórica de sua produção e iniciando a sua identificação com os ideais comunistas.

⁵² “...Bruno Bauer (1809 – 1882), teólogo que foi aluno de Hegel e que, com base nos ensinamentos de seu mestre, exerceu aguda crítica às interpretações vigentes da Bíblia, tentando ver historicamente o fenômeno do cristianismo” (FERNANDES, 2001, p. 194)

deveria emancipar-se de sua própria religião,⁵³ pois a influência dos ideais religiosos iria se sobressair à sua natureza humana.

A crítica de Marx referia-se à limitação dos questionamentos de Bauer sobre a emancipação política pretendida pelos judeus, enfocando determinantes religiosos e políticos limitados à circunferência da sociedade burguesa para tanto⁵⁴. Bauer ignorava a luta secular: "... a relação entre o Estado político e suas premissas, sejam estas elementos materiais, como a propriedade privada, etc., ou elementos espirituais, como a cultura e a religião; desconhece a luta entre o interesse geral e o interesse particular, o divórcio entre o Estado político e a sociedade burguesa: deixa de pé estas antíteses seculares, limitando-se a polemizar contra sua expressão religiosa." (MARX, s/d, p. 27 – 28)⁵⁵

Marx polemiza então, nesse momento da história e da sua produção, a relação da religião com o Estado dando seqüência aos seus estudos sobre o Estado moderno a partir de uma questão concreta da época e tematizando a questão da emancipação humana, que em seu entendimento constitui uma fase superior à emancipação política. "Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual. É obvio que nos referimos à emancipação real, a emancipação prática." (MARX, s/d, p.28) O autor questiona o caráter dos direitos humanos defendidos pela Revolução Francesa; e FREDERICO (1995, p.98) complementa: estes "... não exprimem a identidade entre os homens, mas sim a *separação* do homem em relação ao homem. Expressam portanto, uma concepção negativa que vê na realidade do outro não a realização, mas um *limite* da liberdade

⁵³ Havia um embate entre o Estado prussiano (que tinha no cristianismo sua base religiosa) e os judeus que queriam emancipar-se politicamente do mesmo tendo acesso e igualdade de direitos perante o Estado como os demais cidadãos prussianos.

⁵⁴ A exemplo podemos citar a concepção de direitos humanos "Os direitos humanos não são(...) uma dádiva da natureza, um presente da história, mas fruto da luta contra o acaso do nascimento, contra os privilégios da história, até então, vinha transmitindo hereditariamente de geração em geração. São o resultado da cultura; Só pode possuí-los aquele que os soube adquirir e merecê-los." "E, do mesmo modo, não pode o cristão, como tal, conceder nenhuma espécie de direitos humanos" (BAUER, in MARX, s/d, p.38)

⁵⁵ Marx faz a crítica dizendo que a "sociedade burguesa engendra constantemente o judeu em suas próprias entranhas". E então questiona: "Qual era o fundamento da religião hebraica? A necessidade prática, o egoísmo (...) é o princípio da sociedade burguesa e se manifesta como tal em toda a sua pureza da mesma maneira que a sociedade burguesa extrai totalmente de seu próprio seio o Estado político. *O Deus da necessidade prática e do egoísmo é o dinheiro.* (...) O dinheiro é o valor geral de todas as coisas..." (MARX, s/d, p.59)

individual”. Assim, priorizam o homem egoísta restringindo os seus interesses particulares e levando a uma indiferença da vida comunitária. Marx destaca que os direitos “... só podem ser exercidos em comunidade com outros homens, seu conteúdo é a participação na comunidade, e conseqüentemente, na comunidade política, no Estado.” (p.39)

Com esse argumento defende que Bauer estava enganado em criticar os judeus, pois a emancipação destes para com a religião não lhes permitirá a eliminação da contraditória relação com o Estado (prussiano), mesmo gozando dos direitos civis instituídos, continuará a estrutural alienação humana, conservando interesses particulares para além dos coletivos, e com isso a manutenção das características e fundamentos da sociedade burguesa.

Afirma ainda que, o homem se emancipa politicamente da religião ao bani-la do direito público transferindo-a para o direito privado. A religião então, nada tem a ver com o Estado democrático, mas deve estar vinculada a esfera da vida privada. “O chamado Estado cristão necessita da religião cristã para aperfeiçoar-se como Estado. O Estado democrático, real, não necessita da religião para seu aperfeiçoamento político.” (MARX, s/d,p.31)

Fica explicito em suas argumentações que emancipação tem a ver com democracia. Segundo VÁZQUEZ (2001) o que Marx chama de “emancipação humana” (em A Questão Judaica – 1844) equivale a “verdadeira democracia” que por sua vez “... significa a superação da eliminação do universal e do particular, do homem político e do homem real, egoísta, da sociedade burguesa.” (p.66) Marx critica a emancipação nos moldes desta sociedade, pois a emancipação apregoada se caracteriza pelo “... indivíduo fechado em si mesmo, em seu interesse próprio e em sua arbitrariedade privada e dissociado da comunidade.” (MARX, apud VÁZQUEZ, 2001, p. 67) A emancipação humana só poderá ser alcançada fora da sociedade burguesa, com a superação dos interesses individuais, da dominação e da falta de liberdade.

De outra forma a “...liberdade do egoísta e o reconhecimento desta liberdade são a expressão do reconhecimento do movimento desenfreado dos elementos espirituais e materiais que formam seu conteúdo de vida. Por conseguinte, não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da

propriedade, obteve liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial” (MARX, s/d, p.50)

Na crítica à Modernidade, argumenta que os direitos humanos instituídos pela Revolução Francesa (1789) desembocaram em momentos contraditórios: por um lado revolucionaram as relações feudais, por outro, cercam o indivíduo em seu egoísmo, na sua propriedade, na sua liberdade perdendo a dimensão da totalidade onde está inserido. Portanto, diz MARX que toda

... emancipação é a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente e, de outro, a cidadão do Estado, a pessoa moral. Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o **homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propes’ como forças sociais** e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (s/d,p. 52) (grifo nosso)

Tendo a emancipação como horizonte dos direitos humanos, Marx é determinado em dizer que o processo que extrapola o círculo do indivíduo independente da sociedade burguesa, para converter suas relações individuais numa dimensão social, como força social organizada na construção democrática de outro tipo de sociedade é que a emancipação humana se realiza. Esse argumento marxiano começa a ser expresso quando busca referência na economia política, o que amadurece o seu ‘pensamento jovem’. Especificamente na “Introdução da crítica da filosofia do direito de Hegel” evolui da crítica à religião à análise política da emancipação como ultrapassagem da auto-alienação através da revolução social. (FREDERICO, 1995) Esta pretende ser radical, e ser radical “... é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem.” (MARX, sd, 117) Assim sendo, a recorrência à revolução radical consiste em atacar o problema pela raiz, eliminando-o para a instituição de uma nova sociedade: a comunista. Atribui a classe proletária o papel revolucionário e a filosofia de Hegel a energia para iluminar a práxis que “... é sinônimo de ação política revolucionária, mas de ação movida por uma idéia que lhe é exterior e que tudo conduz. É do próprio movimento do pensamento que brota a reivindicação da emancipação humana como um

‘imperativo categórico’, para retomarmos a expressão idealista empregada por Marx.” (FREDERICO, 1995, p. 108)

O produto dessa evolução é a verdadeira democracia que aparece em “... substituição à antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos, surgirá uma associação livre na qual o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento de todos.” (MARX, apud VÁZQUEZ, 2001, p.69)

Marx faz a crítica à democracia burguesa (sem negar seus elementos progressistas)⁵⁶ indicando sua incapacidade de abranger o bem geral, além de sua classe. O limite da democracia está no limite da classe, por conseguinte, um meio e não um fim, um meio ladeado por fundamentos formais e liberais que são inseparáveis da instituição da propriedade privada. A derrubada do poder burguês e a construção da democracia do proletariado significam a “vitória da democracia”.

Não considera as conquistas da democracia burguesa como efetivamente democráticas, mas as supera considerando a importância da democracia representativa (própria da sociedade burguesa), dando-lhe outra forma e articulando-a a democracia direta. Assim não haverá a concentração do poder nas mãos de uma minoria, mas sim concorrerá a uma fase superior de uma nova sociedade, através da autogestão da classe trabalhadora (VÁZQUEZ, 2001)

Para Marx a democracia está intrinsecamente vinculada a liberdade e para tanto, enquanto existir o Estado, a parte ou acima da Sociedade Civil, a liberdade não poderá existir. Sua proposta é que o Estado seja um órgão complementar e subordinado à sociedade civil, e no desenvolvimento desta relação democrática – o Estado será extinto e serão criadas instituições democráticas no seio da Sociedade Civil⁵⁷: “A democracia é, ao mesmo tempo, causa e efeito desse processo; em consequência, a democracia é parte indissolúvel e vital dessa nova sociedade. Tal é

⁵⁶ “A democracia, pelo contrário, é para Marx um fim em si. A partir dessa ótica, critica a democracia burguesa liberal, sem que isso signifique negar seus elementos progressistas e, à frente deles, o princípio da representatividade, uma vez liberado de sua limitação burguesa. A esse respeito, aborda em mais de uma ocasião o sufrágio universal, vendo-o dentro do processo de luta pela abolição do Estado e da sociedade civil.” (VÁZQUEZ, 2001, p.70)

⁵⁷ Para ilustrar a preocupação de Marx sobre a relação do Estado com a sociedade civil temos o comentário de MONAL (2003, p. 191): “O jovem Marx, na obra ‘A questão judaica’, atribui a sociedade civil e a sua relação com o Estado um posto central. E já então (...) Marx não acreditava que a sociedade civil abrangesse somente condições materiais. Num texto posterior ‘O 18 Brumário’, Marx inclui muito claramente no interior da sociedade civil as organizações e os movimentos associativos de grupos e de cidadãos. Em ‘A guerra civil na França’ – o autor defende a necessidade de superação da cisão entre sociedade civil e Estado – própria da sociedade capitalista para a edificação de uma nova sociedade: a comunista.”

o ensinamento que oferece a análise marxiana da Comuna de Paris” (VÁZQUEZ, 2001, p. 75)

A Comuna (1871)⁵⁸ conhecida como a primeira manifestação verdadeiramente revolucionária da luta de classes na história moderna, representou a emancipação da classe operária caracterizada como uma emancipação coletiva, superando o trabalho alienado pela socialização de atividades e de poderes públicos, enfrentando a dominação da classe burguesa e do Estado, negando a propriedade privada e do capital. A classe operária teve o papel primordial de governar o país, o proletário teve o poder nas mãos, porém tal experiência não logrou êxito por muito tempo, o governo francês fez a contra revolução tomando poder novamente.⁵⁹

No argumento marxiano para a instituição de uma nova sociedade é necessária a emancipação da classe oprimida (que é a “... condição vital de toda sociedade fundada sobre o antagonismo de classes.” – MARX in FERNANDES, 2001 -). E para esta se libertar “... é preciso que as forças já adquiridas e as relações sociais existentes não possam mais existir umas do lado das outras.” (idem, ibidem) Nenhum organismo, ou outra classe a libertará da condição de opressão senão a própria classe oprimida. “A emancipação da classe operária deve ser tarefa dos próprios operários; ... a luta pela emancipação da classe operária não é uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e pela abolição de todo domínio de classe” (MARX, apud IANNI, 1985, p.82)

⁵⁸ “ Na eticidade alternativa, tudo será produzido e distribuído comunitariamente, serão transparentes para todos os indivíduos as relações de planejamento, de produção e de distribuição (...) No capitalismo, tem primazia a integração sistêmica; no socialismo, a interação social: trata-se portanto, de socialização orientada pela interação. A questão que permanece não suficiente pensada por Marx é precisamente como conceber um processo de socialização personalizante.” (OLIVEIRA, 1993, p. 278) Também encontramos em SEMERARO (2001) a conclusão que Marx havia chegado quanto a necessidade da mudança substancial que deveria ser operada na natureza do Estado e das relações humanas na experiência da Comuna de Paris: “... não era suficiente para a classe operária apropriar-se simplesmente da máquina estatal existente e colocá-la em movimento para as suas finalidades. O domínio político dos produtores exigia também a superação da escravidão social.” (p.97)

⁵⁹ Sobre a Comuna de Paris consultar MARX, A Guerra Civil na França in FERNANDES (2001) , KONDER (1998), MOTA (1989)

LÖWY (2000) debatendo a importância de um “marxismo crítico”⁶⁰ na atualidade, também remete sua análise a essa posição de Marx dizendo que “... não há outra forma de emancipação autêntica que não a auto-emancipação (p.60)

Concordamos com LÖWY⁶¹ na afirmativa de que existe “... uma ética emancipadora universal que atravessa a obra de Marx e Engels...” (p.63) Em especial *A Questão Judaica* e a *Introdução à crítica da Filosofia do Direito de Hegel* – nas quais o *jovem Marx* dedica maior atenção à temática ou em outras obras trazidas nesta sistematização, como *A Guerra Civil na França* e *a Ideologia Alemã*⁶². Passando de uma crítica à religião, a alienação, ao direito, ao Estado moderno até chegar (através da aproximação com a economia política) na crítica do modo de produção capitalista e a centralidade do trabalho – meio de alienação e desalienação humana – e nestes situar o proletariado como classe revolucionária responsável pela implantação do comunismo e com este a efetivação de emancipação humana.

Também dessa sistematização podemos concluir que para Marx a emancipação poderá ocorrer num processo de auto – conscientização da classe proletária (no âmbito das relações sociais de produção através da absorção da filosofia enquanto instrumento de conhecimento revolucionário), que poderá lutar

⁶⁰ Nesse artigo Löwy argumenta que o marxismo representa uma nova concepção de mundo e que permanece uma referência necessária para todo pensamento e ação emancipadores. Os objetivos emancipadores constituem sua aposta fundamental. E, somado a essa referência fundamental “... os novos paradigmas propostos atualmente (...) aportam freqüentemente contribuições interessantes, mas não constituem de forma alguma alternativas superiores ao marxismo em termos de compreensão da realidade, de universalidade crítica e de radicalidade emancipadora.” (LÖWY, 2000, P. 66) Segundo este autor, numa abordagem aberta e de disposição a aprender, podemos nos enriquecer com as contribuições vindas de outros paradigmas. O enriquecimento do marxismo está também em visitar outras correntes não marxistas – sabendo as utilizar – sem que isso diminua a coerência teórica da produção teórico-prática.

Ainda neste artigo, afirma que apesar da referência central à obra marxiana não quer dizer que não existam problemas, dificuldades, limitações e insuficiências na mesma.

⁶¹ Com isso podemos utilizar a referência marxiana, agregando à mesma, outras que venham contribuir em nosso entendimento sobre emancipação social, sem que isso diminua a unidade e coerência teórica de sua obra. “A pretensão de reservar ao marxismo o monopólio da ciência, rejeitando as outras correntes de pensamento para o purgatório da pura ideologia, não tem nada a ver com a concepção que Marx tinha da articulação conflituosa de sua teoria com a produção contemporânea.” (LÖWY, 67) O autor indica ainda que a obra de Marx deve ser considerada como um “*canteiro de obras*” onde as gerações marxistas contemporâneas continuam a trabalhar, podendo haver acréscimos e atualizações.

⁶² Segundo Fernandes (2001) na *Ideologia Alemã* (1845 – 1846) se encontra a sistematização que Marx e Engels empreenderam em comum da história como ciência e também o esboço de uma teoria geral da sociedade, o núcleo de uma fecunda teoria das classes sociais e da ideologia, focalizadas na perspectiva da revolução burguesa em processo, e a inclusão explícita do comunismo no ponto de vista científico. Na *Guerra Civil na França* (1849), vigoroso estudo histórico, se encontra uma refinada problematização das funções políticas das classes sociais e do Estado. A compreensão da situação histórica francesa como uma totalidade. Estudo sobre as derrotas das revoluções na Europa, em especial na França, que eram inconcebíveis para os círculos socialistas e comunistas, trazendo uma crise para os mesmos.

pela instauração de uma nova sociedade, implicando na extinção do capitalismo. A emancipação da classe operária é tarefa dos próprios operários, e se dará através da emancipação do trabalho alienado. Marx distingue a emancipação política da emancipação humana, questionando os direitos humanos burgueses, e que, através deles não se chegará a verdadeira emancipação humana, pois são limitados a uma classe da sociedade burguesa. “Esta classe emancipa toda a sociedade, mas apenas sob a hipótese de que toda a sociedade se encontre na situação desta classe, isto é, que possua, por exemplo, dinheiro e cultura ou que possa adquiri-los.” (MARX, s/d, p.121)

Sobre a relação contraditória entre os direitos humanos burgueses e o seu alcance CASTEL aborda em “As Metamorfoses da Questão Social” (1998) , dizendo que antes de 1848 não havia debate público expressivo sobre a indignação e sobre as condições de trabalho ocasionadas principalmente pela Revolução Industrial e seu esquema de acumulação capitalista. Somente na metade do século XIX – por força das manifestações operárias⁶³ –é que existe uma tomada de consciência sobre a miséria reinante na classe trabalhadora versus o desenvolvimento da riqueza e do progresso. Deste modo, configura-se a Questão Social⁶⁴ “...suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial. É a questão do pauperismo (...) Difunde-se então a convicção de que aí de fato ‘uma ameaça à ordem política e moral’ (...) Entenda-se isso como fato de que a sociedade liberal corre risco de explodir devido às novas tensões sociais que são a consequência de uma industrialização selvagem.” (1998, p. 30)

Diz o autor que a sociedade da primeira metade do século XIX não ficou indiferente à Questão, mas sim, lança mão de “estratégias sociais e de um fazer

⁶³ É dentro do próprio sistema capitalista que emergem as forças para enfrentar as contradições que lhe são peculiares, ou melhor, nas palavras de Marx: “As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os *proletários*.”(Manifesto do Partido Comunista – 1848).

⁶⁴A constituição da Questão Social esta vinculada à emergência da classe operária e das contradições das condições de trabalho e das relações de dominação do capital sobre o trabalho, em especial na segunda metade do século XIX ., melhor esclarecido nas palavras de CASTEL: “A ‘questão social’ é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjugar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência. Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830” (1998, p. 30)

social”, no sentido de estabelecer uma relação social tutelada e protegida, criando redes de interdependência entre superiores e inferiores, “...entre o povo miúdo e seus guias preocupados com o bem comum” (p.282). Transcendendo essa “relação de ajuda” entre as classes, tem-se um denominador comum que pretende “perpetuar a **menoridade social** dos dominados” (p. 282) (grifo nosso), ou seja, impedir a **emancipação social** através da determinação moral e individualista da pobreza e da desigualdade.

Aquela liberdade preconizada pelos movimentos burgueses acaba incidindo de forma negativa e parcial no fenômeno da pobreza, que atravessava o progresso e o desenvolvimento, pois “todo cidadão era livre”, portanto, era de sua responsabilidade a sua condição econômica e social. Desta forma há uma moral individualista que molda a leitura do social, e não aquela individualidade apregoada pelo movimento revolucionário do período. O social ganha espaço no palco das discussões do XIX devido às proporções da Questão Social, porém com um viés impróprio e contraditório.

Sabemos também que há uma positividade nestes movimentos, pois trazem a tona, ao debate público, questionamentos sobre as condições de trabalho e renda e após longo processo de luta, decorrendo as conquistas de direitos à classe trabalhadora. Todavia, negativamente, temos a direção social e o rumo que estas tomaram – nas mãos da classe burguesa, do liberalismo, do capitalismo – impedindo o gozo dos direitos pela classe subalterna e a saída de sua menoridade social, nas palavras de Castel.⁶⁵

Portadoras de um múltiplo caráter, as conquistas sociais e políticas advindas dos movimentos, revoluções e correntes filosóficas dos séculos onde a sociedade moderna emergiu e se desenvolveu, não podem ser desprezadas, pois forneceram elementos e questionamentos políticos para os países que viviam sistemas de governo autoritários, subsidiaram ações políticas mais diversas e também fizeram

⁶⁵ Castel é uma referência de grande vulto sobre a temática da Questão Social, sua historicidade, suas formas de enfrentamento na sociedade capitalista, o pauperismo engendrado pela industrialização, os movimentos para instituição do trabalho como direito humano-social. Buscando a questão da emancipação social em seus escritos, identificamos que o autor fornece um importante determinante: a vigência e o acesso ao trabalho como direito, pela instituição dos direitos sociais como condição de emancipação social. No contexto desta tese não vamos seguir o caminho que passa pela discussão do Estado e da legislação social conforme segue Castel na obra “As Metamorfoses da Questão Social”, mas trilharemos um caminho na perspectiva gramsciana para reconstruir um entendimento sobre emancipação social, conforme sistematizado no próximo capítulo.

aparecer os reclames pelos direitos humano-sociais, pelo trabalho digno, cidadania e pela justiça social. Com essas determinações identificamos a demanda histórica que clama pela **emancipação política e pela emancipação social**, somadas à dimensão humana (que já era questionada / buscada pelo Humanismo), devido às necessidades concretas dos movimentos revolucionários empreendidos no período e que ainda são contemporâneas⁶⁶.

Hobsbawm, em seu livro “Ecos de Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa”, analisa o seu significado em seu bicentenário, destacando-a como um paradigma das revoluções sociais futuras, com os seus impactos liberais, como a fundação do século XIX, entre outros, afirmando que “... não se pode deixar de repetir sempre – tanto o liberalismo quanto a revolução social, quanto a burguesia quanto, potencialmente, o proletariado, tanto a democracia (em qualquer de suas versões) quanto a ditadura encontram seus ancestrais na extraordinária década que começou com a convocação dos Estados-Gerais, a Tomada da Bastilha e a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.”(HOBSBAWM, 1996: 81)

Esse período...

... constitui a maior transformação da história humana desde os tempos remotos quando o homem inventou a agricultura e a metalurgia, a escrita, a cidade e o Estado. Essa revolução transformou, e continua a transformar, o mundo inteiro. Mas ao considerá-la devemos **distinguir cuidadosamente entre os seus resultados** de longo alcance, que não podem ser limitados a qualquer estrutura social, organização política ou distribuição de poder de recursos internacionais, e sua fase inicial e decisiva, que estava intimamente ligada a uma situação internacional e social específica. A grande revolução de 1789 – 1848 foi o triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade *‘burguesa’* liberal; não da ‘economia moderna’ ou do ‘Estado moderno’, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte)... (HOBSBAWM, 2001,p.17) (grifo nosso)

⁶⁶Os reclames dos movimentos originaram as legislações e conquistas da classe trabalhadora, na contemporaneidade as transformações no mundo do trabalho (relações e proteção social) referem-se a outra conjuntura. Existe amplo debate sobre a contemporaneidade da Questão Social e suas novas configurações. Há quem diga que há nova Questão Social, porém nos referendamos em YASBEK, (2001) para afirmar que na essência ela permanece a mesma: “Questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma por se tratar de uma questão estrutural, que não se resolve numa formação econômico social por natureza excludente.” (p.33) Por esse motivo a afirmativa de que permanecem contemporâneas estruturalmente as necessidades da classe trabalhadora/ movimentos sociais.

Essas características moldam também o século XX e agora o XXI, limitando a emancipação a uma parcela da população localizada globalmente e mesmo assim não a totalidade desta população. Esse momento histórico mostra-se multifacetário, ou seja, de um lado aboliu o Antigo Regime (Absolutismo/Feudalismo) instituindo direitos, liberdade e igualdade àqueles de sua classe, e por outro, excluiu aqueles que não tinham propriedades nem capital, que apenas contavam com sua força de trabalho. Como consequência, a igualdade e a liberdade não se aplicam a esta parcela da população.

A emancipação difundida pelos ideólogos burgueses estendia-se para o homem em geral, mas ficou limitada ao sujeito histórico que encabeçou o movimento iluminista, que lutava pela “liberdade” de comércio, de expressão... Portanto, o Iluminismo reflete⁶⁷ e caracteriza-se também como uma filosofia burguesa⁶⁸, que por sua vez não foi um movimento coeso e uniforme, mas de extrema importância para a remodelagem da sociedade moderna.

Segundo ROUANET (1987 e 1993) o Iluminismo é uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, portanto tem caráter “trans-epocal” que cruza transversalmente a história e que existe ainda hoje. O autor é um defensor acirrado do Iluminismo, mas também, discute as lacunas e dificuldades da filosofia iluminista, não abrindo mão da sua vitalidade, aplicabilidade e vigência na sociedade contemporânea, caracterizada pelo autor, como moderna. O Iluminismo se mantém vivo pela sua constante que é o trabalho de negação e crítica permanente da realidade, estendendo-a inclusive como auto-avaliação de sua programática e de suas realizações históricas. Congrega diferentes correntes de pensamentos e que incorporam de diversas formas as categorias iluministas modelando-as conforme suas teleologias. Sem esquecer que a sociedade liberal moderna é fruto do

⁶⁷ Encontramos em teóricos – analistas a posição de que “O iluminismo é um movimento de originalidade teórica fraca; é principalmente eclético. A ciência interpretada em sentido prático e utilitarista, é o núcleo ao redor do qual gravita o pensamento. É a ciência que dá ao séc XVIII a segurança e a confiança na razão” (BOBBIO,1994,p. 606) Ou seja, tudo deveria ser comprovado pela ciência para ter valor. Após longo período de explicação dogmática e religiosa dos fenômenos, o Iluminismo, através de sua vertente liberal / positivista reverteu tal situação chegando a radicalizar o sentido oposto desta.

⁶⁸ “Não é propriamente correto chamarmos o ‘iluminismo’ de uma ideologia da classe média (...) que assumiram como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista (...) Embora na prática os líderes da emancipação exigidas pelo iluminismo fossem provavelmente membros de escalões médios da sociedade (...) e embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e ‘burguesa’. (...) É mais correto chamarmos o ‘iluminismo’ de ideologia revolucionária (...) Pois o iluminismo indicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa.” (HOBSBAWM, 2001, 38)

Iluminismo, transformando a liberdade e autonomia humana (seus maiores objetivos) em meras fachadas formais.

Lembra o autor que o Iluminismo também é referência para os marxistas que questionam o seu desvirtuamento, lutando por "... uma emancipação universal do gênero humano, indo além da emancipação parcial alcançada pela Revolução Francesa." (1987, p. 201) Inclusive utilizam-se da análise crítica, que é peculiar ao Iluminismo, para repensá-lo e manter acesa a chama iluminista na sociedade contemporânea, através do fomento a ideais racionais e de uma sociedade igualitária.

As críticas ao Iluminismo referem-se, então, ao não alcance da universalidade, que foi cooptada por uma classe social, conforme vimos anteriormente. Deste modo, a "... batalha para estender a todos o uso dos direitos humanos ainda não está ganha. É uma batalha Iluminista, que não pode ser travada sem uma crítica do Iluminismo institucionalizado..." (ROUANET, 1987, p.205) que desqualifica a autonomia e a liberdade humana retraindo a sua "maioridade", ou seja, o conhecimento, a análise crítica, a autonomia e liberdade são elementos constitutivos e facilitadores do processo de emancipação humano-social e política.

Sabemos que as críticas à Modernidade e ao Iluminismo - devido ao otimismo utópico à razão e à ciência, vistas como uma fé ingênua, que resultaram em novas formas de dominação e de particularismos - desembocaram numa revolta anti-moderna sem mesmo termos vivido plenamente a Modernidade e os fundamentos iluministas. Então podemos concluir, provisoriamente, que vivemos uma pseudo Modernidade e um pseudo Iluminismo⁶⁹.

Convivemos com esse quadro desigual e contraditório desde a emergência do

⁶⁹ Respaldados em ROUANET (1987 e 1993) fazemos essa afirmativa, mas, com isso também, não queremos defender que seus fundamentos / base concreta não sejam apropriados para serem realizados, mas sim, que o seu real desenvolvimento foi desvirtuado dos fins últimos a que se destinam.

capitalismo⁷⁰, o que vem se acirrando com sua fase tardia⁷¹, porém, lembremos que neste mesmo espaço, conquistas democráticas foram sendo edificadas; e que, através das desigualdades e das contradições que as lutas sociais foram sendo historicamente construídas, como conquistas dos homens, e não acima deles. A história humana moderna nos mostra as várias expressões das múltiplas faces de uma sociedade complexa, que é palco de muitas forças em presença, constituindo um movimento dialético de negação, superação e emergência de novos conflitos.

A modernidade se afirma e reafirma por meio da negação. A modernidade pode manter sua identidade somente se várias coisas mudarem constantemente e se pelo menos algumas coisas forem continuamente substituídas por outras. A Modernidade prospera sobre conflitos internos. Quando um conflito, chamado de contradição pelos filósofos, é negado (ou superado) novos conflitos ocupam imediatamente seu lugar, e esse processo de negação/superação continua infinitamente. (HELLER e FEHÉR, 1995,p. 53)

Nesse movimento plural, acreditamos que existe, paralelamente a tendência hegemônica moderna, uma razão emancipatória, não manifestada em sua totalidade, mas que também move a história da humanidade e compõe todos os marcos históricos trazidos nesta sistematização (Iluminismo, Revolução Francesa, movimentos revolucionários, Modernidade). Existem forças em luta tendendo para lados opostos e configurando dimensões que representam visões de mundo diferenciadas. Sabemos que ideológica e economicamente prevaleceu uma visão que não prima pela emancipação social, mas nem por isso o debate e a perspectiva crítica estiveram ausentes, pelo contrário, desempenharam um papel preponderante - através das rupturas com o instituído - na construção do pensamento moderno.

É nessa perspectiva que se pretende fixar a argumentação e compreender como a emancipação social foi sendo construída e/ou desconstruída pela história, e com isso lembramos as palavras de Voltaire, 1694 – 1778: “Temos de pensar que

⁷⁰ Com isso não queremos dizer que a desigualdade econômica e social não existia fora do capitalismo, mas não era foco de debate ou de movimentos revolucionários como o foi nos séculos enunciados.

⁷¹ O termo *capitalismo tardio* segundo NETTO (1996) é encontrado em Mandel como característica do capitalismo monopolista contemporâneo “... que quer enfrentar a nova agudização das suas contradições imanentes recorrendo a um outro regime de acumulação, ‘flexível’, que implica, necessariamente, um correspondente modo de regulação.” (p. 90) Também encontramos o termo em JAMESON (1997) quando analisa o pós-modernismo como tendência cultural da fase mais profunda do capitalismo, o capitalismo multinacional com suas marcas: nova divisão internacional do trabalho, nova dinâmica de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores, computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, além das conseqüências sociais e do desemprego estrutural.

nem tudo é compacto na natureza, há vazios, lacunas, e que nem todo movimento se propaga progressivamente” (in MOTA, 1989, p. 13)

Aspecto que pretendemos ainda discutir no decorrer deste capítulo. Para tanto, vejamos na seqüência quais os caminhos que a razão iluminista emancipatória trilhou na pseudo Modernidade.

1.2. - A Razão Crítica como Fundamento à Emancipação Social.

KOSIK (1989) afirma que para entender o problema de como a racionalização se transforma em violência, que exclui a razão e gera o irracionalismo na sociedade capitalista moderna, deve-se ter como ponto de partida, desta inversão, uma análise histórica da razão.⁷²

Para compor uma síntese histórica inicialmente encontramos a origem da palavra razão na cultura da chamada sociedade ocidental. Essa origem dá-se...

... de duas fontes: a palavra latina *ratio* e a palavra grega *logos*. Essas duas palavras são substantivos derivados de dois verbos que têm um sentido muito parecido em latim e em grego. *Logos* vem do verbo *legein*, que quer dizer: contar, reunir, juntar, calcular. *Ratio* vem do verbo *reor*, que quer dizer: contar, reunir, medir, juntar, separar, calcular... *logos, ratio ou razão* significam pensar e falar ordenadamente, com medida e proporção, com clareza e de modo compreensível para outros. Assim, na origem, razão é a capacidade intelectual para pensar e exprimir-se correta e claramente, para pensar e dizer as coisas tais como são. **A razão é uma maneira de organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível.** É também, a confiança de que podemos ordenar e organizar as coisas porque são organizáveis, ordenáveis, compreensíveis nelas mesmas, isto é, as próprias coisas são racionais. (CHAUI, 1999, p.59) (grifo nosso)

A discussão da temática tem origem grega e desde então vem sendo demarcada historicamente. Na Antiguidade⁷³ a definição do homem é a do animal racional, é a razão que o difere do animal irracional e da natureza e ainda o torna semelhante a Deus. Na sociedade medieval a razão humana que não tinha valor, devido à necessidade de mantê-la subjugada aos preceitos religiosos, na Modernidade, conquista a duras penas espaço central no debate e prática social.

Aqui a razão tem a missão de defender a capacidade humana de compreender e organizar a realidade por conta própria, independente de ingerências

⁷² Existem significativas contribuições que trazem a análise histórica da razão: CHAUI (1999), OLIVEIRA (1996) Z Aidan Filho (1989), Coutinho (1972), Guerra (1995), Kosik (1989). Para cumprir com os objetivos dessa tese nos deteremos numa contextualização das determinações sócio-históricas e dos caminhos da razão na Modernidade, sem necessariamente abordar as diferentes correntes de pensamento filosófico e seus representantes, enfocando as duas grandes marcas da razão moderna: instrumental e crítica.

⁷³ Segundo Severino (1994) a Antiguidade compreende 500 ac – 100 dC, a Era Cristã 100 – 450, Idade Média 450 – 1400, Idade Moderna séc. XV - XIX e a Idade Contemporânea XX.

metafísicas e de domínio sobre a natureza no sentido de eliminar carências e potencializar a ciência e a técnica em nome do “progresso”.

Segundo OLIVEIRA (1996) na Modernidade emergiu a consciência de que se estava criando um “novo começo de esclarecimento”, “de transformação decisiva da humanidade através da razão” no processo civilizatório do Ocidente, todavia, o autor contesta dizendo que na realidade, tratava-se do velho ideal grego de uma civilização da razão.

Investigando sobre o tema da sociabilidade, o autor argumenta que esta é vista no pensamento grego como algo constitutivo da essência humana de modo que somente na “comunidade política” (pólis) que o homem – como essencialmente político – pode encontrar sua auto – efetivação. Para o pensamento clássico a situação natural do homem é a vida em sociedade, lugar de sua auto – realização numa comunidade alicerçada no mútuo reconhecimento dos homens enquanto seres de liberdade.

E na Modernidade a sociabilidade humana tem outro enfoque: respaldada na razão que emerge com um novo sentido de liberdade, o homem é livre uma vez que, seguindo a sua razão, pode decidir e optar por conta própria. É portador de direitos naturais que devem ser considerados e respeitados na sociedade, constituindo-se numa sociabilidade pautada prioritariamente em preceitos individuais. “Explicita-se aqui o tema central da modernidade: a razão é o grande instrumento de emancipação da humanidade, a fonte de criação do começo do novo para o homem, o penhor de sua vida autônoma (...) É a razão que constrói o homem enquanto tal”.(OLIVEIRA, 1996, p18 –19).

Essa “inversão” da razão clássica à moderna, com o sentido de novo, traz o primado do indivíduo sobre a comunidade social e política, que por sua vez é o axioma fundamental da teoria política dos tempos modernos “... a socialização e a normatização do agir ocorrem no interesse do indivíduo, portanto na perspectiva do interesse por sua segurança, pela consecução da propriedade e do prazer (...) em virtude da satisfação de necessidades individuais”.(OLIVEIRA,1996, p.20).

Nessa perspectiva a racionalidade no comportamento humano significará a eficiência na consecução dos meios necessários à satisfação de desejos, com esta

base “filosófica” a liberdade significa a “liberdade de possuir”. Se o homem é proprietário de si, então pode alienar a sua força de trabalho, entrar em relação com outros, sem que isso se choque com a sua autonomia. “É essa concepção de igualdade da pessoa enquanto tal que se vai exprimir nas diferentes teorias modernas do ‘direito natural’”.(OLIVEIRA,1996, p.22) O Humanismo – referência filosófica da Modernidade – na prática perde seu caráter ético, transformando-se num “ego-ismo”, num individualismo que cerceia a sociabilidade humana e suas possibilidades de criação.

As diferentes concepções de razão que emergiram nos distintos períodos históricos: da razão como determinante da vida em sociedade e da razão como determinante do primado do indivíduo, influenciaram várias correntes de pensamento; que por sua vez, multiplicaram as concepções de razão, de conhecimento, de relação sujeito objeto, de padrões de racionalidade ⁷⁴ que vão fundar os paradigmas de conhecimento nas ciências humano sociais. Partindo do Criticismo de Kant (1724 – 1804) ao Idealismo Dialético de Hegel (1770 – 1831) ao Racionalismo Empirista / Positivismo de Durkheim (1858 – 1917) ao Marxismo de Marx e Engels (1818 – 1883) (SEVERINO, 1994).

Há, deste modo, diferentes configurações da razão na história, que podem trazer diferenças, rupturas, superações, inversões, continuidades em relação aos pensamentos filosóficos – políticos – e culturais anteriores àquele em questão. CHAUI (1999) afirma que a razão moderna é resultado da superação do processo histórico dos conflitos e contradições sócio - políticas do final da Idade Média e da

⁷⁴A exemplo pode-se citar Immanuel Kant, filósofo alemão do século XVIII, nome representativo da filosofia iluminista, ao qual ainda faz-se referência na contemporaneidade, defende que a razão possui uma estrutura universal, porque é a mesma para todos os seres humanos, portanto é inata, mas depende da experiência do sujeito para existir e se desenvolver. A razão dá a forma ao conteúdo apreendido pelo sujeito e conseqüentemente, o entendimento à realidade, “... onde os dados empíricos são organizados, ordenados e estruturados por um sujeito lógico (...) que precisa da experiência sensível, única fonte do conteúdo empírico...”^{74m} (SEVERINO, 1994,p.104) Esta experiência abastece os conteúdos do conhecimento, para o qual a razão fornece a sua forma. Assim, entendemos a definição de razão de Chauí: “...é uma maneira de organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível.” Outro representante do período é Hegel, filósofo alemão do século XIX, que criticou a intemporalidade e o excesso de subjetivismo (o conhecimento racional dependeria exclusivamente do sujeito do conhecimento, das estruturas, da sensibilidade e do entendimento) atribuídos à verdade e à razão, compreendendo o que há de mais fundamental e de mais essencial à razão: a razão é histórica. “A unidade ou harmonia entre o objetivo e o subjetivo, entre a realidade das coisas e o sujeito do conhecimento não é um dado eterno, algo que existiu desde todo o sempre, mas é uma conquista da razão e essa conquista a razão realiza no tempo.” (CHAUI, 1999,p. 81) A unidade entre o objetivo e subjetivo é o resultado do percurso histórico ou temporal que ela realiza.⁷⁴ A razão vai sendo construída no processo histórico, pleno de determinações e contradições constitutivas da realidade.

Renascença que favorece o surgimento de uma nova racionalidade – a racionalidade moderna.

Não podemos dizer que as teorias produzidas no passado são atrasadas ou ultrapassadas, mas sim, são respostas do seu tempo, interpretações vinculadas às necessidades históricas, principalmente aquelas que se fazem aparecer hegemonicamente.

Um estudo significativo sobre a história da razão / filosofia moderna é representado por COUTINHO (1972) na obra *Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Segundo o autor a história da filosofia burguesa, constituída após o Iluminismo, é demarcada por duas etapas: a primeira vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracterizando-se como um movimento progressista que corresponde a uma racionalidade humanista dialética; a segunda representa uma radical ruptura ocorrida por volta de 1830 – 1848 – quando do abandono dos valores e conquistas do período anterior (humanismo, historicismo e razão dialética).⁷⁵ Esse abandono tem a ver com a inversão da posição da burguesia, que até então representava a totalidade do povo (combatendo o absolutismo feudal), passando a ser a classe conservadora devido à necessidade de manter veladas as contradições do “capitalismo triunfante” e também se manter hegemonicamente na condução econômica e política. A razão, como possibilidade de emancipação humana, passa a ser limitada e considerada como “insignificante” à realidade. Continua o autor analisando a traição da classe burguesa com referência às palavras de Marx:

A burguesia tinha uma exata noção do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltaram seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelaram-se contra sua própria civilização, que os deuses que inventara a tinham abandonado’ Entre o que a burguesia agora se apressava a abandonar estava, talvez em primeiro lugar, a **categoria razão**. (COUTINHO, 1972, p. 9)(grifo nosso).

Ao processo de desvirtuamento da razão o autor chama de “miséria da razão”: “... radical empobrecimento agnóstico das categorias racionais, reduzidas às simples regras formais intelectuais que operam na práxis manipulatória” (idem, *ibidem*, p.4) O século XIX consolidou tal posição através do capitalismo monopolista

⁷⁵ COUTINHO, 1972 explicita cada um destes núcleos que compõem os “momentos progressistas” no pensamento burguês revolucionário.

e da ideologia liberal, na qual formalmente todos os homens seriam livres e iguais para competir entre si e na sociedade. Contudo, a desigualdade econômica evidente acirrava as péssimas condições de trabalho e renda e com isso decorreram os problemas sociais. Não bastou a institucionalização da liberdade e da igualdade, as muitas contradições constitutivas da sociedade moderna burguesa acabaram por desmascarar o ideário da razão iluminista que inicial e formalmente tinha uma intenção progressista. Com isso se descaracteriza a razão iluminista e o produto dessas contradições é a crise da razão⁷⁶ – um descrédito aos fundamentos filosóficos – econômicos e sociais do Iluminismo / Modernidade, os quais foram acoplados ideologicamente a uma tendência conservadora. Para enfrentar essa crise o Capitalismo, aliado ao Liberalismo, engendra mecanismos para a vigência de uma cultura de acomodação e de conformismo para não aguçar o conflito e a insatisfação social.

Substitui-se a ação política da palavra fundadora da pluralidade humana, pelo comportamento padronizado e conformista, guiado por único interesse e pela opinião predominante. A sociedade reificada, em que se reduz a política à funcionalidade utilitária, oculta aos sujeitos reais, concretos e históricos, à busca de reduzir homens e coisas a objetos substituíveis entre si, a mercadorias, transformados todos a valores de troca (MARQUES, 1993, p. 11)

Nesse contexto entra em crise o próprio exercício da razão, há dificuldade do homem moderno exercitar a sua autonomia de decidir qual o melhor caminho a seguir. Ou seja, a razão - processo crítico emancipatório - transforma-se por um lado em mecanismo de controle e conformismo social e como resultado final dessa tendência, temos que o ideal do progresso científico e o consumismo são a causa ou a condição decisiva da felicidade e da emancipação humanas, mascarando o seu verdadeiro sentido.

Na Modernidade, o exercício da razão, como saber humano colocado como orientação para o bem viver, esta em xeque, ou seja, o sentido original da palavra e da categoria razão – pensamento ordenado, racional e organizado - que somente o homem é capaz de possuí-la e desenvolvê-la - está em crise devido as artimanhas político-ideológica e econômicas que regulam a vida em sociedade, instituindo um

⁷⁶ Encontramos em NETTO (1992) e em ZAIDAN FILHO (1989) que o que entra em crise é a razão instrumental, a razão operativa, a razão positiva e não a racionalidade como categoria central da Modernidade.

caráter de dominação de classe que concorre para uma “funcionalidade utilitária” da vida em sociedade.

A sociedade moderna vai se edificando, hegemonicamente, com base em interesses particulares de uma classe, em uma economia de incentivo ao capital e o Estado moderno, que teria a função de zelar pelo “bem comum”, mas acaba por defender interesses particulares, legitimando e reproduzindo a fragmentação das classes.

“A razão já não tem mais sua sede no homem individual e não na sua razão, mas fora do indivíduo e da razão individual” (KOSIK, 1989, p. 91) Segundo o autor, o domínio da razão é propriedade da sociedade capitalista, a razão da sociedade ultrapassa a razão do indivíduo. Marx chama isso de mistificação da razão ou como sujeito mistificado – um falso sujeito – o homem não é um sujeito portador de razão autônoma, mas de uma razão mediatizada e determinada por uma realidade social criada e moldada pela sociedade e suas concepções. Justamente porque,

... não há ideologia inocente (...) porque a razão mesma não é nem pode ser algo que brota acima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, senão que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a e entorpecendo. (LUKÁCS in GUERRA, 1995, p.43)

Como a ideologia que perpassa hegemonicamente a Modernidade não é imune desta análise lukatiana, ao retomarmos as conquistas e valores modernos ideologizados, “corrigidos”, temos que:

Em lugar do **humanismo**, surge ou um **individualismo** exacerbado que nega a socialidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma ‘coisa’ (...) levando a uma negação do momento (...) criador da práxis humana; em lugar do historicismo surge uma pseudo-historicidade subjetiva e abstrata (...) que transformam a história real (...) em algo ‘superficial’ ou irracional; em lugar da Razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo (...) ou (...) limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas. (COUTINHO, 1972, p. 17) (grifos nossos)

Com essa sistematização é possível identificar duas modalidades da razão – embora com visibilidade e presença desiguais – “ a **razão instrumental** ou razão

técnico-científica, que está a serviço da exploração e da dominação, da opressão e da violência, e a **razão crítica** ou filosófica, que reflete sobre as contradições e os conflitos sociais e políticos e se apresenta como uma força liberadora.” (CHAUI, 1999,p. 83)

A **razão instrumental**, hegemonicamente articulada, tem agregada a marca do “individualismo possessivo” (resultado do pensamento político que iluminou a maioria dos pensadores e sociólogos modernos) - expressão cunhada por Macpherson (in NETTO, 1990, p. 20) que em síntese consiste em:

O indivíduo oriundo do século XVII continha a dificuldade central (...) concepção do indivíduo como sendo essencialmente o proprietário da sua própria pessoa e de suas próprias capacidades, nada devendo a sociedade por elas (...) a essência humana é ser livre da dependência das vontades alheias, e a liberdade existe como exercício de posse. A sociedade consiste de relações de troca entre proprietários. A sociedade política torna-se um artifício calculado para a proteção dessa propriedade e para a manutenção de um ordeiro relacionamento de trocas.

A influência direta dessas orientações ideológicas determinaram uma concepção de mundo, de homem e de um certo tipo de racionalidade, de ordenação das relações sociais e econômicas. O individualismo possessivo denomina como sujeito histórico o burguês, como vimos anteriormente nas circunstancialidades históricas da Modernidade.

O valor razão moderna centrada no individualismo se sobrepõe ao valor da comunidade social e política negando e rompendo com a dimensão emancipatória e dialética de razão crítica. A racionalidade instrumental acaba corroendo a razão no que se refere ao universalismo e coloca as contradições da realidade como elementos exteriores à problemática humana. As disfunções precisam ser corrigidas para a harmonia do sistema (capitalista).⁷⁷ Para cumprir com essa missão, a razão, segundo Coutinho, limita o real para que possa ser homogeneizado, manipulado sem considerar sua natureza contraditória.

⁷⁷ “A antítese burguesa do irracionalismo, o positivismo agnóstico, desenvolve a tendência dos primeiros apologetas do capitalismo (...) a característica essencial dessa orientação consiste em afastar da realidade (...) os problemas contedúcticos, os problemas da contradição. A sociologia positivista e a economia vulgar (...) afastam de suas preocupações qualquer referencia à objetividade das contradições no capitalismo.” (COUTINHO, 1972, p. 37)

A 'miséria da razão' – seu empobrecimento e extrema formalização – desemboca num agnosticismo que oculta a essência do real. Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se conquistar terrenos cada vez mais amplos para e através da razão humana, o miserável racionalismo da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer limites para o conhecimento (...) A razão em suma, deixa de ser imagem da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formas que manipulam 'dados' arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva. (COUTINHO, 1972, p. 37-38)

Todas essas estratégias acabam tornando-se impeditivos estruturais e filosóficos à emancipação social. Nesta perspectiva a razão foi usurpada para o desenvolvimento e progresso da ciência e da técnica para reprodução do capital limitado a uma classe social. A deflagração desta contradição, através dos históricos movimentos operários e sociais, em especial no século XIX, e posteriormente, com a desumanidade do fascismo (1922) e das duas grandes guerras mundiais (1939 – 1945) e ainda, no início do século XXI a guerra dos EUA contra o Iraque por divisas do capitalismo tardio e petróleo, levam à descrença nos valores humanos de liberdade, igualdade e fraternidade. Assim como, os usos da "racionalidade tecnológica" que deveria estender o acesso aos bens produzidos, são usados para fins bélicos, para a eliminação de seres humanos e à geração de desigualdade social e econômica – não determinada pela falta de conhecimento ou de tecnologia para estender a todos os bens, mas por uma racionalidade que não eleva ontologicamente a vida humana. Esse processo coloca em xeque a razão iluminista moderna, ocasionando paralelamente um esvaziamento da práxis social, uma manipulação das consciências, uma fragilização por alternativas emancipatórias à sociedade.

O capitalismo enfatizou um tipo de racionalidade que acentua o domínio da natureza e da técnica a favor do mercado e, ideologicamente, manipula as consciências, para uma não compreensão radical da realidade. Engendra uma racionalidade formal para concorrer a um determinado tipo de sociabilidade. Nesse sentido, assim como em outros, a sociabilidade capitalista é desumana, pois nega a condição humana - a qual serve de instrumento, de mercadoria de valor. Há uma "eticidade estrutural negativa", nas palavras de Oliveira (1993), que se respalda em Marx para argumentar a necessidade da passagem da eticidade capitalista a

eticidade alternativa – “a associação de homens livres” –como sujeitos da história, implicando, portanto, na instituição de num “modelo alternativo de socialização”.⁷⁸

Ou nas palavras de TONET (2002) “... a ética e o capitalismo se excluem radicalmente”, uma vez que entende que a ética é composta por valores que elevam o indivíduo a superar a esfera da particularidade para conectar-se com a universalidade do gênero humano, e se a sociabilidade pautada pela ordem do capital é regida pelo interesse particular, então, não há como conciliar as duas dimensões neste contexto.

Com essa polaridade de posições que constituem a Modernidade, observamos que foi no palco da história moderna que emergiram significados opostos e contraditórios da categoria central da Modernidade⁷⁹: de um lado a expansão ilimitada do ‘domínio racional’, a conquista da natureza, a historicidade dos processos humano - sociais, a referência aos valores humanos e éticos e de outro a atrofia da potencialidade emancipatória e a expansão do caminho manipulatório instrumental.

Para trabalhar e refletir sobre as contradições presentes na sociedade, através da razão crítica, em busca da superação de situações indesejáveis, precisamos abolir antigas regras de convivência e sobrevivência humana. Tal possibilidade já ocorreu na história da humanidade, a exemplo, os movimentos históricos já enunciados anteriormente: a emancipação de uma sociedade teocêntrica para uma sociedade antropocêntrica, a emancipação de uma sociedade feudal para uma sociedade capitalista. Porém, a direção ideológica e política dessas “superações”, ficou centrada nas mãos de uma classe que acabou por regular a vida em sociedade conforme os seus interesses, limitando com isso a emancipação produzida pelos movimentos históricos.

⁷⁸ O autor cita a Comuna de Paris como referência para esse modelo. Algumas de suas características e especificidades foram elencadas no item Circunstancialidades Históricas da Modernidade deste trabalho.

⁷⁹ Na Modernidade houve um deslocamento do tipo e da natureza da razão iluminista, a autonomia e a liberdade humanas foram descaracterizadas por uma razão partidária e artificial, por isso encontramos na bibliografia corrente a terminologia “Modernidades”, pois não houve um projeto e eixo com direção definida, mas sim muitas interpretações e direções, das quais houve um desenvolvimento paradoxal e hegemônico da razão instrumental, ou de um irracionalismo com várias roupagens, de falsas consciências que estariam a serviço do interesse geral.

Segundo KOSIK (1989) a razão dialética/crítica⁸⁰ não existe fora da realidade e tampouco concebe a realidade fora de si mesma. Tendo essa referência, sabemos que o caminho possível em busca de alternativas encontra-se na realidade e nas suas contradições constitutivas e não fora delas, como quer o irracionalismo. Não podemos crer que a história tenha acabado e que não há outra forma de sociedade a ser instituída, como deseja ideologicamente o pensamento conservador / conformista⁸¹, ou melhor, dizendo, o “determinismo mecânico” (nas palavras de Gramsci), pois este se transforma em “...uma formidável força de resistência moral, de coesão e perseverança paciente e obstinada.” (GRAMSCI,1991,p.23) para que não vejamos outras formas de realidade, ou neste caso, de razão.

Diante disso, devemos ter claro que:

Em cada momento de sua história, a razão produziu uma tese a respeito de si mesma e, logo a seguir, uma tese contrária a primeira ou uma antítese. Cada tese e cada antítese foram momentos necessários para a razão conhecer-se cada vez mais. Cada tese e cada antítese foram verdadeiras, mas parciais. Sem elas a razão nunca teria chegado a conhecer-se a si mesma. Mas a razão não pode ficar estacionada nessas contradições que ela própria criou, por uma necessidade dela mesma: precisa ultrapassá-las numa síntese em que una as teses contrárias, mostrando onde está a verdade de cada uma delas e conservando essa verdade. Essa é a razão histórica. (CHAUI, 1999, p.82)

Com esse entendimento lembramos de ROUANET⁸² (1987), quando

⁸⁰ Segundo KOSIK (1989) os pontos essenciais que caracterizam a razão dialética são em síntese: 1) historicismo da razão em oposição à supra-historicidade da razão racionalista; 2) a razão dialética parte dos fenômenos para a essência, da parte para o todo e assim por diante; e concebe o progresso do conhecimento como processo dialético da totalização, que inclui a eventualidade da revisão dos princípios fundamentais; 3) a razão dialética não é apenas capacidade de pensar e de conhecer racionalmente; é ao mesmo tempo processo de formação racional da realidade e, portanto, realização da liberdade; 4) A razão dialética é negatividade que situa historicamente os graus de conhecimento já atingidos e a realização da liberdade humana, ultrapassa teórica e praticamente cada grau atingido, inserindo-se na totalidade evolutiva. (p 97)

⁸¹ COUTINHO (1972) referindo-se às filosofias ligadas a “destruição da razão”, ao abandono da ontologia humanista e da concepção dialética da história não poderiam conduzir a outro resultado senão no mais profundo pessimismo, numa conformista sensação de impotência: “o homem é apenas ‘um ser para a morte’ (...) a vida é uma paixão inútil” (p. 37)

⁸² Segundo FREITAG (1990) Rouanet é representante no Brasil da Teoria Crítica / Escola de Frankfurt na sua versão racionalista, de defesa do Iluminismo e da Modernidade. Ou seja, para os clássicos da Escola – Horkheimer e Adorno – em sua *Dialética do Esclarecimento* (1937)– há uma rejeição do projeto e da razão iluminista devido a prevalência da razão instrumental que tolhe a razão emancipatória (marca da modernidade e do Iluminismo) caracterizando-os numa versão irracionalista, contra a razão moderna. Tem como representantes: Derrida, Nietzsche, Foucault. E, na versão racionalista, de defesa do Iluminismo e da Modernidade, que acredita que estes ainda não desdobraram todas as suas virtualidades está Habermas - constituindo uma outra fase da Escola de Frankfurt / Teoria Crítica. Nesta fase, diz FREITAG: “Não há dúvida de que o pensamento crítico da Escola de Frankfurt permanece mais vivo, virulento e polêmico como nunca, o que supõe fidelidade às origens, mas também renovação. Como bons hegelianos, os filósofos de Frankfurt acompanharam ao nível conceitual o movimento dialético da própria realidade...” (1990, p. 149)

argumenta que na contemporaneidade está emergindo “um novo irracionalismo” diante da crise contra a razão e contra Modernidade, mas alerta que esse novo irracionalismo é mais perturbador que o antigo (quando a emergência da Modernidade) pois se “... considera crítico e denuncia um *statu quo* visto como hostil a vida (...)vê relações de poder em toda parte, ele considera a razão o principal agente de repressão e não o órgão de liberdade ...” (p.12) Aqui o argumento é contra a razão, por isso irracionalismo: são lançadas estratégias, ou reatualizadas com novas configurações, para manter uma regulação social contra a liberdade do sujeito, para gerar acomodação e não o fomento a razão crítica; é um jogo entre a razão e a “des-razão”.

Continua ROUANET “... sustento que o irracionalismo mudou de rosto, mas não de natureza. Hoje como ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é a negação de toda factividade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito, sem o qual não há como dissolver o existente.” (p.12)

Para fazer frente a essa posição hegemônica e construir uma sociabilidade alternativa, precisamos compreender e desvelar a estrutura que nos cerca e de um novo racionalismo, fundado na razão crítica e autocrítica, para reconhecer suas fragilidades “A verdadeira razão é consciente de seus limites, percebe o espaço irracional em que se move e pode, portanto, libertar-se do irracional.”(p.13)⁸³. O autor também chama essa razão de razão sábia, pois reconhece e identifica as ideologias que se dizem racionais, mas mascaram seus verdadeiros objetivos. Alerta ainda que não basta postularmos a razão sábia, é preciso demonstrar que ela é viável nas condições contemporâneas.

Na pesquisa bibliográfica encontramos vários autores que se somam a posição de Rouanet e nos autorizam a valorizar e fomentar a razão e considerá-la viável na contemporaneidade , como ZAIDAN FILHO (1989) que afirma que é necessário reconhecer os limites da razão moderna e refundar o conceito de razão

⁸³ Nesta mesma linha de raciocínio, ZAIDAN FILHO (1989), num estudo sobre “novas metodologias” e a suposta “crise do marxismo”, afirma que é necessário denunciar os fundamentos ideológicos e irracionais do pretense discurso “científico” e repensar criticamente a Modernidade. “Final a pior forma de irracionalismo é aquela que desconhece as fraquezas da própria razão” (p. 17)

sobre novas bases. ‘Buscar outro paradigma para a racionalidade, depurado de enunciados e ideologias irracionais’ (p. 16) E como LENK (1990) que intitula a razão como *postulado eterno da humanidade* e a defende como idéia regulativa dos problemas de convivência social com valores básicos que devem pressupor uma mínima moral. “A exigência e o projeto de uma estratégia para fomentar a racionalidade não absoluta, não pura, uma racionalidade *pragmática*, enquanto uma razão prática ‘que se torna prática’ e que se expande praticamente, é uma tarefa social que pode ser compreendida como um dos grandes desafios da atualidade.” (p.33) Consideramos que esse é um empreendimento coletivo daqueles que aderem a razão prático-crítica como norte de práticas sociais emancipatórias, sem ter a ilusão de que será um empreendimento social fácil, mas como um momento necessário, e quiçá preparatório para outro momento histórico com bases sociais diferentes das dominantes até a contemporaneidade.

Sem ter a pretensão de uma sociedade inteiramente moderna (iluminada pela razão crítica), processo de transformação difícil de alcançar, mas é possível colocar em prática, cultivando os seus fundamentos mais importantes e propagando esse “postulado eterno da humanidade”, esse “processo aberto de crítica e elucidação”. (LENK, 1990) A decisão pelo fomento à razão crítica e emancipatória na contemporaneidade pressupõe uma consciência crítica e uma vontade política (sem perder a referência às determinações conjunturais e estruturais).

Não arriscar nenhuma decisão já é uma decisão. Investir na razão, compreender a razão como idéia regulativa, escolher o apelo da razão como guia – tudo isso continua atual. A defesa e advertência que Kant fez em favor da razão (1784) adquire hoje força dramática e se torna cada vez mais uma exigência funcional para a sobrevivência da humanidade. (...) Razão como idéia e apelo (...) aumenta a consciência dos valores, proporciona linhas de avaliação e propicia sondagens preparativas. Facilita a decisão, possibilita a orientação. Mas somos nós que devemos tomar responsabilmente as decisões. É nisto que esta a nossa liberdade. (idem, ibidem, p.33)

A defesa e a advertência que Kant faz em favor da razão é a de se “ousar saber!”, ou em suas palavras “sapere aude!”, pois falta ao Homem a decisão e a coragem de usar a razão sem a tutela de outrem, objetivo maior do Iluminismo-assegurar o advento da autonomia integral para todos. “... sem razão não há emancipação, e sem emancipação não há razão (...) razão não é sinônimo de razão

técnico científica. Um *logos* mutilado não oferece nenhuma garantia de emancipação. Não há pior irracionalismo que o conduzido em nome de uma razão que usurpa as prerrogativas da razão integral.” (ROUANET, 1987, p. 210)⁸⁴

Identificado como um indicador de emancipação social, o ousar saber é um desafio histórico para setores críticos da sociedade, no sentido de fomentar a razão, o conhecimento, a consciência crítica autônoma evitando o irracionalismo, suas roupagens e falsas consciências que levam ao conformismo da situação vigente sem vistas a perspectivas emancipatórias.

Para pensar a emancipação social como um desafio histórico e que ainda se faz presente na contemporaneidade, retomamos Hobsbawm quando afirma que: “Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva. Pois Liberdade, Igualdade e Fraternidade e os valores da razão e do Iluminismo – os valores que constituíram a civilização moderna (...) – são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós.” (1996, p. 127)

Com o suporte dos autores trazidos nessa sistematização justificamos a busca dos referenciais sobre a Revolução Francesa, o Iluminismo, os valores da razão crítica e a vigência da Modernidade como as bases fundamentais do pensamento político cultural moderno e contemporâneo, entendidas como “rupturas” significativas da história (mesmo com dupla dimensão) que respaldam e fomentam a emancipação (seja humana, política ou social) e que, sem a busca destes fundamentos seria impossível trilhar o caminho de pesquisa em processo.

⁸⁴ Complementando essa afirmativa com a posição de CHAUI (1999) de que devemos continuar a defender a razão, mesmo diante de diferentes concepções e idéias a seu respeito – mantendo o que é essencial à noção ocidental de razão: “... a realidade, o mundo natural e cultural, os seres humanos, suas ações e obras *têm sentido* e esse *pode ser conhecido*. É o ideal do conhecimento objetivo que é conservado quando continuamos a falar em razão” (p. 85). “A razão, além de ser o critério para avaliar os conhecimentos, é também instrumento crítico para compreendermos as circunstâncias em que vivemos, para mudá-las ou melhorá-las. A razão tem um potencial ativo ou transformador e por isso continuamos a falar nela e desejá-la” (p. 86)

1.3. - O debate sobre Emancipação Social na contemporaneidade

Considerando que as categorias são construções históricas e que seus fundamentos políticos, filosóficos e econômicos são constitutivos e constituintes de um só processo, para compreender a categoria emancipação social, cabe-nos ainda refletir sobre a Modernidade num enfoque contemporâneo, sobre o capitalismo tardio e a constituição da “condição pós-moderna”, por entender que o objeto de pesquisa em processo tem expressões determinantes neste período.⁸⁵

Há quem diga que insistir na retomada dos fundamentos modernos soa “remar contra a corrente”, pois vivemos num período marcado pela negação da razão, pela despolitização, pelo individualismo e fragmentação (marcas da pós-modernidade). Contudo, acreditamos que a recorrência à Modernidade e as suas circunstancialidades históricas ilumina a compreensão do presente e desafia as perspectivas de construção do futuro, fazendo frente à tendência anti-moderna. Como diretriz da presente tese, argumentamos a defesa dos valores modernos, no que se refere à **potencialidade do conhecimento, da liberdade e autonomia humana, da razão dialética, da emancipação, da democracia no desenvolvimento humano-social**, apesar dos resultados ou produtos que estes tenham causado nas mãos e direção que as dominaram – capitalismo / liberalismo. Não podemos concordar com as marcas que a intitulada pós-modernidade tem colocado à humanidade, pois o valor da democracia moderna, a instituição de direitos sociais as conquistas humano-sociais não podem ser relegadas a um passado que não serve mais de orientação ética aos padrões contemporâneos de civilidade.

Assim, com base nos autores consultados não vamos desconsiderar as novas condições/ marcas da pós - modernidade, mas vamos continuar assumindo a defesa da Modernidade nas condições contemporâneas.

⁸⁵ Há um consenso de que o Período Contemporâneo compreende a sociedade do século XX que se estabeleceu pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente anos 60 – 70 com a crise mundial do petróleo e com as novas configurações do capitalismo tardio.

Há um certo consenso de que estudar a história em processo⁸⁶ implica em dificuldade de apreensão devido o desenrolar dos acontecimentos se dar no imediato e de se estar diante do imprevisível, tendo o risco de ficarmos limitados na compreensão do fenômeno estudado. Mesmo assim nos arriscamos em fazê-lo – para entender a pós-modernidade - tendo por referência autores como CHAUI (1999), JAMESON (1997), NETTO (1996), HOBBSAWN (1995) e HARWEY (1992) que têm estudos avançados sobre a sociedade contemporânea.

Segundo HARVEY (1992) a condição pós-moderna é originária, também, de uma onda de “raiva do Humanismo e do legado do Iluminismo” que desembocou numa denúncia da razão (principalmente com os eventos das suas grandes guerras mundiais e seus mecanismos anti-humanistas) e numa “... profunda aversão a todo projeto que buscasse a emancipação humana pela mobilização de forças da tecnologia, da ciência e da razão” (p.47)

Com referência a esses pressupostos (sem otimismo, com raiva do Humanismo, com aversão aos projetos emancipatórios) o quadro contemporâneo se desenha numa intitulada sociedade pós-moderna. Não se pode dizer que a razão crítica tenha uma posição de destaque na orientação das questões humano-sociais contemporâneas. Mas, também, não podemos ser tomados por um utopismo romântico que prevê a derrubada abrupta do capitalismo diante das determinações concretas da fase contemporânea do sistema capitalista: tardia, globalizada, financeira, pós – industrial... Apesar das incertezas, parece-nos que essas novas determinações não representam uma relação de ruptura com os movimentos sistêmicos anteriores do capitalismo, mas uma continuidade com novas roupagens.

Para HARWEY (1992) ainda vivemos numa sociedade onde permanece a produção em função de lucros com princípio organizador básico da vida econômica, porém, ocorreram grandes eventos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, na década de 70, que modificaram radicalmente o processo de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolítica, poderes e práticas de Estado, entre outras. Deste modo, entendemos JAMESON (1997) quando

⁸⁶ Sem requer fazer comparação, lembramo-nos dos comentários de FERNANDES (2001) quanto as dificuldades de Marx e Engels em seus estudos históricos que se referiam a “acontecimentos” “séries de acontecimentos” da história diária “momentos” em que eles se desenrolavam, isto é, sobre as dificuldades de se estudar a história em processo, e mesmo assim os autores as suplantaram.

argumenta que para compreender a cultura da sociedade capitalista contemporânea é preciso ter como referência a relação entre elementos como o capital financeiro, a sociedade de consumo, a mídia, a cultura de massas⁸⁷.

A década de 70 é ilustrativa da crise do capitalismo monopolista que é levado a encontrar estratégias devido a “recessão monumental e o que se lhe seguiu pôs de manifesto um giro profundo na dinâmica comandada pelo capital: chegava ao fim o padrão de crescimento que, desde o segundo pós - guerra e por quase trinta anos (as três ‘décadas gloriosas’ do capitalismo monopolista) sustentara, com as suas ‘ondas longas expansivas’, o ‘pacto de classes’ expresso no Welfare State”. (PRZEWORSKI in NETTO, 1996, p. 90)

A estratégia capitalista foi a substituição do regime rígido de acumulação - fordista - keynesiano - que até meados nos anos 70 o orientava⁸⁸. Em síntese, o princípio Keynesiano prega a intervenção estatal na economia através de investimento e endividamento para distribuição de renda e promoção do bem-estar social, com o objetivo de diminuir as desigualdades. E para o princípio Fordista⁸⁹ a organização industrial é baseada no planejamento, na funcionalidade e no prazo do trabalho industrial, com a centralização e a verticalização das plantas industriais, grandes linhas de montagem concentradas num único espaço, formação de grandes estoques. É orientado pelas idéias de racionalidade e durabilidade dos produtos e de

⁸⁷ O autor dedica a esta problemática o livro Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio, ao qual fazemos referência, para formar um entendimento sobre a sociedade contemporânea, sem nos especificar em todos elementos indicados pelo autor: cultura, ideologia, vídeo, arquitetura, espaço, teoria, economia, cinema. Sem abandonar a categoria totalidade (tão questionada pelos pós-modernos) “... repõe o marxismo como teoria explicativa tanto dos novos fenômenos econômicos, políticos e sociais, como da própria produção cultural.” (PEIXOTO, 1998, p.54)

⁸⁸ “... parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60.” (HARVEY, 1992,p. 135) O mercado interno da Europa Ocidental e do Japão estava saturado. Nos EUA a queda da produtividade e da lucratividade (depois de 1966) marcou o começo de um problema fiscal. “De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo em conter as contradições inerentes a o capitalismo.” (idem, ibidem)

⁸⁹ No início do século XX Ford “... fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tinha conseguido dramáticos ganhos de produtividade” HARVEY, 1992,p. 121) Somado ao fordismo o Taylorismo “um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho poderia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (idem, ibidem) Encontramos em GRAMSCI (1989,P.397) sobre Taylor e sua expressão do trabalhador como um “gorila domesticado” que este “... exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana; desenvolver o máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado (...) e reduzir as operações produtivas apenas no aspecto físico maquinal.” Sobre essa perspectiva do fordismo e americanismo consultar a última fonte indicada de Gramsci.

uma política salarial e promocional visando aumentar a capacidade de consumo dos trabalhadores. (CHAUI, 1999)

A substituição se deu para um regime de acumulação flexível que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção (movimenta o chamado setor de serviços), novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. “A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas...” (HARVEY, 1992, p.140) Com a globalização da economia houve a transferência da produção industrial dos centros tradicionais do Primeiro Mundo para o Terceiro Mundo, em busca de vantagens como “mãos e cabeças baratas” para o trabalho, ocasionando a queda do número de postos de trabalho em centros de alto salário para outros de baixos salários.

Como a produção não mais se desenvolve no molde fordista - com grandes plantas industriais – que concentra todas as etapas da produção (desde a aquisição de matéria prima, produção e distribuição dos produtos), mas se desenvolve pela dispersão do processo e das etapas da produção, flexibiliza a espacialização na ‘fábrica difusa’ e favorece a terceirização (difusão e sub-contratação de mão de obra). Esse processo resulta no desaparecimento de “...todos os referenciais materiais que permitiam à classe operária perceber-se como classe e lutar como classe social, enfraquecendo-se ao se dispersar nas pequenas unidades terceirizadas espalhadas pelo planeta.” (CHAUI, 1999, p. 30)

Continua a autora dizendo que o capitalismo contemporâneo não opera por inclusão da sociedade no mercado de trabalho, mas por exclusão – que não se dá apenas pela automação, mas também pela velocidade da rotatividade de mão de obra, que de uma hora para outra, se torna desqualificada devido as mudanças tecnológicas. Com a precariedade de empregos, a quantidade de mão de obra excedente, o declínio demográfico das classes industriais e aumento da pobreza se fragiliza também o poder dos sindicatos. Com a ação coletiva dificultada, o individualismo se encaixa no quadro geral - como mais um elemento – favorecendo a transição do fordismo para a acumulação flexível (HARVEY, 1992), do trabalho

coletivizado para o trabalho individualizado, do sujeito coletivo para o sujeito de particularidades desarticuladas. As características do capitalismo pós-moderno / tardio / fragmentado / heterogêneo / identidades singulares são ideologicamente “embutidas” no indivíduo. Dizendo nas palavras de HOBBSAWM (1995, p. 328) “A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais.”

Ainda segundo HARVEY (1992) a desvalorização da força de trabalho⁹⁰ sempre foi a resposta dos capitalistas à queda de lucros. Mas essa regra geral esconde elementos contraditórios: por um lado a alta tecnologia aumenta o poder de uma pequena camada de trabalhadores com alta remuneração e habilidade técnica com “espírito empreendedor”, caracterizando uma “nova aristocracia do trabalho” e por outro faz surgir uma sub classe mal remunerada e totalmente sem poder, o que acaba contribuindo para o aumento da desigualdade de renda.⁹¹

O Capitalismo Tardio desvaloriza o trabalho produtivo coibindo a abertura de postos de trabalho, mas por outro lado, privilegia o sistema de mercado financeiro, aspecto que, segundo HARVEY (1992) parece como o mais especial pós 1972. Aqui há uma surpreendente formação de capital fictício que oscila no mercado internacional, entre valorizações, desvalorizações, transações bancárias e na bolsa de valores afetam diretamente a vida econômica e social do mundo inteiro.

Ao contrário do keynesianismo, o Capitalismo Tardio – na maioria dos países - despreza a presença regulatória do Estado não apenas no mercado como também nas políticas sociais (a onda de privatização dos serviços públicos é motivada por esse pressuposto). A transnacionalização da economia também descarta a presença do Estado nacional, deixando para as agências internacionais (FMI e Banco Mundial) o comando para a estabilidade econômica nos países. O Estado nacional perde então, seu papel de regulação e com isso os direitos sociais “... como pressuposto e garantia dos direitos civis ou políticos tende a desaparecer, porque o

⁹⁰ Sobre a desvalorização da força de trabalho e as “metamorfoses do mundo de trabalho” consultar a obra de ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? São Paulo : Cortez, 1995.

⁹¹ Paralelamente a essa nova distinção de classes HOBBSAWM (1995) indica que a “mudança social mais impressionante” da segunda metade do século XX é a morte do campesinato e esta deixa para traz o mundo passado. Lembra que este aspecto fora previsto por Marx no século XIX, quando alertava que a industrialização o eliminaria.

que era um direito, converte-se num serviço privado regulado pelo mercado, e portanto, torna-se uma mercadoria ..." (CHAUI,1999, p.32)e somente tem acesso aquele que tem dinheiro para comprá-lo.

Sem o Estado Nacional e com a globalização da economia, há formação de grandes corporações de integração nacional – blocos econômicos que têm centralizado ainda mais a riqueza e o mapa mundial. A divisão entre países ricos e pobres – do norte e do sul - demonstra a contradição de acumulação e distribuição da riqueza mundial (lembramos que essa contradição sempre existiu, mas nunca como nas proporções contemporâneas).

Outro elemento que caracteriza o capitalismo é o acesso ao conhecimento científico e técnico que sempre teve papel decisivo na luta competitiva, como afirma HARVEY (1992): mas na contemporaneidade há uma "renovação de interesse e de ênfase", pois situados num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades, o conhecimento a "... última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva" (p.151) O saber (conhecimento e informação) também se torna uma mercadoria chave – não mais como suporte, mas como elemento fundamental para a acumulação. CHAUI (1999) também faz essa análise dizendo que a ciência e a tecnologia contemporâneas, submetidas à lógica neoliberal e pós-moderna, tornaram-se o contrário do que era previsto: "em lugar de fonte de conhecimento contra as superstições, criam a ciência e a tecnologia como mitos e magias; em lugar de fonte libertadora das carências naturais e cerceamento às guerras, tornaram-se através do complexo industrial-militar, causas de carências e genocídios." (p. 50) Então, o conhecimento como determinante da emancipação humana e social fica, nas condições contemporâneas, ainda mais limitado diante do princípio moderno de universalidade.

CHAUI (1999) argumenta que o conjunto de condições materiais⁹² que constituem a contemporaneidade corresponde ao imaginário social Neoliberal que

⁹²Condições materiais, em resumo "... desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira)." (CHAUI, 1999, p.31)

as legítimas e as justifica ideologicamente. Por sua vez, esse imaginário tem como sub-produto a ideologia pós-moderna que é a forma de vida social econômica e política, expressa pelas novas marcas do capitalismo tardio⁹³. Diz a autora: “podemos ver essa ideologia em toda parte...” Esse modo de vida é circunscrito pela insegurança e pelo medo ditados pelo mercado⁹⁴, que realiza três grandes inversões: substitui a lógica da produção pela da circulação; substitui a lógica do trabalho pela lógica da comunicação; substitui a lógica da luta de classes pela lógica da satisfação-insatisfação dos indivíduos do consumo.

Nessa mesma linha de pensamento, Jameson coloca que o pós-modernismo⁹⁵ (dominante cultural da lógica do capitalismo tardio) representa o reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo, logo, não é um estilo cultural totalmente novo, mas reflete as contradições do capitalismo. O pós - modernismo é uma criação, um desdobramento desta fase do capitalismo que precisa de uma “lógica cultural” que seja a base para o consumo e para o lucro constantes, assim, deve haver um tipo de cultura que perpassa a sociedade que o legitime, ou seja, a cultura a serviço do capital (tanto a cultura de massa como a alta cultura são instrumentos para aprendizagem e treinamento)⁹⁶ A mídia tem um papel preponderante nesta assimilação, reforçando os valores culturais que reproduzem o sistema maior em que estamos inseridos. Institui-se ideologicamente uma dinâmica onde cultura e a economia se fundem para dar sustentação e estrutura ao lucro acirrando a desigualdade e a falta de liberdade que são considerados “fenômenos de desajuste individual”, como vimos na ascensão do capitalismo/liberalismo, mas que hoje ganham contornos específicos

⁹³ HOBBSAWM (1995) no livro *A Era dos Extremos: o breve século XX –1914 – 1991*, mais especificamente nos itens *Revolução Social e Revolução Cultural* aborda as mudanças sociais e culturais ocorridas na família, na presença das mulheres e dos jovens na sociedade contemporânea.

⁹⁴ São quatro traços principais que a caracterizam “a insegurança que leva a aplicar recursos no mercado de futuros e seguros; dispersão, que leva a procurar uma autoridade política forte, com perfil despótico; o medo, que leva ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e as formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião; o sentimento do efêmero e da destruição da memória objetiva dos espaços levando ao reforço de suportes subjetivos da memória (diários, biografias, fotografias, objetos) CHAUI, 1999, p.32.

⁹⁵ Segundo HARVEY (1992) é muito “confusa” a distinção e o uso dos termos: moderno / modernismo, pós-moderno/pós-modernismo, as expressões “ismo” representam os movimentos culturais estéticos correspondentes à modernidade e a pós-modernidade, sem com isso afirmar que existe uma unidade interna de concepções nos movimentos. Sobre essa terminologia consultar também CONNOR (1996)

⁹⁶ No capítulo II esclareceremos a relação e distinção desta tipologia de cultura com base no pensamento de Rouanet.

pela fase que o demarca: pós-industrial⁹⁷, pós-imperial, pós-moderna, pós-marxista...

Quando enfrentam o que o passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século, podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do ocidente. A palavra-chave era a pequena proposição 'após', geralmente usada na forma latinizada 'pós' ou 'post' como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX (...) Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. (HOBBSAWM, 1995, p. 282)

Diz o autor que esses prefixos e seus agregados não implicam em consenso, nem na verdade sobre as novas configurações que surgiram rápidas e mundiais, mas essas transformações entram na consciência de muitos pensadores que as vivem e as propagam como verdadeiras.

HARVEY (1992) coaduna com HOBBSAWM quando afirma que há pouca certeza quanto a coerência e o significado dos sistemas de pensamento que possam ter substituído o pensamento moderno. Devido a essa incerteza contemporânea é difícil avaliar e interpretar as mudanças que os pós-modernos afirmam ter ocorrido.

Em contrapartida a essa posição encontramos em LYOTARD (2000) que o descrédito aos valores modernos, as metanarrativas, aos grandes discursos do século XIX é deflagrado pela condição pós - moderna, pois, segundo o autor, o conhecimento moderno (que prometia emancipação) está sob suspeita (a serviço da libertação ou dos crimes contra a humanidade?). A pós-modernidade é fragmentada e oportuniza a emergência do efêmero, do individual, de uma pluralidade de explicações, de poderes, de abertura às diferenças culturais e éticas. Por esse motivo as metanarrativas não são adequadas à explicação ou a unificação da sociedade: o conhecimento moderno se divide em especialidades e perde de vista a totalidade.

⁹⁷ Segundo BOTTOMORE, T. OUTHWAITE, W. - Dicionário do pensamento social do século XX (1996): A concepção de sociedade pós industrial difere tanto da sociedade industrial como da sociedade pré-industrial agrária. Caracteriza-se mais pela produção de serviços do que de bens, a maioria de sua força de trabalho esta em profissões de colarinho branco. A antiga classe operária esta desaparecendo e, com ela, muitas das características e conflitos da sociedade industrial.

Segundo CONNOR (1996) as duas principais narrativas a que a ciência recorre são a política e a filosofia (as quais Lyotard faz a crítica como incapazes de explicar a condição pós - moderna). A narrativa política é aquela "... associada com a Ilustração e personificada nos ideais da Revolução Francesa, é a narrativa da gradual emancipação da humanidade da escravidão e da opressão de classe. Supõe-se que a ciência tenha um papel central nesse processo como a representação do conhecimento que, uma vez posto a disposição de todos, vai ajudar a atingir essa liberdade absoluta." (p.31) E a narrativa filosófica, associada a narrativa política, é aquela "... iniciada e atualizada na obra de Hegel, mas ampla em sua influencia geral, em que o conhecimento é um importante componente da gradual evolução na história da mente autoconsciente..." (p.31)

Essas duas narrativas são teleológicas, quer dizer, "...dependem da idéia de um itinerário para algum alvo final. Elas são metanarrativas, isto é, narrativas que subordinam, organizam e explicam outras narrativas..." (p.31)

Diante da definição de metanarrativas (as quais Lyotard faz a crítica dizendo que com falência dessas idéias, há a falência da modernidade) não podemos concordar com este autor, pois a explicação filosófica e política do pensamento moderno – do qual originam-se tantas outras teorias/narrativas – são pertinentes e iluminam o conhecimento de questões que cercam a humanidade na contemporaneidade. Nesse sentido, concordamos com COUTINHO (1972) quando diz que é um tipo de racionalidade que entra em crise, a racionalidade instrumental, e não a racionalidade dialética moderna, inspiradora do pensamento progressista e que conquistou a duras penas uma posição referencial, embora não hegemônica, no desenvolvimento histórico do pensamento e da ação humano social.

A saída para Lyotard está na condição pós - moderna que se abre para o múltiplo e heterogêneo, a necessidade de "guerra à totalidade", ao universalismo e as metanarrativas. É o fim da igualdade preconizada na Modernidade e é o argumento para legitimar a nova ordem do capitalismo tardio: "O efêmero, o molecular, o descontínuo tornam-se a pedra-de-toque da nova 'sensibilidade': o dado, a sua singularidade empírica, descola a totalidade e a universalidade, suspeitas de 'totalitarismo'." (NETTO, 1996, p. 97)

Segundo PEIXOTO (1998) “Lyotard fala de uma sociedade abstrata, imaginária e revela, nessa abstração, além de tudo, um enorme pessimismo, na medida em que cai por terra qualquer possibilidade teórica ou prática de emancipação” (p.40) Há de se perceber que esse pessimismo tem uma função ideológica de derrota, de obstinação a situação vigente para que não sejam questionadas as estruturas e as condições materiais, evitando assim possíveis inconformismos.

A modernidade para Lyotard não parece *nada senão* um conto da razão terrorista e do nazismo que é pouco mais do que o término letal do pensamento totalizante. (...) ignora o fato de os campos da morte terem sido, entre outras coisas, o rebento de um bárbaro **irracionalismo** que, tal como alguns aspectos do próprio pós modernismo, desdenhava a história, recusava a argumentação, estetizava a política e atribuía tudo ao carisma daqueles que contavam as histórias (EAGLETON in HARVEY, 1992, p. 194) (grifo nosso)

A história real é uma, a história contada é outra... As lutas de classe que fazem a história moderna são desconsideradas em nome dos conflitos geopolíticos mundiais, ou seja, há uma negação da história e da política num movimento irracionalista e estético, de visual, de espetáculo, de poder da tecnologia⁹⁸. Os pós - modernos, aqui especificamente Lyotard, colocam-se a tarefa urgente de encontrar novos referenciais, que não deflagrem as contradições do modo de produção vigente, voltados para uma ação sócio - política descolada da categoria totalidade histórica.(NETTO, 1996)

Fazendo frente a posição de Lyotard está a figura de Habermas – pensador vinculado a Teoria Crítica / Escola de Frankfurt⁹⁹ – defendendo o princípio da razão iluminista e dos valores da Modernidade. Para o autor, segundo HARVEY

⁹⁸ Veja-se a guerra dos EUA contra o Iraque em 2003, onde o “espetáculo” da tecnologia bélica norte americana demonstrava (por vinte e quatro horas no ar/internet) ao mundo o poder do capitalismo ocidental, paralelamente passando uma imagem ideológica de uma hegemonia inquestionável.

⁹⁹Em 1923, com a fundação do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, inicia-se um movimento intelectual que se dedicava à pesquisa e reflexão sobre os temas que atravessam a sua história: “...a dialética da razão iluminista e a crítica da ciência; a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural; a questão do Estado e suas formas de legitimação.” (FREITAG, 1990, p.8) Em especial a “Dialética do Esclarecimento” descreve a trajetória da razão moderna que originalmente era concebida como processo emancipatório (conduziria a autonomia e autodeterminação) se transforma no seu contrário: crescente processo de instrumentalização para dominação e repressão do homem. “O termo Escola de Frankfurt ou a concepção de uma ‘teoria crítica’ suguem uma unidade temática e um consenso epistemológico teórico e político que raras vezes existiu entre os representantes da Escola. O que caracterizava a sua atuação conjunta é a sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica ou aquilo que Habermas viria a chamar de ‘discurso’, ou seja, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada.” (idem, ibidem, p. 33)

(1992, p23), a razão teria como objetivo “... desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas.” Assim, a razão e o conhecimento estariam em busca da emancipação humana, numa lógica que é própria da racionalidade humana, que por sua vez libertaria o homem das irracionalidades do mito, da religião, do poder. Somente através do projeto da Modernidade essa emancipação seria possível.

Habermas é um autor referencial sobre a Modernidade como “um projeto inacabado”¹⁰⁰ e sobre a emancipação como categoria que lhe é peculiar. Critica a institucionalização perversa da Modernidade no capitalismo ocidental e os pensadores pós-modernos que a limitam na dimensão instrumental¹⁰¹. Segundo FREITAG (1990), Habermas pode ser inserido na tradição clássica alemã, que em nome da razão emancipadora e do projeto iluminista do século XIX, continua lutando contra o pessimismo e o obscurantismo. Porém, o seu caminho teórico é feito “... a custa de tanto ecletismo que hoje dificilmente pode ser considerado um pensador marxista.” (p. 151) Secundariza a base econômica e a categoria trabalho como lugar social de emancipação, questionando o pensamento de Marx em acreditar que na categoria trabalho se encontra o “substrato material e universal da constituição da razão”, limitando nesta a mediação necessária para a emancipação. Mas, baseia-se em Marx para argumentar que com o trabalho alienado, morto (próprio do capitalismo) não se chega à emancipação, pois no “... trabalho alienado quebra-se a circulação entre exteriorização e apropriação das forças vitais objectivadas. O produtor é apartado do fruir dos seus próprios produtos, nos quais ele se poderia reencontrar e, deste modo, é também alienado de si próprio” (HABERMAS, 1998, p.70) e das relações sociais que o cercam. Devido ao fetiche do trabalho, para Habermas, apenas a superação das relações de trabalho alienadas e alienantes do capitalismo, como supunha Marx, não é suficiente para se chegar a emancipação, para tanto seria preciso a mediação da categoria intersubjetividade (combinação do conceito do mundo vivido com a concepção sistêmica). (FREITAG, 1990)

¹⁰⁰ Encontramos esta expressão em sua obra “O discurso filosófico da modernidade” - 1998

¹⁰¹ Habermas intitula Lyotard de irracionalista e neoconservador por reduzir a racionalidade moderna apenas na sua dimensão instrumental e seus produtos, desconsiderando a razão dialética. (In HARVEY, 1992)

O autor compõe a Teoria da Ação Comunicativa¹⁰² constituída por uma razão intersubjetiva, envolvendo os atores em suas interações, ou seja, no seu discurso:

Na ação comunicativa cada interlocutor suscita uma pretensão de validade quando se refere aos fatos, normas e vivências, e existe uma expectativa que seu interlocutor possa, se assim o quiser, contestar essa pretensão de validade de uma maneira fundada (...) com argumentos. É isso que consiste a racionalidade para Habermas: não uma faculdade abstrata, inerente ao indivíduo isolado, mas um *procedimento argumentativo* pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas com a verdade, a justiça e a autenticidade.(FREITAG, 1990, p.59)

A subjetividade vivida pelo atores – inseridos em situações concretas de suas vivências e experiências partilhadas evoluiriam a uma “integração social” – concretizada pela somatória de um número de atores, que neste compartilhamento, constituiriam sua memória e sua história coletiva, com vistas a um consenso possível. Através deste consenso se construiria a transformação social, digamos a emancipação social. (FREITAG, 1990)

A mesma autora afirma sobre Habermas:

... é possível dizer que tem um compromisso inquebrantável com a emancipação (...) propõe uma reflexão radical coletiva, democrática, e uma renegociação política na qual todos deveriam participar. A política na qual todos deveriam participar. A política, esvaziada pelos tecnocratas e rotinizada pelos aparelhos, voltaria às ruas, transformando-se em coisa de todos. A racionalidade instrumental voltaria às fabricas e escritórios da administração burocrática, funcionando sob controle da maioria com bases num consenso comunicativamente estabelecido e a qualquer momento negociável. A crítica, embutida nos procedimentos sociais de busca da verdade e da fixação de normas, seria institucionalizada como instancia de problematização permanente. Seriam ativados os potenciais da racionalidade comunicativa na linguagem e na interação...”. (p. 151)

Na concepção habermasiana, somente a Modernidade pode oportunizar as condições para tanto, porém essa proposta foi bloqueada pelo seu modelo unilateral de racionalidade que se centrou na dimensão instrumental. Portanto, é preciso

¹⁰² “ A razão comunicativa se encontra no ponto de intersecção de três mundos: o mundo objetivo das coisas, o mundo social das normas e o mundo subjetivo dos afetos (...) O mundo vivido: trata-se aqui da perspectiva subjetiva dos atores, inseridos em situações concretas de vida. Essa visão de dentro da sociedade permite compreendê-la a partir do cotidiano de seus atores, de suas vivências e experiências partilhadas” (FREITAG,1990, p 60 –61) Diz Habermas (1998) que na modernidade a perspectiva sistêmica e a perspectiva do mundo vivido não estão, por sua vez, integradas: a integração sistêmica não coincide com a integração social.

recuperar a razão em seu sentido integral para que a Modernidade e a emancipação, através da autonomia e da autodeterminação humanas, possam ser concretizadas com base na Teoria Crítica, mais especificamente na Teoria da Ação Comunicativa.

Consideramos a proposta de Habermas (trazida aqui numa síntese muito restrita) em suas características e categorias específicas¹⁰³, porém não encontramos nesta uma comunhão ou identidade de idéias sobre emancipação social que passaria por uma racionalidade comunicativa (apesar dos elementos em comum, de defesa da razão dialética como fundamento à emancipação).

Apoiamo-nos em SEMERARO (2003) e em COUTINHO (1998) – autores referência sobre o pensamento gramsciano – para argumentar que a proposta habermasiana é “generosa” mas nos leva a resignação perante o poder, dinheiro, Estado, burocracia, mercado (interações sistêmicas – onde vigora a racionalidade instrumental) os quais podem ser limitados, mas não superados. De acordo com Habermas, devemos lutar para que o “mundo da vida” (racionalidade fundada no livre consenso – intersubjetivismo) não seja “colonizado” pelas interações sistêmicas que se caracterizam como coercitivas sobre a razão comunicativa. Há na proposta um reconhecimento da criatividade das manifestações da sociedade civil, diz SEMERARO, mas o autor “... não ultrapassa o horizonte de sua Teoria da Ação Comunicativa.” (p. 272)

Mas, por outro lado, encontramos em Habermas elementos que nos fortalecem para continuar na proposição da defesa da Modernidade, pois a “... modernidade não está às nossas costas, está à nossa frente: é preciso realizá-la e não rejeitá-la.” (FREITAG, 1990, p.153) Em sua obra “O Discurso Filosófico da Modernidade” (1998) chama de neoconservador (aquele que considera a modernidade ultrapassada) e anarquista (aquele que se despede da modernidade no seu todo) a idéia de pós modernidade apresentada pelos teóricos contemporâneos que limitam a crítica a um determinado tipo de racionalidade (instrumental).

¹⁰³ Entre elas “intersubjetividade” “ação comunicativa”, “mundo da vida”, “racionalidade comunicativa”, “relação linguagem-mundo”, “mundo objetivo-subjetivo”.

Esses teóricos não são bases para compreender a racionalidade contemporânea, mas, para tanto se deve remontar a Hegel – primeiro filósofo a desenvolver um conceito preciso de modernidade. Para Hegel, segundo Habermas, o mundo moderno se distingue do antigo pelo fato de se “...abrir ao futuro, o começo do novo epocal repete-se e perpetua-se a cada momento do presente, o qual a partir de si gera o que é novo (...) o presente como história contemporânea goza de uma situação de destaque dentro do horizonte da idade moderna” (HABERMAS, 1998, p.18)

Com a “magnífica alvorada” / modernidade – “...escrevia ainda o velho Hegel, ‘atingimos o último estágio da história, o nosso mundo, os nossos dias’. Um presente que, a partir do horizonte dos ‘nossos tempos’, se compreende a si próprio como a actualidade da época mais recente, tem de assumir, como uma *renovação contínua...*”(idem ibidem, p.18) Isto é, a modernidade tem caráter de futuro que se mostra no presente, de renovação contínua dos fenômenos que a constituem, ou, quando novas configurações econômicas, sociais e culturais sejam instituídas, sem que isso represente a sua morte.

Somado a essa posição HARVEY (1992) argumenta que a Modernidade não representa apenas uma ruptura com as condições históricas precedentes – mas é caracterizada por um interminável **processo de rupturas** e fragmentações internas que lhe são inerentes. Há um processo de renovação da constituição dos fenômenos que lhe permite ainda ser Modernidade. Portanto para os dois autores, as configurações sócio - econômicas e culturais da sociedade contemporânea pertencem à Modernidade.

Seguindo a esteira dos autores contemporâneos que discutem o capitalismo tardio e a constituição da pós-modernidade, temos Boaventura de Sousa Santos¹⁰⁴.

¹⁰⁴ “...doutor em Sociologia do Direito pela Universidad de Yale e catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, é, atualmente, a personalidade mais internacional dentre os intelectuais portugueses vivos (...) Figura central na institucionalização da sociologia no Portugal pós-salazarista, pesquisador incansável e organizador científico, Sousa Santos vem contribuindo significativamente no debate contemporâneo das ciências sociais...” (NETTO, 1997, p 123 – 124)

Demonstra que o engendramento do projeto da Modernidade (1996)¹⁰⁵, está assentado em dois pilares fundamentais: **o da regulação e o da emancipação**.

O pilar da regulação é constituído pelos princípios do Estado, pelo princípio da Comunidade e pelo princípio do Mercado, que devem estar articulados e organizados de tal forma que se auto-sustentem internamente. Porém, historicamente, dois princípios destacaram-se hegemonicamente: o do Mercado e do Estado, por terem o controle econômico e político nas mãos a serviço do capital, ficando a comunidade em segundo plano.

O pilar da emancipação é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalidade: racionalidade moral-prática do direito moderno, racionalidade cognitivo experimental da ciência e da técnica modernas, e pela racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura modernas. Neste pilar também houve a superposição da ciência e da técnica a serviço da tecnologia e do capital. Há que se concordar com o autor quando afirma que o conhecimento na Modernidade ficou restrito em termos de alcance social, ou seja, produziu-se muito conhecimento científico e tecnológico, porém sem a devida socialização do mesmo às camadas populares.

Conforme SANTOS (1996, p.236), o “... equilíbrio pretendido entre a regulação e a emancipação obtém-se pelo desenvolvimento harmonioso de cada um dos pilares e das relações dinâmicas entre eles.” Todavia, a marca da Modernidade, que se identificou com a trajetória do capitalismo / liberalismo, é o desequilíbrio dos dois pilares, prevalecendo a regulação numa racionalidade formal, que se configura, para a sociedade, na hegemonia de um pensamento social positivista¹⁰⁶ - liberal de reprodução do capitalismo, regulamentando a vida global (econômica, social e política). A emancipação também se fez presente na

¹⁰⁵ Boaventura Sousa Santos é um crítico da Modernidade e defende a posição de que já vivemos um “paradigma emergente”: a pós-modernidade. Apesar de não comungar com esta idéia do autor, utilizamos a sua argumentação sobre o déficit da Modernidade, a qual entendemos como uma análise crítica – própria da modernidade. Outro tema de que o autor é referência na contemporaneidade é o da emancipação social. Tem publicado livros que abordam a temática, inclusive uma coleção de textos de vários autores em nível mundial que a debatem. Santos, 2002 a – Santos, 2002 b

¹⁰⁶ O pensamento social positivista, segundo Costa, em síntese “...procuraria ajustar todos os indivíduos as condições estabelecidas que garantiam o melhor funcionamento da sociedade, o bem comum e os anseios da sociedade(...) integração e ajustamento dos elementos aos princípios reguladores (...) Os movimentos reivindicatórios deveriam ser contidos sempre que pusessem em risco a ordem estabelecida ou o funcionamento da sociedade (...) justificava a intervenção na sociedade sempre que fosse necessário assegurar a ordem ou elevá-la ao progresso.” (COSTA, 1987, p. 45 – 46)

Modernidade, porém numa posição desprivilegiada em relação a do pilar da regulação, "... o pilar da emancipação continuou a brilhar, mas com uma luz que não provinha da tensão dialética inicial entre regulação e emancipação..." esta última "...deixou de ser o outro da regulação para ser o seu duplo." (SANTOS, 2000, p.57) Ou seja, a absorção da emancipação pela regulação (devido a hiper- valorização do mercado) acabou por neutralizar as perspectivas de uma transformação social profunda e de futuras alternativas. Segundo o autor, esse fenômeno fez com que houvesse um descrédito ao projeto da Modernidade, pois a sua programática não foi concretizada. Sustenta para a instituição de uma política pós-moderna a seguinte tese:

A idéia moderna da racionalidade global da vida social e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade da mini-racionalidade ao serviço de uma irracionalidade global, inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passem a ser totalidades presentes em múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência. (SANTOS, 1996,p. 102)

Com essa tese argumenta a falência da Modernidade e das meta - narrativas e a emergência de um novo paradigma fundamentado em mini-racionalidades como o espaço doméstico, o espaço da produção e o espaço da cidadania. Nestes, continua o autor argumentando, diante do progresso da posição hegemônica do capitalismo que "... não admite qualquer outra transição a não ser aquela que conduz a mais capitalismo" (p.117), é necessária a invenção social de novas formas de **conhecimento emancipatório**, se constituindo num longo processo social em contraponto ao "utopismo automático da tecnologia."

A essa invenção social o autor chama de um novo **senso comum emancipatório**, que tem de "... romper com o senso comum conservador, mistificado e mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório." (p.107)

Para compor esse senso comum emancipatório o autor aponta as dimensões necessárias: a solidariedade (dimensão ética), a participação (dimensão política) e o prazer (dimensão estética) Para um novo senso comum ético, o autor faz a crítica à

ética liberal de caráter individualista, substituída por uma ética de responsabilidade pelo futuro do outro, dos grupos sociais e da natureza.

Para um novo senso comum participativo, como ficaram muitas áreas fora da intervenção participativa dos cidadãos - devido a hiperpolitização do Estado e a despolitização da sociedade civil, neutralizando assim o “ideal democrático da política moderna” e o potencial emancipatório - o conhecimento emancipação visa uma “repolitização global da vida coletiva” onde as instâncias da vida social sejam consideradas políticas e de produção de poder, e não apenas os meios convencionais de política.

Para um novo senso comum estético, SANTOS (2000, p.114) argumenta que o “...**conhecimento-emancipação** privilegia o próximo como forma de conceber e compreender o real, mesmo que o real seja o global ou o futuro. Só a ligação, a proximidade, mesmo a uma proximidade nova e desconhecida, pode conduzir ao reencantamento do mundo.” (grifo nosso) Ou seja, para conhecer é preciso estar próximo, mas este próximo não quer dizer distância em espaço, mas quer dizer ter prazer e estar encantado pelas coisas humanas, contrário ao conhecimento previsível, frio e indiferente (dominante na Modernidade, segundo o autor)

Também em suas colocações (SANTOS,1996) chamou-nos a atenção o argumento de que a emancipação social passa pelo alargamento e aprofundamento da democracia. Para tanto cita como referência a ação dos movimentos sociais europeus que tentaram combater os excessos de regulação social nos anos sessenta, e, depois, nos anos oitenta. Considera, também, que essas iniciativas não conseguiram lograr sucesso de todo, mas ficou a necessidade de continuar a luta pela democracia; que não se limita a compensar as lacunas do Estado, pela benevolência, nem dispensa o Estado das suas obrigações sociais perante a cidadania, mas sim implica o cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, da participação que constituem, por excelência, a **pedagogia da emancipação**.

Ainda dentro dessa linha de raciocínio, o autor recorre a experiências

participativas e democráticas (SANTOS, 2002)¹⁰⁷ para argumentar que este é um caminho possível para “reinventar a emancipação social”, rompendo com a gramática da exclusão pela gramática associativa, ou seja, pela sociedade política. Defende a articulação da democracia direta com a democracia representativa, a qual poderá dar respostas alternativas e redefinição da prática democrática. Ambas democracias podem coexistir e se complementar, podendo haver um potencial emancipatório nas sociedades contemporâneas.

Do estudo feito sobre as obras de Boaventura Sousa Santos, observamos que a maioria das categorias elencadas pelo autor – regulação, emancipação, conhecimento, senso comum, racionalidade, democracia direta e indireta – não nos parece que sejam categorias pós-modernas, mas estão presentes no debate e na ação política da sociedade moderna desde a sua emergência até a contemporaneidade (com níveis de presença diferentes, marcante ou mais discreta, conforme as conjunturas e espaços culturais históricos). O que sim, houve um desvirtuamento nos caminhos modernos seguidos pelas mesmas, tomando hegemonicamente a direção instrumental, não oportunizando igualdade de presença em moldes diferentes dos dominantes. Em função disso, as categorias precisam ser “reinventadas” e reelaboradas com luz nos referenciais crítico-modernos de emancipação humana. Neste sentido, o pensamento correspondente a essa tendência - que se utiliza destas mesmas categorias, imprimiu diferenciais no movimento histórico e contraditório do capitalismo / liberalismo modernos, no sentido de frear este sistema desigual e imprimir práticas e pensamentos diferenciados. Caso contrário, a luta entre os movimentos históricos já teria sido vencida, e como anunciam muitos: a história já teria acabado...

Consideramos ainda, sobre Santos, que o conteúdo e argumentação do autor têm caráter de questionamento e de tentativa de fazer frente à exclusão causada

¹⁰⁷ Diz o autor que a idéia central desta obra esta centrada na idéia de que a ação e o pensamento que sustentaram e deram credibilidade aos ideais modernos de emancipação social estão profundamente sendo questionados por um fenômeno (que não é novo), mas que nas duas últimas décadas tem se intensificado: globalização neoliberal com o aumento exponencial das desigualdades, em especial entre países ricos e países pobres. Diz ainda que esta não é a única globalização, e que existe uma contra hegemonia que faz frente à primeira (exemplo é o Fórum Social Mundial)

Fazem parte da coleção “Reinventar a emancipação social” sete volumes com temáticas e experiências coletivas que contribuem para o alcance da emancipação: caminhos da democracia participativa, os caminhos da produção não capitalista, caminhos do cosmopolitismo multi-cultural, caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais, caminhos do novo internacionalismo, vozes do mundo, reinventar a emancipação social.

pelo processo histórico hegemônico, porém questionamos sua argumentação e empenho de “enterrar a Modernidade” como algo ultrapassado, conforme já argumentado neste texto. Independentemente de adotar as suas colocações sobre o paradigma emergente e sua posição de que vivemos na pós-modernidade, os seus estudos são importantes no que se referem ao caminho utópico de **emancipação social**, que passa pelo nível e pelo **tipo de conhecimento e prática social**, incluindo processos cotidianos de mudança, e acrescentaríamos, vinculadas a uma totalidade plena de determinações e contradições que lhe são constitutivas, não deixando de estar situado ainda na Modernidade.

Com essa apreciação, o autor será uma referencia metodológica do presente trabalho, pela contribuição em seus estudos que analisam instrumentos importantes para a emancipação social, e não como fundamento teórico – filosófico que guiará a análise da pesquisa em processo.

Os autores trabalhados nos permitem identificar que:

- É impossível falar sobre emancipação social na contemporaneidade deslocando-a do debate sobre Modernidade e Pós-modernidade;
- Existem diferentes concepções dos autores sobre a Modernidade, para alguns seu esgotamento, para outros a necessidade de completá-la. Motivada por essa ambivalência há uma ampla discussão nas Ciências Sociais sobre emergência da condição pós-moderna para definir as novas características e fundamentos que movimentam a sociedade, ou se ainda vivemos na Modernidade apesar de não ter seus pressupostos colocados em prática. Essa é uma discussão contemporânea não exaurida, de certa forma bipolarizada e que tem mobilizado muitas discussões. A exemplo os autores aqui trazidos:

LYOTARD e SANTOS – em seus estudos posicionam-se pelo esgotamento da Modernidade e pela emergência de novo paradigma para enfrentar os desafios contemporâneos (apesar de diferentes encaminhamentos e categorias trabalhados pelos autores). Santos em especial trabalha a categoria emancipação social (apesar de ser uma categoria moderna) e a necessidade de

“reinventa-la” seguindo a luz de um paradigma pós-moderno de micro unidades, pois as metanarrativas modernas já se esgotaram;

JAMESON e HARVEY – analisam a condição pós-moderna como desdobramento do capitalismo tardio / flexível, posicionando-se em defesa dos valores modernos e ressaltando a necessidade de reorganizá-los conforme os fundamentos / orientação crítico-modernos (referem-se ao marxismo em especial) Ambos estudam o modernismo e pós-modernismo e suas expressões em movimentos políticos e sociais, nas artes, literatura e arquitetura. Em especial Harvey ultrapassa o binômio Modernidade (fordista) e Pós-modernidade (acumulação flexível) argumentando que há uma “relação necessária” entre as formas culturais pós-modernas e a emergência de modos flexíveis de acumulação do capital. Esta relação demonstra que a condição pós-moderna é apenas uma nova fase do capital, uma continuidade, muito mais do que ruptura com as formas anteriores do capitalismo.

HABERMAS – crítico declarado do pensamento pós-moderno, vê na racionalidade comunicativa / intersubjetividade o caminho para enfrentar o déficit da Modernidade e da emancipação humana como projetos inacabados;

CHAUÍ e NETTO – críticos das novas determinações pós-modernas e do Neoliberalismo – têm referências sólidas para argumentar os valores ético-democráticos, de universalidade, de conhecimento para enfrentar os desafios da sociedade tardo-burguesa que os destrói;

- Desvendar o oposto à emancipação social não é tarefa fácil. Com o quadro desenhado na contemporaneidade, vemos que este não tem nada a ver com emancipação social. Pois bem sabemos, como já demonstrava Marx no século XIX, que capitalismo e sociedade burguesa não combinam com democracia e com direitos humanos universais (em seu sentido pleno). E ainda mais agora, num estágio avançado, mais depurado pela exclusão, de acumulação flexível à favor do capital, não se pode esperar que em nome da democracia ou da emancipação social, concretize ações pelas mesmas. Mas sim, que as lutas para esse enfrentamento deverão partir de outro lado, da outra posição que sempre se fez presente na história da humanidade, embora não hegemonicamente. Como

lembra NETTO (1996) referindo-se a expressão de Marx: a *velha toupeira* dificilmente deixará de fazer seu trabalho subversivo!

Diante da referência dos autores trabalhados e do quadro sintetizado sobre a contemporaneidade que descortina o processo cultural-econômico-social e político, fizemos um balanço sobre o pensamento moderno hegemônico-conservador, e agora, centralizando nas promessas de emancipação somos levados a algumas considerações:

- Como afirmar que a humanidade é emancipada?
- Como ficam os valores modernos da **autonomia e a liberdade** do sujeito diante das limitações de acesso aos bens modernos? Se o primado do individualismo liberal e a **racionalidade** instrumental se sobrepõem ao da sociedade?
- Como a Modernidade poderia ter cumprido com a sua programática se na realidade a sua direção e comando estavam atrelados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que fundamentalmente é o seu reverso? Porque o capitalismo e o liberalismo – contraditoriamente filhos da Modernidade - monopolizaram o poder econômico e político desvirtuando a universalidade e a **democracia**? Porque essa contradição tão evidente não foi percebida o suficiente para ser deflagrada pela maioria da sociedade?
- É o **des-conhecimento** daqueles que estão distantes da academia ou da formação crítica que não permite esta deflagração? Fomentando a cultura de conformismo¹⁰⁸ e acomodação? Quais os mecanismos e estratégias empreendidos para manter essa situação velada que dificulta a **emancipação social**?

¹⁰⁸ Há que se ressaltar que o conformismo possui dupla dimensão, conforme esclarecido por Gramsci: “O conformismo sempre existiu: trata-se hoje de uma luta entre ‘dois conformismos’, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil.” Um deles refere-se a “forma particular de civilização, de cultura, de moralidade” que representa a hegemonia da sociedade moderna: o modo e as relações de produção capitalistas. E o outro conformismo, a que se refere Gramsci: “O desenvolvimento das forças econômicas sobre novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanarão as contradições que não poderão deixar de existir e que tendo criado um novo ‘conformismo’ a partir da base, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, inclusive de liberdade individual.” (1989, p. 170) Na presente tese a crítica refere-se ao primeiro tipo de conformismo, tendo em vista, teleologicamente, a construção de um “novo conformismo”, seguindo a orientação gramsciana.

Apesar de compreendermos os conteúdos destas questões (de certa forma já sistematizadas neste capítulo), continuam nos inquietando e alimentando a busca de um entendimento mais preciso sobre emancipação social e de alternativas que poderão ser multiplicadas e propagadas para um enfrentamento que tenha a certeza da centralidade da razão crítica e da democracia como valores modernos que não podem ser relegados a um passado que não nos diz respeito.

Partindo do pressuposto que temos a Modernidade e o Iluminismo, em suas dimensões críticas, como fundamento para o estabelecimento de práticas emancipatórias, não poderíamos deixar de entender a emancipação social como constitutiva e reflexo de ambos. Ou seja, o entendimento sobre essa categoria tem raízes nos valores crítico - modernos e nos aproximando da processualidade histórica contemporânea (como desdobramento destes), percebemos que algumas categorias foram emergindo e ganhando espaço: o conhecimento, a razão crítica e a democracia emergiram como elementos / categorias delimitadoras de um campo de investigação e de argumentação em defesa da emancipação desde os movimentos característicos do século XVIII e que foram tomando contornos enfiados (domínio da razão instrumental e suas consequências desumanas).

Na perspectiva de se evitar um utopismo romântico, com base num referencial teórico crítico, que desvenda a constituição histórica do avesso da emancipação, é possível cultivar esses elementos / categorias como norte e fundamento de práticas sociais e profissionais no sentido de propagar uma opção teórico-crítica que possa ter ressonância e multiplicação nos mais diferentes campos onde estão situadas. Para isso é preciso "... ter coragem de ficar na contracorrente e a contrapelo da vaga vitoriosa do neoliberalismo." Porque a história dos vencedores é a barbárie. (CHAUI,1999, p.51)

Não investir nesse caminho é cair num irracionalismo e isso é tudo o que quer o pensamento / tendência conservadora da sociedade para poder avançar no seu domínio e manter sua hegemonia.

O conhecimento, a razão crítica e a democracia são também constitutivos de uma contra-tendência e de uma resistência que tem a certeza de que a

humanidade possui uma vocação ética. Portanto, esses **valores** devem ser revistos e redirecionados para que na complexidade/unidade, favoreçam as condições materiais humanas e sociais à constituição da emancipação social. A elevação de uma condição de subalternidade à condição de protagonismo.

Para chegar a constituir esse momento ético político, é preciso que a subalternidade deixe de ser “massa de manobra” para alcançar um nível superior, a partir de baixo, de emancipação social.

Para seguir esse caminho de fundamentação e que através deste se chegue a uma concepção mais precisa sobre emancipação social e ainda, que esta concepção possa balizar a análise de possíveis práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social, recorreremos a Gramsci no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

EMANCIPAÇÃO SOCIAL: rupturas moleculares que elevam a condição de subalternidade à condição de protagonismo social.

*“... a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta - passional) ao momento ético – político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético - política, em fonte de novas iniciativas.
(GRAMSCI, 1991, p. 53)*

2.1 – Orientações clássicas do pensamento gramsciano¹⁰⁹

Seguindo a trilha dos autores que pensam ou pensaram a Modernidade, encontramos Gramsci que além de pensar, viveu e militou em movimentos revolucionários italianos num período marcante da mesma (1891 – 1937). Segundo SEMERARO (2001), assim como Marx, Gramsci é um “autor moderno por inteiro” pois acreditava no poder da ciência, no progresso do trabalho articulados à liberdade

¹⁰⁹ Para cumprir com os objetivos desta tese optamos em trabalhar algumas categorias gramscianas dentro um amplo terreno da sua produção. Assim, não é nossa intenção minimizá-la ou limitá-la, mas sim, traçar um parâmetro de análise e fundamento sobre emancipação à pesquisa em processo.

e à vontade humana. Acreditava ainda na consciência e na liberdade do indivíduo, em sua capacidade de desenvolver o espírito crítico e de organização social para enfrentar o “jugo da servidão e da exclusão social”. Também reconheceu os avanços da história ocidental, porém foi um crítico das suas contradições, propondo a superação das mesmas mediante um projeto ético – político que fomenta a potencialidade das massas que ficaram relegadas às propostas emancipatórias da Modernidade¹¹⁰.

Gramsci, autor expoente da tradição marxista, tem posição marcante quanto à necessidade de transformação da sociedade capitalista pela via cultural e política, pela via do protagonismo consciente, ativo e organizado dos homens, desencadeando o processo de rupturas que levará a edificação de uma **contra – hegemonia**. Por isso, a opção por uma orientação gramsciana¹¹¹ não é uma escolha aleatória ou sem significado, mas consciente (apesar de saber da complexidade, da vastidão de sua obra) e coerente com os propósitos de uma formação profissional e, certamente, de cidadania.

Fundamentado no pensamento de Marx / Materialismo Dialético / Filosofia da Práxis¹¹² e vivendo um determinado momento histórico (final do século XIX e início do XX – Itália sob o domínio do fascismo), seus estudos referem-se a fenômenos de massas / movimentos revolucionários das classes operárias desse período¹¹³. Mas também são constituídos de categorias, elementos e análises que não se limitam à amplos fenômenos e nos instrumentalizam em estudos de “nível molecular”, sem

¹¹⁰ Segundo KANOUSI (2003), os Cadernos do Cárcere são organicamente o projeto crítico de Modernidade.

¹¹¹ Temos no Brasil, além das obras originais de Gramsci (novas edições dos Cadernos do Cárcere), estudos que demonstram a sua riqueza e contribuem sobremaneira para o debate do pensamento gramsciano. Existem várias interpretações e leituras que a cada período se renovam, se complementam e mesmo assim é uma temática sempre em questão. A recorrência a Gramsci se justifica para Brandão por se tratar de “um clássico do nosso tempo” – do século XX. Para Coutinho, a atualidade do autor “resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo hoje”. Para Konder, não vemos a sua obra para “...saber como foi algo, mas sim para tentarmos compreender como algo está sendo.” (in AGGIO, 1998)

¹¹² Gramsci define o marxismo como Filosofia da Práxis (ver a obra Concepção Dialética da História ou Cadernos do Cárcere 10 e 11) – a filosofia por si só como crítica do real não transforma a realidade, é necessário que a filosofia se realize numa relação entre teoria e práxis, como unidade indissolúvel entre ciência e ideologia do proletariado, como teoria determinada historicamente e fundamentada cientificamente. “... chega-se também a igualdade ou equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação, ou seja a uma filosofia da práxis. Tudo é política, inclusive a filosofia, ou as filosofias, e a única filosofia é a história em ato, ou seja a própria vida.” (GRAMSCI, 2001, Vol I, p.246).

¹¹³ “... Gramsci, herdeiro exemplar das melhores tradições do Iluminismo e representante direto do materialismo histórico marxista, retoma o tema do ‘mundo’ e potencializa-o a partir da ótica de quem não mais vislumbrava a penas o nascimento de uma sociedade que progressivamente se mundializava, mas na condição de sujeito que já *experimentava* os primeiros efeitos desse processo.” (MELLO, 2001, p 51)

com isso perder a totalidade de seu estudo, nem a totalidade da sociedade onde o fenômeno se situa.

Se tomarmos como exemplo a sua preocupação central de transformação das massas e dos excluídos em protagonistas autônomos – através de sua elevação social, cultural e política – no sentido de edificar uma sociedade verdadeiramente democrática e fazendo uma aproximação com a temática desse trabalho, poderia se dizer “duma sociedade verdadeiramente emancipada”, essa passagem nos fornece elementos possíveis de serem trabalhados.

Nas abordagens moleculares de contato direto com as classes subalternas¹¹⁴, com vistas a um processo mais amplo, vários profissionais / intelectuais podem ser parceiros importantes num empreendimento de busca de um outro tipo de racionalidade que não a dominante. O Serviço Social é uma destas profissões que, pela proximidade com a classe subalterna e com as manifestações da Questão Social, através de seu trabalho profissional iluminado por referências gramscianas, pode implementar ações nesta perspectiva e contribuir com a elevação social, cultural e política das massas¹¹⁵.

Tomamos, então, a referência gramsciana para a pesquisa em processo a partir de algumas de suas categorias centrais que concorrem para um entendimento sobre emancipação social, como fundamentação que valoriza as ações e a presença da sociedade civil no enfrentamento da Questão Social, a fim de discutir a posição do Serviço Social como um possível elemento que pode contribuir nesse processo de busca e construção.

¹¹⁴ Complementando a nota anterior sobre a categoria classe subalterna, temos que a mesma atravessa os escritos de Gramsci como o sujeito histórico capaz de transformar a sociedade capitalista: proletários e camponeses, grupos, movimentos e organizações são intrínsecas a esses setores. O que a caracteriza é: “... a desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade, a multiplicidade, etc (...) são obstáculos a vencer (MONAL, 2003, p. 196 – 197) No C. C 11 Gramsci discute como o determinismo mecânico que influencia a falta de iniciativa de luta da classe subalterna e como incentiva o individualismo.(GRAMSCI, 2001, vol 1, p 104 – 107) Nos Cadernos Miscelâneos – Literatura Popular – o autor refere-se aos “humildes” terminologia utilizada pelos intelectuais italianos para designar o povo e o tipo de “literatura para os humildes” e nesta o “romance histórico” que representa “... pessoas das ‘classes subalternas que não tem ‘história’, isto é, cuja história não deixa traços nos documentos históricos do passado.” (2002, vol 6, p 242 – 243)

¹¹⁵ Exemplos recentes dessa possibilidade no Serviço Social estão na tese de doutorado de Abreu, 2001 - Serviço Social e a organização da cultura: um estudo sobre a função pedagógica do Assistente Social, na qual a autora discute a função pedagógica do assistente social e configura os perfis pedagógicos diferenciados (da ajuda e da participação) e a vinculação profissional à perspectiva de construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas; e na tese de doutorado de PIRES, 2003 – Serviço Social: função educativa e abordagem individual, na qual a autora examina o caráter educativo da profissão e sua expressão na abordagem individual (fundamentada nas idéias gramscianas sobre educação molecular).

Entendemos que o referencial teórico-metodológico gramsciano, embora estejamos numa realidade com novas configurações econômicas e sociais¹¹⁶, segundo SIMIONATTO (1998),

...apresenta-se como atualíssimo e fundamental na compreensão do caráter contraditório da modernidade e na necessidade de formulação de um **projeto emancipatório** (...) a partir da concretude real e histórica. O que vivemos neste final de século não deve, a nenhum preço, furtar-nos a esperança no devir, mesmo que pareça estarmos remando 'contra corrente' (...) vencer os desafios da modernidade necessita de vontade, de ação e iniciativas políticas, capazes de impulsionar a criação de uma nova racionalidade que englobe a socialização da economia, da cultura e do poder político. (p.64) (grifo nosso)

O referencial gramsciano nos instrumentaliza teórica e eticamente para pensar uma nova racionalidade à Modernidade, na formulação de um projeto emancipatório, que processe a elevação política e social da sociedade (em especial a sociedade ocidental), que não ocorrerá através de uma ruptura ou ação revolucionária imediata, mas com uma conquista coletiva e histórica a “partir de baixo”, através de um processo de “rupturas ou processos moleculares” mediatos: de elevação do senso comum, de reforma intelectual e moral criando “uma nova ordem de valores” no seio da classe subalterna (GRAMSCI, 1991). Essa mudança é determinada por um processo revolucionário de cunho ético-cultural e político e não apenas as condições econômicas que podem orientar esse processo

¹¹⁶ “Evidentemente, o nosso não é mais o mundo de Gramsci. A sociedade civil, hoje, tornou-se mais complexa e diferenciada, mais volátil e contraditória. Possuímos maiores e melhores instrumentos de informação e expressão; ao mesmo tempo o poder da *mídia*, da produção simbólica e da manipulação do imaginário se expandiram de maneira incontrolável. Cresceu o espaço para as diferenças, a pluralidade dos grupos e o reconhecimento das minorias, mas ficaram afetados o sentido do conjunto e as dimensões públicas. Nas fábricas foi reduzido o número dos trabalhadores, enquanto despontaram novos setores de produção, aumentou o desemprego, difundiram-se práticas de trabalho autônomo e informal. Os partidos se multiplicaram, surgiram movimentos e organizações nacionais e internacionais em defesa dos mais diferentes direitos humanos e da natureza. A sociedade, que parece se segmentar em incontáveis formas de vida localizada, vive o fenômeno da globalização, assim como paralelamente à exaltação da subjetividade e da singularidade formam-se imensas massas de excluídos e de desenraizados. Hoje não é mais a pátria, a unidade nacional, o partido, a classe, a ideologia, o progresso que movimentam as paixões e fazem apelo aos sentimentos populares. Existem interesses e preocupações bem diferentes que se relacionam mais com as questões da ecologia, da violência, da saturação das cidades, do desemprego, das migrações, dos poderes paralelos, da apatia política e do indiferentismo social.” (SEMERARO, 2001, p. 236)

revolucionário¹¹⁷. “... não são os fatos econômicos brutos, mas o homem, as sociedades dos homens que se aproximam entre si, se entendem, desenvolvem por meio desses contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adaptam às suas vontades, para que estas se tornem o motor da economia, a força plasmadora da realidade objetiva.” (GRAMSCI, apud SEMERARO, 2001, p. 21)¹¹⁸

Economia e política não são instâncias que se excluem, mas dialeticamente se relacionam e são constitutivas do ‘bloco histórico’¹¹⁹. Diante dessa relação, GRAMSCI questiona: “Pode haver reforma cultural, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma modificação na posição e no mundo econômico?” (1989, p. 9). Responde argumentando que o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se processa a reforma intelectual e moral. Ou seja, é também na ação pelas reformas econômicas que as classes podem colocar em prática os seus pressupostos e vivenciar intelectualmente novas experiências e pedagogicamente apreender que a estrutura econômica e a infra-estrutura ideológica e política constituem-se numa totalidade concreta. “ A política é ação

¹¹⁷ Tal consideração é fruto das análises de Gramsci sobre a experiência russa – Revolução 1917- demonstrando que o socialismo não poderia ser implantado com revoluções ou ações imediatas, mas sim através de um processo mediado coletivamente pela classe subalterna. Sob orientação do “moderno príncipe” , do partido político, uma “revolução permanente” era necessária para formar uma “vontade coletiva” de frear o sistema capitalista. Sobre essa análise consultar GRAMSCI 1989 - Maquiavel, a política e o Estado Moderno. E ainda, segundo COUTINHO, 1999 – para Gramsci, a economia não orienta diretamente o processo revolucionário, aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como um modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só objetos materiais, mas suas próprias relações sociais.

¹¹⁸ Ou seja, é a partir das relações sociais e políticas dos homens que Gramsci estuda os fenômenos sócio-econômico e históricos / as esferas do ser social. “O indivíduo, no pensamento de Gramsci, é um sujeito dotado de consciência e de responsabilidade, é capaz de autodeterminar-se mas nunca é pensado fora do seu contexto socioeconômico com o qual interage constantemente, ainda mais numa sociedade complexa e diversificada como a moderna, onde as possibilidades de associação e de iniciativa aumentaram consideravelmente. Neste sentido, a concepção de liberdade, para Gramsci, tem a conotação positiva de expansão social, não de cerceamento e limitação: a liberdade individual não termina onde começa a dos outros (...) uma subjetividade que deve ser liberada nas massas ‘amorfas’ para que possam elevar-se a protagonistas da própria história, criar formas organizativas e, na liberdade e na multiplicidade de suas expressões, desenvolver os valores da democracia, da participação e da socialização.” (SEMERARO, 2001, p. 161 – 162)

¹¹⁹ Por Bloco Histórico, GRAMSCI (1991), entende o conjunto das “... forças (sic) materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (p. 63)

permanente e dá origem a organizações permanentes, na medida em que efetivamente se identifica com a economia.” (GRAMSCI, 1989, p.14)¹²⁰

A política tomada como ação permanente está relacionada à concepção gramsciana de “grande política”¹²¹ que “... compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais.” (*idem, ibidem*, p.159). Ou na interpretação de Coutinho, dimensão ampla de política, a qual se identifica com “... liberdade, com universalidade, com todas as formas de práxis que superam a simples percepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade.” (1999, p.90) Essa dimensão se concretiza através de um processo contínuo e permanente de “*cartarsis*” que indica:

... a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta - passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético - política, em fonte de novas iniciativas. (GRAMSCI, 1991, p. 53)

A passagem do momento meramente econômico ao momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens – é a passagem da necessidade à liberdade na qual o indivíduo deixa de se passivo e se consolida como ser político. Por essa argumentação se entende a tese da “reforma intelectual e moral” de elevação do conhecimento, do senso comum da classe subalterna como um elemento que concorre à construção de uma **contra hegemonia**. “Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma

¹²⁰ Segundo COUTINHO (1999), o fato de Gramsci ter dado “... por suposto que a análise de economia já havia sido feita por Marx e Lênin permitiu a Gramsci desenvolver de modo criador os aspectos propriamente políticos da teoria marxista, que haviam sido tratados superficialmente pelo economismo da Segunda Internacional e voltariam a sê-lo na época de Stalin. Essa concentração no político significa que Gramsci tende a ver todas as esferas do ser social a partir do ângulo de sua relação com a política; são freqüentes nos *Cadernos*, referências ao fato de que ‘tudo é política’, seja a filosofia, a história, a cultura ou mesmo a práxis em geral [...] A escolha desse ‘ponto focal’, político, todavia, só muito marginalmente prejudica a elaboração teórica geral de Gramsci: ao superar o ‘economicismo’, ele não se tornou um ‘politicista’”. (p.90)

¹²¹ Junto a definição de grande política ou alta política encontramos a de política menor “...(política do dia a dia, política parlamentar, de corredores, de intrigas) [...] A política menor compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em virtude de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.” (GRAMSCI, 1989, p. 159) Nesta estão incluídas as relações de poder entre governantes e governados, é historicamente transitória, enquanto a grande política / catarse é ineliminável da estrutura ontológica do ser social. (COUTINHO, 1999)

nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e de ver a realidade...” (GRAMSCI, 1968, p.8) e assim estar instrumentalizado, com uma visão de mundo crítica e revolucionária, frente às contradições do mundo capitalista moderno.

Em outra obra, GRAMSCI (1991), esclarece que ao se falar de criar uma nova cultura...

... não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (p 13 – 14)

Filosófica e politicamente a originalidade de uma ação está relacionada em livrar o pensamento social dos grilhões ideológicos que o mascaram e em socializar o conhecimento crítico para que os homens / massas “amorfas”, possam elevar-se a protagonistas de sua história, com uma consciência autônoma; possam participar da vida filosófica e social; e construir alternativas democráticas condizentes com as suas próprias perspectivas.

O resultado desse movimento histórico, de constituição de uma nova cultura, pode tomar corpo até chegar a emancipação da situação de subalternidade à edificação de uma contra – hegemonia. Para tanto, diz Gramsci que é necessário fazer sacrifícios superando interesses econômico–corporativos imediatos¹²², elevando-se a uma dimensão universal “capaz de gerar novas iniciativas” – agora com uma vontade coletiva definida, para ser protagonista da história.¹²³ Caso uma classe social não seja capaz de concretizar essa ‘*catarse*’, não pode se tornar uma *classe nacional* representante dos interesses majoritários, e, conseqüentemente, não pode conquistar uma posição hegemônica na sociedade.

¹²² Os sacrifícios e interesses econômico-corporativos imediatos referem-se a ações sindicalistas por interesses econômicos individualizados que fragmentam o movimento operário em vez de desenvolver a organização social como um todo. (GRAMSCI, 1989)

¹²³ COUTINHO (1999), analisando este aspecto, lembra o equivalente gramsciano da passagem da “classe em si” à “classe para si” de Marx.

Como vimos, o processo de catarse, que se articula essencialmente à busca e construção de hegemonia, além de representar um “progresso político prático”, também envolve um “progresso filosófico”, pois “... implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (GRAMSCI, 1991, p.21)¹²⁴ Conforme o autor, o senso comum, que inicialmente é desagregado e desarticulado, dá lugar à compreensão crítica que é obtida através de luta entre hegemonias políticas, direções contrastantes, éticas, que se expressam nas relações sociais que o indivíduo faz parte, transformando-se a si e o conjunto de relações, até chegar a uma elaboração superior da própria concepção do real e obter consciência política (consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica), sendo essa a primeira fase de construção processual da autoconsciência. Porém, não se trata de introduzir uma ciência na vida de todos, “... mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente.” (GRAMSCI, 1991, p. 18)

A concepção crítica vai além do “conhecimento livresco, estatístico, ‘erudição’ mecânica”, envolvendo o “...conhecimento histórico-intuição, contato real com a realidade viva e em movimento, capacidade de ‘simpatizar’ psicologicamente até com o homem indivíduo. ‘Limites’ do conhecimento (não coisas inúteis), isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto, uma ‘concepção geral’ crítica.” (GRAMSCI, 1989, p. 187)

Nesse contexto, o verdadeiro filósofo nada mais é do que o político “... o homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto de relações de que o indivíduo faz parte.” (GRAMSCI, 1991, p. 40) Se o homem ativo é o filósofo e o político que chegou a um patamar de conhecimento crítico, tem poder de modificar as relações de que faz parte. Conseqüentemente o conhecimento é poder, e, o conhecimento necessário para se ter poder é aquele que busca geneticamente o movimento de formação de um determinado sistema, “... já que

¹²⁴ Para Gramsci o senso comum é a “filosofia dos não filósofos”, isto é: “... a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais, nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme a posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia.” (Vol. I, p.114, 2001)

todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resumo de todo passado.” (GRAMSCI, 1991,p.40)¹²⁵

Dir-se-á que o que cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível. (GRAMSCI, 1991, p.40)

Quando não se chega a esse estágio e não se tem iniciativa de luta, não se avança no processo de conscientização político-crítica e de construção de uma contra hegemonia. Ou seja, quando não se realiza a catarse “... a própria luta termina por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada” (GRAMSCI, 1991, p. 23) e assim se constitui a “massa de manobra”.¹²⁶

As forças dominantes têm presença marcante para prevalecer¹²⁷ e as derrotas das forças minoritárias acabam pacientemente por velar a verdadeira vontade geral, mas continua latente a subalternidade que tem a possibilidade de vencer quando se fizer forte e consciente. A “vontade coletiva” que domina a sociedade capitalista burguesa é determinada por fatores econômicos, sociais e culturais que refletem ideologicamente valores burgueses hegemônicos, portanto é uma falsa vontade. Necessário se faz a recondução dessa vontade, a ser construída

¹²⁵ GRAMSCI (1991), traz uma ampla discussão sobre a natureza humana. A exemplo, a passagem: “A afirmação de que a natureza humana é o ‘conjunto de relações sociais’ é a resposta mais satisfatória, porque inclui a idéia do *devenir*: o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e também, porque nega o ‘homem em geral’: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal.” (p.43)

¹²⁶ “Massa de manobra” expressão utilizada por Gramsci na obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* quando discute o tema partido político enunciando uma tipologia de partidos: aquele que muitas vezes se intitula de massa, não é exatamente assim, mas faz da massa não ter outra “... função política que a de fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível (...). A massa é apenas de ‘manobra’ e é ‘conquistada’ com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos (...) nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.” (1989, p.23 – 24)

¹²⁷ A exemplo, podemos citar a obra gramsciana *A Questão Meridional*, na qual o autor “... coloca em evidência as astúcias da burguesia para conter as insurreições camponesas e sua **vontade de emancipação** (...) interditar a extensão do sufrágio universal, o processo de democracia rural, as liberdades alfandegárias, a integração com os setores meridionais, a descentralização administrativa e o barateamento dos produtos industrializados ao norte da Itália.” (SEMERARO, 2001, p 41 – 42) (grifo nosso)

pela classe subalterna com vistas à edificação de uma nova cultura que a oriente e determine.

Nessa correlação de forças e de hegemonias estabelecem-se “relações pedagógicas”, que perpassam toda a sociedade: as relações entre indivíduos, entre intelectuais e não intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos e que servem para manter ou alterar uma situação. Com isso, Gramsci conclui: “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação...” (GRAMSCI, 1991, p. 37), mas também entre as diversas forças que a compõem. Existe uma “relação ativa” entre as partes, entre os indivíduos e o ambiente cultural: o ambiente que o indivíduo quer modificar, assim como o ambiente reage sobre ele, numa mútua relação pedagógica de trocas e influências.

A recondução dessas relações pedagógicas é atribuição das organizações da sociedade civil que se constituem em força política motriz para o estabelecimento de um novo tipo de política e de hegemonia, e não da figura central do mercado numa auto-regulação ou Estado numa regulação mínima, como quer o pensamento liberal moderno. Para a construção de uma nova hegemonia é necessária a plena e consciente participação política das massas, e isso somente ocorrerá, quando os homens se perceberem como protagonistas de sua história.¹²⁸

A radicalização da democracia, mediada pela ocupação de posições na sociedade civil, levará a extinção do Estado capitalista e se chegará através da “*catarsis*” à “sociedade regulada” com a condução, pela classe agora protagonista, da direção social e cultural da sociedade. A hegemonia só pode se realizar quando houver a absorção da sociedade política na sociedade civil, um novo tipo de Estado social.

¹²⁸ A título de ilustração, se aproximarmos essa posição gramsciana com a de Marx quanto ao papel fundamental da classe proletária (Marx) ou da classe subalterna (Gramsci) veremos que há uma argumentação que se fortalece entre os autores quanto ao sujeito social que pode promover a emancipação humana / social / política: é um processo de autoconstrução, de autodeterminação da classe subalterna / proletária pela sua própria emancipação. E ainda lembramos do “...primeiro pressuposto de toda existência humana e portanto também de toda a história, a saber: o pressuposto que os homens precisam estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’”. São necessidades básicas que precisam ser preenchidas a cada dia e a cada hora tão somente para manter os homens vivos. (MARX, Ideologia Alemã. In FERNANDES, 2001, p.194)

A partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, ou seja, um novo tipo de sociedade e, portanto, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as armas ideológicas mais sofisticadas e decisivas, (...) a luta por uma cultura superior autônoma (...) que seja a base ética do novo tipo de Estado. (GRAMSCI, apud SEMERARO, 2001, p. 169)

A discussão do Estado perpassa as discussões gramscianas sobre a instituição de uma nova cultura, de uma nova sociedade que desembocam na instituição de um novo Estado. O autor nos fornece elementos para entender como se dá a emancipação da sociedade civil frente ao Estado, com a ampliação e a abertura dessa instituição, num exercício de socialização da política, que agora é articulada e faz parte de um só corpo, numa síntese da relação Estado Sociedade, ou seja, a constituição de uma “sociedade regulada”: constitui-se um momento de transformação dos interesses privados para a estruturação de uma esfera pública, de interesses coletivos.

Na doutrina do Estado – sociedade regulada, de uma fase em que o ‘Estado’ será igual ‘governo’ e ‘Estado’ se identificará com ‘sociedade civil’, dever-se-á passar a uma (...) organização coercitiva que tutelar o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada em contínuo crescimento, e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas. De modo nenhum isto pode levar a pensar num novo ‘liberalismo’, embora esteja para surgir uma era de liberdade orgânica. (GRAMSCI, 1989, p.150)

A instituição dessa sociedade regulada deverá perpassar um período que “Marx inicia intelectualmente uma época histórica que provavelmente durará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada.” (GRAMSCI, 2001, Vol.I p.243) Com a “sociedade regulada”, há instituição de uma estrutura política e social mais forte que espelha a “vontade coletiva”, resultando num novo “Estado social do trabalho e da solidariedade”

... a emancipação das classes subalternas pressupõe a expansão da sociedade civil, a sua criatividade, a auto-regulação que absorve progressivamente a sociedade política e esvazia o Estado: ‘ a história deles está entrelaçada à da sociedade civil; é uma função desagregada e descontínua da história da sociedade civil e, por essa ligação, da história dos estados ou grupos de estados’. (GRAMSCI) Então, é no interior dos movimentos sociais que os trabalhadores são chamados a criar o seu projeto de sociedade e começam a ensaiar práticas novas de poder e de política que

estabelecem relações dialéticas entre intelectuais e povo, dirigentes e dirigido, introduzindo formas de vida totalmente diferentes das acomodações rerepresentadas pelos métodos da 'revolução passiva', tão caros aos grupos dominantes." (SEMERARO, 2001, p.63 -64)

O argumento gramsciano reside na potencialidade dos movimentos políticos e sociais ou do conjunto de organizações da sociedade civil, em seus contextos histórico-culturais, a função decisiva na construção de um projeto de sociedade que contemple novas práticas de poder e política, que se constitua numa contra hegemonia, fazendo frente à dominação e aceitação passiva dos valores burgueses, por parte da classe subalterna.

No processo de construção de uma contra hegemonia, como já vimos, um fator determinante é desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para ultrapassar os limites de uma pequena política e chegar a um momento ético político, de elevação cultural e política das massas, momento de desenvolvimento da autonomia das classes subalternas. E, para se chegar nesse momento de re-elaboração, organização e direção da vontade coletiva, desempenham papel fundamental o partido político e os intelectuais.

Nas notas sobre O Príncipe de Maquiavel, Gramsci identifica que o "... moderno príncipe (...) não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo (...) é o partido político: a primeira célula no qual se aglomeram germes da vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais..." (1989, p.6) Para o autor, na sociedade moderna ocidental é o partido a instituição que tem o papel de organizar e conduzir a "vontade coletiva nacional popular", como uma ação revolucionária na busca de uma nova hegemonia política econômica e cultural. Refere-se ao Partido Revolucionário Comunista como o organismo social de representação dos interesses das classes subalternas italianas na direção e conquista hegemônica: "...como consciência atuante da necessidade histórica, como um protagonista de um drama histórico real e efetivo." (p.7)¹²⁹ Ou ainda, "... o único partido no qual a população trabalhadora veja a expressão de sua vontade política,

¹²⁹ "O *Príncipe* de Maquiavel poderia ser estudado como uma exemplificação histórica do 'mito' soreliano, isto é, de um ideologia política que se apresenta não como uma fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar a sua vontade coletiva (...) era uma pura abstração doutrinária, o símbolo do chefe..." (GRAMSCI, 1989, p. 4)

o local de manifestações de seus interesses imediatos e permanentes na história.” (1987, p.108)

Para a formação de uma vontade coletiva nacional popular, argumenta Gramsci, não é possível concretizá-la sem que as grandes massas (camponeses e operários) assumam conjuntamente a vida política. E a adesão para tanto deve ser individual e não de modo “laborista” ou conforme “velhos esquemas”, mas inovando (...) por intermédio de uma elite...” (1991, p. 23), responsável pelo chamamento, pelo envolvimento e pela organização das massas: o partido político¹³⁰, “expressão ativa e atuante” “pedra-de-toque da unificação de teoria e prática”. Esse exercício político constitui-se numa práxis, pois envolve processo de reforma intelectual e moral das massas “... o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna.” (GRAMSCI, 1989, p.8 – 9)

Essa articulação, de envolvimento na vida política e reforma intelectual e moral, é o caminho que o partido deve trilhar, deve “tomar o lugar” da divindade nas explicações da vida social e política e tornar-se a base de uma “laicização completa de toda a vida e de todas as relações de costume.” (*id*) Para Gramsci, na Modernidade não há lugar para explicações divinas dos processos desencadeados pelo capitalismo, cabe ao partido revolucionário, principalmente, (também aos movimentos e organizações da sociedade civil), desvendar ideologicamente a mistificação dos processos sociais hegemônicos que perpassam a sociedade capitalista.

Gramsci identifica nos processos sociais hegemônicos a categoria “revolução passiva” que “... refere-se ao critério interpretativo das **modificações moleculares**, que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1989, p. 77) (grifo nosso) Isto é, esse conceito é

¹³⁰ Como vimos em nota anterior, as configurações da sociedade contemporânea têm marcas diferenciadas das estudadas por Gramsci no início do século XX. Com relação a “condução única e revolucionária do partido político” ,não se aplica integralmente às novas configurações sociais e culturais da sociedade ocidental, mas o que se aplica na atualidade é “... lutar em todos os níveis e em todos os planos para colocar em cima o que está embaixo, buscando nada menos que refundar o mundo”. (CAMPIONE, 2003, p.63) Contemporaneamente reconhece-se a multiplicidade de atores, movimentos e sujeitos coletivos, porém estes não podem perder a perspectiva de um novo projeto teleológico à sociedade, com base no consenso ativo das classes / grupos subalternos, como protagonistas de sua própria emancipação.

utilizado para analisar as modificações moleculares, ideológicas e progressivas que a sociedade capitalista ocidental elabora para manter-se hegemonicamente, ou seja, para que haja uma aceitação e a recriação passiva dos valores burgueses, como se fizessem “naturalmente” parte da vontade coletiva. Logo, a revolução passiva não é democrática nem emancipatória, pois as massas são excluídas do processo de instituição de mudanças, mas são incluídas na assimilação e reprodução da “normalidade”¹³¹. As ideologias políticas que perpassam esse tipo de revolução são construções, práticas, instrumentos de direção política – são ilusões sofridas pelos governados e enquanto para os governantes é um “engano desejado e consciente”. (GRAMSCI, 1991) ¹³², pois implícita ou explicitamente planejam e/ou executam as mudanças econômicas e sociais que lhes são caras para a manutenção de uma determinada direção política e ideológica.

Para fazer frente a essa revolução ideológica e política, a melhor estratégia que a classe subalterna deve lançar mão é a “guerra de posição”, que articuladamente representa a contraposição ideológica à hegemonia capitalista dominante.

Essa estratégia consiste no exercício pedagógico de socialização da política, na ocupação de posições estratégicas, na propagação de valores culturais diferenciados dos dominantes, na absorção processual desses pela massa num movimento histórico de constituição de um pensamento crítico e elevação do senso comum. Tais possibilidades, de ocupação e de manifestação civil, são características da sociedade moderna: tanto na organização do Estado como na sociedade civil, num processo mediado por relações econômicas, políticas e sociais, criando espaços possíveis que na arte política são chamados de “trincheiras e fortificações permanentes” da frente, na guerra de posição. (GRAMSCI, 1989) Por se tratar de uma “guerra”, pressupõe-se que será constituída por batalhas menores que concorrerão para avanços ou retrocessos como trincheiras ou barreiras para que o Estado e/ou o mercado não absorvam ou não centralizem o poder, configurando-se assim uma disputa pela hegemonia (dependendo do grau de

¹³¹ Exemplo de “normal”: a divisão da sociedade em classes, a desigualdade social, a pobreza como fenômeno natural, a vida de sacrifícios e privações materiais será compensada na vida pós-morte...

¹³² Gramsci analisa o fordismo como revolução passiva (transformismo), pois se apresenta como uma revolução na produção de bens materiais, mas mantém a distância do consumo e usufruto da grande maioria da população dos bens produzidos. Sobre o tema consultar GRAMSCI, 1989.

socialização da política alcançado e da correlação de forças entre as classes que disputam a “guerra”).

A guerra de posição é travada numa sociedade heterogênea e múltipla, é longa em termos de espaço temporal, não se constitui através de um acontecimento único e radical, mas pressupõe uma **revolução processual**, ou melhor, dizendo nas palavras de CAMPIONE (2003, p. 54), quando analisa à luz do pensamento gramsciano, a hegemonia e contra hegemonia na América Latina: “resgata-se assim o conceito de revolução, mas sob a forma de um processo de laboriosa gestação e não de um acontecimento único e irreversível, e com um conteúdo de transformação radical, não limitado ao poder político e às relações de produção fundamentais, mas aberto à **ruptura** de todas e de cada uma das relações marcadas pela opressão e pela desigualdade.” (grifo nosso) O indicador gramsciano de romper processualmente com relações de dominação nas diversas instâncias da vida social, fortalece a argumentação de que é possível construir pedagogicamente relações sociais que contemplem valores sociais diferentes dos dominantes, não no sentido de inclusão total dos anseios, mas numa direção teleológica formulada pela classe subalterna.

No jogo de forças, Gramsci aponta para a importância desta classe articular “alianças de solidariedade”, como por exemplo, em seu estudo sobre a aliança entre os operários e camponeses da Itália para vencer estrategicamente a dominação burguesa: mais especificamente na “Questão Meridional”¹³³, o autor analisa a conjuntura do país e suas marcas no início do século XIX, dizendo que o “... proletariado setentrional, emancipado a si mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte (...) a aliança política entre os operários do Norte e os camponeses do Sul para derrubar a burguesia do poder de Estado...” (GRAMSCI, 1987, p. 136 – 137) A articulação de alianças entre os segmentos da classe trabalhadora tende a solidificar o movimento proletário e ganhar espaço na guerra de posição.

¹³³ “Dadas as condições reais objetivas da sociedade italiana, serão protagonistas da revolução as cidades industriais, com suas massas compactas e homogêneas de operários fabris (...) Mas somente com as forças dos operários fabris a revolução não poderá se afirmar de modo estável e difuso; é preciso juntar a cidade e o campo, suscitar no campo instituições de camponeses pobres sobre as quais o Estado socialista possa se apoiar e se desenvolver...” (GRAMSCI, 1987, p.18)

É através da guerra de posição que se abre espaço para a emergência de uma nova hegemonia, portanto de uma nova concepção de Estado e de uma nova concepção de sociedade, como um dos últimos estágios ou batalhas a serem vencidas nessa guerra. Aqui é preciso entender o Estado e a sociedade de forma ampliada¹³⁴, ou seja, vislumbrando a possibilidade de estabelecimento e de abertura para a instituição de poderes sociais diferenciados dos dominantes no interior de ambos.

No processo de busca de uma contra-hegemonia, tanto as condições materiais como as culturais determinam a configuração da realidade social, portanto não é um movimento que fluirá de modo mágico, mas a partir da inserção crítica de sujeitos concretos na prática social. A participação e a inserção de sujeitos concretos na prática social é

... a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que as classes subalternas são capazes de construir quando se constituem em sujeitos conscientes e ativos (...) as novas forças sociais - a princípio agregadas em sistemas econômico-corporativos - **assumem progressivamente atitudes de contraposição à ideologia dominante**, até amadurecerem uma visão independente e superior de mundo que unifique os diversos grupos que lutam pela afirmação social e política. (SEMERARO, 2001, p.155) (grifo nosso)

Quando as classes são capazes de assumir atitudes em contraposição à ideologia dominante, de construir alianças e de se fortalecer enquanto classe, entende-se o que Gramsci argumenta sobre o que é ideologia para a Filosofia da Práxis:

... as ideologias não são de modo algum arbitrarias; elas são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e denunciados em sua natureza de instrumentos de domínio, não são por razões de moralidade, etc, mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da inversão da práxis. (GRAMSCI, 1991, p.269 – 270)

As ideologias dominantes devem ser denunciadas e combatidas pela manipulação que produzem. A prática da denúncia e de assumir atitudes de oposição contribui para a recriação de uma visão crítica perante o mundo e de uma

¹³⁴ O mundo vivido por Gramsci caracterizava-se pela efervescência do movimento operário, partidos, imprensa e a ascensão do fascismo na Itália, portanto sua análise é determinada pela conjuntura da época, motivo pelo qual aparecem determinadas categorias em sua análise, como por exemplo Estado Ampliado – como possibilidade de instituição de um outro tipo de Estado completamente diferente do fascista.

práxis social que por sua vez desemboca na constituição de uma contra - tendência que também pretende ser hegemônica.

Nesse caminho, o primeiro problema a ser resolvido, diz Gramsci "...era o de modificar a orientação política e ideológica geral do próprio proletariado ...” (GRAMSCI, 1987, p.139), pois tem enraizado em sua cultura os valores que absorveu passivamente como certos na condução da vida social e política. Portanto, lembra Gramsci: “Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades da vida e das exigências da cultura dessas classes.” (1987, p.73) Tal pressuposto se dá em função de que existem especificidades e características culturais que configuram e determinam o modo de vida das classes sociais, as quais devem ser conhecidas e levadas em consideração para a formulação de um projeto que as envolva, caso contrário haverá poucas chances de sucesso nesse empreendimento.

Articulando a dificuldade da classe subalterna em ter uma direção política e ideológica geral e a questão do sucesso de um trabalho revolucionário ser pautado nas exigências culturais de classe, Gramsci traz a discussão do papel dos intelectuais, que recebem impulsos tanto da classe subalterna como da burguesia para sua atividade política e ideológica, a qual acaba incidindo diretamente na formação cultural destas.¹³⁵

Como vimos no início desse capítulo Gramsci, acredita que não haja situação histórica que não possa ser mudada com a organização consciente dos homens. Porém, para chegar a esse estágio de desenvolvimento humano, uma longa caminhada deve ser trilhada. E, como um elemento determinante nesta caminhada, de organização de uma nova cultura, está a presença e o papel dos intelectuais.

¹³⁵ Na “Questão Meridional” Gramsci analisa a presença dos intelectuais na formação cultural da Itália no começo do século XX, esclarecendo que a sociedade meridional é constituída por três estratos sociais: “...a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em constante efervescência, mas como massa são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos de sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam, em última análise, todo esse conjunto de manifestações.” (1987, p 154) Observe-se como esta estruturação e características da sociedade italiana do início do século XX aproximam-se da realidade brasileira.

... não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. Mas esse processo de criação dos intelectuais é logo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e de reagrupamentos... (GRAMSCI, 2001, Vol I p.100)

Diz o autor que os intelectuais se desenvolvem quantitativa e qualitativamente num processo complexo muito próximo do movimento de massa, que gradualmente se eleva a um nível superior de cultura. Mas esse processo também é contraditório, pois não flui de forma progressiva e contínua, existem determinantes conjunturais e estruturais que se põem para impedir o fluxo de elevação cultural dos intelectuais, para que não se fortaleçam e / ou se conscientizem das contradições do mundo capitalista e não lutem por uma contra-hegemonia. Como podemos confirmar nas palavras de GRAMSCI:

A relação entre intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’ (...) Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. (2001, Vol II, p.21)

A relação mediatizada, ou determinada pelo conjunto de superestruturas entre intelectuais e sociedade, passa por diversas minúcias e mecanismos ideológicos que cerceiam e moldam o “livre” exercício profissional. Justamente por estar situada numa sociedade onde predomina a dominação de uns sobre outros, a função mediatizada dos “funcionários” que se sobressai na sociedade moderna é a “organizativa e conectiva” a favor de valores dominantes, pois, além de funcionários, são “comissários” que se expressam através de um trabalho subalterno, como por exemplo: a trama do consenso “espontâneo” das massas em aceitar passivamente a “funcionalidade natural” da sociedade.

É certo que a divisão social do trabalho¹³⁶ acarreta diferentes graduações e

¹³⁶ A divisão social do trabalho aprofunda, assim, a divisão entre contemplação e ação, e leva a exaltação do homem como ser teórico. Por sua vez, a primazia que se atribui às atividades livres, ou libertas do contato com a matéria, e o desprezo que se volta ao trabalho físico, como ocupação indigna dos homens livres, nada mais faz do que afirmar a posição destes últimos e rebaixar a dos trabalhadores físicos (braçais)... (VÁZQUEZ, 1986, p.22)

funções intelectuais, e portanto, em algumas categorias de intelectuais não há uma atribuição diretiva e organizativa por parte destes. Sob este prisma lembramos da assertiva de Gramsci: “... todos os homens são intelectuais (...), mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (1995, p. 7)¹³⁷ Argumenta que é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais, e sim, graus diversos de atividades intelectuais. Não existe atividade humana que não envolva o intelecto,

... não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens* (...) todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, , isto é, para promover novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 1995, p7)

Para a formulação de uma visão de mundo crítica, todo homem tem uma **potencialidade** que precisa ser desenvolvida e não acomodada ou mascarada ideologicamente. Não basta uma formação profissional e intelectual de “alto nível” para ter visão de mundo crítica, como um intelectual tradicional da burguesia, mas deve estar vinculada às formas, contextos e finalidades reais de vida. Segundo Gramsci, o intelectual precisa estar envolvido na vida prática “como construtor, como organizador” de grupos ou estratos de classe, e aqui se expressa o intelectual orgânico do proletariado.

Pode se identificar a “organicidade” dos intelectuais se identificarmos a conexão de sua atividade intelectual com determinado grupo social fundamental, ou seja, identificar a serviço de qual grupo social está vinculado e que tipo de prática desenvolve. Por essa relação / mediação que há entre o intelectual e um grupo ou estrato social é que Gramsci argumenta sobre o papel essencial que aquele desempenha na manutenção de uma tendência hegemônica ou articulação de uma contra-hegemonia. Os setores de intelectuais são formados numa realidade concreta que não ocorre num terreno democrático abstrato, mas num terreno

¹³⁷ “De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco. Estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada.” (GRAMSCI, 1995, p.13)

constituído de “processos históricos tradicionais concretos”, portanto não basta ser intelectual para entender o real ou ser um crítico. Sua formação vincula-se a esses processos concretos que modelam e direcionam a sua visão de mundo e o tipo de prática que desenvolvem.

Estudiosos do pensamento gramsciano¹³⁸ têm evidenciado quem são os novos intelectuais: “para Gramsci, são os que subvertem a figura tradicional e burguesa do personagem erudito e separado da massa e fazem do seu saber uma “expressão orgânica” das classes fundamentais, favorecendo o surgimento de uma ‘inteligência social’”. (SEMERARO, 2003, p.271) Constituindo-se como organizadores e protagonistas que mediam e potencializam a capacidade intelectual e política dos grupos com os quais trabalham, com vistas a uma nova cultura social.

A reconstituição dos moldes culturais conservadores é um dos elementos que compõe a proposta gramsciana de emancipação política e social, na construção de uma contra-hegemonia como possibilidade de um “devenir histórico”¹³⁹, como um projeto a ser pensado e executado pela classe subalterna. A tendência contra hegemônica, também com presença histórica, é contornada, primordialmente de obstáculos para a sua não concretização, porém com perspectivas reais e processuais para o enfrentamento desse contexto. Exemplo dessa leitura esta no capítulo anterior deste trabalho, no qual resgatamos os movimentos históricos de luta pela emancipação humana e social, ora constituídos pela sua negação (hegemonicamente), ora pela sua afirmação, demonstrando, como já assinalado, que a história não tem um traçado pré – definido, mas construído pela “vontade livre” dos homens, “... mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições dadas diretamente e herdadas do passado.” (MARX in FERNANDES, 2001, p.48)

Por esse caminho, de limites e possibilidades, recolocamos às categorias gramscianas sistematizadas neste item: a necessidade de elevação social, cultural e política de grupos e massas; a possibilidade de seu protagonismo autônomo; a reforma intelectual e moral; a catarse, a concepção de homem como filósofo e

¹³⁸ Referimo-nos aos estudiosos / autores que estão sendo citados no transcorrer do capítulo.

¹³⁹ “... a idéia do *devenir*: o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o ‘homem em geral’: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se pressupõem uns aos outros cuja unidade é dialética e não formal.” (GRAMSCI, 1991, p.43)

político; a socialização da política, a ocupação de espaços da sociedade civil / esfera pública; a recondução da vontade coletiva; a elevação do senso comum e do conhecimento; a guerra de posição; o papel dos intelectuais; e a radicalização da democracia através de uma **revolução processual** caracterizam-se individual, mas não separadamente, num movimento amplo, histórico e dialético como **rupturas moleculares** que se relacionam e se constituem num projeto social emancipatório e portanto, contra hegemônico.

2.2 – As rupturas moleculares como expressões de emancipação social

Seguindo a orientação gramsciana, bem sabemos que é no plano ético-político que a classe subalterna poderá desenvolver sua capacidade intelectual e moral para historicamente construir um projeto contra hegemônico.¹⁴⁰ É no exercício sócio-político, na ação política que se articula experiência e consciência (pensamento estimula a ação e esta realimenta o pensamento)¹⁴¹, que se exercita e alimenta diferentes formas de pensar, podendo elevar o senso comum a um nível de criticidade e coerência. Imbricada nessa orientação está a concepção gramsciana de “natureza humana” e com ela a “faculdade de raciocinar” que não pode ser reconhecida como um fato “unitário” enquanto pensamento, “... mas o que realmente se pensa, une ou diferencia os homens.” (GRAMSCI,2001, Vol I, p.245)

Por isso, a certeza de que a natureza humana é o “conjunto de relações sociais” que inclui a idéia do “devenir”: “...o homem ‘devém’, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também nega ‘o homem em geral’: de fato, as relações sociais são expressas por diversos grupos de homens que se sobrepõem uns aos outros, cuja unidade é dialética e não formal.”(id) É na dialeticidade das relações sociais que os homens vão construindo uma visão de mundo (caótica ou crítica) e se aproximando de outros homens pelo pensamento comum que possuem.

E em MARX, no Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política, encontramos a fonte filosófica dessa concepção gramsciana: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.” (in FERNANDES, 2001, p. 233) Portanto justifica-se o atraso e o desvirtuamento dos **valores modernos** de autonomia e capacidade do conhecimento e criação humana, pelas marcas das relações sociais e

¹⁴⁰ Segundo GRUPPI (1978) “O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa ‘conduzir’, ‘ser guia’, ‘ser líder’; ou também do verbo *eghemonieuo*, que significa ‘ser guia’, preceder, ‘conduzir’, e do qual deriva ‘estar a frente’, ‘comandar’, ‘ser o senhor’. Por *eghemonia*, o antigo entendia a direção suprema do exército. Trata-se, portanto, de um termo militar. Hegemônico era o chefe militar, o guia e também o comandante do exército. Na época das guerras do Peloponeso, falou-se de uma cidade hegemônica para indicar a cidade que dirigia a aliança das cidades gregas em luta entre si. (p.1)

¹⁴¹ “Não basta que o pensamento estimule sua realização; é necessário que esta mesma realidade estimule o pensamento.” (MARX, s/d, p.119)

econômicas que predominam na sociedade moderna. Ou seja, o que determina o tipo e o grau de consciência da sociedade capitalista, são os seus fundamentos filosóficos, culturais, econômicos e sociais hegemônicos que se expressam em todas as dimensões da vida social.

Se tomarmos a práxis social como produto historicamente determinado pelas relações sociais, que se concretiza pela ação coletiva / social do homem¹⁴², veremos que é plena de saberes, conhecimentos e experiências, pois possui um “espírito popular criador, em suas diversas fases e graus de desenvolvimento.” (GRAMSCI, 2001, vol I, p. 78) Mas as ações coletivas da classe subalterna também são desorganizadas / pulverizadas, razão pela qual representam polêmicas e obstáculos a serem vencidos, devido toda armação ideológica que se edifica para que a classe subalterna não ultrapasse um dado limite, apesar de seu espírito criador.

A coletividade deve ser entendida como um produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas aquela exterior e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento e evitá-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas, etc. (GRAMSCI, 2001, Vol 1, 232)

A construção de um projeto contra hegemônico pelas classes subalternas confronta-se então, com uma trama de relações capitalistas de produção e de cultura política contraditórias e manipuladoras. Por se configurar como um movimento histórico e multilateral, a possível posição contra-hegemônica¹⁴³ também é plausível de perder a posição. Se não for apropriada, de consenso, pode ser re - elaborada pela facção que tiver força para fazer valer sua vontade, seus interesses e seus projetos políticos. Na proposta gramsciana, valoriza-se o

¹⁴² “... todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem coletivo’, isto é, pressupõe a conquista de uma unidade ‘cultural – social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim.” (GRAMSCI, 2001, Vol. 1, p 399)

¹⁴³ SEMERARO salienta que em Gramsci não há hegemonia “... ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (2001, p.129), Essa posição tem em Marx o fundamento: para existir a hegemonia deve coexistir todo aparato organizacional que compõe a sociedade civil articulado, ou em consonância com a proposta hegemônica, caso contrário não haverá a sustentação para manter a posição hegemônica.

fortalecimento cultural da classe subalterna, de grupos que a compõe, pois se este determinante não estiver bem solidificado, esclarecido, estruturado, no sentido de construção de uma auto-cultura-crítica e popular, a hegemonia dominante não será questionada, nem haverá a proposição de alternativas contrárias à dominante.

A dimensão política, de enfrentamento às polêmicas através da valorização radical da democracia, só poderá ser apreendida se exercitada através da experiência que deverá ser criada pelos próprios protagonistas da história, como possibilidade de **ruptura**, com uma condição de subalternidade e de elevação à auto-emancipação. Para tanto, a “... construção de uma nova sociedade pelas classes subalternas passa necessariamente pela articulação das suas forças dispersas, pela unidade de um projeto orientativo que supere a fragmentação e rompa os limites estreitos do individualismo burguês, sem cair do ‘fetiche’ da coletivização ou na abstração dum organismo meta-histórico.” (SEMERARO, 2001, p.225), mas sim, tendo a referência daquilo que é “orgânico” e pleno da sociedade e da sua história.

Partindo da distinção que GRAMSCI (1989) faz de movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados “de conjuntura” (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais), pode se afirmar que o orgânico da sociedade contemporânea está vinculado aos valores clássicos da Modernidade, que permanecem como fundamentos importantes para a vida em sociedade: a autonomia, liberdade, a emancipação e a democracia. Segundo o autor, são os fenômenos orgânicos que dão “margem à crença – histórico – social” e que sustentam as bases de uma sociabilidade humana.

E os movimentos conjunturais são os desdobramentos que daí decorrem com os mais variados fins. Por essa razão, lembra o autor, que também os fenômenos de conjuntura dependem de movimentos orgânicos, “... mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica miúda, do dia-a-dia, que investem os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder.” (p. 45 – 46) A articulação dos movimentos orgânicos com os conjunturais dão o sentido histórico das lutas diárias.

A sociedade moderna constitui-se organicamente num terreno fértil para o desenvolvimento e concretização de seus valores clássicos, pois em nome da “democracia moderna” é possível, contraditoriamente, conquistar posições (guerra de posição) em diversos setores da sociedade civil e do Estado, sem esperar que um organismo ou potência única possa fazê-las. “... na realidade, só o grupo social que coloca o fim do Estado e de si mesmo como fim a ser alcançado, pode criar um Estado ético, tendente a eliminar as divisões internas de dominados, etc., e a criar um organismo social unitário técnico – moral.” (GRAMSCI, 1989, p. 145) Com base nessas condições Gramsci inverte a concepção moderna hegemônica de política, demonstrando caminhos políticos possíveis de serem “ampliados”.

Apesar de termos referenciais e orientações tão significativas como as de Gramsci, e apesar das novas configurações da sociedade contemporânea¹⁴⁴, permanecem ainda as contradições básicas da sociedade capitalista burguesa e da posição política hegemônica da Modernidade dos séculos XVIII e XIX: a valorização do capital e da técnica – fundamentada na razão instrumental, que sufoca a razão crítica e os valores emancipatórios de coletividade e de público.

Os vários autores trabalhados no transcorrer da tese: Hobsbawm, Fernandes, Ianni, Rouanet, Chauí, Mota, Castel, entre outros, nos autorizam, assim como Gramsci, a não nos deixar levar pelo pessimismo, pela resignação, precisamos estar convencidos

... que as insuficiências das classes subalternas podem ser superadas por um intenso trabalho de educação e pela capacidade de organização e de elaboração dum postura superior à hegemonia estabelecida. A proximidade (de Gramsci) com as massas e o envolvimento militante com suas ações políticas o levam a perceber que as dimensões **da razão moderna** não se limitam ao mundo das elites e dos tecnocratas, mas estão presentes também nas lutas sociais das classes subalternas e dos espoliados, no bom-senso e na cultura popular, na atuação dos intelectuais junto às massas e na busca que os partidos populares fazem dum novo projeto de sociedade. (SEMERARO,2001, p.251) (grifo nosso)

Permanece também a importância de fomento às práticas sociais pedagógicas e democráticas que socializem e universalizem o conhecimento e

¹⁴⁴ Veja-se em especial nesta passagem a atualidade do pensamento gramsciano “Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, mais estendida e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou definitivamente continentais.” (GRAMSCI, 1989, p.169)

conseqüentemente a criação de uma cultura política madura nas classes / grupos sociais, como enfrentamento aos mecanismos de poder e de dominação hegemônicos, como **rupturas moleculares** frente ao instituído. Diz GRAMSCI "... se uma nação ou grupo social que atingiu um grau superior de civilização pode (e, portanto, deve) 'acelerar' o processo de educação dos povos e grupos sociais mais atrasados, universalizando e traduzindo de modo adequado a sua nova experiência." (2001, Vol. 1, p. 86) "Acelerar" o processo de educação, pressupõe respeito às condições culturais dos grupos, os quais possuem potencialmente em suas experiências, a razão moderna, a razão emancipatória que não é propriedade exclusiva das elites, mas também está presente nas lutas humanas e sociais da classe. Porém, não é expressa de forma hegemônica, mas latente ou pouco manifesta, e, por vezes, até desvirtuada por interesses outros, que não emancipatórios, mas reguladores e instrumentais – por esse motivo precisa ser "acelerada" no sentido de potencializar o rompimento nas mais diversas dimensões da vida social, com a lógica / racionalidade instrumental que a perpassa.

As marcas da razão instrumental são expressas nas mais diversas áreas: economia, no Estado, nas teorias explicativas da vida em sociedade, na história e principalmente na cultura. A estruturação e a definição de padrões culturais de um período ou de determinadas localidades (aqui nos referimos a sociedade ocidental) são determinados historicamente pelas necessidades e forças dominantes daquela época ou local. Não poderia ser diferente a definição e a moldagem dessa cultura senão impregnada e limitada pela razão instrumental; os processos políticos, sociais, econômicos, culturais acabam por reproduzir ideologicamente aquilo que vivem ou que interiorizam como verdadeiro.

Portanto, podemos concluir que a cultura ocidental também reflete e manifesta uma cultura padronizada em moldes "irracionais" do liberalismo e do capitalismo¹⁴⁵, como sendo a mais apropriada aos critérios de "normalidade", que se naturaliza graças ao caráter "subalterno" de determinados estratos sociais. " A vontade real se disfarça em um ato de fé numa certa racionalidade da história, em

¹⁴⁵ Sobre o domínio do liberalismo e capitalismo as obras, em especial, de HOBBSBAWN, E.J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo : Companhia das Letras, 1995. E, a obra de SADER, Emir. Século XX: uma biografia não autorizada, o século do imperialismo. 1ª. reimpressão. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.

uma forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado (...) predestinação (...) portanto, a consciência é contraditória, carece de unidade crítica.” (GRAMSCI, 1991, p.23)

Rouanet, referindo-se ao Brasil no período ditatorial, analisa que o irracionalismo vigente apoderou-se da tendência antielitista (tendência mais saudável e mais decisiva para a construção de uma cultura democrática), desviando-a de seus fins, emergindo o populismo cultural que estigmatiza a alta cultura em si, considerando-a elitista e enaltecendo ao mesmo tempo a cultura popular. Porém, houve uma confusão proposital entre cultura popular e a cultura de massas.

Continua o autor,

... desvalorizar a alta cultura é a forma mais segura de extinguir a consciência crítica, pois é ela que alimenta a reflexão questionadora e a vontade de transformar o mundo (...) Por outro lado, idealizar a cultura de massas e a indústria cultural eletrônica é fechar os olhos ao que ela tem de alienante. Estimula-se, através do antielitismo, uma intoxicação das consciências cujo efeito mais direto será extinguir qualquer desejo de abolir a base social do elitismo (...) Enfim, confundir a cultura de massas com a cultura popular é o modo mais competente de liquidar a cultura popular: não é a literatura clássica que ameaça a literatura de cordel, e sim a novela das oito. O populismo eletrônico não é diferente do populismo em geral: em todos os casos, ele sabota o povo e consolida as estruturas da desigualdade. Chegou o momento de nos darmos conta de que não é a razão que oprime, mas o irracionalismo. É ele que nos impede de iniciar verdadeiros processos comunicativos, capazes de assegurar uma **emancipação autêntica**. A alternativa legítima não é entre a prática e a razão tecnocrática, mas entre a razão tecnocrática e a outra *razão*, capaz de transformar a prática. Temos que reformular a frase de Goethe: ‘cinzenta é toda teoria, e verde apenas a árvore esplêndida da vida.’ Verde é toda teoria que liberta a vida e cinzenta toda a vida que se fecha à razão. (ROUANET, 1987, p.20) (grifo nosso)

Em defesa da razão crítica, Rouanet afirma que não houve ruptura entre as épocas – Moderna e Pós-Moderna – mas uma continuidade, e se não houve esta ruptura é preciso identificar as forças da Modernidade, numa perspectiva intitulada pelo autor de **Neomoderna**¹⁴⁶. O prefixo indica a manutenção das raízes na Modernidade, mas que visa outra Modernidade. “A consciência Neomoderna reconhece a natureza ambivalente da Modernidade, toma partido por seu vetor

¹⁴⁶ Encontramos em SEVERINO (2001) a mesma posição: O modo de ver e existir atuais de perfil neoliberal, “não instaura nenhuma pós-modernidade” acontece uma maturação das premissas da modernidade. Não podemos negar a configuração de um contexto novo: é preciso rigorosa atenção a especificidade do momento histórico com análise detida e vigilância crítica. Não perder de vista a historicidade da existência humana, questionar o caráter sofismático da desconstrução pelo reconhecimento da história, pela reafirmação da razão.

emancipatório e busca construir uma Modernidade mais livre.” (1987,p.26) Mantém assim, a proposição e o fundamento de uma razão crítica. Para tanto devemos usar os **instrumentos de emancipação** originários da própria Modernidade:

- uma razão autônoma, capaz de desmascarar as pseudo-legitimações do mundo sistêmico;
- uma ação moral autodeterminada, que não depende de autoridades externas; e
- uma ação política consciente baseada em estruturas democráticas que pressupõe uma razão crítica e uma vontade livre.

Se relacionarmos esses instrumentos às categorias gramscianas, veremos que os autores se aproximam¹⁴⁷ em argumentar pelo:

- processo de elevação do conhecimento / senso comum e de auto-constituição de consciência crítica;
- processo de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo consciente de grupos / classe através da socialização da política e do poder; e
- especialmente em Gramsci, a auto-representação das classes subalternas através da criação de uma cultura democrática própria.

Esses instrumentos¹⁴⁸ teórico – práticos são plenos de fundamentação filosófica marxiana sobre práxis: tomados numa totalidade são articulados dialeticamente, pois o processo de conhecer criticamente a realidade se integra na relação do sujeito que conhece o mundo, “ não como atividade sensorial humana, como prática.” (Tese I sobre Feuerbach, MARX, 1979, p. 11)¹⁴⁹ . Ou seja, o homem,

¹⁴⁷ Consideramos que a obra de Gramsci possui magnitude frente à de Rouanet, porém achamos importante aproximar as posições dos autores no sentido de fortalecer a argumentação sobre os elementos que compõem a emancipação social.

¹⁴⁸ Encontramos em GRAMSCI (1991), a interessante expressão do autor quando aborda a relação do homem com a natureza através da técnica: “... por técnica deve-se entender não só o conjunto de noções científicas aplicadas na indústria (como se entende costumeiramente), mas também os instrumentos ‘mentais’, o conhecimento filosófico.” (p. 41)

¹⁴⁹ Para a análise da práxis em Marx, além de sua obra, consultamos a obra “a clássica da contemporaneidade” sobre o estudo da práxis: VÁZQUEZ, 1986 a qual traz um estudo criterioso das “Fontes Filosóficas para o Estudo da Práxis”. Segundo o autor, “a práxis é a categoria central da filosofia que concebe ela mesma não só como interpretação do mundo mas também como guia de transformação.” (p.5) Esclarece que esta filosofia é o marxismo a qual tem uma vinculação profunda com a práxis, sendo uma constante pós “ Crítica à filosofia do direito de Hegel, 1843. Contextualiza as obras marxianas indicando como a categoria práxis vai sendo construída historicamente pelo autor. Nos deteremos nas “Teses sobre Feuerbach” nas quais Marx discute as relações entre teoria e prática (aspecto que nos interessa em particular no capítulo em construção) e com elas a sua concepção de práxis em construção. Nas Teses, o autor faz a crítica ao materialismo tradicional em especial deste teórico, defendendo o princípio de transformação do mundo como tarefa fundamental da filosofia. São onze teses formuladas em 1845, muito próximo dos escritos da obra A Ideologia Alemã.

numa perspectiva marxista, conhece o mundo pela relação que se estabelece entre ambos: o objeto do conhecimento é produto da atividade humana e não mero objeto de contemplação. “Conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação que se estabelece graças a atividade prática humana.” (VÁZQUEZ, 1986, p 153)¹⁵⁰ Nessa relação se expressa a dimensão de práxis como fundamento do conhecimento.

Na Tese III, MARX defende a práxis revolucionária como a práxis que transforma a sociedade: “A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias são alteradas pelos próprios homens e que o próprio educador deve ser educado...” Diz ainda que a coincidência de alteração entre ambas, das circunstâncias e do próprio homem, “... só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como a práxis revolucionária” ...” (1979, p.12)

Segundo VÁZQUEZ (1986), essa tese faz a crítica concepção de homem sustentada pelos iluministas dos séculos XVIII e propagada pelos socialistas utópicos do século XIX: o homem é um ser racional e produto das circunstâncias / meio e mais decisivamente da educação. A humanidade pode progredir desde que educada à luz da razão. Então Marx faz a crítica à possibilidade de transformação do mundo reduzida à atividade pedagógica, na qual o educador (sujeito ativo e minoritário) molda o educando (objeto passivo e maioria na sociedade), negando a divisão entre ativos e passivos, entre sujeito e objeto, pois quando o homem transforma a natureza / as circunstâncias, transforma a sua própria natureza num processo sem fim.¹⁵¹

Nessa perspectiva, coincidem a transformação das circunstâncias e a transformação do próprio homem, a transformação se caracteriza como prático – revolucionária. O homem modifica as relações sociais e afirma o seu domínio sobre elas, isto é, “... sua capacidade de responder a seu condicionamento ao abolir as circunstâncias que o condicionavam.” (VÁZQUEZ,1986, p.160) Em síntese, o

¹⁵⁰ Sobre a Tese I o autor escreve que Marx faz a crítica ao materialismo tradicional de Feuerbach que ignora o conhecimento como conhecimento de um mundo criado pelo homem, isto é, inexistente fora da história. E reconhece o mérito do idealismo por haver assinalado o papel ativo do sujeito na relação sujeito e objeto, porém como sujeito consciente, pensante e não inclui a atividade prática.

¹⁵¹ VÁZQUEZ ao analisar as Teses, identifica que a práxis na Tese I aparece como uma categoria gnoseológica e na Tese III converte-se numa categoria sociológica que “... em face da utopia e do determinismo mecanicista, fixa as condições de uma verdadeira transformação social: transformação das circunstancias e do próprio homem. A unidade entre uma e a outra transformação define, por sua vez, a práxis revolucionária.” (1986, p.161)

processo contínuo da práxis revolucionária consiste na elevação da consciência humana através de uma autotransformação e da transformação das circunstâncias sociais e econômicas que o cercam.

Na Tese XI, diz MARX : “ Os filósofos se limitam a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.” A tese define a relação da filosofia com o mundo, pois se homem conhece o mundo através de sua prática, portanto o conhecimento científico não pode ser descolado da prática, mas ser sua expressão e instrumento de transformação . O princípio também é válido de modo inverso: a teoria por si só não transforma o mundo real, “...torna-se prática quando penetra na consciência dos homens (...), não pode substituir a ação, mas se torna força efetiva – um ‘poder material’ – quando é aceita pelos homens.” (VÁZQUEZ, 1986, p. 127). A passagem do pensamento à ação - que não se dá de forma imediata como um procedimento mecânico, mas um devir histórico - vai ser concretizada através da práxis revolucionária.¹⁵²

Dos argumentos e posições assumidas no transcorrer deste trabalho, quanto à importância da superação da percepção passiva da realidade e a conseqüente elevação da consciência crítica como fonte e unidade de práticas revitalizadas, como instrumentos à construção da emancipação social, podemos depurar uma concepção de práxis que vem nos fundamentando.

Retomando inicialmente a categoria práxis, sem lhe agregar nenhum outro termo, refere-se a “própria atividade humana como atividade objetiva” (MARX, 1979) e, não meramente atividade da consciência humana de contemplação, pois o homem enquanto ser social objetiva-se pela prática, na ação com outros homens.

Diante desse princípio, pode se inferir ao senso comum um nível inferior de consciência humana, pois reproduz as relações sociais e econômicas estabelecidas assim como as recebe. Portanto, uma consciência despolitizada que desconhece a sua potencialidade, é composta num espaço desprovido que é muito caro às classes dominantes, pois podem provê-lo com “... atos, preconceitos, hábitos,

¹⁵² A práxis revolucionária envolve a organização de esforços da classe operária, mediada pelo partido comunista alemão (realidade que investiga no período); aspecto já abordado nesse trabalho. Toda a continuidade do projeto revolucionário marxista vai ser retratado nas obras marxianas e também hegelianas, com as publicações: Crítica à filosofia do direito de Hegel (1843), Manuscritos econômicos – filosóficos (1844), A Ideologia Alemã (1845) Contribuição à crítica da economia política (1859).

lugares comuns e preocupações, que enfim contribuem para manter a ordem social vigente.” (VÁZQUEZ, 1986, P.13)¹⁵³

Posição contrária a esse nível de consciência refere-se a uma inserção prático – crítica (como vimos em Marx) na realidade, permeada por uma ética política, pode ser chamada de práxis social¹⁵⁴. É a passagem, a transcendência do senso comum pelo conhecimento crítico, que se objetiva na prática, a uma práxis superior, agora iluminada teoricamente. A práxis processa-se numa dimensão social e política (no sentido gramsciano do termo: grande política / catarsis) que implica na elevação da passividade à atividade com a elaboração “superior na consciência dos homens”, que depende integralmente do devir histórico. “Para Gramsci, a Práxis é histórica, ou melhor, o fazer-se da história, a sua realização por obra da vontade racional (...), porque suscitada por um pensamento historicamente baseado, acolhido pela grande maioria por responder às necessidades manifestadas num contexto ambiental, que é marcado pela intervenção do homem e se transforma por isso em móbil de ação.” (BOBBIO, 1994, p.988)¹⁵⁵

Podemos destacar algumas características da práxis desta interpretação do pensamento gramsciano qual sejam: a historicidade já assinalada anteriormente, a racionalidade que não se limita apenas na assimilação do conhecimento de forma a-

¹⁵³ Uma referência fundamental para essa temática histórica já abordada por Marx, em 1845, é A Ideologia Alemã.

¹⁵⁴ VÁZQUEZ (1986), esclarece que o tipo de matéria prima da atividade prática define a forma de práxis, ou seja, o objeto sobre o qual o sujeito exerce sua ação pode ser: “a) fornecido naturalmente, ou entes naturais; b) produtos de uma práxis anterior que se convertem, por sua vez, em matéria de uma nova práxis, como os materiais já preparados com que trabalha o operário ou o artista plástico; c) o humano mesmo, quer se trate da sociedade como matéria ou objeto da práxis política ou revolucionária, quer se trate de indivíduos concretos (...) .Entre as formas fundamentais da práxis temos a atividade prática produtiva, ou relação material e transformadora que o homem estabelece, mediante o trabalho, com a natureza (...). A práxis produtiva é assim a práxis fundamental porque nela o homem não só produz um mundo humano, mas humanizado (...) Outra forma de práxis é a produção ou criação de obras de arte. Do mesmo modo que o trabalho humano é transformação de uma matéria à qual se imprime uma determinada forma, exigida já agora não por uma necessidade prático utilitária, mas por uma necessidade geral humana de expressão e objetivação (...). Vejamos agora, o tipo de práxis em que o homem é sujeito e objeto dela, ou seja, práxis na qual ele atua sobre si mesmo. (...) numa transformação do homem como ser social (...)” (p. 194 – 200) Este tipo de práxis expressa-se através da atividade política. Vejamos algumas características enunciadas pelo autor: é a atividade de grupos ou classes sociais para transformar a organização e direção da sociedade; o caráter prático da atividade política exige formas, meio e métodos reais, efetivos de luta (por exemplo, o proletariado em sua luta política pode valer-se de greves, manifestações...) ; a atividade política gira em torno da conquista e conservação do poder instituído, através do Estado; pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Todas as três formas de práxis “... nada mais são do que formas concretas, particulares, de uma práxis total humana, graças a qual o homem como ser social e consciente humaniza os objetos e se humaniza a si próprio.” (p. 202)

¹⁵⁵ Usamos a referência de BOBBIO et al – Dicionário de Política – para buscar concepção de práxis em Gramsci. Porém, temos conhecimento das críticas ao autor com relação a interpretação do pensamento gramsciano. A passagem citada, em especial, nos parece que não desvirtua o pensamento do autor-referência, motivo pelo qual fazemos uso da mesma. Sobre a crítica a Bobbio como interprete de Gramsci, consultar SEMERARO (2001).

crítica, (como já criticava Marx nas Teses), mas que não exclui a razão crítica como fundamento para a sua reconstrução; e a motivação para a ação coletiva desencadeada pelas necessidades “radicais” do homem.

Em especial, a característica da racionalidade, porque expressa uma “vontade racional”, isto é, uma proposição, um fim para a prática em questão. Na práxis a ação tem uma intencionalidade teleológica, pois não é determinada casualmente. “A relação entre pensamento e ação requer a mediação das finalidades que o homem se propõe (...) por conseguinte, as atividades cognoscitivas e teleológicas da consciência se apresentam em indissolúvel unidade.” (VÁZQUEZ, 1986, p 192) Esta unidade se objetiva na prática social pela capacidade racional que o homem tem de transformar o meio natural e social e “fazer dele um mundo humano.” (id)

Com esse entendimento de práxis e com as categorias significativas da Modernidade (autonomia, democracia e a potencialidade do conhecimento humano), poderemos compreender os obstáculos colocados por um segmento político e ideológico da Modernidade que cerceou a práxis social e a emergência natural de processos humano - sociais emancipatórios. E, perceber que a razão que fundamenta a “Neomodernidade”, não pode ser mais a do século XVIII, que desconhecia os limites internos da racionalidade¹⁵⁶; e nem deve manter as marcas da pseudomodernidade hegemonicamente determinada, mas deve ser crítica e capaz de autocrítica no sentido dialético de recriação da permanente expressão das necessidades “radicais” do homem.

Confirmamos a posição de que vivemos numa pseudomodernidade e que para se buscar a **emancipação social** é necessário desejar a emancipação de uma condição inadequada e limitada, construindo novas identidades numa dialética do individual ao coletivo, e para tanto, parece que os maiores interessados não estão envolvidos o suficiente. Histórica e hegemonicamente as classes subalternas tiveram uma presença desigual na luta de classes, o que condicionou a manutenção de sua subalternidade, cerceando processos emancipatórios de amplo espectro. Para ingressar num empreendimento de transição, que deve ser bastante árduo, é

¹⁵⁶ Diz VÁZQUEZ sobre utopia: “A racionalidade dos fins e dos valores não pode ficar absorvida pela razão instrumental da pura eficiência.” (2001, p.325)

necessário também desaprender velhos e ao mesmo tempo, atuais mecanismos de regulação social¹⁵⁷, disso depende o cumprimento de extensão da emancipação às camadas populares, que ficaram relegadas a maior deficiência e abismo da Modernidade.

Transpor o abismo é tarefa da política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, e particularmente da ágora, aquele lugar intermediário, público / privado, onde a política vida encontra a Política com P maiúsculo, onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas (...) Hoje a tarefa é (...) reequipar e repovoar o espaço público que se esvazia rapidamente... (BAUMAN, 2001, p. 49)

Chamamos essa dimensão política, com base em referenciais gramscianos, de grande política que se caracteriza como práxis social por envolver a superação da percepção passiva e “elevar-se” intelectual eticamente da necessidade à liberdade, em instrumento e fonte de novas iniciativas e relações sociais e políticas. Estas por sua vez, vão se expressar nos espaços concretos, com a ruptura de práticas e relações tradicionais marcadas pelo clientelismo e por interesses econômico-corporativos e possível construção da consciência do direito a ter direitos.

Esse empreendimento ético-político constitui-se um grande desafio, pois as tramas do capitalismo e neoliberalismo contemporâneos renovam mecanismos de revolução passiva para manter e avançar seus domínios. Para fazer frente a este contexto, a esfera pública, pelo espaço moderno de democratização, simboliza a via pela qual a guerra de posição pode se manifestar através de práticas sociais teleologicamente revitalizadas. Contemporaneamente a esfera pública se põe como alternativa, como solo mais próximo e apropriado que pode mediar as lutas contra a concepção moderna de Estado, a qual cristaliza a oposição entre Estado e sociedade civil, isto é, a sua autonomia frente à privatização dos indivíduos –

¹⁵⁷ Tomando por base Santos (2000), referimo-nos aos velhos mecanismos de regulação social que se sobressaíram hegemonicamente na Modernidade: o fetiche do mercado e do Estado e seus mecanismos de regulação social.

quando na realidade há uma complementaridade e cumplicidade entre ambas as esferas¹⁵⁸.

Dessa concepção moderna de Estado decorrem as correntes liberais e toda a discussão dos direitos humanos em sua concepção burguesa individualista. O pensamento socialista se opõe veementemente a essa tendência, em especial a tradição marxista e gramsciana que desmascaram o Estado burguês e seu papel contraditório de regulação da vontade geral a favor de apenas uma classe. Desenvolvem uma concepção humanista e solidária (falamos em termos gerais, pois as duas vertentes de pensamento possuem diferenciações internas, mas com as mesmas diretrizes socialistas) para as relações entre sociedade e Estado, entre o público e privado que rompe com o dualismo. Em especial Gramsci, traça a proposta de “sociedade regulada”, qual seja, a “absorção da sociedade política na sociedade civil”, com a instituição de uma estrutura ético-política recompondo uma concepção crítico-moderna de “Estado Social do trabalho e da solidariedade.” Ou na interpretação de OLIVEIRA (1995), uma concepção de Estado que “... não tem uma medida em si mesmo, ele tem que estar sempre em relação com a Sociedade Civil, o que lhe dá a medida, a profundidade, o alcance, os seus limites.” (p.7)

Assim, se aproximam e se confrontam dialeticamente forças sociais e políticas que podem avançar ou recuar em todos os sentidos. O esforço coletivo para enfrentar esse desafio, de construir um espaço público, com base em valores democráticos deve ser considerado como uma posição social e política ocupada, portanto um “avanço molecular” perante a totalidade que o cerca.¹⁵⁹ Para ilustrar a importância, as possibilidades e a atualidade desse debate, recorreremos a estudiosos do pensamento gramsciano que são referências no meio acadêmico e político

¹⁵⁸ Diz Gramsci sobre a enganosa distinção entre Estado e sociedade que o liberalismo prega “... afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade factual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico.” (GRAMSCI, 1989, p. 32)

¹⁵⁹ Quando da realização do mestrado tive a oportunidade de sistematizar um debate sobre “A organicidade da sociedade civil pontagrossense através das ONGs” no qual a temática público – privado esteve presente: “Parece ficar claro que o conflito estatal / privado vai muito além da mera distinção Estado / Indivíduo e que este conflito só não irá aprofundar, se ambas as partes, concorrerem para um diálogo pautado no meio democrático, abrindo espaço para inovações, novas formas de organizações sociais, que contemplem a privacidade, mas priorizam a coletividade, indo adiante das contradições e conflitos gerados por essa dualidade, dizendo não ao dualismo.” (LUIZ, 1997, p. 29)

nacional, como por exemplo, COUTINHO (1998 e 2003), NOGUEIRA (1998 e 2003) e SIMIONATTO (1998 e 2003):

Para COUTINHO a proposta gramsciana de sociedade regulada tem um caráter de “**construção progressiva**” – Gramsci fala em ‘elementos cada vez mais numerosos’” (1998, p.28) - pautada no consenso, no autogoverno e numa esfera pública, que o autor a explica, entre parênteses, como “sociedade civil”, que se constitui por um amplo e complexo processo de lutas sociais que tendem a construir novas bases éticas, culturais e políticas da vida em sociedade, através da elevação moral e intelectual das massas.

NOGUEIRA (1998),¹⁶⁰ discute os desafios de uma política democrática de esquerda, entre eles destacamos: o de reconstruir o espaço público que está esgarçado e menosprezado pela crise atual: “Trata-se aqui, de encontrar meios de pôr em curso a organização e a estabilização de um espaço que seja simultaneamente ocupado pela sociedade civil e regulado pelo Estado, quer dizer, um espaço para ser democraticamente controlado e no qual seja possível fincar as estacas de uma política voltada para o ‘geral’, para a justiça social e a igualdade. (p.92)”¹⁶¹ Articulada a esse desafio está a necessidade de recomposição do Estado como um “instrumento vocacionado” para coordenar e regular o amplo e novo modelo de relações sociais e econômicas.

Também SIMIONATTO (1998), debatendo sobre Estado e hegemonia em Gramsci confirma a necessidade de um “intenso processo de socialização da política” com a reafirmação dos organismos sociais e sua capacidade de fazer política, estabelecendo práticas que favoreçam “novas contratualidades na dinâmica da sociedade” (p. 61) O espaço real e concreto para tanto é o público – referência

¹⁶⁰ Em função da estrutura do texto nos limitamos no desafio de reconstruir o espaço público, porém o autor discute de forma muito coerente os demais desafios que compõem um contexto único, em síntese: o desafio de preservação, consolidação e ampliação da democracia, pois está cada vez mais ameaçada pela crise das sociedades complexas; o desafio da nova estrutura das relações internacionais / globalização e suas articulações regionais, transnacionais e sofisticados mecanismos de financeirização; o desafio do trabalho diante da nova organização do mundo moderno, que de direito fundamental está ameaçado a ser uma atividade descartável; o desafio da esquerda em definir e “empreender uma retomada e contrariar a hegemonia neoliberal arrogantemente dada como definitiva, recuperando a luta pela renovação da vida política, pela mobilização da sociedade, pela defesa do *Welfare State*” (p 90 – 97) Vale conferir todo o texto do autor.

¹⁶¹ Neste texto, NOGUEIRA, faz referência à defesa do espaço público nas palavras de BORÓN (1995) “... A defesa do espaço público é tão importante para os socialistas como a defesa do trabalhador e das classes despossuídas. Cometeríamos um erro nefasto se pensássemos que defendemos o espaço público se propiciamos a ‘estatização’ ou se acreditássemos que basta defender o Estado para defender o espaço público.” (p.193 – 194)

fundamental diante da reatualização de práticas autoritárias e excludentes que reproduzem o “atraso da modernidade”. (id) Podemos considerar que o espaço público, realmente público, equivale à sociedade regulada a que Gramsci teleologicamente propôs; sem eximir o Estado de sua “vocação”, nem atribuir obrigações de regulação ao mercado, características marcantes do atraso citado.

Temos então que a discussão e a luta pelo espaço público têm sido uma constante nas referências teórico – prático – críticas, apesar de ser um fenômeno histórico¹⁶² da humanidade, mas que ainda não conseguiu lograr êxito. BAUMAN (2001), argumenta que a situação que se coloca hoje à crítica social é redesenhar e repovoar o lugar de encontro, debate, negociação entre o indivíduo e o bem comum, entre o privado e o público.

Se o velho objetivo da teoria crítica – a emancipação humana – tem qualquer significado hoje, ele é o de reconectar as duas fazes do abismo que se abriu entre a realidade do indivíduo *de jure* e as perspectivas do indivíduo *de facto*. E indivíduos que reaprenderam capacidades esquecidas e reapropriaram ferramentas perdidas da cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular. (BAUMAN, 2001, p. 51)

O autor coloca como principal obstáculo à emancipação, a colonização da esfera pública pela privada, e para reverter este quadro, precisamos reaprender o exercício da atividade pública. E ainda, afirma que “ ... a guerra pela emancipação ainda não acabou (...). A verdadeira libertação requer hoje mais, e não menos, da ‘esfera pública’ e do ‘poder público’ (p. 62). E a tarefa do pensamento crítico é trazer à luz os muitos obstáculos que se amontoam no caminho da emancipação¹⁶³.”

Se tivermos teleologicamente a referência à **emancipação social** como uma proposta de futuro somada às **rupturas moleculares**, lutas, ações e espaços construídos num processo cotidiano, poderemos visualizar historicamente avanços concretos significativos: as questões de gênero, as conquistas legais em termos de

¹⁶² Segundo BOTTOMORE e OUTHWAITE - Dicionário do Pensamento Social do século XX: “Embora as diferenças entre público e privado remontem aos tempos da Grécia e da Roma antigas, os conceitos de esfera pública e de publicidade estão intimamente ligados a concepções do século XVIII a respeito de SOCIEDADE CIVIL. O pensamento social do século XX continuou a se preocupar com o que é encarado como ‘privatismo’ excessivo e um correspondente declínio da vida pública.” (1996, p.257) Sobre a temática consultar também RAICHELIS (1998)

¹⁶³ Nos limites de um trabalho científico e dos objetivos de pesquisa a que nos propomos a intenção da pesquisa em processo é dar conta dessa tarefa.

igualdade, diferença e pluralidade de direitos, a adoção e propagação de perspectivas educacionais e pedagógicas críticas¹⁶⁴, as várias manifestações da sociedade civil, os espaços conquistados de gestão social da vida pública¹⁶⁵ considerados inovadores e que acabam contribuindo para construir um pensamento cultural e político diferenciado. Podemos dizer então, que existe uma razão emancipatória, não acima dos homens, mas como conquista, como produto de suas lutas sociais cotidianas, tecidas num cenário histórico e público, e portanto, social.¹⁶⁶

Não existem receitas prontas para minimizar o resultado de séculos de exclusão e autoritarismo reguladores da sociedade em ações imediatas. Também acreditamos que não é impossível reverter esse quadro, com mudanças mediatas e qualitativas / rupturas moleculares. E como diz DEMO (2001, p.84): “Como toda ação qualitativa, seu impacto é lento, alcançado através de longos caminhos.” As mudanças qualitativas são importantes, mas não são suficientes para uma mudança social, é necessário um esforço conjugado para ampliar a base social e política, construindo uma contra-hegemonia emancipatória para recompor as relações sociais e econômicas com os olhos voltados realmente para a vontade geral edificada pelo protagonismo social das classes subalternas.

A posição hegemônica é uma construção histórica, portanto, suscetível de contra – hegemonia: a socialização do poder e da política, a ocupação de posições, a elevação cultural e do conhecimento a consciência crítica – caracterizadas como **rupturas moleculares**, poderão contribuir para uma nova visão de mundo desarticulando a ideologia dominante. Para Gramsci é através da transformação desta visão de mundo, da elevação das condições de vida das classes subalternas e com sua inclusão no cenário sócio-histórico, que poderão ocorrer avanços à contra hegemonia.

¹⁶⁴ Consultar MIZUKAMI, M. G. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo : EPU, 1986. a obra traz as diferentes abordagens de ensino e sua evolução histórica. Consultar também da mesma autora: Escola e Aprendizagem da docência: processos de investigação e formação : São Carlos : Ed. UFSCar, 2002.

¹⁶⁵ Sobre esta temática consultar RAICHELIS, R. Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos na construção democrática. São Paulo : Cortez, 1998.

¹⁶⁶ As tramas coercitivas da posição hegemônica da sociedade capitalista são tão ágeis e estratégicas que tratam de lacerar as possibilidades e alternativas democráticas e emancipatórias como se fossem suas próprias criações. Por esse motivo é preciso ter cautela em supervalorizar “o social” e “a esfera pública”, porque também fazem parte do discurso democrático conservador e são tragadas por uma terminologia que confunde posições, teorias e práticas contraditórias entre si. Essa indistinção acaba reproduzindo “... os interesses particulares passaram a dominar a organização social, o *homo faber* transformou-se em *animal laborans*, a política virou uma atividade administrativa e o Estado uma entidade abstrata que ameaça radicalmente a liberdade e a subjetividade dos indivíduos.” (SEMERARO, 2001, 246)

Podemos considerar que a libertação do estágio inicial de exclusão das classes para um novo estágio, de contra-hegemonia, é “necessariamente uma relação pedagógica” na medida em que indivíduos, grupos ou segmentos em relação com outros pares absorvem as experiências e amadurecem concepções e práticas autônomas, podendo multiplicar possibilidades de **emancipação coletivas**. Processual e continuamente o aprendizado de socialização das experiências e conhecimentos auto-produzidos e realimentados podem produzir ressonâncias coletivas e qualitativas, pois historicamente foi comprovado que de fato existe uma posição hegemônica de um lado, mas de outro, não é verdade que não existe nada, existe sim, um potencial latente ou pouco manifesto, que também constitui as possibilidades realistas de reconstrução do **espaço público emancipatório** pela via democrática.

TELLES (1998), também nos fala desse desafio, dizendo que o maior deles diz respeito à construção de parâmetros públicos que reinventem a política. É por este ângulo que as vocalizações locais poderão apostar numa ampliação do espaço participativo e democrático, através de “fóruns catalisadores de diversas forças sociais” (SPOSATI,1997), como enfrentamento à tendência conservadora hegemônica na sociedade e como horizonte a ser buscado à **emancipação social**, a partir “de baixo” com um novo senso comum, com o verdadeiro caráter de Modernidade.

Segundo SEMERARO (2001), as possibilidades elencadas por Gramsci não são uma retórica, pois: “... a noção de direito e a de democracia não se apóiam na crença da ‘lei natural’ comum a todos os homens, mas sempre são **frutos de conquistas e de consciência ativa**” (p. 98) (grifo nosso), que é constituída no seio da sociedade civil, no partido, nos sindicatos, nos movimentos, nas organizações, categorias de intelectuais que “...promovem a emancipação das massas para autonomia política e cultural.” (id)

Diante dessas referências ainda nos é permitido falar em utopia, no sentido de “devenir histórico”, pois encontramos nos vários autores consultados, o argumento e a autorização para acreditar na capacidade emancipatória do conhecimento e do protagonismo das classes subalternas, no processo cotidiano de

rupturas moleculares, na cultura da contra-hegemonia, orientados por perspectivas diferentes da dominante.

A perspectiva utópica se põe sem nos furtar das contradições do mundo real e para buscar teleologicamente alternativas de enfrentamento para tanto. Neste sentido encontramos em Gramsci a referência de que a Filosofia da Práxis é “... a consciência plena das contradições, no qual o próprio filósofo (...) não só compreende as contradições, mas coloca a si mesmo como elemento das contradições, eleva este elemento a princípio de conhecimento e, conseqüentemente, de ação.” (2001, Vol 1, p. 204) E ainda que, o filósofo da práxis pode apenas afirmar que as contradições desaparecerão, “... ele não pode se evadir do atual terreno das contradições, não pode afirmar, a não ser genericamente, um mundo sem contradições, sem com isso criar imediatamente uma utopia.” (p. 205)

Entendemos que utopias “... serão todos os sistemas baseados numa oposição frente às relações atualmente existentes e na proposição de outras mais adequadas às necessidades humanas fundamentais.” (p. 8) E o utopista é aquele que “... não aceita o mundo que encontra, não se satisfaz com as possibilidades atuais existentes: sonha antecipa, projeta, experimenta. É justamente este ato de desacordo que dá vida à utopia. Ela nasce quando na consciência surge uma **ruptura** entre o que é, e o que deveria ser; entre o mundo que é, e o mundo que pode ser pensado.” (SZACKI,1972, p.13) (grifo nosso)

Com essa perspectiva de utopia lembramos do alerta que HOBBSAWM faz em seu livro “A Era dos Extremos:o breve século XX – 1914 - 1991” (1995):

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três séculos (...) ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica (...)

Não sabemos onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto (...) Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.” (p.562)

Para evitar essa escuridão e romper com “aquilo que é” a luta pela **emancipação social** torna-se uma utopia. Sabemos que a sociedade moderna ideal não existe no plano real e que a conquista e o sucesso de **rupturas moleculares**, produzidas nas mais diversas áreas e dimensões, que demonstrem a insatisfação com a situação vigente e que produzam resultados emancipatórios, devem ser sistematizadas, conhecidas e divulgadas. Essas poderão contribuir com elementos para repensar o compromisso ético-político com outro tipo de sociedade que tenha os valores crítico-modernos da democracia e da cidadania como fundamento de **emancipação social**, fazendo frente à exclusão social e concentração de renda, marcas efetivas dos valores da posição hegemônica atual.

A utopia continua sendo uma tarefa a ser realizada (...) A racionalidade dos fins e dos valores não pode ficar absorvida pela razão instrumental (...) O que deve ser não pode ser absorvido pelo que é. A *topia* não pode impor seu domínio até o ponto de a *utopia* ser tragada.

Em conclusão, não se pode viver sem metas, sonhos, ilusões ou ideais; ou seja, sem tentar extrapolar ou transcender o realmente existente. Não se pode viver, portanto, sem utopias...” (VÁZQUEZ, 2001, p. 324 – 325)

2.2.1 – Rupturas moleculares: construindo uma concepção

A categoria ruptura foi uma constante na fundamentação dos capítulos desse trabalho, pois a caminhada teórico-metodológica demonstrou a dialeticidade dos fenômenos e contextos sociais que avançam ou recuam, com base em rupturas ou continuidades determinadas historicamente.

Ruptura é uma das categorias centrais do marxismo que tem como objetivo maior a transformação do modo de produção capitalista, para a instauração de uma sociedade livre de todo domínio de classe. Assim como, seu método de investigação e de concepção dialética do desenvolvimento humano-social tem na ruptura um dos momentos mais importantes: diante de uma **tese** a possibilidade de negação, de ruptura e sobre essa a possibilidade de construção de uma **antítese**, e, processualmente, rompendo estruturas, concepções e contradições à constituição de uma nova **síntese**. Tal procedimento favorece o conhecimento crítico da realidade, visualizando as contradições e sobre elas poder construir novas alternativas.

Diz OLIVEIRA (1987) – num estudo sobre as relações entre as classes e suas identidades no nordeste brasileiro – que a “... riqueza da formulação marxista consiste em buscar, nessas determinações, a dialética da ruptura, na falta da qual o movimento se poria como fonte de redenção, harmonia perpétua.” (p.13). Também por essa indicação é que acreditamos que a ruptura seja categoria importante no estudo sobre emancipação social, ou mais especificamente ruptura – molecular ou da dialética da ruptura, pois através dessa é possível captar a movimentação contraditória do real e sistematizar novas sínteses. Caso contrário não haveria necessidade de renovação de estudos, de realidades, de práticas, pois sem rupturas, a história seria a mesma... O que comprovamos nesse estudo, ser uma inverdade.

Ainda em Marx e retomando sua concepção de emancipação: “A emancipação da classe operária deverá ser tarefa dos próprios operários; (...) a luta pela emancipação da classe operária não é uma luta por privilégios e monopólios de classe, mas pelo estabelecimento de direitos e deveres iguais e pela abolição de todo domínio de classe.” (MARX, apud IANNI, 1985, p. 82). A abolição do domínio

de classe equivale à ruptura do sistema de produção, que é autoproduzida pela classe operária, num movimento radical de tomada do poder pela superação do trabalho alienado e da propriedade privada. Não haverá emancipação se não houver ruptura de uma tese / realidade vigente para a construção de uma síntese/ outra realidade, ou seja, para o marxismo, a passagem do capitalismo para o socialismo.

Em Gramsci, no transcorrer desse capítulo, também pudemos apreender elementos que compõem sua concepção de ruptura, em síntese: numa dimensão ampla, a ruptura processual e permanente da extinção do capitalismo e a instituição do comunismo pela ação organizada das massas intelectual e culturalmente preparadas para tanto. Numa dimensão molecular, a ruptura processual de práticas pedagógicas manipuladoras, do senso comum, de relações de poder autoritárias...

A concepção gramsciana se distingue, ou, amplia (conforme seus seguidores) a concepção marxista no sentido de constituir-se numa revolução processual e histórica e não uma revolução abrupta no sentido de tomada do poder de Estado pela classe subalterna. Apesar de Gramsci defender a recorrência a luta armada quando a conjuntura for favorável e as bases (massas) estiverem cultural e eticamente instrumentalizadas para esse empreendimento.

Para chegar a constituir uma revolução processual serão necessários procedimentos e etapas intermediárias, consideradas como “rupturas moleculares”, como, por exemplo: a elevação cultural das massas, a propagação de perspectivas pedagógicas críticas, a ocupação de posições na sociedade civil, o trabalho industrial estabelecido como princípio educativo¹⁶⁷, participação ativa e consciente dos grupos / organizações sociais e demais categorias vistas nesse capítulo.

Para exemplificar de forma mais precisa a posição gramsciana sobre “revolução processual” e “transformação molecular”, identificamos textos significativos que demonstram sua posição a respeito¹⁶⁸:

¹⁶⁷ Sobre o tema consultar MANACORDA, M. O princípio Educativo em Gramsci. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990. e NOSELLA, P.O trabalho como principio educativo em Gramsci. In SILVA, T. (Org) Trabalho, Educação e Prática Social: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991.

¹⁶⁸ Na última edição dos Cadernos do Cárcere no Brasil pela Editora Civilização Brasileira o volume 6 traz o “Índice dos principais Conceitos” no qual os organizadores selecionam os principais conceitos e temas presentes nos Cadernos. Trata-se de um valioso instrumento de pesquisa bibliográfica para localizar conceitos e temas gramscianos. Não encontramos neste índice a especificação da categoria “revolução molecular”.

Na obra “A Questão Meridional” quando analisa a crise italiana, o avanço do fascismo e o papel do partido comunista no início do século XX:

Nosso partido (...) coloca-se à frente das massas também em suas **pequenas lutas cotidianas** pelo salário, pela jornada de trabalho, pela disciplina industrial, pela moradia, pelo pão. Nossas **células** devem pressionar para que as comissões internas incorporem em seu funcionamento todas as atividades proletárias (...) A medida do êxito do Partido, no seu conjunto (...) sua tarefa essencial de conquista da maioria dos trabalhadores e de **transformação molecular** das bases do Estado democrático será a medida de nossos progressos no caminho da revolução, permitindo a passagem para uma fase subsequente de desenvolvimento. (1987, p. 107) (grifos nossos)

O autor considera as “pequenas lutas cotidianas”, as células (comissões internas / sub grupos), a transformação molecular, como ganhos e avanços na base do Estado, ocupação de posições como possibilidades de projetar-se e penetrar nas posições e lugares estratégicos numa caminhada que busca uma fase posterior de desenvolvimento. E ainda diz que “... a fase que atravessamos não é a luta direta pelo poder, mas a sua fase preparatória, de transição...” (p.105), que dá a dimensão processual do movimento histórico a ser traçado.

No significado de hegemonia e democracia:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir em conexão com o conceito de ‘hegemonia’. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a **passagem (molecular)** dos grupos dirigidos ao grupo dirigente. (GRAMSCI, 1989, p. 183)

Democracia e hegemonia se complementam seqüencialmente à medida em que a primeira favorece, através de legislações e das relações econômicas, a socialização processual do poder na ocupação de espaços até então limitados ao grupo dirigente, pelo grupo de dirigidos. Essa passagem se dá de forma molecular e não repentina ou abrupta, demonstrando a dialeticidade dos movimentos políticos que podem oportunizar antíteses, ou nesta passagem em específico, novos consensos democráticos e contra hegemônicos.

Na discussão sobre Sociologia e Ciência Política:

Sobre o estudo de movimentos histórico – coletivos a análise deve ser:

... em todas as suas **fases moleculares** (...) Trata-se de um **processo molecular**, miudíssimo, de análise extrema, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais (...) que no seu conjunto gigantesco representam esse trabalho do qual nasce uma vontade coletiva, com um determinado grau de homogeneidade (...) para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica. (GRAMSCI, 1989, p.90)

Dentro da variedade de temas sistematizados pelo autor, encontra-se o processo metodológico de estudos históricos que também possuem a característica de procedimentos processuais moleculares: na crítica detalhada de todos os elementos constitutivos do fenômeno, através de instrumentos de pesquisa que também concorrem individualmente como moléculas para compor um “conjunto gigantesco” do estudo como um todo, a fim de determinar uma ação no tempo e no espaço daquele fenômeno histórico.

No conceito de “revolução passiva” o tema das “modificações moleculares” se aplica inclusive para designar a absorção passiva de mecanismos e arranjos estratégicos da posição hegemônica, lançados para manter e aprofundar o seu domínio: “...refere-se ao critério interpretativo das **modificações moleculares**, que, na realidade, modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1989, p. 77) (grifo nosso)

Podemos então perceber que as expressões / categorias: “processo molecular”, “modificações moleculares”, “transformação molecular” se aplicam, naturalmente, as diferentes posições em luta, que instituem, ou tentem instituir, **rupturas moleculares** que influenciam novos modos de pensar e de atuar da coletividade. Nas lutas cotidianas, nos procedimentos metodológicos, nas expressões políticas e culturais são possibilidades de ampliação de perspectivas, nas dimensões próximas daqueles que as buscam. São as mediações possíveis de se concretizar, transposições e passagens que buscam a elevação de situações de

subalternidade às de protagonismo. Pode se perceber nas passagens citadas que o molecular não ultrapassa a totalidade, mas é seu constituinte inacabado e inesgotável, motivo pelo qual a processualidade histórica e dialética se faz como expressão permanente.

Gramsci partiu das necessidades concretas das classes subalternas - das experiências coletivas e dos processos históricos, nos quais os indivíduos se organizam socialmente no estabelecimento de alianças, consensos e parcerias, introduzindo “rupturas” e conquistando posições hegemônicas para seus projetos¹⁶⁹ - para poder construir sua teoria da sociedade moderna.

As rupturas moleculares analisadas por Gramsci demonstraram a capacidade da classe em sair da condição subalterna. Diferente da concepção liberal moderna de indivíduo, como uma “realidade completa em si” que reproduz e multiplica o interesse particular sobre todas as coisas. O fato de romper com uma lógica formal que se expressa na cotidianidade, demonstra que há uma potencialidade entre os grupos subalternos, que precisam ser instrumentalizados e fortalecidos, para transpor os limites da “pequena política” que acaba “sobrando” à subalternidade.¹⁷⁰ “A situação de subalternidade pode ser alterada quando se assume a consciência do significado do próprio operar, da efetiva posição de classe, da natureza das hierarquias sociais, elaborando-se uma nova concepção de economia, de política, de Estado e de sociedade, capaz de provocar a desarticulação da ideologia dominante.” (SIMIONATTO, 2003, p. 286)

Assim a consciência não se dá no plano ideal, mas na prática iluminada por um conhecimento crítico, não um conhecimento “livresco ou enciclopédico”, mas uma “concepção geral crítica”. E aqui lembramos de uma questão levantada por Gramsci: “Como pode um homem chegar à autoconsciência? Pela contemplação? Certamente não, mas pela ação.” (GOETHE, apud. GRAMSCI, 2001, Vol. 1, p. 246) E como essa ação é um produto do homem enquanto ser social, está vinculada a um contexto coletivo e histórico.

¹⁶⁹ Neste parágrafo referimo-nos a organização dos sindicatos e dos conselhos de fábrica de Turim – Itália que fizeram valer suas reivindicações no interior das fábricas.

¹⁷⁰ A exemplo da pequena política lembremo-nos dos programas de rádio e televisão que usam o “des – conhecimento” popular e a falta de opção e possibilidade de lazer, escrachando situações da pobreza e da política pequena a favor da rentabilidade, do ibope e até de fins eleitoreiros.

É na práxis social, nos enfrentamentos cotidianos e práticos que as rupturas moleculares constituem-se em desafios para superar o imediato, a “normalidade” e o senso comum (produzidos ideologicamente), elevando-se a uma dimensão sócio-político e cultural superior. E como estamos situados num mundo real, há que se reconhecer as limitações e condicionamentos do mesmo, apropriando ações, analisando espaços e sabendo avançar quando oportuno – sem desvincular-se, teleologicamente, do projeto ético-político que move estas práticas sociais.

Há que se destacar também o fato de que abordar e valorizar a dimensão molecular, não significa adotar a perspectiva da pós-modernidade que, em síntese: preconiza o particular, o efêmero, a heterogeneidade, as diferenças culturais, a prevalência do indivíduo sobre a sociedade travando a guerra contra a totalidade, as meta – narrativas e a centralidade da luta de classes. Portanto, perspectiva contrária a que temos defendido no transcorrer da tese.

A configuração ideológica do contexto pós-moderno incentiva o imobilismo e o descrédito à potencialidade humano-social de autodeterminação e o de construir rupturas. Desvelar essa façanha ideológica nos convoca ao desafio histórico de enfrentar e reconstruir alternativas moleculares emancipatórias no nível e dimensão em que nos encontramos, a partir do que está próximo: das relações sociais que nos cercam, que não excluem a dimensão macro.

Esse indicativo não significa também valorizar a “pequena política” que nos falava Gramsci, sobrepondo interesses individualistas de acomodação e reformas pontuais, pois acreditamos que estes esvaziam a perspectiva emancipatória das lutas e processos sociais em várias dimensões da vida social.

Valorizar o molecular não significa atribuir aos setores da sociedade civil a responsabilidade exclusiva de regulação e emancipação, mas o alargamento da democracia através da socialização da política e do poder nas mais diversas instâncias e espaços e na articulação de movimentos com “vocação emancipatória.” (LOWY, 2000). Significa, também, ter a referência de processos mais amplos de universalidade e de aglutinação de forç as por um novo projeto de sociedade.

É acreditar na potencialidade e na criatividade humano-social pertencente a uma classe que “**d s-conhece**” a potencialidade de seu protagonismo e a

necessidade de reconstrução e ampliação da democracia participativa, que abre espaços mais diversos para a emergência de processos coletivos, que podem produzir rupturas moleculares.¹⁷¹

Desta forma, os processos moleculares de transposição de barreiras e obstáculos se constituem em processos pedagógicos – por caracterizarem-se em ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e conseqüente socialização da política, do poder e de questões públicas. Este empreendimento coletivo – de tornar questões comuns em públicas - em Gramsci, não é prerrogativa de um ente superior, apartado do processo, mas é pleno e orgânico das possibilidades reais presentes nos movimentos, organizações, grupos sociais e políticos.

A possibilidade real de recriação de um espaço comum, e portanto, político e social, é produto da participação ativa e consciente de grupos e/ou estratos de classe – sinônimo do princípio moderno de capacidade humana de autonomia e protagonismo humano-social - desde que instrumentalizada intelectual e eticamente.

A “construção progressiva” de que nos fala COUTINHO (1998), ou das “ondas sucessivas” e dos “elementos cada vez mais numerosos” que nos fala GRAMSCI (2002), representam grande força da sociedade civil (lócus de tensão e consenso) através das organizações e mobilizações por questões públicas, que buscam a transposição de condições subalternas de vida e de socialidade humana para a construção de uma racionalidade democrática contra hegemônica.

O caminho democrático não é um caminho idealmente construído, pois é um processo contraditório de avanços e recuos, desenvolvido entre o senso comum e a consciência crítica, entre a manipulação da “massa de manobra e o protagonismo político e social, entre a regulação e a emancipação, numa

¹⁷¹ Há que se observar também os graus de ruptura produzidos, se chegam a alterar a situação vigente, ou se essa ruptura se traveste e/ou mantém os mesmos padrões anteriores, caracterizando-se muito mais como continuidade do que ruptura. Como o faz HARVEY (1992), quando analisa a pós-modernidade como continuidade e como nova fase do capitalismo e não como ruptura, mas, com uma nova terminologia para ideologicamente mascarar as suas crises e também demonstrar sua capacidade de renovação e de vitalidade.

perspectiva do “devenir histórico”, produto da auto-construção da classe subalterna pela emergência de uma cultura própria, que

... não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2001, p 13 – 14)

Reiteramos esse argumento de Gramsci por comungar integralmente do mesmo e por visualizá-lo como diretriz de práticas sociais emancipatórias. Por considerar que é preciso conhecer criticamente para transformar, ou seja, é necessário que o pensamento estimule a ação, assim como “... é necessário que a realidade estimule o pensamento.” (MARX, s/d, p.119). A socialização das verdades e do conhecimento já produzidos e a sua potencialização em ações político-sociais são consideradas, nesta tese, como rupturas moleculares frente à situação de dominação e restrição de práticas e processos emancipatórios. Pilares fundantes à elevação da consciência crítica; a criação de uma nova cultura e à práxis social.

O princípio de que o conhecimento emancipa o homem, remonta à Antiguidade (passando por um período de negação na Idade Média) e tem destaque na Modernidade. Esse princípio atravessa as teorias explicativas modernas nas mais diversas correntes de pensamento, desde o marxismo até o liberalismo, porém com enfoques e encaminhamentos muito diferenciados.

Desta forma, não há nenhuma descoberta original em afirmar que o conhecimento crítico emancipa o homem, mas por outro lado, mantém-se atual e instigante a problemática cultural e histórica que o cerca: Por que não houve a socialização do conhecimento para que a humanidade fosse considerada emancipada? Como tem se buscado ou não concretizar este princípio moderno?

Sob esse prisma, nos parece importante enfrentar o desafio da emancipação que permanece atualíssimo e com uma performance tendencial em acirrá-lo e em mantê-lo enquanto tal. Teórica e politicamente, compreendemos as determinações da **tese** (conhecimento emancipa o homem), que nos fortalece em manter o debate

iluminado por um referencial teórico-crítico que demonstra a **antítese** (resultado incompleto quanto a proposta de emancipação humana pelo conhecimento). E neste mesmo movimento histórico e dialético, situam-se as alternativas, movimentos e práticas culturais, políticas e sociais que têm estado presentes na contraposição desta tendência / **antítese** propondo uma nova **síntese**.

E através de um longo caminho, como afirmaram alguns autores, em especial Gramsci, que poderá levar séculos para se chegar a uma nova **síntese**; a qual somente conhecemos teoricamente, como projetos alternativos, como um “devir histórico” que propõem outro tipo de racionalidade e de sociabilidade humanas.¹⁷²

Esse movimento dialético, contraditório e histórico é também constituído de muitos avanços na história da humanidade, pois são produzidos através da ação dos homens conscientes e organizados que desencadearam **rupturas** que foram possíveis, portanto há espaço para manter essa perspectiva em frente. Os frutos ou resultados desse movimento podem demonstrar o nível de emancipação de uma situação de subalternidade à edificação ou não de uma contra – hegemonia emancipatória. Como, por exemplo, as bases materiais de subsistência humana e o acesso aos direitos que serão tomados como pressupostos básicos para a emancipação social (como já esclarecido em outro ponto deste trabalho). Tal pressuposição é respaldada na sistematização teórico-metodológica até aqui produzida e por entender que a conquista e o acesso aos direitos humanos e sociais significa um grande avanço e pedra fundamental na construção da emancipação social. E faz parte de uma prática política que também busca padrões ético – civilizatórios para a sociedade¹⁷³, mas não basta tê-los concretizados, é preciso uma base ética e moral para mantê-los e até ampliá-los, que pode ser construída pelo fortalecimento e elevação de uma posição contra-hegemônica aos valores modernos excludentes.

A abordagem da presente pesquisa percorre um caminho que cerca a elevação intelectual e cultural, de conhecer / pensar coerente e criticamente a

¹⁷² Com essa afirmativa não queremos dizer que não há avanços ou experiências humano-sociais que dignificam a vida em sociedade ou em grupos, mas que em termos gerais muito há que se construir ainda.

¹⁷³ Com essa delimitação não queremos afirmar que o acesso aos direitos sociais como educação, trabalho, saúde, moradia não oportunize a abertura de horizontes e perspectivas emancipatórias. Esses serão tomados como pressuposto básico, como elementos essenciais à emancipação social.

realidade; e sobre esta elevação, o desenvolvimento de práticas sociais diferenciadas que enfrentam o pensamento tradicional, como rupturas moleculares constitutivas e constituintes da emancipação social. Ou seja, o caminho que seguimos é delimitado pelas categorias modernas de envolvimento prático, de participação, de responsabilidade pela construção coletiva da política e do poder e de novos fundamentos ético - políticos na gestão da vida social por parte da classe subalterna como protagonista potencial que é.

Extraímos esta delimitação do eixo condutor que atravessou a fundamentação teórica de pesquisa e se constitui como pilar da mesma:

Numa dimensão macro: os desafios para enfrentar e edificar a emancipação social passam pela construção de uma democracia radical, pautada na concretização de direitos humanos e sociais, que poderá ser construída pelo protagonismo e conhecimento / elevação cultural e política da classe subalterna através de uma revolução processual e histórica conquistada por meio de rupturas moleculares no tecido social, no espaço público.

Numa dimensão molecular: que está mais próxima de uma profissão de intelectuais, que eticamente propõem contribuir com a contra-tendência. A efetivação de práticas que contribuam para potencializar o protagonismo consciente e ativo, por intermédio da elevação cultural e política dos grupos ou estratos com os quais trabalha, é entendida como a base fundamental de um projeto contra-hegemônico e emancipatório de sociedade.

Trazendo essas dimensões para a pesquisa de campo, a proposta é investigar se as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social são produtoras de rupturas moleculares no sentido de:

1º) oportunizar a socialização do conhecimento, elevando o senso comum à consciência crítica dos grupos / segmentos da classe subalterna com os quais trabalha. A prática do Serviço Social oportuniza a elevação da consciência crítica?

2º) Em caso positivo, essa elevação tem sustentado o protagonismo de ações políticas dos grupos no espaço público? A prática do Serviço Social tem potencializado esse protagonismo?

Como a dimensão desta pesquisa localiza-se em especificidades da profissão e do seu alcance, estaremos nos reportando a rupturas moleculares por entender que são mais apropriadas à análise e estão ao alcance dessa tese. Consideramos **rupturas moleculares** aquelas ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais ampla, mas fazem parte de processos orgânicos de grupos, facções, movimentos. Não têm magnitude em termos de abrangência total, mas tem expressão social. Constitui -se como ruptura molecular na instância do grupo, é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual é fonte.

Na perspectiva gramsciana, em sentido amplo, podemos considerá-las como movimento da classe ou de segmentos da classe subalterna que ocupam posições, avançam em suas lutas e reivindicações, elevam-se intelectual e moralmente, constroem processualmente uma contra-hegemonia no movimento sócio-histórico. São as rupturas moleculares que poderão compor uma posição contra-hegemônica, são as formas pelas quais a emancipação pode se consolidar.

Em sentido específico, como expressões materiais e concretas de rupturas moleculares - como **indicadores para a pesquisa em processo** - serão consideradas: a elevação do conhecimento e a consciência críticos e do protagonismo autônomo de sujeitos ou grupos com os quais o Serviço Social trabalha. Essas concorrem, teleologicamente, para reconstrução do espaço público emancipatório - a partir "de baixo"- com bases ético-políticas que redimensionem a prática social, através de ações políticas conscientes.

Construída uma concepção sobre rupturas moleculares, pela dimensão e alcance da presente tese, sistematizamos também (com base nos autores trabalhados) uma definição de **emancipação social**, reveladora de uma concepção de mundo e de uma postura política, que subsidiará, na seqüência da pesquisa, a análise de práticas emancipatórias no âmbito do Serviço Social. Tal procedimento foi necessário, para firmar uma posição da pesquisadora em face dos elementos disponíveis: indicadores, elementos constitutivos, instrumentos, características, fundamentos que nos conduziram na seguinte sistematização:

Emancipação Social:

Processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas.

A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social¹⁷⁴ - que desencadeia ações políticas de caráter crítico-democrático no espaço público - é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético- político e cultural de sociedade.

¹⁷⁴ O desenvolvimento da consciência crítica e a participação ativa e consciente no espaço público são considerados como rupturas moleculares que demonstram o protagonismo social.

CAPITULO III

Capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas: uma prática produtora de rupturas moleculares emancipatórias no âmbito do Serviço Social.

*“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, **difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1991, p 13 – 14)(grifos nossos)***

Fundamentados na crítica ao caráter hegemônico de classe da sociedade moderna, e portanto, de emancipação limitado à classe burguesa¹⁷⁵, buscamos os valores modernos da democracia; do conhecimento e razão críticos; e do protagonismo social para argumentar quanto a necessidade de alargamento da democracia por meio da ampliação do espaço público, como estratégia de enfrentamento a essa tendência hegemônica.

Tomamos como pressuposto a tese que os novos padrões de gestão social, através dos conselhos gestores de políticas públicas, são espaços públicos férteis e oportunos para o desenvolvimento de racionalidades e práticas sociais diferentes das dominantes na sociedade moderna. Porém, lembramos do alerta que IAMAMOTO (2002), faz sobre os espaços dos conselhos:

É preciso ter clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*, porque são espaços de disputa. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o aprendizado de um tipo de socialização diferente, que permita viver a dimensão do coletivo, propiciem o partilhamento do poder e a intervenção em processos decisórios. Mas pode também alimentar velhos coronelismos, vício populistas e clientelistas no trato da coisa pública.” (p.32)

A ressalva é mais um argumento sobre a necessidade de capacitação e fortalecimento desses espaços pela via crítico-democrática, a fim de que correspondam verdadeiramente as suas funções de ampliação da democracia brasileira.

Para que as práticas sociais desenvolvam possibilidades emancipatórias contra-hegemônicas, entre outros fatores, precisam estar capacitadas e fortalecidas pela elevação do senso comum à auto-constituição de uma consciência crítica e do seu protagonismo social, a fim de contribuir na construção de uma nova cultura.

Nesse eixo teórico – argumentativo estamos trabalhando com o pressuposto de que o Serviço Social pode mediar, na instância molecular de sua prática profissional, ações pedagógicas que instrumentalizem os conselheiros para esse desafiante empreendimento social.

¹⁷⁵ GRAMSCI (1989), diz que ideologicamente a classe burguesa “... situa-se como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando a seu nível cultural e econômico...” (p147), portanto, o cuidado na consideração ideológica de que a sociedade burguesa é emancipada num todo.

Sem maximizar a prática profissional diante da práxis social mais ampla,¹⁷⁶ mas, valorizar o possível, o real e o concreto próximos do âmbito de atuação, argumentamos que é pela prática profissional que o Serviço Social, assim como outras profissões que trabalham com a realidade humano-social, materializa e demonstra os seus fundamentos e teleologia, seja na ação com indivíduos, grupos, organizações, seja no planejamento e gestão de políticas sociais, seja na pesquisa social.

O Serviço Social contemporâneo¹⁷⁷, sem desvincular-se da totalidade contraditória, possui condições para contribuir nesse enfrentamento, a exemplo, numa dimensão molecular, tem empreendido esforços teóricos e práticos para implementar a nova concepção de assistência social expressa na LOAS e com ela os caminhos da gestão democrática, participativa e descentralizada.

Por sua vez, a Assistência Social no Brasil possui ambigüidades¹⁷⁸ que dificultam a sua implementação, pois consolidam "...uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social em nossa sociedade." (YAZBEK, 2004, p.19). Entre essas ambigüidades encontra-se a identificação da Assistência Social com o assistencialismo e com a filantropia, o padrão de gestão social conservador, a ausência de parâmetros públicos no reconhecimento dos direitos sociais, a permanência da cultura moralista e autoritária que culpa o pobre pela sua pobreza, o caráter de subsidiariedade da Assistência social, ações pulverizadas e descontínuas, entre outras. (YASBEK, 2004)

Essas ambigüidades se chocam com as possibilidades de emancipação demonstrando um duplo movimento que caracteriza a Assistência Social brasileira:

- "A assistência social pode educar para a submissão" a medida que ".. em vez de reforçar o desafio da emancipação, solapa a competência política.

¹⁷⁶ Segundo IAMAMOTO (1992), a prática social, na concepção de Marx é essencialmente histórica e não é dada na imediatez, 'encontra-se inscrita nos próprios antagonismos da sociedade de classes – na luta de classes – e no antagonismo entre forças produtivas e relações de produção. O proletariado surge, pela posição que ocupa no processo de produção, como a classe que, ao libertar-se, liberta a humanidade.' (p.117)

¹⁷⁷ No desenvolvimento deste capítulo estaremos sistematizando as marcas do Serviço Social contemporâneo juntamente com a análise de dados da pesquisa de campo.

¹⁷⁸ Termo utilizado por YAZBEK, 2004, no artigo "As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS", o qual tomamos por referência para sistematizar uma caracterização dos desafios, ambigüidades e possibilidades de emancipação da Assistência Social.

Em vez de suportar o projeto da autonomia, pode mergulhar o pobre em dependência irreversível, confirmando nele a idéia perversa de que a opressão somente pode ser superada pelo próprio opressor.” (DEMO, apud YAZBEK, 2004, p.21). Com essa característica reforça as ambigüidades citadas anteriormente reiterando a exclusão, a acomodação e a desigualdade social brasileira.

- “A Assistência Social pode contribuir para processos emancipatórios’: pelo modelo de gestão social estabelecido pela LOAS - descentralizado, participativo, transparente, de comando único; pela possibilidade de participação e de debate dos diversos protagonistas envolvidos, construindo novas relações entre Estado e sociedade, através dos conselhos gestores; pela possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e de direito social dos que dela necessitarem (mecanismo de inclusão e de direito radical a vida); como campo concreto de acesso a bens, serviços e recursos, entre outras.(YAZBEK, 2004)

Apesar das conquistas já alcançadas nesse sentido, a autora alerta sobre a fragilidade da concretização desses processos emancipatórios em muitos municípios brasileiros, que continuam reproduzindo o “modelo” tradicional de Assistência Social; e sobre o caráter ilusório de se esperar que das políticas sócio-assistenciais resultem melhorias imediatas no bem estar dos usuários devido a imensa fratura entre a instituição do direito e a sua efetividade. Nesse mesmo cenário, alerta também que não podemos esquecer “... que estas políticas expandem direitos, permitem o acesso a recursos e serviços sociais, criam possibilidades de interlocução entre a esfera governamental e a sociedade civil, e sobretudo, abrem espaços para o protagonismo e para a ação coletiva de atores políticos que lutam pela realização do caráter público nas políticas sociais.” (p.26)

Não por acaso, essas considerações se aproximam da concepção de emancipação social que também pressupõe o protagonismo, a ação coletiva e consciente de grupos / organizações no espaço público e democrático, pois ambas são referências que instigam a necessidade de avanço de processos emancipatórios que vêm sendo construídos, apesar das ambigüidades e do contexto contraditório, à emancipação social. Temos alguns desafios a vencer para esse avanço – em

especial um determinante que está sendo levantado pelos sujeitos sociais envolvidos com a Assistência Social, nas diferentes instâncias do país (fóruns, conselhos, secretarias, entidades sociais...) qual seja, a necessidade de fortalecer e qualificar os sujeitos responsáveis pela concretização do modelo de gestão da Assistência Social pós LOAS¹⁷⁹, justamente por se caracterizar como um “modelo” novo que ainda precisa ser conhecido, propagado e concretizado.

A situação tem demandado, nos últimos anos, um novo tipo de prática ao Serviço Social que é capacitação para conselheiros gestores de políticas públicas, demonstrando a importância e amplitude que a ação profissional do Serviço Social tem conquistado na contemporaneidade, diante dos desafios de gestão dessas políticas.

Entendemos que essas determinações são delimitadoras de um rico e complexo campo de pesquisa e nos encaminham aos Programas de Capacitação para Conselheiros, Gestores e Técnicos da Assistência Social do Estado do Paraná. Tomamos então esse campo de pesquisa para investigar a potencialidade do Serviço Social em produzir rupturas moleculares emancipatórias a partir de sua prática profissional nesse contexto.

Para materializar uma aproximação decisiva ao objeto, procedemos a pesquisa de campo buscando apreender, junto a sujeitos significativos, o processo de capacitação dos conselheiros, gestores e técnicos através da prática do Serviço Social nesse Estado.

Relembramos algumas especificações da pesquisa de campo já indicadas na introdução, como o período demarcado para a pesquisa: de 2000 a 2004¹⁸⁰ seguindo os critérios de formalização, sistematização e execução dos programas pelas universidades estaduais, e ainda, pelo grau de maturação que foi alcançado

¹⁷⁹ Acrescentamos à bibliografia já citada sobre gestão descentralizada e participativa da Assistência Social DEGENNSZAJH, R.R. Organização e gestão de Políticas Sociais no Brasil in Capacitação em Serviço Social : Módulo 3 – Brasília :UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 1999.

¹⁸⁰ Relembramos também alguns detalhes que caracterizam o período 2000 a 2004: – as universidades estaduais assumem a execução do programa: em 2000 a coordenação estadual era da Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família / SECR e a execução das universidades estaduais e PUC-PR // em 2002 – a coordenação foi terceirizada à PUC – PR e a execução ocorreu em parceria com as universidades estaduais // em 2004 a capacitação é feita de forma integrada entre os Conselhos Estaduais da Criança, da Assistência, do Idoso e do PPDs – a coordenação estadual é da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a execução está acontecendo sob coordenação de macro-regionais pelas universidades públicas do estado. Em 2001 e 2003 não houve o programa capacitação no Estado do Paraná.

pelo processo de implantação e implementação da LOAS no Estado, empreendido no período 1993 / 1999 no qual já haviam atividades de capacitação não sistemáticas.

Num primeiro momento, constituem a amostra de sujeitos significativos à pesquisa: três coordenadoras estaduais do programa nos anos 2000 / 2002 /2004 nos quais ocorreu o programa; uma coordenadora pedagógica; e uma coordenadora de macro-região que participou das três edições do mesmo.

Quadro 1 - Perfil dos sujeitos significativos à pesquisa: Assistentes Sociais¹⁸¹

Identificação	Perfil / critérios de seleção
Cleide Lavoratti	Mestre em Sociologia das Organizações Sociais pela UFPR. Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UEPG. Membro do Programa de Capacitação Permanente na área da Infância e Adolescência – CEDCA, desde 1999. Coordenadora Estadual do Programa de Capacitação – 2004.
Josiane de Fátima Wambier	Mestre em Serviço Social pela PUC-SP, Professora Assistente do Curso de Serviço Social da UEPG Professora Monitora da Capacitação – 2000. Coordenadora Macro-Regional do Programa de Capacitação 2002 e 2004.
Maria Izabel Scheidt	Doutora em Serviço Social pela PUC- SP. Professora do Curso de Serviço Social da PUC – PR. Professora Monitora da Capacitação em 2000 – macro-região de Curitiba. Coordenadora Estadual do Programa de Capacitação em 2002.
Odária Battini	Doutora em Serviço Social pela PUC – SP Professora Titular do Curso de Serviço Social – PUC – PR. Militante e pesquisadora CNPQ –C2 da área da Assistência Social no Estado. Coordenadora do CIPEC (Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Consultoria em Políticas Públicas) - PR . Coordenadora pedagógica do Programa de Capacitação 2002. Professora Monitora da Capacitação em 2000 – macro-região de Curitiba.
	Coordenadora Estadual do Processo de Descentralização da Assistência Social - SECR nas duas gestões estaduais 1995 a 2002.

¹⁸¹ As assistentes sociais selecionadas à pesquisa representam qualitativamente o grupo de profissionais que concretizam o programa no estado. Foram selecionadas justamente pela inserção preponderante no processo. Além das especificações indicadas nesse quadro, as quatro primeiras assistentes sociais selecionadas, foram monitoras nos cursos de capacitação, ou seja, desenvolveram atividades diretas junto aos conselheiros, gestores e técnicos, portanto possuem a prática direta junto aos mesmos. O que também lhes adensa a experiência profissional nessa área e as reiteram como sujeitos qualificados à pesquisa.

Elenice Malzoni	Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social –2002 Vice-Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Coordenadora Estadual da Capacitação em 2000 Supervisora Estadual do Programa em 2002. Atualmente é Coordenadora do Núcleo da Fundação Ação Social – F.A.S. – Prefeitura de Curitiba – PR.
-----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Num segundo momento, constituem a amostra dos sujeitos significativos à pesquisa: três Conselheiros de Assistência Social capacitados, sendo um de cada ano de execução do programa; a fim de buscar os resultados concretos da capacitação em suas práticas conselhistas, e, conseqüentemente, os resultados da prática do Serviço Social como potencializadora ou não de rupturas moleculares na instância dos sujeitos, que vivenciaram a ação de capacitação empreendida pelo Serviço Social. Os conselheiros são identificados através dos respectivos anos em que participaram das capacitações: C-2000 - C-2002 - C-2004.

O perfil básico dos conselheiros consiste na característica de serem conselheiros representantes do setor não governamental, originários dos conselhos pertencentes à macro-região de Ponta Grossa (municípios de grande e médio porte), com 3º grau (dois com formação na área de humanas e um na área de exatas), excluindo assistentes sociais; e no ano de 2004 (período da pesquisa de campo), ainda exerciam a função de conselheiro municipal de Assistência Social.

A coleta de dados junto aos sujeitos – assistentes sociais e conselheiros – se deu através de entrevistas gravadas e transcritas para garantir a fidelidade dos conteúdos das mesmas¹⁸². As questões das entrevistas com as assistentes sociais são as seguintes:

1. Fale livremente sobre o que sabe sobre a proposição, organização e execução das capacitações para Conselheiros de Assistência Social no Paraná. Qual foi a sua inserção no processo?
2. Como os valores assumidos no projeto ético – político da profissão se expressam no processo de capacitação?
3. Qual é a prática (procedimentos metodológicos / instrumentos) do Serviço Social no Programa de Capacitação? Existe uma especificidade nesta prática?

¹⁸² Todos os entrevistados receberam com antecedência um ofício de apresentação da pesquisadora e da finalidade da pesquisa, assim como as questões da entrevista. Contamos também com a autorização, assinada pelos sujeitos, de uso de seus depoimentos para cumprir com a finalidade da pesquisa.

4. Que tipo de conhecimento é veiculado na capacitação? Como ele é trabalhado?
5. Qual é o papel da capacitação frente aos novos modelos de gestão social e frente aos desafios do atual quadro conjuntural?
6. Qual é a contribuição do Serviço Social na formação e potencialização de uma prática conselheirista qualificada através das capacitações?
7. Possuem uma avaliação formal ou informal sobre os resultados concretos da capacitação na prática cotidiana dos conselheiros? Qual é essa avaliação? Quais são as perspectivas para as próximas edições da capacitação?
8. Pode se estabelecer uma relação entre capacitação e emancipação social? Em que sentido?

As questões das entrevistas com os conselheiros são as seguintes:

1. Por que decidiu ser conselheiro? Quais as motivações que orientaram a sua decisão?
2. Identificou a atuação do assistente social durante a capacitação? Como foi a atuação deste profissional?
3. Como era a sua prática antes e depois da capacitação?
4. Quais as dificuldades e facilidades de ser conselheiro? Qual é o papel da capacitação no enfrentamento dessas dificuldades?
5. Como avalia os cursos de capacitação dos quais participou? Se houver outras edições do curso, irá participar? Por quê?

3.1 - O contexto determinante:¹⁸³

Investigar a prática do Serviço Social nos Programas de Capacitação para Conselheiros, Gestores e Técnicos de Assistência Social no Paraná nos remete diretamente ao contexto da implantação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS neste Estado. Ao nos aproximarmos deste universo, observamos que no transcorrer de todo o processo de implantação da lei foram desenvolvidos encontros, seminários e conferências, em âmbito estadual ou regional, destinados à qualificação dos sujeitos envolvidos com a Assistência Social. Por esse motivo acreditamos ser de suma importância contextualizar o processo histórico de implantação e implementação do LOAS no Estado, empreendido no período 1993 / 1999, captando os antecedentes e determinantes dos programas, como dimensões que nos levam ao objeto de pesquisa.

O Paraná, especialmente pós 1993, assim como outros estados brasileiros, passou por um processo de reorganização político-jurídico-administrativa da Política de Assistência Social. Tal reorganização aconteceu sob a orientação da Constituição Federal e da LOAS, em vigência, que prevêem a descentralização, a municipalização e a participação como diretrizes / valores a serem viabilizados nessa política social, mudando radicalmente as práticas orientadoras anteriores.

Somadas a essas diretrizes estão as exigências da LOAS - quanto ao comando único das ações a ser exercido nas diferentes instâncias pelo governo, e a paridade de representação de interesses sociais na formulação e na condução da política pública de assistência social. Essas diretrizes se fizeram presentes no processo de implantação da Política da Assistência Social no Paraná "... que se

¹⁸³ Para a elaboração da síntese apresentada neste item contamos com as produções bibliográficas paranaenses de profissionais / pesquisadores, que além de estarem inseridos como militantes e / ou coordenadores dos programas de capacitação, sistematizaram o processo de implantação e implementação da LOAS no Estado, no qual as ações de capacitação para conselheiros, gestores e técnicos são parte integrante do mesmo. Assim como, contamos com o depoimento da profa. dra. Odária Battini que, além de ser um sujeito significativo de pesquisa sobre a especificidade dos programas de capacitação no período 2000 – 2004, foi a coordenadora e sujeito ativo em todo o contexto 1993 – 2000 de implementação da LOAS no Estado – caracterizado para essa pesquisa como determinante do objeto de pesquisa. Motivo pelo qual buscamos a sua contribuição / depoimento para compor uma síntese deste contexto histórico e social. Há que se registrar também a disponibilidade e dedicação por parte da mesma em relatar o processo, fornecendo elementos importantes para o registro e sistematização, sem os quais ficaria comprometida essa parte da pesquisa.

realizou através de diferentes forças tais como: secretarias de estado, grupos movimentalistas, entidades prestadoras de serviços, igrejas, organizações não governamentais, conselhos profissionais, fóruns populares e de políticas sociais setoriais os quais incidem nos espaços públicos e privados de decisões no Estado.” (BATTINI e SILVEIRA, 2003, p.50)

Ainda segundo as autoras, o processo congregou diferentes interesses e ações, pautado num diálogo mediado por lutas e tensões, mas também deu nova sustentação e direção à Política Pública de Assistência Social no Estado. Esse processo se desenvolveu segundo quatro grandes marcos¹⁸⁴, nos quais as capacitações se situam:

1º Marco: Mobilização e Organização da Sociedade Civil e de Órgãos Governamentais – 1993. Neste marco, a presença do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS – 11ª região, entidade não-governamental e representante dos trabalhadores na área, teve papel preponderante na difusão dos projetos de lei que estavam sendo discutidos em nível nacional, por meio de **seminários e encontros** regionais e estaduais promovidos em conjunto com órgãos governamentais.

Em maio de 1993, em Curitiba, acontece o 1º Seminário de Assistência Social – “tendo como objetivos centrais iniciar um processo de divulgação da LOAS em todo o Estado e reafirmar o dever do executivo na implementação da referida lei” (BATTINI e SILVEIRA, 2003, p. 52). Estes **encontros tinham como objetivo, portanto, “capilarizar a LOAS”, ou seja, socializar e divulgar o conhecimento da nova lei.**

2º Marco: O trânsito da Assistência Social – de programa governamental para política pública. 1994 – Esse marco se caracteriza pela implementação da LOAS, com a característica de política pública, a partir da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. A coordenação do processo de implantação se deu sob a assessoria

¹⁸⁴ Para compor uma contextualização sobre as capacitações, vamos nos valer de BATTINI e SILVEIRA (2003), que fazem um resgate histórico da implantação e implementação da LOAS no Estado, seguindo os marcos apontados pelas autoras.

da Profa Dra. Odária Battini¹⁸⁵, que comenta o convite recebido do então Secretário Estadual da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social – SETA:

“... O que a gente fez nesse período? 1º ponto: a gente entendia que a sociedade tinha que ser preparada para assumir esse grande debate, no sentido de construir uma nova cultura da assistência social, universalizada, conferindo à prática já existente seu estatuto de política pública; 2º ponto: a gente entendia, e entende até hoje, que política pública, qualquer uma, também a da assistência social, é dever do Estado (...) articulando-se necessariamente com a sociedade civil” (Battini)

Esses pontos tomados como pressupostos orientaram “... de forma metodologicamente conduzida, uma rearticulação interinstitucional desencadeando um movimento ampliado de implementação da LOAS com suporte ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, instituindo-se a metodologia da pesquisa ação, a qual subsidiou o processo metodológico da descentralização da Assistência Social.” (BATTINI e SILVEIRA, 2003, p. 53)

Os indicativos já demonstram o nível e a perspectiva da coordenação do processo desenvolvido no Paraná e, especialmente, o pressuposto de que a “*sociedade tinha que ser preparada para assumir esse grande debate*”, nos leva a crer que as capacitações tiveram essa mesma perspectiva.

A condução desse trabalho deu-se através de um Grupo Interinstitucional de Trabalho (GIT)¹⁸⁶ “... que primeiramente voltou-se para a retomada do processo em curso, constituindo alianças com forças e interesses diversos; promovendo a organização de **encontros de qualificação e sensibilização** e, especialmente, a regionalização de espaços políticos (...) realização de **cursos permanentes de qualificação profissional, seminários, oficinas.**” (BATTINI e SILVEIRA, 2003,p. 53 - 54)

¹⁸⁵ A coordenação do processo de implantação e implementação da LOAS no Estado do Paraná se deu sob a coordenação da Profa. Dra. Odária Battini – através de convênio da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e a Universidade Estadual de Londrina, que disponibilizou a professora para tanto.

¹⁸⁶ O GIT era uma comissão paritária de articulação e assessoramento da implementação da LOAS no Paraná. Ficou assim composto: “Representação governamental: Secretaria do Estado do Trabalho e Ação Social, Legião Brasileira de Assistência, Prefeitura Municipal de Curitiba, Ministério Público, Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência; Representação não governamental: Fórum Popular de Assistência Social, Associação dos Municípios do Paraná, Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região, Ação Social do Paraná e Central Única dos Trabalhadores.” (BATTINI e SILVEIRA, 2003, p. 54)

Entre as ações do GIT também estava a realização do I Encontro Estadual para Implementação da LOAS no qual o Grupo "... imprime uma direção 'conceitual compreensiva e político/participativa' difundida para **qualificar diferentes sujeitos, como 'agentes multiplicadores'** (...) com 'nova' visão conceitual, sendo premente neste marco configurativo." (p.54 -55)

A partir desse encontro, investiu-se na organização de encontros microrregionais¹⁸⁷ com o intuito de ampliar o espaço de participação social e **difundir, através de palestras**, "... a Assistência Social como política pública, dever do Estado e direito do cidadão, seus princípios, diretrizes, para subsidiar a regulamentação da política nos municípios, favorecendo a descentralização e a municipalização, com a constituição dos fóruns microrregionalizados¹⁸⁸." (p, 55)

O alvo principal da qualificação empreendida neste marco foram os profissionais e os gestores da Assistência Social

Iniciamos com seminários de capacitação subsidiados pelo Estado - estudando artigo por artigo da LOAS — SETA, 1994 (...) Nesta primeira aproximação, como ainda não estava instituído o sistema descentralizado e participativo, centramos o foco nos técnicos das prefeituras, das universidades e da SETA / escritórios regionais. Entendíamos que caberia a eles a orientação da implantação deste sistema nos municípios. Centramos o processo de qualificação permanente nesses sujeitos, fizemos vários seminários (...) instituímos os fóruns, preparamos os municípios para implantar o Sistema Descentralizado e Participativo. (Battini)

Em novembro de 1994, realizou-se o II Encontro Estadual da LOAS e na oportunidade foi instituído o Fórum Estadual da Assistência Social – FOREAS - como espaço plural de discussão e encaminhamento das questões demandadas pelos Fóruns Micro – Regionais e de debate dos ante-projetos de lei de criação do Conselho e do Fundo Estadual da Assistência Social (ocorridos nas assembléias e encontros realizados no ano de 1995).

¹⁸⁷ "Como estratégia operacional para o favorecimento da constituição permanente dos Fóruns Microrregionais, entre os dias 16 e 25 de agosto de 1994, foram organizados seis encontros simultâneos em duas macrorregiões do Estado. Os municípios pólos da Região I, abrangendo as regiões sul e oeste do Estado, foram: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Foz do Iguaçu. A Região II, abrangendo as regiões norte e leste do Estado, integraram os Municípios de Umuarama, Campo Mourão, Paranavaí, Maringá, Londrina e Jacarezinho." (id,55)

¹⁸⁸ Os Fóruns micro-regionais configuram-se, como: "... espaços significativos de representação e participação popular regionalizada, tanto de organizações governamentais como não governamentais, sendo um traço peculiar do Estado." (id. p.54)

Nesse marco temos o destaque para o GIT que, na coordenação estadual de implantação da LOAS, efetivou ações relacionadas à **capacitação dos envolvidos** com a Assistência Social no Estado, esclarecendo e socializando o conhecimento sobre a LOAS para a sensibilização com causa desta lei, como elemento essencial à implantação da mesma.

3º Marco: Caminhos e Descaminhos na Consolidação da Assistência Social como Política Pública – 1995 / 1996.

BATTINI e SILVEIRA (2003), argumentam que o processo desencadeado nos marcos anteriores contribuiu para a consolidação de uma base significativa de organização da sociedade civil paranaense; e revelam uma hegemonia conquistada na direção da implantação e implementação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social – SDPAS, apesar dos descaminhos que se fizeram presentes.

Num primeiro momento, essa hegemonia se representou pela **apreensão teórico-conceitual e jurídico-administrativa dos termos da LOAS** na criação do sistema descentralizado e participativo da assistência social, tanto na esfera estadual quanto na totalidade dos municípios do Paraná, com as leis orgânicas municipais da assistência social aprovadas e os conselhos e fundos criados e em funcionamento.

Sob a responsabilidade do Ministério Público do Estado do Paraná – Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, foram realizadas **orientações** a respeito do sistema descentralizado e participativo aos gestores, conselheiros, parlamentares e promotores de justiça do interior. Membros do Centro de Apoio integravam o grupo de pesquisa-ação, contribuindo especialmente na **formação continuada** com a **publicação**, em 1999, do livro LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social Anotada como **subsídio à apreensão conceitual** da assistência social em sua nova concepção.

Em 1995, a nova gestão estadual reorganiza a Secretaria de Estado responsável pela Assistência Social, redirecionando a sua ênfase para a área da criança e do adolescente e na reprodução e multiplicação de programas estaduais

nos municípios. Com isso, a concepção de Assistência Social de amplo espectro passa a constituir-se como um programa dentro da nova Secretaria:

“... No plano estadual ficou definida a continuidade do processo de capacitação no Estado, nas regiões (...) Dissolvido o GIT, a assistência social passou a integrar a programática da Secretaria, vinculada à Diretoria Técnica, desenvolvendo a gestão pela via do Conselho Estadual. A ênfase da capacitação se deu no nível técnico, através de consultoria à Diretoria Técnica e às Coordenadorias que compunham a nova estrutura da SECR. Continuamos a consultoria até final de 1995, com o término do contrato. A qualificação sócio - política ampliada sofreu restrições(...) A força política começou a se evidenciar para outra direção, pois a política da SECR era uma política de segmento. Castrava-se, assim, a perspectiva da assistência social como política pública, centrando na qualificação da política governamental...” (Battini)

Mesmo no “terreno ambíguo” com reorganização político- administrativa da política governamental, em outubro de 1995 é realizada a I Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná, na qual as decisões centrais eram relacionadas à representação paritária do conselho: “Após tensas e densas discussões ficou assegurada a paridade entre órgãos governamentais e não governamentais, principalmente a representação no Conselho, de representantes dos Fóruns Microrregionais da Assistência Social, instalados nos marcos anteriores.” (BATTINI e SILVEIRA,2003, p. 60). Em abril de 1996, foram criados o Conselho e o Fundo Estadual de Assistência Social pela Lei nº 11.362/96.

Há que se considerar os avanços produzidos com as novas perspectivas de gestão de políticas públicas no Brasil pós-Constituição Federal de 1988 e pós-leis orgânicas que regulamentam as especificidades das áreas. Diante desses, não se pode voltar atrás como impõe a perspectiva pós-moderna, simplesmente expurgando as conquistas e os direitos instituídos legalmente, em nome de um falso enfrentamento da crise causada pelo próprio sistema capitalista e suas nuances.

Especificamente no Estado do Paraná, mesmo havendo um deslocamento da Assistência Social na política governamental – cerceando um processo participativo mais amplo - a contra-tendência ao terreno ambíguo que se pôs na segunda metade dos anos 1990, pode ser observada no exercício do Conselho Estadual de Assistência Social / CEAS, que acaba garantindo, juntamente com o FOREAS

alguns avanços conquistados anteriormente, como por exemplo, as ações de capacitação. A presença do FOREAS, através de suas ações e assembleias, potencializando as forças pela capacitação é exemplo para tanto: em agosto de 1995 – na V Assembleia do Fórum – ocorreu o **I Curso de Capacitação para Conselheiros Municipais de Assistência Social** com a pauta sugerida pelos conselheiros: fundos, benefícios e planejamento municipal. Em dezembro de 1996 – na VI Assembleia a pauta foi a avaliação da implementação da LOAS nas regiões.

Por outro lado, a SECR, como coordenadora e executora dessa política, deveria concretizar as deliberações dessas instâncias legais, assim como do nível federal. A exemplo dessa situação temos a realização pela SECR de um **encontro de capacitação dos segmentos envolvidos na área**¹⁸⁹, (abril 1996 – Curitiba) por solicitação do Ministério da Previdência e Assistência Social, com a colaboração de alguns membros do Grupo Interinstitucional de Trabalho, parcialmente ativo. (BATTINI e SILVEIRA, 2003)

No período 1997 -1999, em termos de política governamental, não houve um trabalho expressivo de capacitação para conselheiros / gestores da Assistência Social.

*“Os espaços de capacitação que nós tínhamos, na verdade, eram as assembleias do Fórum Estadual. Os conselhos sempre iam junto, apontávamos os grandes temas (...) As assembleias davam esta concepção de serem espaços de capacitação (...) Nós não tínhamos um plano, foram ações pensadas e dirigidas a este público alvo, mas que não tinham uma política de capacitação a esse segmento” (Malzoni)*¹⁹⁰

Neste mesmo espaço e tempo de implantação da LOAS no Estado está a presença de um grupo de profissionais integrantes do CIPEC - Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Consultoria em Políticas Públicas (alguns remanescentes do GIT, outros que se associaram pelas suas pesquisas na área da assistência) - que manteve sua inserção no processo através da participação nos fóruns, conselhos, e

¹⁸⁹ “Esse evento tratou do repasse de orientações sobre a elaboração do diagnóstico do Plano Municipal de Assistência Social. Os municípios, a partir dessas referências, elaboraram seus planos, indicando as prioridades para a execução da política. Na oportunidade, 93% dos Municípios paranaenses encaminharam seus planos. Dos 990 planos municipais enviados ao Ministério da Previdência e Assistência Social, 350 eram de Municípios do Paraná, evidenciando o seu efetivo grau de participação.” (id, p. 61)

¹⁹⁰ Malzoni é uma das assistentes sociais entrevistadas para a análise da prática do Serviço Social nas capacitações, conforme quadro demonstrativo dos sujeitos entrevistados à pesquisa.

/ou de trabalho de pesquisa e de produção de conhecimento sobre esse processo no Estado:

“Propus ao grupo de profissionais (...) vamos, simultaneamente à prática de implantação da política, desenvolver pesquisa, para que possamos produzir livros, textos, etc, para instrumentalizar a política e também tomar decisões minimamente precisas (...). O grupo de pesquisa criou o CIPEC- em 1998. Pensamos numa ONG, sem fins lucrativos para adensar discussões ampliadas na sociedade civil. Nosso compromisso não era com a política governamental de então, mas era com a política pública.

(...)As universidades públicas, especialmente capitaneadas pelos Cursos de Serviço Social, cresceram de importância e de poder na esfera do controle social. As universidades estaduais, articuladas aqueles profissionais dos escritórios regionais e das prefeituras que se comprometiam com a nova concepção da assistência social,, tiveram forte influência, movimentando os fóruns microrregionais (...) Grupos locais (de assistentes sociais, bem como outras áreas profissionais) – desenvolviam suas pesquisas nos Cursos de Serviço Social das Universidades, ao mesmo tempo, atuavam no mundo acadêmico como docentes faziam seus mestrados, doutorados, também se inscreviam (...) também o movimento do Ministério Público. (...) Nesse processo esse grupo, associado às forças em presença, vem contribuindo para a sustentação do debate no Estado, mas necessariamente, articulado com outros pesquisadores das universidades (...) a gente articulou isso. (Battini)

Em outro momento, BATTINI e SILVEIRA (2003), referem-se a esse grupo articulado de profissionais / representantes de instituições: “Hoje formam uma **teia articulada** de interdependência quanto à conjugação de forças, estratégias e táticas, e construção de novos saberes no âmbito do exercício do controle social, na direção da democracia participativa.” (p.53) (grifo nosso)

Na análise do material produzido pelo CIPEC¹⁹¹ sobre o processo de implantação da LOAS e, com base no depoimento da coordenadora da pesquisa, está evidenciada a presença da pesquisa-ação como instrumento qualificador da prática dos profissionais (em especial do Serviço Social uma vez que a maioria do

¹⁹¹ “ Descentralização político jurídico administrativa na implementação da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social: reconstrução de conceitos ou manutenção de saberes e práticas?” é o projeto integrado de pesquisa que congrega os pesquisadores associados, colaboradores e bolsistas e tem sistematizado e publicado material sobre a experiência do Paraná na área. Desde 2000, o projeto está inscrito institucionalmente no Curso de Serviço Social da PUCPR, sendo apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) desde 1996 e pela Fundação Araucária / Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná e articula-se organicamente através de sub-projetos de pesquisa e de atividades na área com as cinco Universidades Estaduais do Paraná, com a Universidade Federal do Paraná. A profa. dra. Odária Battini é a pesquisadora responsável pelo projeto que compõe o Diretório Nacional de Pesquisa do CNPq, sendo líder de grupo. Também integram o projeto, como parceiros, o CIPEC e o Ministério Público do Estado do Paraná. A pesquisa articula-se ao Centro Português de Investigação e História do Trabalho Social – CPIHTS. (Relatório Resumido de Projeto Integrado de Pesquisa – CNPq, 2002 – 2004)

grupo é de assistentes sociais) e ratificador do compromisso ético – político com uma perspectiva crítica que tem a pesquisa como meio de articulação de forças, práticas e conhecimentos com uma direção teleologicamente definida.

Exemplo concreto da referida **articulação** está no período de 2000 – 2002 com a realização conjunta¹⁹² dos “Encontros com a Política Pública de Assistência Social” nas macro-regionais do Estado, nos quais foram discutidos os temas: Estrutura e Concepção do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social – SDPAS; Controle Social e Democracia; Financiamento da Assistência Social. Com exposição e debate de pesquisas locais e regionais, relativas aos temas em tela, esses encontros se caracterizaram como **encontros de capacitação e atualização** das temáticas que cercam a socialização do conhecimento sobre a LOAS e os caminhos para sua efetivação.

Podemos afirmar então, que no contexto da implementação da LOAS no Paraná, além das instâncias legais diretamente vinculadas à Política de Assistência Social e das tendências conservadoras, estão os “sujeitos ativos” do processo: as universidades estaduais / cursos de Serviço Social (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Oeste do Paraná) e a PUC – PR; Ministério Público / Centro de Apoio da Dignidade Humana¹⁹³; CRESS – 11ª Região. Esses se fizeram, e ainda se fazem, presentes na constituição do cenário que imprimiu uma nova face à Assistência Social no Estado. Ou melhor dizendo, nas palavras dos “sujeitos ativos do processo”:

Configura-se, assim, um complexo sistema movido, de um lado, por representantes e intelectuais de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (GRAMSCI), ou seja, os porta-vozes da burguesia (MARX) que reforçam o centralismo formal-burocrático e tecnicista e, de outro lado, por representantes e intelectuais que organizam as lutas apoiando-se nas massas desprovidas das suas condições de sobrevivência e de modos próprios de criar valores e tê-los reconhecidos na agenda pública, à luz do centralismo democrático. (BATTINI e SILVEIRA, 2003, p. 62)

¹⁹² Foram quatro encontros macro regionais promovidos pelo CIPEC, Ministério Público do Estado do Paraná, PUC-PR, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com apoio da Fundação Araucária, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, CRESS- Londrina.

¹⁹³ Até o ano de 2002, denominado Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, ao qual a pesquisa-ação articulava-se.

Podemos observar que o grupo de intelectuais que movimentou as discussões e práticas no Estado tem clareza do movimento dual que compõe a realidade, e explicitamente, opta por um caminho ético – político “... que pressupõe existência de democracia, da autonomia e da participação ...” (id) como indicadores desse caminho. Tem a certeza do universo plural onde se situa a Assistência Social e dos desafios históricos a vencer no “ ... desenvolvimento do sistema descentralizado e participativo no Paraná, ainda indica **grandes desafios como a capacitação contínua de seus agentes (conselheiros, gestores e profissionais da área)** e a organização da sociedade civil quanto à sua representatividade.” (id, p. 63) (grifo nosso). E, para o enfrentamento desses desafios, a ...

... metodologia adotada no Paraná **privilegia a dimensão formativa** entendendo que toda **prática, especialmente na esfera pública** onde habitam sujeitos plurais e interesses diversos, **requer fundamento** teórico – metodológico crítico, numa dimensão ético - política de **ruptura** com a ordem capitalista contemporânea e numa perspectiva técnico – operativa que dê respostas consentâneas aos direitos humanos, fundados na igualdade e na justiça social. (BATTINI e SILVEIRA, 2003, 63) (grifos nossos)

A explicitação da dimensão formativa como fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais, em especial na esfera pública, que rompam com os engendramentos contemporâneos, é um indicador essencial para a análise de possíveis práticas sociais emancipatórias desencadeadas pelo Serviço Social. É nessa dimensão que as capacitações representam a materialização de um fundamento ético – político que prima pela construção de um conhecimento crítico pelos sujeitos envolvidos, para que através deste, possam estar instrumentalizados para o desenvolvimento de uma prática conselhistas também de caráter emancipatório. É nesse sentido que no Paraná “... assembleias, encontros e cursos de qualificação realizaram-se permanentemente como estratégia para agregar qualidade à Política de Assistência Social” (p. 61)

4º Marco: Reconstruindo a Esfera da Assistência Social como Política Pública -2003
- 2004:

Ainda com referência em BATTINI e SILVEIRA (2003), o marco refere-se à reestruturação da Secretaria responsável pela política de Assistência Social no

Paraná a partir de 2003: a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETP), a qual se pauta na concepção da Assistência Social como política universal e com isso extingue os programas por segmento. Constituiu, em consonância com a Política Nacional do governo democrático popular, eleito em 2002, o Núcleo de Coordenação Estadual da Assistência Social – NUCLEAS, que realiza a gestão descentralizada e participativa da política no nível do Estado. Faz parte dessa gestão a construção do Sistema Único de Assistência Social, para tanto, no segundo semestre de 2004, foram realizados dezoito encontros regionais com a participação dos municípios que culminaram na realização do Encontro Estadual para Construção do SUAS no Estado. Esse processo ainda está em construção e, segundo técnicos da secretaria, também se constitui como **atividade da capacitação** uma vez que discute os conteúdos da política nacional para definição da política estadual e municipal pelos envolvidos nos encontros regionais e estadual.

“Em 2004 tínhamos a certeza de recuperar historicamente o processo de implantação da LOAS no Estado. (...) o NUCLEAS implementou estratégias de qualificação permanente de assistência social (...) através de debate macro-regional (...) do planejamento participativo via macro-regionais com a discussão e qualificação com relação a implantação da LOAS...”(Battini)

O pressuposto da importância da dimensão formativa encontrado no processo de implantação da LOAS no Paraná é comum ao fundamento teórico e político que referenda a concepção de emancipação social que subsidiará a análise dos dados coletados na presente pesquisa. A princípio, tal constatação está explicitada nas propostas e sistematizações sobre o processo desenvolvido. Resta-nos investigar as especificidades das capacitações mediadas pelo Serviço Social; se, são produtoras de rupturas emancipatórias. Isto é, investigar qual é o caráter imprimido às capacitações para os conselheiros da Assistência Social, quais seus objetivos, metodologia, fundamentos, qual o seu alcance... para que cientificamente possamos analisar se as práticas sociais do Serviço Social, através das capacitações, podem ser caracterizadas como práticas sociais emancipatórias.

Das informações levantadas nessa síntese podemos extrair elementos importantes que vão configurar e moldar as capacitações para conselheiros municipais no Paraná:

- a coordenação do processo de implementação da LOAS ser conduzida por profissionais qualificados e comprometidos ética e politicamente com os novos paradigmas da gestão democrática de políticas públicas. Essa coordenação se deu respaldada numa proposta teórico-metodológica **crítica** operada através da metodologia da pesquisa-ação;
- na proposição e a execução da proposta de pesquisa-ação, tendo como diretrizes a participação social e a referência à Assistência Social como política pública – difunde-se um **tipo de conhecimento** e modelo de gestão e de controle social que não é conhecido ou de fácil acesso à população; portanto, um investimento social e político nesse sentido, é considerado como muito significativo;
- a estratégia de microrregionalização e de instituição dos respectivos fóruns como espaços públicos de debate e de controle social democrático, **potencializa** a possibilidade de descentralização do poder e das discussões político-administrativas antes centradas num governo central;
- a **mobilização** de instâncias do Sistema Público de Assistência Social - Conselho, Fórum, assembleias e de profissionais da área – na proposição e na continuidade de ações de capacitação é elemento essencial à efetivação da LOAS no Estado;
- a manutenção do **compromisso** do grupo de profissionais – referência no Estado sobre LOAS, independente da política governamental, fomentam a continuidade de um processo “*minimamente iniciado*” de emergência de uma nova concepção de política pública;
- o caminho trilhado, a **dimensão formativa e os valores veiculados** para a implementação da LOAS se expressam na execução de eventos, cursos, encontros, caracterizados como capacitação (mesmo de caráter não sistemático, até o ano 1999), com o propósito de assegurar, tanto a qualificação da política quanto seu estatuto de política pública como dever do Estado, maturaram a proposição dos programas de capacitação desenvolvidos a partir daí.

3.2. A Prática do Serviço Social nos Programas de Capacitação para Conselheiros, Gestores e Profissionais de Assistência Social no Estado do Paraná.

Integrando o processo de implantação e implementação da LOAS no Estado, além dos encontros, seminários e palestras de capacitação assistemáticos, no período 1993 a 1999, está a mobilização de vários organismos sociais (governamentais e não-governamentais), pela demanda de capacitação continuada e sistemática dos sujeitos envolvidos com a assistência social. Essa demanda chega ao CEAS através das Conferências e Assembléias Estaduais, dos Fóruns Regionais, órgãos gestores estadual e municipais.

IAMAMOTO (2002), fala dessa nova demanda à profissão:

O processo de descentralização das políticas sociais públicas – com ênfase na sua municipalização – requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências (...) Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, **à capacitação de conselheiros**, a elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. (p.37) (grifo nosso)

No Paraná, a então SECR -Secretaria do Estado da Criança e Assuntos da Família, como órgão gestor estadual, segundo a assistente social MALZONI¹⁹⁴, faz tentativas de proposição de um programa para atender a demanda no período de 1997 – 1999, porém não dispôs de recursos para tanto: “...mandamos várias propostas para o governo federal, mas não conseguimos linha de financiamento (...) Nós tínhamos uma exigência enorme de qualificação dos relatórios de gestão (...) o gestor cada vez mais precisando de socorro (...)”¹⁹⁵

¹⁹⁴ A partir deste item estarão presentes os depoimentos dos assistentes sociais / sujeitos de pesquisa indicados pelos sobrenomes – suas falas estarão sendo apresentadas em itálico.

¹⁹⁵ Pires complementa esse dado afirmando que “A demanda era muito grande dos gestores de orientação para operacionalização da política, documentação inadequada, planejamento e relatório de gestão inadequado, critérios de partilha (...) uma série de questões da operacionalização da política que gerava, o tempo todo para Assessoria Técnica, demanda de trabalho (...) eles não tinham infra-estrutura para controlar isso, eles (a SECR) queriam ficar na supervisão e alguém para encabeçar o processo.”

Somente em 1999, com um recurso advindo da Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) ao Fundo Estadual de Assistência Social a proposta foi levada a cabo.

“Nós não tínhamos dinheiro do fundo, quando posteriormente conseguimos uma parceria com a COPEL (...) foi aí que nós estruturamos a primeira proposta de capacitação (...) nós tínhamos o grande propósito que a Odária (assessora da SECR) tinha dado – e fomos até as universidades procurar as parcerias, porque elas faziam parte das macro regiões (...) estavam em lugares estratégicos – municípios pólos – uma vez que era função da Universidade (...) capacitação, difusão de conhecimento.”(Malzoni)

A pesquisa em processo é demarcada a partir do ano em que o Gestor Estadual da Assistência Social faz parceria com as Universidades para a execução do programa, dando um caráter sistemático e contínuo à ação. A fim de caracterizar o campo de pesquisa organizamos quadros demonstrativos com os principais elementos que compõem os programas de capacitação no período selecionado, para poder reconstruir o objeto de pesquisa: a prática do Serviço Social nestes programas.

Quadro 2 - Caracterização do Programa de Capacitação na Área de Assistência Social – PR - 2000

Elementos	2000
Título	Capacitação de Conselheiros Municipais de Assistência Social
Propositores	CEAS – SECR
Coordenação Estadual	SECR – Equipe Técnica da Assessoria Técnica / Gerência de Descentralização e equipe dos Escritórios Regionais.
Executores	Universidades Estaduais do Paraná: Ponta Grossa, Londrina, Centro Oeste, Maringá, do Oeste e PUC-PR / em especial Cursos de Serviço Social.
Recursos	Fundo Estadual de Assistência Social - R\$ 300.000,00
Abrangência Participantes	Todos os 399 municípios do Paraná. Sem o dado.
Fundamentos	O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. Entendendo-se a formação, como um processo contínuo, do qual os Conselheiros possam adquirir habilidades que contribuam com a sua prática, e tenham oportunidade de, no decorrer de seu mandato, refletir sobre as várias dimensões de seu papel e sobre sua atuação nos Conselhos como instrumento de democratização e descentralização das políticas públicas.
Objetivos	Implementar através de parceria com as instituições de Ensino Superior, o processo de formação de Conselheiros Municipais de Assistência social, visando o desempenho adequado de seu papel, na formulação, controle e gestão da política municipal de assistência social.
Conteúdo Programático	Análise de conjuntura; abordagem teórica, LOAS, NOB, Política Nacional e Estadual de Assistência Social; Composição interna do conselho e do papel dos conselheiros como representantes de grupos sociais; Interfaces das políticas sociais e o estabelecimento de parcerias; Interfaces de ações com demais conselhos; Papel do conselho face às entidades executoras das e das ações planejadas; Papel do conselho em relação à avaliação de resultados das políticas sociais; Aspectos organizacionais, regimento interno, comissões temáticas de trabalho etc; Abordagem prática.
Metodologia	Cada universidade elaborou a sua proposta metodológica a partir do documento normatizador da SECR e as temáticas propostas. Palestras / Oficinas.
Carga Horária	40 hs.
Público Alvo	Conselheiros / gestores / técnicos de Assistência Social.

Fonte: Documento normatizador da SECR para a capacitação 2000

Quadro 3 - Caracterização do Programa de Capacitação na Área de Assistência Social – PR - 2002

Continua...

Elementos	2002
Título	Curso de Capacitação dos Gestores, Técnicos e Funcionários Efetivos do Órgão Gestor e Conselheiros Não-Governamentais de Assistência Social do Estado do Paraná.
Propositor	CEAS – SECR
Coordenação Estadual	PUC – PR / Curso de Serviço Social.
Executores	Universidades Estaduais do Paraná: Ponta Grossa, Londrina, Centro Oeste, Maringá, do Oeste e PUC-PR / em especial Cursos de Serviço Social.
Recursos	Fundo Estadual de Assistência Social – R\$ 302.744,62.
Abrangência Participantes	Todos os 399 municípios (892 gestores e técnicos e 409 conselheiros). Porcentual da participação dos municípios: 93,87%. Porcentual da participação dos cursistas: 89,32%.
Fundamentos	A sustentação dessa prática (de formação continuada de conselheiros) se dá de modo associado a referência da práxis e do planejamento estratégico participativo, o que permite compor o substrato teórico - metodológico para a formação, tendo em vista a intervenção. Concebemos o processo de formação como constitutivo e constituinte da prática cotidiana dos sujeitos, de caráter crítico, implicando na práxis produtiva, investigativa e social / política. A formação continuada nos permite pensar a prática, possibilitando o conhecimento e a explicitação do processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social e da dinâmica da construção histórica do mundo humano – social. (...) Para a prática transformadora, exige questionar, investigar a realidade tornando-a evidente, pela contínua recolocação de questões, fazendo-a emergir de forma cada vez mais rica, complexa e viva. Não somente pensar e descobrir nexos mas, sobretudo, ajudar a realidade a se constituir. (Plano de ação para a Formação dos Profissionais multiplicadores)
Objetivos	Promover o processo de capacitação de gestores, técnicos e funcionários efetivos municipais da assistência social, visando o aprimoramento da capacidade gerencial na coordenação e execução da Política Pública de Assistência Social de forma descentralizada e participativa, no Estado do Paraná; Reciclar os conselheiros não governamentais municipais de Assistência Social, visando o aprimoramento de seu papel frente ao S.D.P.AS
Conteúdo Programático	Reforma do Estado e Políticas Públicas; Política de Assistência Social e suas interfaces: Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Política Nacional do Idoso, ECA, Parcerias e Intersetorialidade; Política Pública de Assistência Social, Constituição Federal de 1988, LOAS, Norma Operacional Básica; Financiamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, Critérios de Partilha; Sistema descentralizado e Participativo de Assistência Social nas instâncias: executiva, propositiva, deliberativa e de pactuação, Reordenamento institucional, Papel das três esferas de governo; Modelo de Gestão, Planejamento, Sistema de Avaliação, Redes,

	Destinatários, Cadastro de entidades; Papel dos Conselheiros frente ao SDPAS: democracia e controle social, Conselho de Assistência Social e Espaço Público.
Metodologia	<p>* Constituição da Estrutura de Trabalho;</p> <p>* 1ª fase-Formação dos profissionais multiplicadores (74h.a.) = 60 multiplicadores; através de 4 fases:</p> <p>1ª- 6 hs – nas macro-regionais: seleção dos profissionais/multiplicadores; levantamento de demandas emergentes na atuação dos conselheiros e gestores, material bibliográfico e dos conteúdos abordados no curso de capacitação de 2000 (garantir continuidade do processo);</p> <p>2ª - 24 hs – em Curitiba - realização de palestras, debates, oficinas: instrumentalização teórica dos multiplicadores e subsídio para preparação dos planos de curso das macro-regionais;</p> <p>3ª - 20 hs – nas macro-regiões: Planejamento e organização dos cursos de capacitação em parceria com os Escritórios Regionais da SECR (temas, objetivos, metodologia, avaliação (formativa = sem nota) em consonância com o Documento Normatizador e listagem da bibliografia a ser utilizada;</p> <p>4ª - 24 hs - em Curitiba – módulo conclusivo – apresentação, discussão e aprovação dos planos macro-regionais seguindo os sete temas propostos.</p> <p>* Capacitação dos gestores, técnicos ou funcionários do órgão gestor e conselheiros não-governamentais da AS dos municípios do Paraná: 52 hs (44 hs. gestores e técnicos e 8 hs para conselheiros não-governamentais) a partir do planejamento estratégico da primeira fase. Avaliação pelos cursistas ao final do curso.</p> <p>* Avaliação da equipe durante a execução do programa entre os envolvidos: SECR, PUC, universidades executoras, escritórios regionais.</p>
Carga Horária	1ªetapa – Formação dos profissionais multiplicadores -72 horas 2ª etapa – Capacitação dos gestores, técnicos e conselheiros – 52 horas
Público Alvo	Gestores, técnicos, funcionários e conselheiros de Assistência Social.

Fonte: Documento Normatizador da SECR capacitação 2001/2002 e Relatório Final da Coordenação Estadual – PUC-PR 2002

Quadro 4 - Caracterização do Programa de Capacitação na Área da Infância e Juventude / Assistência Social - PR - 2004¹⁹⁶

Continua...

Elementos	2004
Título	Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência
Propositores	Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDCA – Comissão Estadual de Capacitação.
Coordenação Estadual	Universidade Estadual de Ponta Grossa – Curso de Serviço Social
Executores	UFPR (Coordenadoria de Desenvolvimento Social – Pró-Reitoria de Extensão); UEPG (Departamento de Serviço Social); UEL (Departamento de Serviço Social); UEM (Pró-Reitoria de Recursos Humanos – Serviço Social); UNIOESTE (Dep. Serviço Social); UNICENTRO (Coordenação de Projetos Interinstitucionais COPI).
Recursos	R\$ 2.916.000,00
Abrangência Participantes	399 municípios 2.815 pessoas
Carga Horária	O projeto prevê a realização do Curso através de 07 módulos específicos, correlacionando teoria e prática, com a duração de 296 horas/aula.
Fundamentos	O trabalho educativo que embasa a proposta do curso de capacitação fundamenta-se numa pedagogia participativa e problematizadora, fundamentada na relação dialógica-dialética que é a forma mais adequada de todos aprenderem juntos. Esta pedagogia pressupõe a dinâmica ação-reflexão-ação, ou seja, reconhece e valoriza as tomadas de decisão dos agentes. A Pedagogia Problematizadora aponta como proposta metodológica o conjunto de ações (teórico-práticas) que possibilitem aos agentes o desenvolvimento de suas múltiplas dimensões, ou seja, a dimensão cognitiva (o saber), a dimensão metodológica (o saber fazer), a dimensão ético-profissional (o saber ser), a dimensão afetivo-social (o saber relacionar-se) e a dimensão espiritual (o saber transcender em função do outro).
Objetivos Gerais	Efetivar a implantação e implementação do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, na sua promoção, controle e defesa. Propiciar condições para a criação de políticas públicas intersetoriais e interinstitucionais com centralidade nas demandas familiares, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da população infanto-juvenil. Fortalecer e/ou criar redes sociais de atendimento às famílias e à criança e ao adolescente.
Específicos	Capacitar Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros Tutelares, Conselheiros da Assistência Social, Conselheiros do Idoso, Conselheiros dos Deficientes, técnicos e demais profissionais, em

¹⁹⁶ O programa de capacitação deste ano ocorre de forma a congrega as quatro áreas citadas acima, integrando o Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência, num enfoque intersetorial e em rede. Aspecto assim expresso no Projeto Pedagógico SETP / CEDCA – 2003: “... a complexidade das demandas familiares é necessário articular as diferentes iniciativas governamentais e não-governamentais que buscam atender a necessidade de capacitação de conselheiros e profissionais da área social ...”

	<p>âmbito municipal visando a melhoria da qualidade do atendimento às famílias e às crianças e adolescentes no estado do Paraná.</p> <p>Contribuir com a criação de políticas públicas intersetoriais de qualidade, com enfoque na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como das famílias paranaenses.</p>
Metodologia	<p>A metodologia é, portanto, vivencial (exercício da cidadania), dialógica (construção coletiva), reflexiva (pesquisa e reflexão), proativa (protagonismo) e metacognitiva (pensar e repensar o que sabemos e como sabemos), desenvolvendo competências pessoais e sociais.</p> <p>A Capacitação Permanente está sendo desenvolvida através da integração de todos os segmentos que atuam com famílias e na área da Infância e da Adolescência, na perspectiva de formação de equipes Interdisciplinares e interinstitucionais, visando garantir uma ação permanente de capacitação, que atinja um nível desejável de qualidade nos serviços oferecidos por toda a rede de atendimento instalada no Estado.</p> <p>O curso terá seu início demarcado com uma capacitação de coordenadores regionais, responsáveis pelo acompanhamento da Capacitação nas dezoito regiões do estado. A capacitação será realizada pela Comissão Estadual de Capacitação na cidade de Curitiba.</p>
Conteúdo Programático 7 Módulos:	<p>1º - O Estado Democrático de Direitos e a criação das Políticas Públicas: a dimensão histórica: Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8.069/90. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742/93. Política Nacional do Idoso - Lei 8.842 / 94 e Estatuto do Idoso. Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência - Lei 7.853/ 89.</p> <p>2º - Gestão Social e Rede de proteção social e especial. Planejamento: aspectos teóricos e conceituais. Planejamento na Gestão Pública: aspectos teórico-conceituais. Diagnóstico da realidade social. Oficina de Pesquisa.</p> <p>3º - Oficinas de Conselhos: Oficina de Conselheiros Tutelares.</p> <p>4º- Direito à Vida e à Saúde.</p> <p>5º - Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Relações familiares: As Relações sociais na família. Avaliação e monitoramento da rede de proteção social e especial (criança e adolescente, pessoa portadora de deficiência e pessoa idosa). Oficina prática do SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência: Encerramento do Curso. Apresentação dos diagnósticos pelos municípios e a discussão de estratégias intermunicipais para a solução ou mediação de alguns problemas comuns identificados nas áreas envolvidas na capacitação.</p>
Público Alvo	<p>Ao final doze meses capacitar conselheiros, gestores e profissionais que atuam na área social dos 399 municípios do estado do Paraná, totalizando 2.815 pessoas.</p>

Fonte: Programa de Capacitação Permanente na Área da Infância e Adolescência / Projeto Pedagógico, 2004

3.3.1 Reconstruindo o Objeto: as categorias aproximativas

a) Serviço Social no Paraná: articulação e compromisso através das capacitações.

*“O que a gente tinha em mente era que realmente o processo saísse (...) foi extremamente organizado (...) A **articulação** política forte do grupo, o **compromisso**, o nível do material...” (Pires).*

Partindo inicialmente do processo de proposição e organização das capacitações para conselheiros, gestores e técnicos de assistência social no Paraná, Battini destaca dois níveis de capacitação desenvolvidos:

“... o primeiro era um programa da Secretaria como um todo, fazia parte do Plano Plurianual da Secretaria, mas simultaneamente (...) a gente fazia reuniões nas microrregionais discutindo questões relacionadas ao controle e gestão social., também via processos de formação (...) nós tínhamos uma direção: discutir e debater as expectativas, o perfil e as necessidades locais das regiões e também fazendo as mediações com as determinações da LOAS e do processo sócio-histórico que determinava a sua implantação naquele período..”(Battini).

O esclarecimento inicial reitera uma importante consideração, já destacada nesse capítulo, qual seja, para compreender um processo de capacitação de conselheiros não se pode tomar isoladamente os cursos que o compuseram, mas tomar a somatória de ações e movimentos ocorridos no período. Como também já esclarecido anteriormente, para fins de delimitação de pesquisa, nos centramos nos cursos de capacitação (enquanto programa estadual) a fim de localizar o objeto específico da presente pesquisa.

Quando indagamos às assistentes sociais sobre a sua inserção no processo de capacitação no Estado, foi um destaque nas falas a **articulação dos profissionais** para a efetivação dos programas e não a sua inserção particular no processo.

“... a PUC assumiu em dois momentos: primeiro apenas coordenando a região de Curitiba em 2000 (...) Em 2002 houve continuidade do processo e a gente (o grupo de pesquisa - CIPEC) ficava muito ligada (...). Soubemos que a SECR estava promovendo uma licitação para fazer um novo curso(...) propus para o grupo da PUC entrar em contato com as universidades, para que todas as nossas universidades encaminhassem propostas para o conselho (...) entrei em contato com todas as universidades – Ponta Grossa, Toledo e Londrina e nenhuma tinha disponibilidade para assumir a coordenação desse processo (...) todas se comprometeram em participar (...) a PUC encaminhou o projeto em **parceria com as universidades** para que minimamente a gente mantivesse o nosso esquema descentralizado valorizando a massa crítica que são os professores do Curso de Serviço Social que já desenvolviam ações na área (...) pedi que todas as universidades enviassem um ofício ao conselho dizendo da sua impossibilidade, mas que deveria continuar esse processo de capacitação – e dar o reforço para nós. (...) a outra entidade desistiu da licitação – foi aprovada a proposta da PUC (...) **sempre em articulação** com as outras universidades (...) publicamos as cartilhas em **articulação** com os grupos de intelectuais de cada universidade...” (Battini)

Pires que acompanhou de perto a organização e o desenvolvimento da capacitação de 2002, relata:

*Na primeira capacitação (2000) eu participei foi como palestrante na cidade de Curitiba (...) em 2002 surgiu uma licitação para participar de um processo de capacitação para conselheiros, só que agora era para um processo estadual. (...) Fizemos uma parceria com o CIPEC no qual participa a professora Odária (...) que fazia a parte técnica (...) e eu na parte administrativa pela PUC (...) Neste íterim houve uma **articulação** entre as pessoas que já estiveram envolvidas no primeiro processo em cada macro região, e neste contato ficou mais ou menos acordado, porque os **grupos tinham vínculos** com as universidades estaduais, não exclusivamente das universidades, eram grupos de profissionais que tinham interesse que este processo respondesse a um projeto societário mais amplo e que não fosse simplesmente uma capacitação técnica. Então esse grupo se articulou – Londrina, Ponta Grossa, Toledo, Maringá, Cascavel e Curitiba - e decidi que Curitiba ia fazer a proposta (a PUC) e que eles se engajariam na nossa proposta (...) A proposta da capacitação partiu da assessoria técnica da SECR aprovada pelo CEAS (...) os multiplicadores já tinham experiência na área da capacitação e um conhecimento teórico abrangente (...) O que a gente tinha em mente era que realmente o processo saísse (...) tivéssemos pouquíssimos problemas (...) foi extremamente organizado (...) A **articulação** política forte do grupo, o **compromisso**, o nível do material, foi maravilhoso (Pires)*

Quando Pires refere-se a possibilidade da licitação estadual para a execução dos programas ter sido ganha por uma ONG ou até mesmo de ter sido aberta para

os escritórios regionais da SECR, aponta como uma “ ... *questão política, um elemento interno,*” pois ambos “... *não tinham tanto poder de organização, articulação*” como as Universidades / Cursos de Serviço Social.

Um dos primeiros indicadores que configura a prática do Serviço Social na proposição e execução das capacitações no Paraná refere-se a **articulação dos profissionais**. Podemos inferir que o destaque é determinado pelo processo vivido pelos profissionais na década de 90 quando da implantação e implementação da LOAS no Estado, no qual esses mesmos profissionais foram protagonistas que já haviam experienciado um trabalho articulado entre as universidades / Cursos de Serviço Social, órgãos de classe, organizações-governamentais e não governamentais, como podemos verificar nesta passagem de Battini quando relata a articulação ocorrida nos anos 90.

*“As universidades públicas, especialmente capitaneadas pelos Cursos de Serviço Social (...) **articuladas** àqueles profissionais dos escritórios regionais e das prefeituras que se comprometiam com a nova concepção da Assistência Social, tiveram forte influência, movimentando os fóruns microrregionais (...) se inscreviam (...) Nesse processo, esse grupo, associado às forças em presença, vem contribuindo para a sustentação do debate no Estado, mas necessariamente, **articulado** com outros pesquisadores das universidades (...) a gente **articulou** isso.” (Battini)*

A partir dos quatro últimos depoimentos podemos considerar que o grupo de profissionais que coordenou e executou os programas de capacitação tinha a intenção de manter um padrão ou esquema de trabalho, já desenvolvido no Estado desde os anos 90, no sentido de dar continuidade a uma perspectiva de Assistência Social que estava sendo construída junto aos municípios. Encontraram estrategicamente na articulação entre os profissionais envolvidos o caminho para tanto. Mesmo diante de algumas adversidades políticas com o então órgão gestor estadual (conforme já explicitado por Battini), os assistentes sociais garantiram a execução dos programas a partir da articulação estabelecida em nível estadual. A transposição de práticas fragmentadas passa necessariamente pela articulação das forças dispersas, aqui em especial, os profissionais de Serviço Social, através da proposição e organização de um programa de capacitação, contrapôs-se às marcas do individualismo presente em muitas práticas sociais tradicionais.

Além do determinante histórico, de manter a articulação entre os sujeitos estaduais envolvidos com a implantação da LOAS no Estado, que se estende aos programas de capacitação, a articulação dos profissionais é reflexo de um dos deveres do Assistente Social: “o **compromisso** com a qualidade dos serviços prestados na **articulação** com outros profissionais e trabalhadores.” (IAMAMOTO, 2001, p.23) (grifo nosso)¹⁹⁷. A explicitação desse dever profissional concretizado na prática das assistentes sociais, segundo seus depoimentos, nos remete às novas configurações da profissão que mesmo diante das particularidades do momento histórico da chamada pós-modernidade - que preconiza a fragmentação e individualização de ações e práticas - tem empreendido esforços para mostrar outra perspectiva de prática. O princípio de trabalho articulado entre profissionais “... indicam um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução (...) pela construção de uma nova ordem societária...” (IAMAMOTO, 2001, p. 21). Especificamente nas capacitações investigadas, esse aspecto é demonstrado pelos profissionais “... *mostrar que não é cada um puxar para o seu segmento, que a realidade não é, ou não deve ser fragmentada*” (Wambier) Ou nas palavras de Lavoratti: “... *a gente procurou organizar todas as capacitações para potencializar o processo de trabalho coletivo nos municípios (...) de articulação dos conselhos.*”

Observamos que a categoria articulação se materializa numa prática diferenciada e que emerge em duas dimensões: primeira, a articulação dos profissionais em propor, organizar e executar os programas. E a segunda, na articulação entre os conselhos e conteúdos trabalhados para atender uma perspectiva de intersetorialidade das políticas sociais imprimida nas capacitações.

Nesse último sentido, Lavoratti relata sua experiência junto às capacitações na área da infância e adolescência e da articulação entre os conselhos estaduais da criança, da assistência, do idoso e da pessoa portadora de necessidades especiais, oportunizada, depois de muitas discussões e debates, pela mediação em nível estadual, em especial, do Serviço Social, para a realização da capacitação em 2004.

¹⁹⁷ IAMAMOTO (2002), esclarece que o Código de Ética de 1993 “...dispõe de um caráter de obrigatoriedade, ao estabelecer direitos e deveres do assistente social segundo *princípios e valores humanistas, guias para o exercício cotidiano.*” (p.21) Entre esses princípios está a articulação com outros profissionais e trabalhadores, o que podemos observar como um princípio presente na prática investigada.

“É um processo de amadurecimento para a gente poder pensar essa intersetorialidade e articulação dos conselhos (...) articulação das capacitações a partir de 2004 (...) Foi essa articulação que acabou me inserindo como profissional e inserindo a capacitação da assistência social junto à da área da criança e adolescente, e, além disso, incluindo outros conselhos: do idoso e da pessoa portadora de deficiência.”

E ainda comenta sobre a presença do Serviço Social no Estado “... é fundamental, não só na articulação estadual e na proposição, mas nos conteúdos, se fez presente (...) na maioria das entidades executoras do programa (2004) (...) é importante para pensarmos o papel da profissão no Estado (...) tomou uma dimensão construindo espaços.”

Resguardando as devidas proporções da análise gramsciana sobre o papel dos intelectuais na organização da cultura italiana, no início do século XIX¹⁹⁸, podemos aproximar essa referência ao papel representativo que os assistentes sociais (intelectuais) entrevistados possuem em nível estadual. Além de serem profissionais qualificados, estão vinculados às unidades de ensino de Serviço Social estrategicamente localizadas em macro regiões do Estado (conforme pode se observar no mapa a seguir), acabam construindo espaços para multiplicar – através das capacitações – uma visão de mundo e de assistência social, segundo a perspectiva de sua profissão, que por sua vez, tem coordenado a implantação e implementação da LOAS no Paraná.¹⁹⁹

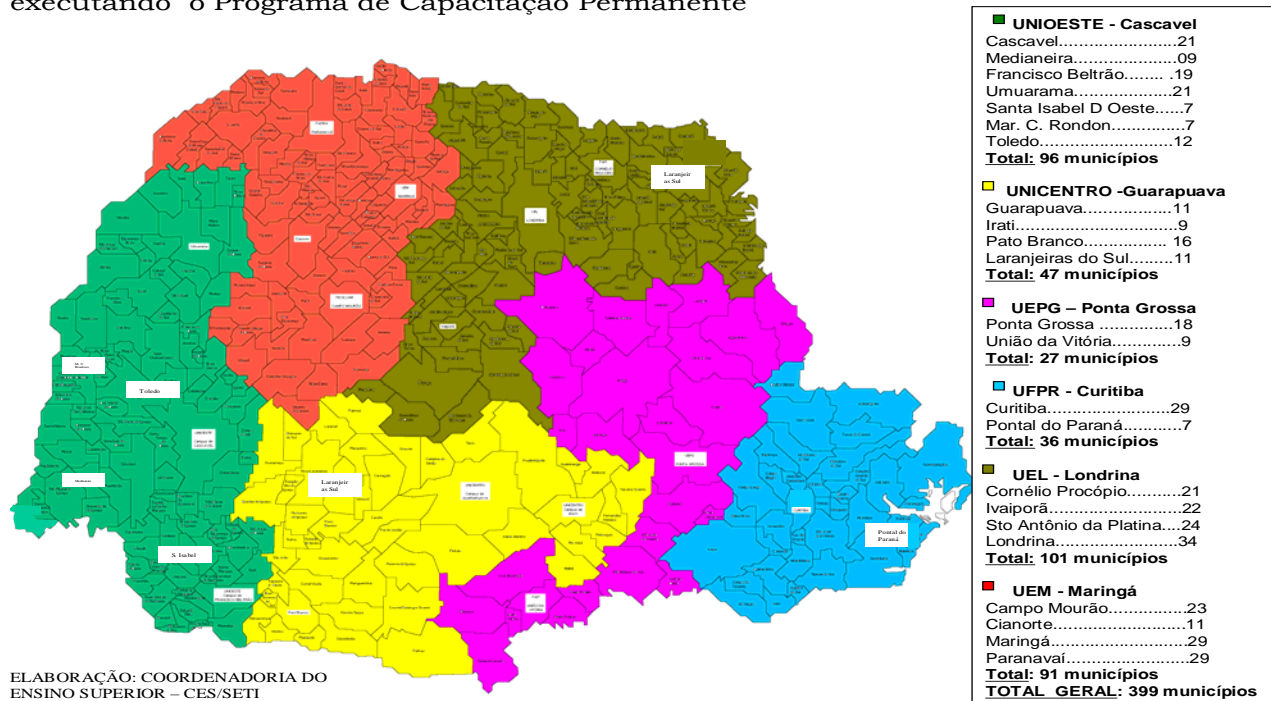
¹⁹⁸ GRAMSCI na obra “A Questão Meridional” discute a função dos intelectuais tradicionais e orgânicos na luta de classes da Itália: “Por sua própria natureza e função histórica, os intelectuais se desenvolvem lentamente do que qualquer outro grupo social. Eles representam toda a tradição cultural de um povo (...) e isto deve ser dito especialmente do velho tipo de intelectual (...) Ora, a nós interessam os intelectuais como massa, e não apenas como indivíduos. É sem dúvida importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais (...) tornem-se e sintam-se parte integrante dele. O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, não tem e nem pode formar um estrato próprio de intelectual, a não ser muito lentamente, muito arduamente e apenas depois da conquista do poder estatal.” (1987, p. 164)

¹⁹⁹ Conforme já esclarecido no início desse capítulo.

Mapa do Estado do Paraná

Regionais de Execução do Programa de Capacitação Permanente - 2004

Áreas de Abrangência das Instituições Públicas de Ensino Superior do Paraná, que estão executando o Programa de Capacitação Permanente



São posições geográficas estratégicas que abrangem o Estado todo, e se não houver “articulação” entre essas posições, a perspectiva de totalidade e do objetivo geral do programa podem se perder, tanto em termos de abrangência como de conteúdo. Aspecto considerado como positivo no Relatório Final da Capacitação de 2002: “ o treinamento e a formação dos multiplicadores (...) e as discussões ocorridas, contribuindo para que os cursos tivessem uma unidade temática e metodológica (respeitadas as particularidades de cada região).”

Além da posição geográfica, há a posição no sentido gramsciano de “guerra de posição”, de ocupação de posições e de difusão de uma perspectiva ideo-política. A articulação estadual entre as universidades²⁰⁰ para a execução do programa fez avançar posições, expressas pela ação, propagação e o debate articulado de

²⁰⁰ Cabe ressaltar, que a prática desenvolvida nas capacitações também oportuniza que a universidade cumpra com seu papel de inserção social e de socialização do conhecimento em diferentes instâncias da sociedade.

determinadas concepções. A ocupação dessas posições, num tempo prolongado, travada num espaço geográfico e social amplo e heterogêneo – entre avanços e recuos – traz ao cenário estadual a presença e a posição de uma determinada profissão que imprime uma direção social à assistência social, que pode ser ocupada, em nome da “democracia moderna” por qualquer outro segmento e / ou perspectiva que se faça presente. GRAMSCI (1989), esclarece que o “... elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e antecipadamente predisposta, que se pode fazer avançar quando se manifestar uma situação favorável (...) Para isso a tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento, da unidade compacta e consciente de si mesma, desta força.” (p.54)

Nessa direção, o momento conjuntural, pós-LOAS - 1993, favoreceu significativamente a ocupação articulada de espaços pelos profissionais, isto é, houve uma base legal que legitimou o processo desenvolvido, assim como os profissionais coordenadores dos programas estavam fortalecidos para empreender a movimentação em nível estadual. Sem o respaldo legal e sem a formação dos profissionais, certamente seria mais difícil empreender essa prática.

Através da “guerra de posição”, articulando posições, perspectivas e alianças entre seus pares, o Serviço Social pôde se contrapor ideológica e praticamente à concepção de Assistência Social tradicional (que na prática social ainda é dominante): as posições assumidas como “trincheiras e fortificações,” edificadas através de batalhas menores, numa laboriosa gestação, concorrem com avanços ou retrocessos, como pressupõe uma guerra.

A articulação entre os profissionais para a organização e execução do programa de capacitação, marca estrategicamente uma posição política e social no Estado: *“Como a gente tinha **contato permanente** (...) inserida no processo, as situações, os acontecimentos vão acontecendo, vão emergindo e você vai se inscrevendo neles (...) a gente conversava muito estabelecendo estratégias e táticas no sentido que esse grupo de assistentes sociais coordenadores, (...) já vinha com os consensos costurados (...), a gente tinha essa **articulação permanente**.” (Battini)*

Nas páginas anteriores, Pires nos fala do **compromisso** dos profissionais na organização do programa para que não “...fosse simplesmente uma capacitação

*técnica, mas que respondesse a um projeto societário mais amplo.” Esse **compromisso** com um projeto societário mais amplo e a **articulação** dos profissionais, oportunizou a construção coletiva e autônoma dos procedimentos metodológicos e das diretrizes pedagógicas, respeitando a capacidade de produção dos profissionais envolvidos e a necessidade de se ter um eixo comum para a ação em nível estadual. Essa é uma característica especial das capacitações de 2002 e de 2004.*

Apesar de se tratar de programas governamentais, as capacitações foram orientadas por documentos normatizadores do órgão gestor estadual, mas que oportunizaram a **autonomia** no desdobramento da programação básica e dos procedimentos adotados, como pode se constatar nos depoimentos:

*“Demos um rol de assuntos e as Universidades tinham **autonomia** para propor e trabalhar.” (Malzoni)*

*“... as diretrizes pedagógicas a gente **organizou junto**, com grupos separados e depois apresentamos em plenário. Foi retirado um documento final com as mesmas diretrizes pedagógicas para as universidades, os objetivos eram os mesmos (...) daí se acrescentou alguma coisa de específico (...) A partir desta discussão, nas próprias universidades montamos o conteúdo das disciplinas: **todo mundo sentou junto**, desde o tema Reforma do Estado (...) até a última disciplina.” (Wambier)*

*“Tivemos ampla possibilidade de participação, **de autonomia**, dos conteúdos. Embora sempre havia um controle rígido da secretaria sobre o que a gente ia falar. (...) No espaço da sala de aula todos participavam, conselheiros, gestores, funcionários debatiam...” (Battini)²⁰¹*

²⁰¹ Durante os depoimentos dos profissionais apareceram situações que demonstraram a tentativa de intervenção do órgão gestor estadual no ano de 2002, como por exemplo, a exclusão de alguns monitores (assistentes sociais) com posição política partidária de esquerda. O órgão entendia que os mesmos tomariam partido durante a capacitação: “... a SECR nos pediu os currículos dos multiplicadores em que constasse a experiência pedagógica, como uma forma de cortar alguns elementos que estavam vinculados às prefeituras municipais que estavam na capacitação e que tinham vinculação com partidos de esquerda, isso ficou claro para nós (...) discuti com o grupo – e achei que não era correto se nós éramos responsáveis pela capacitação, nós tínhamos que ter um certo poder de decisão e a gente confiava na equipe que estava sendo montada, sem contar que estaria ferindo aquilo que havíamos combinado. As pessoas já tinham vindo para a primeira etapa da capacitação, já estavam capacitados – a idéia era manter aqueles que já estavam cadastrados como multiplicadores. E também porque a gente não tinha como dizer para as pessoas que seriam cortadas. Entendemos que o pedido do currículo era exigência deles, mas que qualquer indicação de corte deveria vir da secretaria com a sua justificativa (...) estávamos em vias de até cortar o convênio (...) Bom, eles aceitaram depois uma certa relutância – ressaltaram que não podia ter ingerência político partidária...” (Pires) Ainda informa que “...sempre tinha que ter a presença da assessoria técnica da Secretaria (...) tinha o lado do controle (...) ocorreu durante as palestras, o debate...” Porém, segundo o depoimento dessa coordenadora, isso não interferiu na prática junto aos conselheiros, mas demonstra práticas de controle do órgão gestor na execução das atividades. Também Battini, por vezes, manifestou as posições políticas contrárias que marcaram as capacitações no Estado do Paraná – conforme vimos no início deste capítulo, mas não vamos nos ater aos

Segundo IAMAMOTO (2001), o Serviço Social sendo uma profissão liberal, o seu estatuto ético e legal atribui uma autonomia teórica, técnica e ética na condução do exercício profissional, a qual, por sua vez, é determinada pela sua inserção na divisão sócio – técnica do trabalho e pelo seu caráter de profissão assalariada.

Há uma discussão histórica sobre a autonomia do trabalho do Assistente Social,²⁰² justamente pela sua dependência a um conjunto de determinantes sócio-históricos que incidem na concretização de sua prática profissional. Essa situação não poderia ser diferente, pois estamos situados numa sociedade plena de contradições, as quais o Serviço Social tem como objeto de intervenção, ou mais especificamente, a contraditória Questão Social que é a expressão objetiva e subjetiva das contradições sócio-históricas desta sociedade, que atingem diretamente as classes subalternas.

Sobre as determinações do trabalho dos intelectuais relembramos Gramsci quando afirma que a relação entre intelectuais e o mundo da produção é “... mediatizada em diversos graus (...) pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os funcionários...” (GRAMSCI, 2001, Vol.II, p.21). Desta forma, na pesquisa em questão, há que se destacar que os assistentes sociais executores da prática das capacitações são funcionários diretos (Universidades e Secretaria) e/ou contratados pelo Estado para desenvolver os programas junto à segmentos populares. Através deste detalhe lembramos de COUTINHO (1992), quando analisa a concepção de Estado ampliado em Gramsci, no qual há, de um lado, possibilidades de abertura, de ampliação, pela via da democracia moderna, para a socialização da política e a ocupação de posições, mas de outro cerceia a apropriação não social dos mecanismos de governo pela classe subalterna. Nesse movimento contraditório, podem avançar perspectivas emancipatórias no interior do próprio Estado, como conquistas sociais, que o mesmo não poderá deixar de permitir que existam devido à necessidade de legitimação e de

embates políticos travados neste sentido, mas compreender que a prática profissional em questão não foi e não é imune às intempéries governamentais e a luta por espaços e poder que ocorre em nível estadual. Pelo contrário, o Serviço Social pôde construir um espaço próprio, como por exemplo, a articulação para execução das capacitações no Estado.

²⁰² Temos como exemplo autores que discutem essa temática na profissão: IAMAMOTO (2001); e BARROCO (2003) quando analisa a natureza da ética profissional como algo que não é estático “...suas transformações, porém só podem ser avaliadas nessa dinâmica, ou seja, em sua relativa autonomia em face às condições objetivas que constituem as referências ético-morais da sociedade e rebatem na profissão de modos específicos.” (p.69)

manutenção de sua hegemonia. Assim a presença dos assistentes sociais no interior do Estado, propagando perspectivas críticas sobre políticas públicas, faz desse espaço um espaço ampliado para a proposição e organização de programas sociais que correspondam às perspectivas populares.

Segundo Gramsci, para se identificar a organicidade²⁰³ dos intelectuais, devemos identificar a serviço de qual grupo social está vinculado e que tipo de prática desenvolve. Apesar de não ser uma análise simples de ser feita, em termos gerais: se tende para a manutenção da condição hegemônica, ou, se tende para a transformação dessa condição.²⁰⁴ Questão que será trabalhada mais adiante, quando da análise específica da prática desenvolvida pelo Serviço Social nas capacitações.

Ainda discutindo a categoria autonomia, podemos, numa visão de síntese, finalizar a análise desse item – proposição e organização dos programas - afirmando que o nível da autonomia dos profissionais nessa experiência é diferenciado de algumas dimensões da prática profissional, pois as assistentes sociais puderam autonomamente organizar teórico-metodologicamente a ação de capacitação junto aos conselheiros. Certamente, delineada pelos determinantes conjunturais e políticos e governamentais dos períodos em questão, assim como pelos prazos, recursos e diretrizes estaduais, carga horária e demais elementos constantes nos documentos normatizadores das capacitações (conforme Quadros 2, 3 e 4). Nesse processo, se agrega a expressão relativa à autonomia dos profissionais de Serviço Social, ou melhor, dizendo nas palavras de IAMAMOTO (2002): “Ainda que dispondo de uma relativa autonomia técnico-profissional e ética na condução de seu trabalho no âmbito de organismos institucionais públicos e privados – empresariais ou não, eles também estabelecem metas a atingir, detêm o poder para normatizar as

²⁰³ Organicidade é uma categoria que nos remete diretamente ao pensamento gramsciano, mais especificamente ao tema da função dos intelectuais na organização da cultura. “Mas ‘orgânico’ para Gramsci, acima de tudo, se opõe a ‘desagregado’ e ‘ocasional’, que é a condição na qual as classes dominantes preferem deixar a maioria da população. A construção de uma nova sociedade pelas classes subalternas passa necessariamente pela articulação das forças dispersas (...) A organicidade que Gramsci defende se prende à necessidade de compor membros da sociedade relegados à mera condição de subsistência, desligados do sentido de conjunto e privados de seus direitos econômicos, sociais e políticos.” (SEMERARO, 2001, p.225)

²⁰⁴ Essa não é uma análise simples de ser feita, pois como já vimos, muitas determinações estão presentes na prática do Assistente Social. IAMAMOTO (2000) coloca algumas questões para polemizar o debate: Como o Serviço Social contribui no processo de produção ou reprodução da vida social, como participa do processo de produção do valor e da mais-valia e/ou de sua distribuição social? (p.57 – 71)

atribuições e competências específicas requeridas de seus funcionários, definem as relações de trabalho e as condições de sua realização...”(p24)

Nas capacitações investigadas, essa relatividade se mostrou a favor dos profissionais, conforme podemos observar nesta síntese:

- em 2000, sob a coordenação estadual da equipe técnica da então SECR, cada universidade / curso estruturou individualmente sua proposta. O que foi avaliado posteriormente como inadequado pois não houve uma *condução estadual comum* nas universidades “*Demos liberdade para as universidades formularem as suas propostas, e aí ficou muito complicado porque não tínhamos instrumento para medir (...) erramos em não ter dado uma direção maior, um instrumento para avaliação (...) não conseguimos mensurar o alcance...*” (Malzoni) O processo ficou solto em termos de definição de um eixo comum ao Estado, mas as universidades / profissionais tiveram autonomia para executar o programa na sua região;
- em 2002, sob a coordenação estadual da PUC / Curso de Serviço Social – “*tinha uma equipe de monitoramento, perfil dos contratados, treinamento para os monitores. Com a experiência pudemos avançar tudo isso.*” (Malzoni). Houve uma capacitação prévia aos monitores seguindo a metodologia da pesquisa-ação o que resultou a organização coletiva e autônoma pelos assistentes sociais dos procedimentos teórico-metodológicos, conforme pudemos constatar anteriormente nas falas sobre a autonomia do exercício profissional que consideramos ter sido concretizada nesse ano;
- em 2004, sob a coordenação estadual da UEPG / Curso de Serviço Social, a organização dos conteúdos, procedimentos e eixos da capacitação já vinham sendo construídos ao longo dos anos de execução das capacitações na área da criança e adolescente, inclusive com o acréscimo das sugestões dos participantes conforme as avaliações dos anos anteriores. A coordenadora é enfática quando diz que foi uma construção coletiva e autônoma de muitos sujeitos estaduais, coordenados pela Comissão de Capacitação do CEDCA. E, na fase de 2004, quando se

agrega a assistência social nessa edição, houve um intenso trabalho, por meio de reuniões entre as assistentes sociais das universidades envolvidas para a formulação dos conteúdos e procedimentos respaldados nas diretrizes pedagógicas da capacitação.

Podemos observar que nas três edições do programa, o Serviço Social articulado em nível estadual²⁰⁵, mas não exclusivamente, teve autonomia para propor e organizar o programa, através da qual materializou um compromisso profissional com um *projeto societário mais amplo*, expresso no planejamento, na proposição dos conteúdos e na relação estabelecida com os conselheiros: “*No espaço da sala de aula todos participavam, conselheiros, gestores, funcionários...*” Na expressão de uma singularidade – de uma prática profissional local e temporalmente demarcada – encontramos novamente o argumento pela defesa do projeto Iluminista e a necessidade de sua vigência na contemporaneidade, no que se refere a centralidade da autonomia como um valor exercitado na definição da direção política da prática desenvolvida, o que abre perspectivas diferentes do que aquelas que resultam de programas e / ou projetos que devem ser executados formalmente, como previstos pelas organizações contratantes. “*Tivemos ampla possibilidade de participação, de autonomia nos conteúdos...*”

²⁰⁵ A questão da articulação da profissão entre seus integrantes; com outros profissionais e organizações tem ganhado espaço no cenário nacional e até internacional conforme sistematizado no artigo Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político – ABEPSS, na Revista Serviço Social e Sociedade nº 79 – o que demonstra a atualidade e a pertinência do debate no contexto contemporâneo da profissão.

b) Fundamentos e Valores Modernos.

“Os valores defendidos pelo Serviço Social vão ao encontro dos valores propostos pela Capacitação (...) muitos valores vão falar da ampliação da democracia, da participação popular, do resgate da cidadania, do respeito à diversidade cultural, o reconhecimento da liberdade do sujeito (...) a profissão pode estar influenciando o Estado inteiro com os valores que ela difunde.”(Lavoratti)

Entre as marcas que caracterizam uma prática profissional estão os fundamentos e valores veiculados e expressos pela mesma, ou seja, é na prática que o profissional demonstra a sua teleologia, sua organicidade e vinculação a projetos coletivos e societários mais amplos²⁰⁶. Com esse pressuposto relembramos MARX (1979), quando diz que o homem conhece o mundo através da sua prática e que a teoria (aqui considerada como os valores e fundamentos da prática) não transforma o mundo real, somente quando esta penetra na consciência dos homens e torna-se prática é que ocorre a práxis. Não é a atividade de contemplação que transforma o mundo, mas o homem enquanto ser social que se objetiva pela prática conjunta com outros homens.

Os fundamentos e valores presentes na prática investigada são um indicador para a análise de sua potencialidade emancipatória, pois teoria e prática constituem-se num só fenômeno. No transcorrer do capítulo, poderemos investigar se os

²⁰⁶ NETTO faz uma distinção entre projetos coletivos e societários: Projetos societários são aqueles “... que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. Só eles apresentam esta característica; os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais) não têm este nível de abrangência e inclusividade.” Nos projetos coletivos estão incluídos os projetos das categorias profissionais que “... apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegemos valores que legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre elas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (1999, p. 94 – 95)

valores propostos foram colocados em prática no sentido de corresponder ao pressuposto marxista citado.

- Valores que orientam a prática do Serviço Social nas capacitações:

Observando os quadros das três edições das capacitações verificamos que estão evidentes os valores oriundos da concepção de Assistência Social pós LOAS: democratização, descentralização, participação. A presença desses valores é claramente entendida devido ser a área afeta à capacitação. Esta constatação não representa nenhuma novidade, porém uma capacitação na área de Assistência Social pode expressar teoricamente esses valores e não concretizá-los na ação desenvolvida junto aos conselheiros, reproduzindo assim, esquemas conservadores de trabalho social.

Nesse sentido Battini alerta que “... ao mesmo tempo que o processo de capacitação é um processo único (no sentido de valor), ele pode ser um processo de reprodução; depende da posição de quem assume e toca...”

Quadro 5 – Síntese dos Fundamentos e Valores das Capacitações

Ano	Valores / Fundamentos / Objetivos
2000	O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social. Entendendo-se a formação como um processo contínuo , do qual os Conselheiros possam adquirir habilidades que contribuam com a sua prática, e tenham oportunidade de, no decorrer de seu mandato, refletir sobre as várias dimensões de seu papel e sobre sua atuação nos Conselhos como instrumento de democratização e descentralização das políticas públicas .
2002	Além dos valores da participação, descentralização e a concepção de formação continuada , traz a referência a categoria práxis e planejamento estratégico participativo com vistas à intervenção / prática transformadora – a necessidade de conhecimento crítico da realidade para “ajudar a realidade a se constituir”= teoria acoplada à prática.
2004	Os valores do trabalho educativo fundamentam-se na pedagogia participativa e problematizadora. Relação dialógica – dialética no sentido de aprender juntos – ação-reflexão-ação qualificada . Dimensão cognitiva e dimensão metodológica.

Fonte: Quadros 2, 3 e 4 caracterização das capacitações no Estado do Paraná

Pesquisando nos documentos orientadores e relatórios dos programas, extraímos os fundamentos, os valores e os objetivos e percebemos que há um eixo comum entre os elementos constitutivos: a necessidade de **conhecimento crítico para uma ação qualificada** – num **processo de formação contínuo**.²⁰⁷

Esse eixo é composto também pelos valores / categorias comuns no período em questão: observamos no Quadro 5 que a **participação** vincula-se diretamente a **padrões democráticos** de gestão da Assistência Social e a **valorização das práticas dos conselheiros** a qual precisa ser qualificada – pelo **conhecimento crítico** da realidade, numa perspectiva dialética - para poder contribuir na reconstituição da lógica que a movimenta. As categorias aparecem com mais destaque nas edições de 2002 e 2004 quando a coordenação estadual era de responsabilidade das Universidades do Estado / Cursos de Serviço Social.

Buscando também nas falas dos assistentes sociais os valores orientadores da prática profissional nas capacitações, todas vinculam os valores ao **projeto ético-político da profissão**, antes mesmo de especificar quais são esses valores:

*“... os assistentes sociais que capitanearam esse processo comungam do mesmo **projeto ético-político** e defendem o mesmo projeto de sociedade. Isso nos favorece de forma bastante significativa (...) isso se evidencia no processo das capacitações. Os valores, os princípios universais que pavimentam o nosso projeto ético-político profissional, também pavimentam o desenho do nosso trabalho.” (Battini)*

*“... a proposta de capacitação tem tudo a ver com os princípios fundamentais que **orientam o projeto ético político da profissão**. Então, quando você fala em ampliar a cidadania dos usuários, da liberdade como direito fundamental, o respeito à pluralidade – todos esses aspectos estão presentes no processo de capacitação.”(Lavoratti)*

*“Nós fizemos questão de que fossem as Universidades e o Serviço Social (cursos) estar desencadeando o processo, justamente por causa destes fundamentos (democracia, cidadania, participação, liberdade de expressão, igualdade) que precisam estar presentes (...)se expressam no conteúdo na prática transformadora (...) tudo se fundamentava nesse processo (...) **tudo isso bate com o que a gente pensa enquanto profissional ...**” (Malzoni)*

²⁰⁷ Inclusive no título do programa de 2004 aparece a palavra permanente, por se caracterizar como a quarta etapa da capacitação na área da criança e adolescente (essa etapa engloba outras áreas: da assistência social, do idoso e da pessoa portadora de necessidades especiais).

*“... porque a maioria eram assistentes sociais, o que garantiu essa direção (...) é uma **forma de pensar da profissão.**” (Wambier)*

*“... na grande maioria eram assistentes sociais (...) que encabeçaram o projeto e articularam. Foram os assistentes sociais que tinham compromisso com o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social – queriam viabilizar essa participação, o controle social e capacitar os conselheiros, os técnicos, os funcionários para operacionalizar o sistema e todo seu potencial ético-político (...) foi dado um trato político exatamente para a operacionalização da política – é realmente uma questão de opção preferencial (...) nós tínhamos **uma direção política** clara dando este sentido ...” (Pires)*

As expressões *“tudo isso bate com o que a gente pensa”, “é uma forma de pensar da profissão”, “tínhamos uma direção política clara dando esse sentido”,* se aproximam da expressão *“projeto ético-político”* devido o conteúdo desse último versar sobre a forma de pensar, a direção política, os fundamentos que configuram a profissão.

É bastante conhecido o fato de que o Serviço Social durante o seu desenvolvimento histórico, nem sempre esteve vinculado a projetos sociais emancipatórios. Em especial na sua origem e no período anterior a sua reconceituação, nos quais a fundamentação teórico-filosófico e política esteve vinculada a vertentes conservadoras e / ou neo-conservadoras²⁰⁸ - que negam a razão, a democracia, a liberdade.

A partir dos anos 80 a reconstrução do projeto ético político pela categoria foi sendo demarcada por um conjunto de determinações sócio-históricas²⁰⁹ que compuseram uma nova face da profissão que se centra no compromisso com as classes subalternas e com valores emancipatórios. Nos anos 90, ideológica e

²⁰⁸ Sobre a temática consultar, em especial: Conservadorismo e Serviço Social consultar IAMAMOTO (1990) (1994); NETTO (1996) e BARROCO (2003) que sintetiza: “A presença do conservadorismo moral, no contexto de origem do Serviço Social, é evidenciada: na formação profissional, no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das idéias positivistas. A vivência cotidiana, orientada por seus pressupostos valorativos, tende a reproduzir a alienação moral (...) a repetição acrítica dos valores, a assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, o pensamento ultrageneralizador, o preconceito, o conformismo, a discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como ‘corretos’.” (p.74)

²⁰⁹ É bastante conhecido o conjunto de determinações sócio-históricas que contribuíram na configuração da nova face do Serviço Social: amplo movimento da sociedade civil / movimentos sociais / mobilizações diante da crise da ditadura e a luta pela democratização no país, a presença marcante de sujeitos sociais coletivos pela instituição da Carta Constitucional de 1988, entre outros, forneceram as bases para a categoria se engajar nessa movimentação social e romper oficialmente com o tradicionalismo presente na profissão.

politicamente é clara a posição e a definição de seu projeto profissional como verificado no depoimento de Pires quanto a essa posição: “... *foi dado um trato político exatamente para a operacionalização da política – é realmente uma questão de opção preferencial...*” Porém, em termos gerais, muitos desafios se colocam para sua concretização diante do agravamento do quadro conjuntural contemporâneo (o qual já pudemos discutir no Capítulo I).²¹⁰

O projeto ético-político que as assistentes sociais se referem tem como raiz o processo de recusa e crítica ao conservadorismo profissional (NETTO,1999) e a racionalidade formal que cerceiam processos emancipatórios mais amplos: “... *nós tínhamos uma direção política clara dando este sentido,esse significado participativo do processo (...) que não fosse numa visão formalista ...*”(Pires)

As falas das assistentes sociais entrevistadas nos permitem afirmar que são profissionais representativos da nova face do Serviço Social – que tem em seu projeto ético político as balizas para desenvolver a sua prática. “*Os valores, os princípios universais que pavimentam o nosso projeto ético político profissional também pavimentam o desenho do nosso trabalho.*” (Battini) Esse indicador já nos respalda para afirmar que são profissionais qualificados – em diferentes níveis de graduação e talvez de compromisso ético-político com sua profissão – para empreender práticas emancipatórias junto aos segmentos populares.

O Serviço Social contemporâneo²¹¹ possui fundamentos que o qualificam e o diferenciam da prática de reprodução das relações sociais dominantes ainda comum no seio da profissão e da sociedade, buscando alternativas e possibilidades para um trabalho teleologicamente articulado à novos projetos societários²¹².

²¹⁰ IAMAMOTO (2000), diz que o atual quadro sócio-histórico não se reduz a apenas um pano de fundo, mas atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional afetando as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.

²¹¹ “Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua auto-qualificação na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio do Novo Código de Ética do assistente social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário, na área. Mas houve também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica (...) uma categoria que também é pesquisadora (...) um amplo debate em torno das políticas públicas (...) contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-reconhecimento.” (IAMAMOTO, 2000, p.51)

²¹² Sobre os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade consultar YAZBEK (2000) In Capacitação em Serviço Social e política social Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 2000.

A expressão da maturidade e da qualificação que o Serviço Social construiu nas duas últimas décadas é percebido pelos profissionais quando relacionam esse diferencial aos fundamentos do Serviço Social :

“Foi interessante que apareceu na avaliação: a Universidade que não tinha o Curso de Serviço Social (...) o retorno não foi com toda essa qualificação, não foi com todo esse investimento. Não houve a preocupação com todos os fundamentos que eram essenciais, que dariam a especificidade, que marcariam a diferença. Então nós tivemos como comprovar a diferença das práticas quando não foi coordenado pelo Serviço Social.” (Malzoni)

Com base nas argumentações dos assistentes sociais reiteramos o entendimento de que a “... ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da *finalidade* que se quer alcançar, com a invocação dos *valores* que a legitimam e a escolha dos meios para atingi-la.” (NETTO, 1999, p.93)²¹³

A partir desse esclarecimento procuramos saber junto aos assistentes sociais quais os valores que orientam as suas práticas no sentido de identificar qual a *finalidade* das mesmas:

“... as categorias totalidade, contradição (...) pluralidade de idéias (...) essas categorias se expressam desde o programa (...) nas diretrizes (...) nos objetivos de cada disciplina (...) na articulação dos conteúdos e nos conteúdos (...) um eixo comum para o Estado todo (...) (Wambier)

*“... nesta perspectiva de ruptura, mas fundamentalmente na busca da emancipação, da **democracia**, da equidade, em diminuir a desigualdade social, esses **valores** têm que estar presentes na capacitação. (...) pelo **princípio democrático**, de participação (...) o pluralismo com (...) a expressão de diversidades. (Battini)*

*“Os valores defendidos pelo Serviço Social vão ao encontro dos valores propostos pela Capacitação. Eles comungam, são muitos articulados, muitos valores vão falar da ampliação da **democracia**, da participação*

²¹³ Certamente NETTO fundamenta-se em MARX sobre a produção do trabalho humano: “Pressupomos o trabalho sobre a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes a do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador (...) E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso de trabalho.” (MARX, 1988, p.202)

popular, do resgate da cidadania, do respeito à diversidade cultural, o reconhecimento da liberdade do sujeito” (Lavoratti).

Nos depoimentos podemos extrair inicialmente as categorias de valores, típicos do pensamento crítico-moderno, enunciadas pelas profissionais: totalidade, contradição, pluralismo, equidade, **emancipação**, ruptura, participação, cidadania, liberdade... as quais consideramos como desdobramentos da categoria ético-política central **democracia** que se destaca como orientadora da prática, enquanto “valor universal”²¹⁴ que fundamentalmente preconiza ou tem como *finalidade a busca* de uma sociedade democrática e, no contexto pesquisado, a instauração de uma racionalidade política – social e cultural na relação estabelecida entre os profissionais e sujeitos da capacitação e na abertura de perspectivas às práticas sociais destes sujeitos, englobando todas as categorias secundárias que emergiram.: *“Essas questões devem estar muito presentes na capacitação até para você não dar um direcionamento daquilo que você idealizou como o melhor caminho. Mas, que os conselheiros, a partir das informações e das reflexões eles possam optar pelo seu caminho...” (Lavoratti)*

A reflexão crítica junto aos conselheiros tem a finalidade de oportunizar a opção do caminho a ser seguido pelos mesmos, num exercício molecular de experimentar a democracia no momento de capacitação em que se encontram. Esse exercício é fundamental para vivenciar outra dimensão que não aquela que pode ser encontrada na experiência dos conselhos e ou dos municípios quando recebem as determinações já estabelecidas pelas instâncias superiores da gestão municipal, seqüelas ainda muito comuns na gestão de políticas públicas.

As categorias enunciadas fazem parte de um só contexto articulado de valores, claramente vinculados ao projeto ético-político da profissão. As categorias emergentes da prática investigada – expressas nos depoimentos - se articulam,

²¹⁴ Expressão usada por COUTINHO no livro Democracia e Socialismo no qual o autor discute, numa perspectiva gramsciana, ambas as categorias e as suas possibilidades de efetivação na realidade brasileira. Apesar de sua análise se dar em termos de sociedade capitalista, utilizamos a expressão “valor universal” para argumentar a centralidade da democracia como valor moderno de caráter processual e incompleto. Esclarece que agrega “...ao substantivo *valor* o qualificativo *universal* o fato – historicamente inquestionável – de que as objetivações democráticas são capazes de promover essa explicitação e esse enriquecimento em diferentes formações econômico-sociais, vale dizer, tanto no capitalismo quanto no socialismo. O consenso, hoje, quase unânime em torno do valor universal da democracia é a expressão subjetiva de um fenômeno primariamente objetivo.” (1992, p.21)

porque um valor desencadeia o outro como objetivações necessárias para a realização de um valor central, que neste caso específico, como finalidade, é a “*ampliação da democracia*”. Com isso não queremos afirmar que todas as categorias de valores foram concretizadas de forma ideal, mas que se fizeram presentes nas falas como um movimento processual que concorre para a articulação e totalização das mesmas.

Para entender o significado de valor, encontramos em HELLER²¹⁵ a seguinte definição: “O *valor*, portanto é uma categoria ontológica; com tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais.” (1989, p.5)

Gramsci, em sua perspectiva de análise, considerando o caráter de objetividade social que o **valor** possui, defende a necessidade de criar “uma nova ordem valores” no seio da classe subalterna como base orgânica para o processo revolucionário. Para esse enfrentamento contra-hegemônico – através da valorização radical da **democracia** – o exercício prático, a experiência dessa perspectiva constitui-se como possibilidade de ruptura com valores modernos dominantes, como por exemplo, o conservadorismo, o individualismo que por sua vez são reflexos da ideologia liberal que também se intitula democrática. A sociedade moderna possui essa configuração contraditória que permite socializar a política e ampliar espaços democráticos, assim como, cerceia processos democráticos em nome da manutenção de uma posição hegemônica. Há que se denunciar o caráter de classe contida nessa tendência e lutar pela democratização do poder político e avançar na democracia participativa – aqui representada pelo espaço público dos conselhos municipais – como um elemento do projeto emancipador de sociedade. A posição hegemônica é plausível de perder a posição que ocupa. Como diz INGRAO: “a democracia moderna é subversiva no sentido em que revela o fato de não ser completa e exige ser completada” (apud CARNOY, 1994, p. 217), o que poderá ser, por qualquer sujeito social que se faça hegemônico.

²¹⁵ A referência a Agnes Heller sempre nos faz lembrar o alerta de José Paulo Netto que até os anos 80 a autora ainda era vinculada aos meios revolucionários, posteriormente a esse período “...é uma triste expressão das regressões liberais” (in BARROCO, 2003, p.11), portanto, fazemos a ressalva em usar essa referência.

A nova ordem de valores pode tornar-se hegemônica norteando teleologicamente a prática dos homens e nesse sentido, a **democracia** tem um papel fundamental pelas suas dimensões: de amplo espectro, como forma de governo e, em termos moleculares, de práticas sociais que a preconizam como elemento fundamental das relações estabelecidas entre os sujeitos da prática e, portanto, potencializador de novas relações e práticas. *“Quem está na linha de frente e consegue incorporar isso, faz maravilhas, potencializa mesmo esse espaço de participação, de troca de conhecimento.”*(Lavoratti)

Ainda segundo Gramsci, o exercício, a socialização e a multiplicação permanente do valor objetivo é “capaz de gerar novas iniciativas” caracterizando-se como um exercício pedagógico de “trocas e influências,” suscitando uma nova racionalidade, ou nova ordem intelectual e moral contra-hegemônica, fazendo frente a aceitação passiva de valores modernos burgueses.

Novamente confirmamos a concepção de que um valor, um fundamento por si só não transforma o mundo, mas objetivado através da prática dos homens, das suas relações e situações sociais pode mobilizar as forças em presença. Por esse indicador procuramos conhecer através das falas dos Assistentes Sociais, como os valores profissionais foram concretizados em suas práticas, pois a *“... sua prática se plasma, se realiza a partir do desenho ideológico teórico que você introjeta, da visão de mundo que você tem.”* (Battini)

*“Os valores se expressam de forma material e incorpórea. De forma incorpórea pelo compromisso e posição dos Assistentes Sociais que capitanearam esse processo. Eu penso que a gente internaliza esses princípios e opera iluminados por eles já nessa direção de ruptura emancipatória que é a nossa opção de luta enquanto cidadão e profissional. **Isso se plasma num planejamento e na realização de um processo de capacitação.** Por que se eu me coloco num processo de capacitação nessa formatação, com esses princípios, pressupostos, com esse compromisso, obviamente que eu vou operar o curso de capacitação iluminado por estes. Se eu tenho um princípio **democrático**, de participação – os sujeitos / conselheiros, por exemplo – eu vou estimular a ampliação desse processo de participação na capacitação. Se eu defendo o pluralismo com hegemonia eu vou instigar, no processo de capacitação, a expressão de diversidades, de concepções presentes naquele coletivo. Como profissional, como assistente social, como coordenadora, eu tenho por detrás do exercício imediato da aula, **o compromisso que alavanca o meu procedimento didático.** Eu vou estimular, abrir o debate (...) questionamentos, conflitos, contradições.*

Aproveito a explicitação de uma contradição para demonstrar que todos são sujeitos políticos com o compromisso de inclusão social.”(Battini)

*“**Na maneira como foram trabalhadas** as categorias (...) no programa (...) nas diretrizes (...) nos objetivos de cada disciplina (...) na articulação dos conteúdos e nos conteúdos (...) um eixo comum para o Estado todo (...) (Wambier)*

*“A partir do momento que você **articula diferentes saberes**, você respeita as diferentes correntes de pensamento (...) A gente coloca muito a necessidade de fortalecer a luta da classe trabalhadora e a capacitação vem fortalecer na medida em que ela **instrumentaliza** os sujeitos para um processo de negociação no município (...) que os conselheiros, a partir das informações e das reflexões eles possam optar pelo seu caminho, eles possam a partir da realidade do seu município encontrar alternativas de enfrentamento da questão social e da exclusão social...” (Lavoratti)*

Evidencia-se nas falas que os valores legitimam a finalidade de sua prática e os meios para atingi-la, conforme NETTO (1999), em especial quando relatam que é no procedimento profissional, na definição dos elementos que compõem os programas, na criação de espaços de autonomia aos sujeitos, ou seja, na ação direta com os conselheiros quando se oportuniza que “eles possam optar pelo seu caminho”. A possibilidade de exercitar um debate, esclarecer uma contradição, de pensar a realidade de seu município e sobre ela “encontrar alternativas”, são exemplos do **exercício potencializador de autonomia, de democracia, de uma racionalidade** ou de uma lógica que enfrenta a fragmentação no nível da proposição e da execução da prática. *Encontrar as alternativas* em consonância com o referencial dos valores iluministas / crítico-modernos significa que os “... seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários a sobrevivência material”, como já nos indicou ROUANET (1993).

Essa perspectiva choca-se com o culto do individualismo, a linguagem do mercado e os ecos da pós-modernidade. O que se busca é construir uma cultura política democrática, em que a sociedade tenha um papel questionador, propositivo, por meio do qual se possa partilhar poder e dividir responsabilidades.” (IAMAMOTO, 2000, p. 78)

O ponto central dessa perspectiva profissional é o compromisso ético-político com os valores do seu projeto profissional – que de forma *incorpórea* se fizeram presentes na capacitação, sendo a *alavanca à materialidade* desse **compromisso** que se expressa no planejamento, na maneira como foram trabalhadas as categorias, na articulação dos conteúdos e na prática direta com os conselheiros, oportunizando-lhes acesso a um tipo de conhecimento, para poderem optar autonomamente pelo melhor caminho a seguir. Na composição das duas dimensões – *incorpórea* e *material* – se manifesta uma dimensão da práxis como produto dos fundamentos e valores que penetram na consciência dos assistentes sociais e se tornam prática na ação junto aos conselheiros de assistência social. E esses podem, ou estão potencialmente aptos, a multiplicar os valores apreendidos no processo de capacitação: *“Não é um espaço dado, mas construído (...) a profissão pode estar influenciando o Estado inteiro com os valores que ela difunde...”* (Lavoratti)

Na tentativa de aproximar os valores que orientam a prática do Serviço Social com os valores que orientam a decisão de ser conselheiro, obtivemos as seguintes respostas dos conselheiros entrevistados: dois deles estranhamente informaram que era por *“desconhecimento”* das funções e do papel do Conselho Municipal de Assistência Social que ingressaram no conselho – assim seria o meio pelo qual poderiam conhecer essa política e contribuir com a entidade que representam.

*“Primeiro foi por curiosidade – porque **eu não sabia qual era o papel** do conselheiro e além disso o meu trabalho prestado para a comunidade que a gente tem que aprender mais e mais.”* (C-2000)

*“Trabalhava há 8 anos na área de AS e sentia muitas dificuldades de como funcionava o conselho, como funcionava o órgão gestor em relação ao conselho e essa relação com as entidades (...) era um **desconhecimento**, a entidade que eu represento, nós já tínhamos um convênio (via conselho). E sempre havia uma série de dificuldades para estabelecer o convênio, para receber os pagamentos em dia, eu achei que se fosse conselheiro estaria mais ciente de todo trâmite: isso ia favorecer a minha entidade, mas também as entidades que eu represento...”* (C-2004)

Diferente desses depoimentos, o C-2002 declara que a *“... motivação é a participação e colaboração nas políticas sociais e também a representação da*

própria entidade.” A representação e a participação do setor não-governamental na gestão de políticas públicas é um fenômeno muito recente na história da sociedade brasileira²¹⁶. Então, fica entendida a questão do “*desconhecimento*” que motivou os dois conselheiros C-2000 e C-2004 a ingressarem no CMAS, que para conhecer a função desse, a alternativa foi inserir-se no processo e aprender no exercício do cargo de conselheiro.²¹⁷ Ou seja, na nova forma de gestão de políticas públicas os sujeitos aprendem a fazer, fazendo.

Consideramos que tal situação é um problema, pois seria necessário que os conselheiros já ingressassem esclarecidos sobre suas funções para desempenhá-las mais adequadamente. Para essa lacuna a capacitação vem ao encontro da necessidade apontada pelos conselheiros, pois se o caráter de continuidade que as capacitações possuem for efetivado no transcorrer de um determinado período, essa dificuldade pode ser minimizada pelo setor não-governamental. A Assistência Social no Brasil, por todas as ambigüidades que possui, poderá ser absorvida de forma diferente da dominante – demonstrando na prática outras formas de fazer assistência social para que seus protagonistas possam ir introjetando e exercitando essa nova prática e processualmente implementar novas perspectivas, principalmente quando se mostram abertos para essa possível absorção: “... *a gente tem que aprender mais e mais.*” (C-2000)

Um dos caminhos para tanto é a representação do setor não-governamental nos conselhos paritários, conforme a fala do C-2002, e a formação continuada dos seus protagonistas, os quais poderão ser multiplicadores dos valores, fundamentos e práticas absorvidas quando da sua inserção na gestão municipal via conselho e pelo processo continuado de capacitação.

²¹⁶ Sobre a representação paritária nos conselhos gestores de políticas públicas, consultar RAICHELIS (1998), a qual destina um capítulo do livro para discutir “a questão da representação” no espaço do CNAS. A autora esclarece que o tema da representação é repleto de armadilhas, que a participação da sociedade civil na gestão de políticas sociais é elemento fundamental para democratização das esferas governamentais, mas não é garantia automática de que daí resulte efetiva ampliação da pauta de direitos sociais aos excluídos. Existem ainda importantes contribuições sobre a temática sistematizadas em teses e dissertações na área das Ciências Sociais e Humanas que pesquisam experiências concretas e discutem os desafios que a constituem.

²¹⁷ Encontramos no Relatório Final da capacitação de 2002 - item Avaliação - a seguinte observação que vem reforçar o dado sobre o “desconhecimento” apontado pelos conselheiros: “quanto ao comportamento dos conselheiros não-governamentais que participavam, perguntavam, esclareciam, criticavam, apresentavam sugestões e demonstravam muitas vezes descontentamento com a forma como o município vem encaminhando as questões da assistência social e, ainda, a própria falta de clareza em relação ao papel do conselheiro.”

Essa afirmativa é confirmada pelo depoimento do C-2002 que, até pela sua vinculação a um órgão governamental e de proximidade com as políticas públicas (apesar ser representante do setor não-governamental no conselho), amplia a perspectiva de inserção no conselho para a *“participação e colaboração nas políticas sociais”* – o que demonstra um avanço na percepção das funções do conselheiro municipal, ainda que quantitativamente esse avanço esteja representado em menor número nos depoimentos dos conselheiros.

Mais um valor que aparece no depoimento da C-2000 é a solidariedade: *“então foi mais pelo lado da solidariedade, para ajudar o próximo (...) que eu me aproximei do conselho.”*

A concepção de solidariedade está associada à ajuda ao próximo – o que também pode ser entendido pelas características do trabalho social voluntário no Brasil²¹⁸. Hegemonicamente a sua marca é a de “ajuda ao próximo” desvinculada da noção e dos valores de direito e justiça social – propagados pela LOAS nos onze anos de sua existência²¹⁹. Esse espaço de tempo é muito pequeno para a sociedade introjetar novas concepções sócio-culturais, pois *“... o processo de constituição da história da cultura política brasileira – que é muito séria em termos de nossa subalternidade, da soberania (...) vem desde o descobrimento até hoje, e na Assistência Social, é muito mais.”*(Battini)

A história da cultura brasileira²²⁰ determina a trajetória da Assistência Social no Brasil como uma prática e / ou política subalterna, conservadora e tuteladora, como já esclarecido anteriormente por YAZBEK (2004). Essa determinação histórica,

²¹⁸ MONTANO (2003) e LANDIM (1998), são obras de referência sobre a “ação social privada” ou a “intervenção social” no Brasil. Os autores investigam os sentidos, as ambigüidades e contradições que cercam a ação social privada, desmistificando papéis, noções, implicações políticas da mesma. Outra fonte importante é DEMO (2001) Cidadania Pequena.

²¹⁹ Sobre as principais características da Assistência Social pós LOAS –1993, consultar YAZBEK (2004).

²²⁰ Diz CHAUI (2001) sobre a cultura brasileira: “Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de ‘parentesco’, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento assume a forma de favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e / ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem.” (p. 89 – 90)

por sua vez, também cerceia processos, práticas e valores emancipatórios. Portanto, para analisar os valores que motivam os conselheiros municipais de assistência social a ingressar na gestão municipal, há que se considerar as determinações culturais que os modelam: os valores desconhecimento e solidariedade não são descolados do universo valorativo que constitui a configuração ambígua da Assistência Social no Brasil, mas são elementos constitutivos dessa configuração.

Cruzando os valores que motivaram os conselheiros a ingressar no Conselho com os valores que orientam a prática dos Assistentes Sociais e tipo de conhecimento veiculado (lembrando que para o Iluminismo somente o conhecimento crítico emancipa o homem) na capacitação, poderemos alimentar a análise sobre o nível dos fundamentos e a sua vinculação com as perspectivas de leitura crítica da realidade, uma vez que este é um elemento essencial para o desenvolvimento de práticas emancipatórias, conforme vimos no estudo feito nos Capítulos I e II.

Uma das motivações presentes entre os conselheiros foi o **desconhecimento** para o seu ingresso no Conselho. Cruzando este dado com o **tipo de conhecimento** veiculado na capacitação pelos Assistentes Sociais, podemos verificar qual é o caráter do conhecimento acessado pelos conselheiros, isto é, se foi um conhecimento crítico ou formal para suprir o dito desconhecimento pelos sujeitos e como ele foi trabalhado. Esse indicador de análise se justifica pela argumentação sistematizada nessa tese de que **conhecimento / racionalidade crítica** (enquanto valor moderno) é um dos elementos que compõe o processo de emancipação do homem. A falsa consciência, o irracionalismo e seus derivados cerceiam processos emancipatórios, portanto estaremos investigando se houve a passagem do desconhecimento ao acesso a um conhecimento crítico, uma vez que não podemos afirmar que uma capacitação para conselheiros propicie, imediatamente, a elevação do nível de consciência, mas sim podemos esperar que ela potencialize, mobilize, incentive um outro nível de conhecimento. E, ao final da análise de dados, verificar se isso foi significativo aos conselheiros a ponto de ser considerada uma ruptura molecular oportunizada pela prática do Serviço Social nas capacitações.

- Tipo de conhecimento veiculado pelo Serviço Social nas capacitações:

Na pesquisa documental já identificamos um eixo comum nas edições do programa, qual seja: a perspectiva da formação continuada²²¹, através do conhecimento crítico, para o desenvolvimento de uma ação qualificada pelos conselheiros. O conhecimento crítico que integra esse eixo fica evidenciado nas falas das Assistentes Sociais:

*“Realmente foi trabalhado um **conhecimento crítico** (...) a proposta geral do grupo, não era um conhecimento simplesmente técnico de operacionalização da política, mas discutia as relações Estado / Sociedade, as políticas públicas neste contexto, o planejamento, o próprio Sistema Descentralizado e Participativo (...) a idéia foi sempre compreender esta política dentro do contexto mais amplo das relações sociais. E como foi trabalhado: dinâmicas diversas, expositivas, trabalho de grupo, algumas tarefas para os gestores tinham que buscar em seus locais de origem para oportunizar a correlação teórico-prática e apreensão na realidade (...) Isso a gente procurou fazer justamente para que o curso não ficasse só no discurso (...) para que as pessoas pudessem apreender, internalizar aquilo como uma necessidade sua de vida cotidiana e que aqueles **conhecimentos pudessem transformar a realidade de trabalho** de operacionalização da política de assistência ...”(Pires)*

*“Um **conhecimento não conservador**(...) até porque a necessidade desse conhecimento brotou da prática, ele veio se capacitar porque é conselheiro. Ele não se capacitou primeiro para ser conselheiro. ” (Battini)*

A compreensão dos profissionais sobre a importância do conhecimento crítico na capacitação dos conselheiros, sobre a forma como ele foi trabalhado e em especial, sobre a compreensão de que esse conhecimento corresponda à prática, ao cotidiano, à realidade de trabalho do conselheiro da assistência social; são elementos que compõem um trabalho orientado por valores crítico-dialéticos que partem do real, do concreto para reelaborar os conhecimentos e para que esses “*pudessem transformar a realidade de trabalho*” junto à Política de Assistência Social.

²²¹ Sobre a perspectiva de formação continuada que marca as capacitações pesquisadas estaremos abordando-a num item separado por considerar a importância da especificidade na prática do Serviço Social nessa área.

A sistematização de uma racionalidade crítica na prática do Serviço Social para com os sujeitos da sua ação, implica em trabalhar com um “*conhecimento não conservador (...) até porque a necessidade desse conhecimento brotou da prática, ele veio se capacitar porque ele é conselheiro.*” (Battini). Numa perspectiva gramsciana, esse conhecimento deve levar em conta o contexto econômico, político e cultural no qual os sujeitos estão inseridos e o próprio conhecimento cotidiano que os cursistas possuem, pois um trabalho de cunho emancipatório parte da realidade dos segmentos com os quais trabalha.

Diz Gramsci numa nota sobre o ensino da filosofia: que esta deve formar o discente culturalmente, para “... ajudá-lo a elaborar criticamente o próprio pensamento e assim participar de uma comunidade ideológica e cultural, é necessário partir do que o discente já conhece, da sua experiência (...) (após tê-lo demonstrado que ele tem uma tal experiência, que ele é um ‘filósofo sem o saber)’” (GRAMSCI, 1991, p. 148). Problematizar, discutir criticamente a realidade dos sujeitos, a partir de sua prática, enquanto sujeitos políticos, contribui para a elevação da consciência crítica, pois é no contexto das relações sociais e econômicas que o sujeito estabelece a sua vivência no cotidiano e não fora dele, como algo exterior a sua realidade. Caso contrário, terá poucas chances de sucesso, o que constatamos não ter ocorrido nas capacitações.

*“A gente faz a orientação para que exista essa abertura e uma valorização do conhecimento cotidiano que os cursistas trazem (...) a gente não quer grandes conferencistas, pessoas que vão lá **transmitir conhecimento**. A gente quer pessoas que consigam vivenciar junto com os conselheiros os problemas e fazer a **mediação do conhecimento na prática do sujeito.**” (Lavoratti)*

O processo de mediação do conhecimento na prática do sujeito pressupõe a ruptura com alguns obstáculos como a despolitização²²², o “conhecimento alienado”²²³, o conhecimento fragmentado que, aproximados à leitura gramsciana, identificam-se com uma série de derrotas, com um determinismo mecânico e uma forma de resistência moral paciente e obstinada em aceitar passivamente as contradições da sociedade capitalista. Portanto, mediar o conhecimento na prática

²²² Sobre a despolitização da sociedade brasileira, consultar NOGUEIRA (2004)

²²³ “Conhecimento alienado” expressão que encontramos em FERNANDES, F. O desafio educacional. São Paulo : Autores Associados, 1989.

do sujeito, conforme Lavoratti, significa iluminar a prática dos conselheiros, *teórico e criticamente, no sentido de enfrentar estes obstáculos*, pois apenas “*transmitir conhecimento*”, faz aprofundar os níveis de contradição presentes na prática de assistência social.

Encontramos em SANTOS (1996), o argumento de que é necessário uma invenção social de novas formas de conhecimento emancipatório, ou novo senso comum emancipatório que rompa com o senso comum conservador, não como um conhecimento superior ou isolado da experiência dos sujeitos, e que seja capaz de crítica ao caráter individualista da ética liberal²²⁴.

Para enfrentar a perspectiva dominante do conhecimento moderno na prática desenvolvida nas capacitações, Lavoratti esclarece ainda que:

*“A gente estruturou a capacitação com conhecimentos potencializadores tanto de revisão, de avaliação de uma prática já realizada, como **criadores de novas práticas**. Quando a gente trabalha toda questão da legislação, de gestão social do orçamento participativo, todas as questões que permeiam a prática cotidiana dos conselhos, inclusive o diagnóstico, o planejamento junto dessa realidade você já pensa uma nova forma de atuação nos seus municípios, **uma nova forma de fazer política** - uma forma participativa, consciente – a gente pensa muito no sujeito como protagonista de sua história, de sua realidade. (...) são conhecimentos que sejam capazes de reverter de alguma forma a situação das pessoas com as quais esses conselheiros estão envolvidos”.*(Lavoratti)

A proposição das capacitações em socializar conhecimentos críticos nas instâncias de gestão municipal faz nos referir à Gramsci, num ponto central e significativo a esta tese: que para criar uma nova cultura “... não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também; e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.. (GRAMSCI, 1991,p 13 – 14)

²²⁴ Recorremos ao autor para reforçar o caráter emancipatório do conhecimento crítico, porém a proposta do autor é de composição de um senso comum emancipatório através das dimensões: da solidariedade, da participação e do prazer (entre outros), no sentido de transpor a crise paradigmática ocasionada pela crise da Modernidade (conforme esclarecido no capítulo I) e criar um novo paradigma de conhecimento emancipatório, superando então o senso comum conservador. Esse não é o caminho percorrido por essa tese, apesar de considerar a participação como um elemento emancipatório, conforme será abordado no item c- prática educativa deste capítulo. Sobre essa proposta consultar SANTOS (2000).

Há que se concordar que os conhecimentos trabalhados: gestão social, orçamento participativo, planejamento são conhecimentos acessíveis aos indivíduos que fazem parte da academia e / ou que tem acesso ao conhecimento crítico, porém para conselheiros da assistência social (representantes do setor não-governamental) que no caso específico desta pesquisa, embora possuam terceiro grau, na área de assistência social desempenham seus papéis voluntariamente segundo seus preceitos religiosos, de solidariedade, não é comum estarem discutindo essas temáticas.

Situação ilustrativa da socialização do conhecimento crítico junto conselheiros, foi a publicação de três volumes de cartilhas pelo Programa de Capacitação de 2002 “*em articulação com os grupos de intelectuais de cada universidade (...) foi um trabalho super importante porque a cartilha teve a inserção extremamente substantiva no processo de implementação da Política Pública de Assistência Social no Estado (...) foram entregues 60.000 exemplares.*” (Battini). As cartilhas têm como título: Volume 1 – Estado e Política Pública de Assistência Social, Sistema descentralizado e participativo de Assistência Social e Redes 64p; Volume 2 – Planejamento Técnico Financeiro e Política Pública de Assistência Social, 64p; e Volume 3 – Política Pública de Assistência Social – legislação 2002, 122p.²²⁵- Os conteúdos são apresentados com uma linguagem acessível aos conselheiros que não têm formação na área de assistência social, inclusive com gravuras ilustrativas, esquemas, resumos para facilitar a apreensão dos mesmos.

A socialização de verdades já descobertas, através do conhecimento crítico, está explicitado no depoimento anterior – como “*conhecimentos potencializadores*” de avaliação de práticas já realizadas e de “*criação de novas práticas, de fazer política*”. O exercício de apreender, internalizar os conhecimentos críticos constitui-se também como um exercício pedagógico diferenciado dos bancos escolares ou da absorção passiva de valores burgueses dominantes. A absorção e a propagação de valores culturais e conhecimentos diferentes dos dominantes contribuem na constituição de um pensamento crítico e conseqüente elevação do senso comum.

²²⁵ Encontram-se, em anexo, cópias de trechos das cartilhas a fim de que alguns conteúdos e formas de apresentação sejam visualizados.

Podemos chamar esse fenômeno de “progresso filosófico” que implica em “... uma unidade intelectual e uma ética adequadas a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (GRAMSCI, 1991, p.21). Entendemos que a construção processual da consciência crítica – respaldada em valores ético-políticos e a apreensão crítica do real – vai além do “conhecimento livresco, estatístico”. Nas palavras de Gramsci, pressupõe “... conhecimento histórico (...) contato real com a realidade viva e em movimento, capacidade de ‘simpatizar’ psicologicamente até com o homem indivíduo. ‘Limites’ do conhecimento (não coisas inúteis), isto é, conhecimento crítico, ou do ‘necessário’: portanto uma ‘concepção geral’ crítica”. (GRAMSCI, 1989, p.187)

A concepção geral crítica significa o esforço de elevação do senso comum a uma concepção de mundo mais organizada e sistemática, que coloque-se à altura da modernidade e se converta em **instrumento de uma práxis crítica**. (COUTINHO, 2000). Para que os conselheiros tenham uma visão crítica da realidade, Wambier esclarece que o conhecimento trabalhado na capacitação é “... *um conhecimento jurídico, legal e filosófico – conhecimento do ser social, com o qual você entende todas as facetas que a **razão instrumental**, aqui no ocidente, fragmentou em disciplinas.*”

Tal pronunciamento vem ao encontro do referencial desta tese: à crítica a racionalidade instrumental que pressupõe o conhecimento fragmentado, e portanto, contrária a perspectiva de totalidade dos problemas sociais. A Modernidade, em sua vertente burguesa, foi edificando interesses particulares de uma classe sobre os interesses da coletividade, que resultou hegemonicamente, na legitimação de uma racionalidade que prima por pseudo-conhecimentos ou conhecimentos alienados que não captam as contradições do real. A pós-modernidade aprofunda essas contradições e, podemos lembrar COUTINHO (1972), o seu miserável racionalismo preocupa-se principalmente em estabelecer limites para o conhecimento da totalidade real. Ou, de acordo com ROUANET (1987), esse tipo de racionalidade não oferece garantia nenhuma de emancipação, mas sim, de falsa consciência e de conformismo com a realidade vigente.

Remando contra a tendência hegemônica, encontramos nas capacitações a seguinte posição sobre o tipo de conhecimento veiculado pelo Serviço Social:

*“... um conhecimento histórico e social, do ser social, da totalidade histórica (...) é um processo (...) quando você trabalha com a totalidade e a contradição você trabalha com a **críticidade** - significa a essência das coisas – sair das aparências e se aproximar cada vez mais da essência das coisas, da dinâmica, do processo de relações sociais(...) porque aparecem os direitos, as políticas etc. O que determina, não é dizer que exista a LOAS – mas porque surgiu, qual o contexto histórico(...) Não é um ensino formal, na verdade são sujeitos que têm práticas semelhantes, mas em diferentes espaços geográficos, que trocam conhecimento entre si ...”(Wambier)*

Na perspectiva de fazer frente à razão instrumental, o Serviço Social, através de seus profissionais tem comprovado que é possível trabalhar em uma dimensão molecular – num programa estadual executado regionalmente – imprimindo a possibilidade de acesso ao conhecimento que oportunize uma visão crítica da realidade, do seu município e a partir “...daí pensar questões mais universais.” (Lavoratti)

A mediação de conhecimentos universais que se expressam na particularidade dos municípios “... não são apenas conhecimentos instrumentais / práticos mas conhecimentos reflexivos que ajudam o sujeito a se redescobrir como um ser que também está articulado com outros problemas e outros seres.(...) num processo de construção de conhecimento participativo ...” (Lavoratti). Tal observação nos faz lembrar de outra assertiva de Gramsci quando diz-se que um indivíduo sozinho pode fazer muito pouco, mas a partir do momento que ele se associar com outros que querem essa mesma modificação, o processo pode se multiplicar num número elevado de vezes, o que parecia impossível acontecer. A elevação intelectual e moral dos sujeitos envolvidos na capacitação, pode multiplicar o conhecimento crítico acessado às instâncias municipais a que estão vinculados.

Os dados analisados nesse item nos levam a considerar que há uma potencialidade emancipatória na prática do Serviço Social junto às capacitações – quanto aos valores e conhecimentos veiculados, democracia, racionalidade dialética e conhecimento crítico, que se caracterizam como crítico-modernos conforme os

referenciais ético-políticos enunciados pelos profissionais entrevistados. A articulação e o compromisso dos profissionais em torno dos valores, fundamentos, objetivos comuns formatou a organicidade e a **direção social e política** dos programas que é a defesa dos valores modernos que orientam o seu projeto ético-político, expressos desde a sistematização do programa (através do eixo que move as capacitações) até o relato dos profissionais. “... a profissão pode estar influenciando o Estado inteiro com os valores que ela difunde...” (Lavoratti)

NETTO (1996), argumenta que a manutenção e o aprofundamento da direção social estratégica que o Serviço Social construiu para a profissão no início da década de 90 somente se dará através de uma “...perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico, que se contém nas transformações societárias em curso e a negatividade que ele comporta, perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista sem vincos utópico-românticos, pode assegurar que os componentes sóciocêntricos e **emancipadores** que a cultura profissional recentemente abrigou sejam potencializados e atualizados (p.127 – 128) (grifo nosso). Ou seja, o autor reforça a importância de valores teórico-críticos emancipadores como fundamentos potencializadores e mantenedores da direção social e política que a profissão construiu historicamente.

São esses valores que mantêm vivo o desafio das perspectivas iluministas e modernas em buscar a sua concretização pela constante negação à razão instrumental, aos valores modernos burgueses e as suas falsas versões, como já desmistificado por Marx no século XIX.

c) Prática Educativa

*“A gente acredita muito nessa **prática educativa** (...) no fortalecimento dos sujeitos coletivos, esse fortalecimento pelo processo de construção de conhecimento (...) ele dá um poder muito grande aos conselheiros de negociar as prioridades de seu município...”(Lavoratti)*

*“A medida em que se tem esse processo de **capacitação permanente, se cria essa cultura** – não só pontual, não só um curso. (...) Isso cria nova cultura nesse campo (...)é necessário que o Assistente Social lute para consolidar essa processualidade, para que ele não trabalhe de forma focalista...”(Battini)*

Além de compreender como se deu a movimentação e proposição, os fundamentos e valores dos programas de capacitação, precisamos analisar as marcas, características, procedimentos e instrumentos da prática do Serviço Social nesse contexto a fim de congregarmos mais elementos analíticos sobre o objeto de pesquisa. Definimos esse indicador com base em Marx (tese II sobre Feurbach): “É na prática que o homem deve demonstrar a realidade, o poder, a precisão de seu pensamento.” Portanto, esse item pretende responder a seguinte questão: o que caracteriza a prática profissional do Serviço Social junto às capacitações?

Buscamos junto aos assistentes sociais entrevistados saber quais as características da prática profissional no contexto das capacitações, quais os procedimentos metodológicos / instrumentos e qual a contribuição do Serviço Social nesse campo. Para o último elemento, recorreremos também aos depoimentos dos conselheiros, os quais avaliam a inserção do assistente social nos cursos que participaram.

No sentido de caracterizar a prática do Serviço Social, os assistentes sociais entrevistados foram unânimes em apontar novamente o projeto ético político e a formação profissional como orientadores e definidores da prática profissional:

*“... toda a bagagem foi uma coisa pensada por assistentes sociais, foi uma coisa construída pelo Serviço Social. Nós tivemos outros profissionais juntos, mas esta contribuição (...) é bem dentro do nosso **projeto ético político, da nossa formação.**”(Malzoni)*

*“O que caracteriza o exercício profissional é isso: ter o seu compromisso claramente definido, mediar interesses divergentes, incluindo nesse compromisso a sua finalidade profissional que está contida no nosso Código de Ética (...) Se o Assistente Social tem competência, está preparado e apreendeu o seu **Projeto Ético Político** – ele tem a possibilidade de fazer isso num curso de qualificação (...) levando em consideração que essa prática de capacitação pode ser feita por qualquer profissional, mas essa sendo feita pelo Assistente Social tem a sua marca: exatamente a que consolida e realiza o nosso Projeto Ético Político profissional.” (Battini)*

*“... não quero dizer que só o Assistente Social seja capaz, mas a nossa (profissão) tem esse perfil – instrumentalizado pela **formação.** (...) fez com que o Serviço Social se inserisse nas capacitações, trabalhasse até pelas capacitações como uma forma de efetivação da política e dos direitos sociais – está no nosso Código de Ética...”(Wambier)*

*“... os princípios da profissão, do projeto da profissão, da **direção ético-política da profissão** (...) realmente exigem, fazem com que a gente trabalhe em prol da participação, do controle social, da democratização das relações, da transparência, da abertura política ...”(Pires)*

*“... ele (o Serviço Social) tem um **projeto ético-político** que se identifica com a luta mais geral da Sociedade Civil (...). Dada a própria **formação** do assistente social ele tem um potencial muito grande de intervir tanto na proposição de capacitações, como no seu monitoramento, para verificar se realmente elas estão atingindo fins emancipatórios, educativos, que resgatem a cidadania desses conselheiros (...)No Paraná a gente está conseguindo ocupar os espaços e propor uma prática (...) mais qualificada e consciente para os conselhos (...) **pela formação do Serviço Social** (...) que permite ter uma leitura de totalidade, interdisciplinar.” (Lavoratti)*

O fato de ambos, a formação profissional e o projeto ético-político, terem sido destacados novamente pelas profissionais merece atenção especial, pois as conquistas da profissão nessas dimensões são muito significativas. Diz NETTO (1996), que “... nunca será exagerada a significação desta conquista, num corpo profissional em que o doutrinário católico inseriu, originalmente, uma refinada e duradoura intolerância.” (p.112)

Há que se reiterar também que os sujeitos selecionados à pesquisa são profissionais com alto nível de qualificação para a sua profissão e possuem

experiência profissional vinculada ao ensino de Serviço Social²²⁶, portanto é de se supor que acompanham sistematicamente o debate contemporâneo da profissão. Motivo pelo qual, ao referirem-se às suas práticas, vinculam-nas imediatamente ao processo de formação e ao projeto ético-político da profissão, pois são profissionais representativos de um segmento sintonizado com o tempo da sua profissão.

Analisa, ainda NETTO, que apesar da ruptura²²⁷ com o conservadorismo²²⁸ pelo Serviço Social, a partir dos anos 80, se engana quem supor que suas marcas não persistem no seio da profissão, por isso, não há uma maioria de profissionais radicalmente democrática e progressista (que para ser construída é preciso um trabalho de longo prazo e conjuntura sócio-histórica favorável). O que também é alertado por IAMAMOTO (2002), quando lembra que o velho conservadorismo mostra sua face maquiada pelas profundas transformações sócio-históricas contemporâneas, especialmente quanto ao irracionalismo característico da pós-modernidade que cerceia processos e práticas emancipatórias.

Diante das ponderações dos autores e apesar dos depoimentos das assistentes sociais enaltecerem a formação e o projeto ético-político não podemos desconsiderar a composição do quadro profissional no Brasil que não tem uma unicidade com hegemonia na condução (teórico-metodológica, ética e política) da prática profissional, mas sim, tendências que são demarcadas e tensionadas pelo quadro sócio-histórico e conjuntural²²⁹ e pelo projeto ético-político – desembocando em possíveis diferentes posturas e/ou compromissos profissionais: tanto pode corresponder para a reprodução das relações dominantes como pode corresponder aos preceitos democráticos de seu compromisso ético-político.

²²⁶ Exceto Malzoni, que possui uma inserção política de destaque no Estado, pois foi por duas gestões estaduais coordenadora do Processo de Descentralização da Assistência Social, vice-presidente e presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.

²²⁷ Essa ruptura foi decisivamente marcada pela influência do pensamento marxista que deu o tom ao debate profissional. (NETTO, 1996)

²²⁸ Sobre o conservadorismo consultar também a obra: A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira de Paulo Mercadante, (1965).

²²⁹ IAMAMOTO (2002), explica que não podemos desconsiderar o quadro contemporâneo que "...altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais, os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se uma ampla retração de recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento." (p.19)

Uma vez que já discutimos sobre a importância do projeto ético-político, nos deteremos na indicação da formação profissional como elemento constitutivo da prática profissional. A indicação nos leva ao debate atual sobre os desafios da formação em articular as transformações societárias contemporâneas com o fazer profissional.²³⁰

A discussão sobre a relação entre a formação e o fazer profissional tem demonstrado a disparidade entre ambos em muitos campos de atuação do Serviço Social²³¹ No caso pesquisado, como vimos, os assistentes sociais tiveram autonomia para propor e executar os programas, o que qualifica a prática desenvolvida, pois não houve uma “instituição”²³² normatizando a prática específica e/ou direta com os conselheiros (exceto algumas passagens já enunciadas anteriormente, mas que não interferiram na relação estabelecida, nem na realização das atividades junto aos sujeitos da capacitação). Houve uma conjuntura favorável que determinou a demanda por qualificação dos conselheiros na eminência de implementação da LOAS (inclusive como condição de repasse de recursos aos municípios), assim como os sujeitos e espaço institucional (universidades) abertos para trabalhos de capacitação desta natureza: “...a universidade tem esse cabedal e esse compromisso de estar construindo e socializando o conhecimento.” (Lavoratti) Houve

²³⁰ Movimento ilustrativo desse debate é a elaboração da Proposta Nacional de Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social, nos anos 90, orquestrado pela ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – “Entendendo que o processo de revisão curricular exigia uma profunda avaliação do processo de formação profissional face às exigências da contemporaneidade, a então Abess (...) promoveu e coordenou com o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social – Cedepss (...) intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino de Serviço Social no país. Esse processo de mobilização contou com apoio decisivo da entidade nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, por meio do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, bem como dos estudantes, por intermédio do (...) Enesso.” (ABEPSS, 2004, 76); assim como encontros, publicações nacionais que trazem esse debate: IAMAMOTO (2000), BARROCO (2003) e alguns números da Revista Serviço Social e Sociedade, em especial a nº 79/2004.

²³¹ Destaco uma passagem que sintetiza a discussão sobre a temática em recente artigo publicado por NICOLAU (2004): “Há que se considerar, sobretudo nas profissões que têm como objeto direto a intervenção social, o risco de a formação acadêmica tornar-se abstrata, ao se desvincular do processo histórico em contínua construção. Distanciando-se das transformações que se vão operando no contexto social, econômico e político com implicações no exercício profissional, esta formação não o reflete criticamente, estabelecendo-se um descompasso entre o que analisa e transmite e as exigências efetivas do exercício profissional. Por outro lado, deve-se ter presente que a formação recebida pelo assistente social vai se confrontar com a prática concreta das instituições, espaço no qual o exercício profissional se concretiza. Se a formação não se articula a esse exercício refletindo-o criticamente e iluminando-o criticamente, cairá no vazio, e o processo de sua apropriação, far-se-á por ancoragens que desconhecem esse último pólo ou o deslocam: no exercício profissional, o assistente social reestrutura saberes, visto que as informações advindas deste fazer lhe abrem perspectivas muitas vezes contrapostas ao saber por ele estruturado ao longo do seu processo formativo.” (p.85)

²³² BAPTISTA (2001), esclarece sobre o papel da instituição na intervenção profissional: “ A intervenção profissional realiza-se num ‘locus’ predominantemente institucional, sob vínculo laboral e de assalariado. Por essa razão, a compreensão da gênese, do sentido, das possibilidades e dos limites da instituição são questões fundamentais, que determinam a qualidade da prática que será realizada, dando-lhe ferramentas que lhe permitam potencializar essas possibilidades e superar esses limites institucionais, estabelecendo relações estruturais com outros espaços.” (18)

então, um espaço favorável para que a formação profissional do assistente social fosse explicitada em sua prática, inclusive podemos observar no Quadros 2, 3 e 4 que caracterizam as capacitações no período pesquisado que o conteúdo programático, como por exemplo, os temas Análise de Conjuntura, Reforma do Estado e Estado de Direito, são conteúdos da formação do assistente social e também foram objeto de discussão com os sujeitos da prática do mesmo. O exemplo nos indica, que há uma articulação entre formação e o fazer profissional em nível de socialização deste conteúdo com os sujeitos da prática.

Os depoimentos dos profissionais nos fazem crer que a formação a que se referem é aquela que possibilita entender o contexto histórico determinante da estrutura e conjuntura, e na qual a formação teórica está inteirada com a prática, pois os profissionais necessariamente precisam sintetizar o conhecimento em sua prática e em seus posicionamentos ético-políticos. As sínteses ou referências materiais da formação histórico-critica acontecem, como enunciado pelas entrevistadas: *“pelo compromisso profissional em mediar interesses divergentes e com a finalidade da sua profissão”*; *“pela competência”*; *“na prática de capacitação como forma de efetivar uma política social”*; *“pela leitura da totalidade”*, *“pela perspectiva interdisciplinar”*; *“na proposição de uma prática mais qualificada e consciente para os conselheiros”*, *“quando trabalha em prol da participação, do controle social, da democratização...”*

Reiterada a determinação e influência da formação profissional e do projeto ético-político na prática das assistentes sociais coordenadoras dos programas de capacitação, essas a caracterizam como uma **prática educativa** de formação processual e permanente.

*“A capacitação de 2002 foi importante, foi **formativa**, mas foi muito pouco tempo, tanto é que(...) a atual (2004) ficou longa (...) precisa ter caráter **permanente**.”* (Wambier)

*“Ela tem seu lado genérico universal que a questão de um projeto societário mais amplo, um projeto profissional, um projeto de sociedade que se pretende atingir. E tem como especificidade essa articulação, formação - **não uma formação profissional, mas em cidadania** - através do próprio exercício profissional. Eu acho que é um **trabalho educativo**, mas é também um trabalho de gestão, de planejamento e administração (...) Mas também de **prática direta**, no sentido que, naquele momento, os conselheiros, gestores,*

técnicos eram os usuários do Serviço Social, do trabalho que o assistente social desenvolvia. Então a especificidade é o trabalho com gestores, com técnicos com as pessoas que seriam responsáveis pelo planejamento, execução e controle da Política de Assistência Social (...) Para além do ensino formal, técnico. **Uma formação em cidadania é mais ampla.**”(Pires)

“...tudo se fundamentava nesse processo: porque você está **formando Conselheiros** – eles não têm vínculos, eles têm que ter a questão da vigília, do compromisso, da análise – porque isso bate com o que a gente pensa enquanto profissional (...) é um trabalho muito grande. É **outra dimensão** (...) A Capacitação é um novo modo de pensar, de agir, de mudança de comportamento (...) Por isso tem o caráter permanente, pela rotatividade (...) O povo não está preparado para este enfrentamento (...) A instrumentalização é muito importante (...) porque mudou a concepção de política.”(Malzoni)

“... principalmente esta **prática educativa, informativa e formativa**. Os sujeitos estão ali buscando conhecimento e **a forma como você vai estar discutindo** esta formação em conjunto com os conselheiros é que dá uma particularidade (...) a gente vê que a grande questão da prática formativa e o assistente social inserido nesse trabalho é que ele deve estar pensando a todo o momento de que forma que aquele conhecimento que ele está veiculando, está servindo tanto para instrumentalizar as pessoas, para que elas repensem a sua prática nos seus municípios, e para que elas enfrentem os problemas e as contradições do dia-a-dia (...), então a gente vê que é uma prática muito especial, o potencial desses **espaços formativos** é muito grande e o profissional de Serviço Social está sabendo ocupar esses espaços no Paraná.(...) A gente acredita muito nessa **prática educativa** (...) no fortalecimento dos sujeitos coletivos, esse fortalecimento pelo processo de construção de conhecimento, pelo apoderamento que o conhecimento dá (...) ele dá poder muito grande aos conselheiros de negociar as prioridades de seu município...”(Lavoratti)

“A medida em que você tem esse processo de **capacitação permanente**, você cria essa cultura – não só pontual, não só um curso (...) Isso **cria nova cultura** nesse campo (...) é necessário que o assistente social lute para consolidar essa processualidade, para que ele não trabalhe de forma focalista...”(Battini)

Os depoimentos revelam a configuração dos seguintes elementos constitutivos da prática do Serviço Social nas capacitações, que se articulam organicamente:

1. a tipologia dos sujeitos que recebem a ação do Serviço Social;
2. a dimensão pedagógica da ação profissional;

3. o caráter de processualidade e de permanência da ação para criação de uma nova cultura.

Inicialmente, observamos que as assistentes sociais, por vezes, referem-se às características dos participantes da capacitação, como sendo sujeitos representativos da gestão de políticas municipais, os quais podem ser multiplicadores dos valores, conhecimentos e práticas apreendidas no processo de capacitação. É por esse motivo o destaque para a **dimensão** dessa prática, pois trabalha como sujeitos políticos que desempenham papéis significativos nos seus municípios de origem, portanto nesta dimensão não são usuários diretos da Assistência Social, mas seus gestores. Estes precisam estar capacitados, através de um conhecimento crítico da realidade e das políticas sociais para atuar na esfera pública a que estão vinculados, para concorrer na construção dos consensos coletivos à contra-hegemonia. Segundo GRAMSCI, essa construção deve partir da sociedade civil – que congrega um conjunto plural de sujeitos políticos coletivos ou “aparelhos privados de hegemonia” – que devem estar instrumentalizados com perspectivas diferentes das dominantes em seu interior, para esse empreendimento social. Diz COUTINHO (1992), que essa movimentação política fez aparecer a esfera pública de múltiplos interesses que, organizados, podem lutar por consensos contra-hegemônicos. Os sujeitos políticos em questão se encontram na condição de integrantes de uma esfera pública, que segundo as assistentes sociais, são pessoas (gestores, conselheiros, técnicos) que possuem uma inserção social e política potencialmente aberta para um trabalho formativo em cidadania, em democracia, em emancipação.

Consideramos esse aspecto essencial para haver ressonância do **conhecimento crítico** trabalhado pelo Serviço Social em suas práticas como conselheiros municipais. Com isso não queremos afirmar que existem segmentos inaptos para esse tipo de trabalho, mas que pela inserção dos sujeitos na esfera pública, são potencial e formalmente constituídos para tanto. Caso contrário, estaríamos contradizendo o pressuposto gramsciano de que todo homem é um

filósofo, que naturalmente tem condições para elevar-se culturalmente do “senso comum” ao “bom senso”.²³³

Com relação a dimensão pedagógica do Serviço Social enunciada pelas assistentes sociais, a bibliografia corrente da profissão possui estudos significativos que nos respaldam para tecer a análise dessa categoria emergente nas falas dos assistentes sociais.²³⁴ Os estudos sobre essa dimensão da profissão derivam, em sua grande maioria, da referência gramsciana sobre educação, cultura e hegemonia, em especial do pressuposto: “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica...” (GRAMSCI, 1991,p.37), não como mecanismos de absorção passiva de informações num processo individual, mas com potencialidade transformadora de conhecimentos e práticas coletivas pela construção de nova concepção de mundo. Essa congruência em Gramsci fortalece a argumentação e a defesa que uma prática social, política ou profissional para ser emancipatória deve ter a dimensão pedagógica para a construção, pelas classes subalternas, de uma cultura contra-hegemônica. Ou nas palavras de NOGUEIRA (2004)²³⁵, autor-referência do pensamento gramsciano: “Não há emancipação possível que não contenha uma dinâmica educacional ou não consigo imaginar como se possa ter emancipação se os emancipados não forem educacionalmente qualificados, o que não quer dizer diplomados, mas terem formação ético-política-filosófica (...) Não é um movimento poético: ‘vamos nos educar, ficar todo mundo bonzinho’. Isso se faz na luta, é uma coisa política...”

Em síntese, em Gramsci, para a construção de uma contra-hegemonia é necessário o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica e coletiva para

²³³ GRAMSCI esclarece sobre os dois termos: “... ‘senso comum’ é um nome coletivo, como ‘religião’: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto do devir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’, que se contrapõe ao senso comum.” (2001, p.96) Ainda sobre senso comum SIMIONATO (1998), esclarece que é no espaço do senso comum que os segmentos das classes subalternas incorporam as ideologias dominantes como verdades, é também nesse mesmo espaço que pode ocorrer um processo de crítica e des-construção desse modo de pensar, expressão das contradições histórico sociais, favorecendo a formação de novos consensos que poderão concorrer à construção da contra-hegemonia.

²³⁴ ABREU (1996, 2001, 2004), IAMAMOTO (1992, 2000), BARROCO (2003), MARTINELLI (1995), PIRES (2003).

²³⁵ NOGUEIRA (2004), refere-se ao depoimento gentilmente cedido pelo autor quando da sua vinda à Ponta Grossa para a aula inaugural do Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – UEPG, em 17/8/04. A opção em colher esse depoimento deu-se pelo fato de que em seu livro: “Um Estado para a Sociedade Civil: temas políticos da gestão democrática – 2004 (objeto da aula inaugural), trata dos temas: formação, emancipação, hegemonia, entre outros, que são de interesse dessa tese. Portanto, quando aparecer a indicação NOGUEIRA (2004), a partir deste momento, sem a indicação de um número de páginas, o conteúdo refere-se ao depoimento do autor.

ultrapassar os limites da cultura dominante. “A preocupação de Gramsci é, pois com a transformação desta visão de mundo, com a elevação das condições de vida das classes subalternizadas e com sua inclusão no cenário histórico, excluídas que sempre foram dos processos histórico – sociais.” (SIMIONATTO, 1998, p.48)

A transformação da visão de mundo significa elevar o senso comum que corresponde à “... concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio (...) uma concepção desagregada, incoerente, inconseqüente, adequada a posição social e cultural das multidões...” (GRAMSCI, 1991, p. 143). Essa concepção de senso comum, não se limita aos bancos escolares e ao sistema educacional formal (embora façam parte da infra-estrutura – bloco histórico), mas o homem inserido nas relações econômico-sociais. A relação pedagógica não se limita às “relações escoláticas”, mas as relações nas quais as novas gerações entram em contato com as antigas gerações e absorvem suas experiências e valores, “amadurecendo” e desenvolvendo sua personalidade própria, histórica e culturalmente superior. (id)

O caminho de formação do bom senso parte do senso comum e da sua releitura crítica – desdobrando contradições, fragmentações e conformismos existentes – para a elaboração de uma nova filosofia, de uma nova concepção de mundo crítica.

Nesse sentido os intelectuais orgânicos têm papel fundamental de construtores, organizadores, “um persuasor permanente”, “um organizador dos aspectos práticos da cultura” (GRAMSCI), potencializando a capacidade intelectual e política dos grupos com os quais trabalha. Nesta perspectiva, Malzoni relata sobre o papel do assistente social nas capacitações: “*Preparar a nossa população para eles saberem, serem críticos, saber deliberar, para não serem massa de manobra...*”²³⁶

²³⁶ GRAMSCI, referindo-se ao partido de não-elite, de massas, esclarece o que chama de massa de manobra: “... como massas não têm outra função política que a de fidelidade genérica, do tipo militar, a um centro político visível ou invisível (frequentemente o centro visível é o mecanismo de comando das forças que não desejam mostrar-se a plena luz, mas apenas operar indiretamente por interposta pessoa e por ‘interposta ideologia’). A massa é simplesmente de ‘manobra’ e é ‘conquistada’ com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas.” (1989, p. 24)

Também em IAMAMOTO (2000), encontramos a posição de que os assistentes sociais ao realizarem suas ações profissionais exercem a função de educador político: um educador comprometido com uma política democrática ou um educador envolvido com a política dos “donos do poder”. Pelos depoimentos analisados até o presente momento, já podemos indicar que os profissionais entrevistados podem ser considerados como intelectuais comprometidos com a classe trabalhadora, com uma política democrática e com valores modernos emancipatórios (inclusive correspondendo aos preceitos do Código de Ética Profissional referido por repetidas vezes pelas assistentes sociais).

Aproximando a referência da prática educativa à trajetória histórica do Serviço Social, segundo ABREU tem sustentado (1996, 2001 e 2004), temos o seguinte perfil: uma profissão de cunho educativo voltado, preponderantemente, para os processos de organização, reorganização e afirmação da cultura dominante, contribuindo na mediação entre as necessidades sociais e os interesses do capital. Dentro dessa trajetória ainda, as marcas de um trabalho educativo podem percorrer diferentes caminhos em consonância com os percorridos pela profissão, nos quais tensionam-se perfis subalternizantes e emancipatórios.²³⁷

Como o enfoque deste trabalho percorre o Serviço Social contemporâneo, vamos nos centrar nas marcas do trabalho educativo construído pela profissão pós-anos 80²³⁸ e, principalmente, porque os dados coletados junto às profissionais referem-se à atualidade (sem desconsiderar que, no contexto da profissão perduram

²³⁷ ABREU (2004), constrói um quadro histórico analítico sobre os perfis pedagógicos do Serviço Social marcados pela subalternidade e pela emancipação, ou: pela ajuda, pela participação e pela participação emancipatória. A argumentação da autora passa inicialmente pela apreensão dos perfis pedagógicos da prática do assistente social, seguindo os marcos sócio-conjunturais da sociedade brasileira. Estuda esses marcos e as influências pedagógicas advindas daí, situando os perfis determinados pelos mesmos e chega a demarcar os seguintes perfis: pedagogias da “ajuda” e da participação compatíveis com a perspectiva conservadora dominante (características do período 50 –70). As diferentes pedagogias respondem a “...formas de ideologização da assistência como ‘assistência educativa’, tendendo a fetichização desta modalidade interventiva.” (p 52) Neste quadro histórico, a participação também marca o perfil profissional de luta pela hegemonia constituindo a pedagogia emancipatória pelas classes subalternas – desenvolvida no “... bojo das lutas sociais da classe trabalhadora e dos movimentos revolucionários na América Latina, assim como de outros processos e conquistas democráticas e emancipatórias da sociedade...” (p.55) Fazemos uso dessa referência para situar e argumentar a nova face da profissão e o seu perfil emancipatório, o que já vem sendo sistematizado na análise dos dados com referência a outros autores.

²³⁸ O período demarcado se justifica pela consolidação e maturação teórico-metodológica e ética do Serviço Social, através dos cursos de pós-graduação, do adensamento da produção acadêmica e do mercado editorial, da consolidação do projeto ético-político vinculado às lutas da classe trabalhadora; e ainda, por acreditar que esse processo é determinante da nova face do Serviço Social que trabalha pela emancipação social.

e se reatualizam as práticas conservadoras tensionadas pelas estratégias pós-modernas, para sua manutenção hegemônica).

Ainda segundo ABREU (2001 e 2004), no período pós-80 para o Serviço Social a participação é o eixo central da constituição de uma pedagogia emancipatória²³⁹ pelas classes subalternas. A participação simboliza o compromisso profissional com a luta das classes subalternas no sentido de superação da ordem e dos valores burgueses, através da luta por direitos como mediação para esse processo.

O assistente social é o profissional-referência da participação, “... entendida como compartilhamento de decisões, de poder. Pode impulsionar formas democráticas na gestão de políticas e programas, socializar informações, alargar os canais que dão voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar sua possibilidade de ingerência na coisa pública.” (IAMAMOTO, 2000, p.78)

Em consonância com essa perspectiva, os profissionais entrevistados, demonstram que a participação é um dos valores que os orientam, assim como, têm empreendido esforços no sentido de corresponder ao eixo pedagógico participativo-emancipatório:

*“A capacitação é elemento fundamental porque o modelo de gestão decorrente da institucionalidade das políticas pós constituição de 88 exige essa **participação popular**, esse controle social, e isso a gente só consegue com a competência por parte dos gestores e também da Sociedade Civil que **participa** e que **tem que ser estimulada** para esse processo, senão fica só a nível de governos...” (Pires)*

*“A gente acredita muito nessa prática educativa (...) no **fortalecimento dos sujeitos coletivos**, esse fortalecimento pelo processo de construção de conhecimento (...) ele dá um poder muito grande aos conselheiros de negociar as prioridades de seu município...”(Lavoratti)*

*“Com relação a dita paridade na negociação e na forma com que cada um se colocava e participava (...) o governamental tem conhecimento da máquina o que lhe dá um poder de condução dentro do conselho (...) A partir das capacitações equipara mais o poder de negociação das instâncias do conselho, e aí sim se pode falar em conselhos como espaço de **participação igualitária...**” (Lavoratti)*

²³⁹ Em Santos (2002), confirmamos o recurso metodológico da “pedagogia da emancipação” que consiste no cultivo de revalorização da comunidade, da experiência e da cultura da participação social. As experiências participativas e democráticas, diz o autor, são o caminho para “reinventar a emancipação social.”

Quando Pires e Lavoratti referem que a Sociedade civil “*tem que ser estimulada*” deve ser motivada, *fortalecida*, “persuadida” – através de uma prática educativa e do conhecimento crítico - *para esse processo*, podemos inferir, para a construção de novos consensos: alargar os canais de voz e poder decisório à sociedade civil, permitindo ampliar seu espaço na esfera pública. Assim, fica explícita a inserção do assistente social como educador político pela participação emancipatória. Esse eixo se traduz materialmente, em especial, em dois processos complementares: pela politização das relações sociais e pela intervenção crítica e consciente na sociedade “... processos que constituem a referência material das relações pedagógicas na perspectiva da formação de uma nova superior cultura.” (ABREU, 2004, p.55)

A concepção deste eixo pedagógico que move o Serviço Social contemporâneo, incorpora a concepção de emancipação social que move essa tese, no sentido de preconizar a politização e a ação críticas, pelos sujeitos coletivos. Ambas têm a marca explícita da luta pela emancipação social, plenas de fundamentação gramsciana e que também se faz presente nas falas das assistentes sociais entrevistadas, conforme podemos constatar:

Reiterando as palavras de Malzoni: “**Preparar** a nossa população para eles saberem, **serem críticos, saber deliberar**, para não serem massa de manobra (...) A Capacitação é um novo modo de pensar, de agir, de mudança de comportamento (...) porque mudou a concepção de política”(Malzoni)

“A importância é isso, para que o profissional esteja sempre atento para pensar esses elementos: de que forma que isso vai **elevantar o nível de consciência crítica**, de que forma esses conhecimentos estão sendo interiorizados pelos sujeitos (...) ter outros espaços de formação onde o conhecimento trabalha como um meio (...) para chegar num fim desejado: na capacitação o próprio meio já é a formação e a **finalidade é a construção de sujeitos mais críticos**, mais conscientes e que tenham um poder maior de intervenção na sua realidade ...” (Lavoratti)

As marcas da prática educativa emancipatória do Serviço Social se expressam materialmente desde a sistematização do eixo normatizador das capacitações (vide Quadro 5), até as ações descritas pelos entrevistados. Em

síntese: conhecer criticamente para poder intervir de forma consciente e autônoma na realidade social.²⁴⁰

Acrescenta MARTINELLI, sobre a prática educativa “... é a expressão concreta da possibilidade de trabalharmos com os sujeitos sociais na construção de seu real, do seu viver histórico. É uma prática que se despoja da visão assimétrica dos sujeitos com os quais trabalha e que se posiciona diante deles como cidadãos, como construtores de suas próprias vidas. É, portanto, *prática de encontro, da possibilidade do diálogo, da construção partilhada*”.(1995, p. 147). Expressão que se mostra nas seguintes falas:

*“... a intervenção é uma **forma dialogada**, de reflexão (...) não seria somente dar aula, palestra, partir justamente do que o pessoal traz de concreto e depois vamos abstrair, vamos retornar a um novo concreto pensado.”(Wambier)*

*“... a diretriz é de respeito ao sujeito, aos diferentes saberes, que se consiga a partir de elementos, angústias e questionamentos que ele traz da prática, trabalhar esse conhecimento, dando um retorno, mas trabalhando com esse sujeito alternativas que ele tenha no seu município. Então não é uma simples transmissão de conhecimento, é uma **construção conjunta** (...) a forma como você vai estar discutindo esta formação **em conjunto com os conselheiros** é que dá uma particularidade.”(Lavoratti)*

Os assistentes sociais esclarecem o tipo de relação estabelecida entre as partes envolvidas na prática educativa, que é orientada por **valores humanistas**²⁴¹ de seu Código de Ética: de respeito ao sujeito e ao seu conhecimento e a partir deste “*dando o retorno*” ou “*vamos retornar a um novo concreto pensado*”. Portanto, esclarece o depoimento: “*não é simples transmissão de conhecimento é uma construção conjunta* “ - expressando assim, uma visão de patamares de conhecimentos diferenciados, que se aproximam de “*forma dialogada*” - simétrica (conforme Martinelli).

²⁴⁰ O que corresponde ao objetivo / eixo central das capacitações sistematizado nos documentos dos programas (vide Quadro 5), com o que podemos constatar que o proposto ou planejado nos mesmos, foi concretizado no processo desenvolvido pelos profissionais.

²⁴¹ A presença e a orientação de valores humanistas no Código de Ética Profissional justifica, novamente, a contextualização sintética sobre o Humanismo (que fizemos no início do Capítulo I) e sua influência histórica à movimentos e perspectivas teórico-práticas que lutaram pela emancipação humana.

Soma-se à visão simétrica dos sujeitos à marca da processualidade e permanência à prática educativa, enunciada unanimemente pelos entrevistados:

“... manter essa processualidade, essa continuidade, pois mesmo que os conselheiros mudem (...) essa sazonalidade é muito presente na Assistência Social (...) interessa manter essa processualidade, esse debate, essa discussão mesmo com pessoas que vão saindo e entrando: eles se colocam como multiplicadores. Quem foi conselheiro sabe o que é Assistência Social, o que é um direito, o que é política pública. Então ele está influenciando nas outras múltiplas relações que ele estabelece ...”(Battini)

“Teve um momento que nós até pensamos de fazer uma Escola de Conselheiros – por este papel contínuo, mas não vingou. O que deu mais certo na nossa experiência foi a vinculação com as Universidades...” (Malzoni)

Para a construção coletiva de uma nova cultura sobre Assistência Social é preciso manter a oferta de programas / atividades que propagem no interior da sociedade a perspectiva sistematizada na LOAS, inclusive pela rotatividade dos integrantes dos conselhos. De outra forma, Battini esclarece, mesmo que os conselheiros mudem, esses levam o aprendizado sobre o que é uma política pública, o que é um direito, pois a formação não se limita aos programas de capacitação, mas avança processualmente pela “superação progressiva de patamares de entendimentos coletivos, de patamares de cultura...” (NOGUEIRA, 2004), no processo sócio-político mais amplo. Assim, se configuram dois lados da processualidade da prática educativa nas capacitações: de um lado a necessidade de mantê-la em função da reposição permanente de conselheiros, mas de outro, os conselheiros que foram capacitados levam adiante, em suas relações sociais, o aprendizado que tiveram nas oportunidades de capacitação.

No processo de trocas e influências os sujeitos também trazem à sua experiência de ser conselheiro uma formação anterior:

“Essa formação já inicia antes da pessoa entrar num conselho, ou entrar numa secretaria, numa universidade, mas que perpassa toda uma vida. Esse momento de capacitação (...) é o espaço para ela refletir, para ela estar reforçando uma formação vinculada aos princípios de cidadania, de democracia...” (Lavoratti)

Tal aspecto é relatado por Wambier:

*“Tem algumas pessoas que chegam na capacitação também com uma visão de mundo muito próxima do eixo que vai ser trabalhado, quer dizer que não vêem a realidade fragmentada. Pela própria inserção no processo social. **É aqui que está a verdadeira formação, se dá no processo social**”.*
(Wambier)(grifo nosso)

A questão da formação continuada e sua vinculação orgânica ao processo social mais amplo - ressaltada pelas duas assistentes sociais - extrapolar os limites dos programas de capacitação é um indicador de que as profissionais não a encerram no limite molecular de suas práticas, mas, corresponde ao significado e amplitude que uma “formação” implica. Essa visão vincula-se materialmente aos valores modernos que as orientam no sentido de totalidade, de democracia, de práxis social, os quais têm dimensões formativas que extrapolam a dimensão da prática profissional.

Tendo a referência da distinção entre as duas dimensões formativas – da práxis social e da prática profissional – para que esta última tenha um caráter formativo na acepção da palavra, NOGUEIRA (2004) esclarece que:

“Eu acho que seria melhor falar Programas Educacionais de cunho formativo: (...) Você pode treiná-lo para ser conselheiro (...) fazer com que ele conheça a LOAS, fazer com que ele saiba fazer um orçamento (...) uma série de coisas que tem efeito eminentemente prático. Fazer com que ele esteja hábil ou com que ele esteja melhor informado para que ele desempenhe bem o seu papel.

A outra face do processo / educação: é a **formação** – é ela que vai dar ao conselheiro condições de pensar criticamente o mundo. Aí a capacitação vira formação e vira **momento de processo emancipatório**. Se ficar só na face do treinamento (...) ela não é particularmente um momento emancipatório. É uma coisa que vai ajudar a pessoa a desempenhar bem a sua função, vai ajudar que ela seja cidadã mais plena (...) Por esse caminho que eu critico a maneira como se pensou (...) os processos de capacitação dos últimos anos – que é uma questão muito de acordo com a cultura dominante, quer dizer: você tem que dar coisas para que as pessoas desempenhem melhor suas funções.

Já o lado “formação para a cidadania” – que é emancipatória – nem sempre foi privilegiado. Às vezes para você – como gestor de programas de capacitação – (...) para você conseguir colocar nos cursos um módulo de formação propriamente dito é uma dificuldade. Primeiro por resistência dos alunos e os outros gestores não concordam: “isso é poesia” Tem que dar coisas para eles fazerem melhor o trabalho = uma coisa muito instrumental (...)

Os elementos da formação que podem contribuir para a emancipação : elementos da **racionalidade crítica** e política.(...) nós todos somos pessoas desejosas de adquirir mais razão, de incorporar a razão, mas nem sempre a gente se pergunta

qual razão que a gente está incorporando. Aí vem aquela distinção: razão instrumental – racionalidade instrumental-técnica que te habilita para fazer mais rapidamente as coisas com menor custo (...)

Você tem a racionalidade crítica que te ensina na medida em que você absorve, que te ensina a pensar. A fazer a abordagem do mundo de maneira menos ingênua, mais crítica.” (grifos nossos)

Fazendo o caminho de volta: a posição de Nogueira é encontrada nos depoimentos das entrevistadas com relação a concepção de formação que necessariamente passa pela negação da razão instrumental, que fragmenta o pensamento e a visão de mundo dos sujeitos, portanto, passa pela valorização da razão crítica que desvenda os desafios impostos pelos valores hegemônicos e pelo contexto sócio político. Nesse sentido, a “capacitação vira formação e vira **momento de processo emancipatório.**” A prática educativa que oportuniza aos conselheiros condições de pensar criticamente o mundo tem a função de persuadi-los a “fazer uma abordagem do mundo de maneira menos ingênua “. Por esse motivo, NOGUEIRA sugere a terminologia Programas Educacionais de cunho formativo às capacitações desta natureza.

A esse respeito, encontramos em Lavoratti que “...*existe uma discussão no CEDCA de que o termo capacitação lembra de pessoas incapacitadas para alguma coisa e de que o termo correto seria formação continuada.(...) Mas mesmo assim, a gente percebe que hoje o Programa de Capacitação Permanente no Estado do Paraná ele já se instituiu, independente da terminologia, ou do sentido lingüístico da palavra, ele tem a idéia de uma **formação continuada...***”

O autor fala ainda da dificuldade de propor e desenvolver programas formativos para fazer frente ao padrão instrumental de “treinamentos” que são uma exigência do mundo pós-moderno no sentido de estarmos cada vez mais aptos para concorrer por um lugar no mundo do trabalho e do poder. Encontramos a confirmação desta situação na posição de um dos conselheiros entrevistados quando avalia a inserção do Serviço Social na capacitação. Apesar de elevar a presença das assistentes sociais que trazem uma visão mais profunda da realidade, questiona o caráter “*filosófico*” dos temas trabalhados pelas mesmas:

“Foi importante a presença delas, como técnicas da área para orientar e ampliar os horizontes (...) Eu não saberia dizer como (...) a diferença é fundamental, é uma visão mais profunda, mais técnica, mais abrangente da

realidade. Percebe pontos de vista do cotidiano que a gente às vezes não vê (...) A atuação das assistentes sociais – eu não gostei muito da apresentação dos temas porque foi a nível teórico filosófico (...) fiquei profundamente decepcionado em alguns módulos por causa disso. Foi só filosofia da Assistência Social, porque o dia a dia de fato não foi útil para a gente ...” (C-2004)

Na seqüência dessa fala, pergunto: As questões filosóficas e sociológicas não precisariam constar da capacitação?

“Talvez não porque os conselheiros eles representam aquilo que há de concreto na Assistência Social. Claro que seria interessante levantar alguns pontos para despertar a gente, mas como capacitação de conselheiros eu acho que não.”(C-2004)

Diz o conselheiro: “era só filosofia da Assistência Social” ou na crítica de NOGUEIRA (2004) a esse tipo de interpretação: “isso é poesia” . Com o entendimento do conselheiro fica confirmada a valorização da racionalidade instrumental - técnica no sentido de trazer respostas objetivas para melhorar o desempenho prático do conselheiro. Nessa perspectiva, o conhecimento não precisa ser fundamentado política-sociológico ou filosoficamente, mas trazer respostas práticas, úteis para o dia-a-dia. Com relação a esta questão é preciso considerar que há uma cultura dominante que valoriza o quantitativo e que influencia diretamente às necessidades sociais - e aqui em especial – as necessidades de formação prática, ainda predominantes na concepção geral da sociedade. Logo, não é “culpa” do conselheiro ter essa visão, conforme temos argumentado desde o início dessa tese²⁴²; os homens fazem a história de acordo com as condições dadas ou herdadas do passado, ou seja, num processo formativo a “...cultura quantitativa impulsiona ainda mais a dinâmica objetiva de fragmentação e de disciplinarização do conhecimento, ajudando a empurrá-lo rumo a especialização estreita” (NOGUEIRA, 2004, p. 177) determinada por uma direção social e política hegemônica.

²⁴² Como a avaliação do programa de capacitação não é nosso objeto direto de pesquisa, mas perpassam alguns elementos que acabam o avaliando, pode ser que numa avaliação específica dos conteúdos do programa possa se identificar que o curso em questão pelo conselheiro, tenha uma ênfase na fundamentação teórico filosófica da assistência social. Se observarmos os quadros 2, 3 e 4 das capacitações de 2000 a 2004 vamos concluir, de forma ampla, que houve um avanço em termos de conteúdo, carga horária, objetivos e abrangência das capacitações. Para uma avaliação mais profunda do alcance do conteúdo dos mesmos seria necessária uma avaliação do programa, propriamente dita, junto a um percentual dos cursistas, para poder analisar a posição do conselheiro. A princípio – da forma como está colocada – nos parece que a crítica do conselheiro vai ao encontro da argumentação de Nogueira.

Para argumentarmos sobre uma direção diferente desta e solidificar uma concepção de formação, recorreremos novamente ao autor:

No sentido rigoroso da expressão, *formar* alguém não é apenas transmitir informações e habilidades ou socializar técnicas e modelos. Acima de tudo, é fixar uma perspectiva, ou seja, **estabelecer parâmetros intelectuais, éticos e políticos**. Trata-se de um processo de preparação para a vida, de articulação e de totalização de saberes, de diálogo com a história e com a cultura. Desse ponto de vista, o formar inclui a capacitação, ou seja, a instrumentalização de pessoas para uma melhor inserção numa dada área profissional ou no mercado de trabalho. Inclui, mas não se confunde com ela e nem se subsume a ela, sob pena de simplesmente negar a si próprio (...) capacitar sem deixar de formar, formar sem perder de vista o mundo prático, trabalhar com princípios, modelos e conhecimentos sem deixar de se preocupar com a sua tradutibilidade, ensinar a pensar sem esquecer de ensinar a fazer.” (*idem, ibidem*, p.175 – 176)

A posição de NOGUEIRA nos permite reforçar que a perspectiva pedagógica que ensine a pensar criticamente para potencializar uma ação reflexiva desse processo é a referência ético-política da profissão. Essa também nos fortalece para o enfrentamento da racionalidade instrumental e a valorizar a racionalidade crítica, como fundamento para a formação emancipatória. O conteúdo expresso na concepção do autor é encontrado em várias passagens dos depoimentos dos profissionais e análises já apresentados, e ainda, é confirmado na posição dos outros dois conselheiros entrevistados quando indagamos sobre a inserção do Serviço Social nas capacitações:

*“Tanto o assistente social como nós – um aprendeu com o outro (...) eu fui para aprender, realmente eu adquiri muitas coisas, principalmente sobre a política, o que é política. Eu achei realmente que o papel delas foi bem desenvolvido, a gente aprendeu bastante (...) Muita gente fala “eu não gosto de política” – mas nossa vida, desde que nascemos é política (...) Eu lembro de uma delas que falou sobre os municípios, sobre a participação das entidades, em **parceria na gestão, com o prefeito**. Isso me marcou muito (...) o que **eu aprendi** (...) sobre a política e que nós devemos **participar**, (...) e a importância de que a gente deve trabalhar junto com a prefeitura (...) **não como um favor, não confundir a assistência social com politicagem**, que a gente via muito por aí. (...) para mim foi muito importante saber **da política pública como nosso trabalho**. A palestra daqueles profissionais(...) me esclareceu muitas coisas.” (C-2000)*

O uso da expressão aprender confirma a marca da prática educativa do Serviço Social²⁴³, que neste caso específico, ampliou a concepção de política, de favor, de politicagem, para participação e *“parceria na gestão com o prefeito. Isso me marcou muito (...) o que eu aprendi...”* Considerada a dimensão molecular a que estamos pesquisando, a elevação do senso comum e de concepções tradicionais e conservadoras têm como referência a prática educativa do assistente social – que conseqüentemente cumpre com o seu papel de intelectual comprometido com a criação de novos valores ético-político e culturais.

Nesse sentido, lembramos de GRAMSCI quando refere-se a Filosofia da Práxis, como crítica ao senso comum e ao tê-la como referência “... não se trata de introduzir *ex novo*, uma ciência na vida individual de ‘todos’, mas de inovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente.” (1991,p. 18) Quando nos referimos a criação de novos valores, como já assinalado, partimos do pressuposto que esses valores já existem no interior da sociedade moderna, todavia, não são acessíveis a maioria da população para que não se tornem hegemônicos. Porém, precisam ser socializados, debatidos, “difundir criticamente verdades já descobertas” para que sejam base de “ações vitais” elevando o senso comum a níveis superiores de conhecimento.

Reafirmando o papel preponderante dos intelectuais nesse processo, o conselheiro de 2002 diz que a “... *atuação (do assistente social) é uma característica pela postura e linguagem utilizada. É uma atuação consciente, analítica, sem teor de assistencialismo*”

Se considerarmos os “perfis pedagógicos” construídos historicamente pelo Serviço Social podemos afirmar que o perfil a que os conselheiros e assistentes sociais expressam em seus depoimentos é o perfil da participação emancipatória.

²⁴³ Relembramos Marx na Tese III - na qual faz a crítica à possibilidade de transformação do mundo reduzida à atividade pedagógica,. Somente a práxis revolucionária, que consiste na elevação da consciência humana através de uma auto transformação e da transformação as circunstâncias sociais e econômicas que cercam o homem, pode transformar o mundo.

Sintetizando as marcas da prática profissional educativa, que emergiram na pesquisa, foram:

- a dimensão processual da formação sócio-política dos sujeitos coletivos²⁴⁴ situada no contexto das relações sociais;
- o compromisso ético-político com um projeto profissional e social que, teleologicamente, busca a construção de uma sociedade democrática;
- a racionalidade crítica como potencializadora da elevação sócio-cultural e política dos sujeitos coletivos;
- os intelectuais como um dos potencializadores dessa elevação;
- a relação simétrica com os sujeitos sociais considerados potencialmente protagonistas para a construção de uma cultura contra hegemônica;
- o estímulo e a instrumentalização técnico – política através da participação emancipatória na gestão social como possibilidade de inserção crítica na esfera pública e alargamento da democracia (na dimensão pesquisada: democracia municipal).

Na seqüência desse estudo, precisamos verificar se essas marcas repercutem ou influenciam pedagogicamente na formação do perfil do conselheiro, ou seja, esta formação está sendo concretizada na maneira de pensar e agir dos conselheiros? Ou, nas palavras de ABREU (2001, p. 8): a “... função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, através dos **efeitos da ação profissional** na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática” (grifo nosso)

Quer dizer, qual é o produto da prática do assistente social? Para responder essa questão é preciso considerar a posição dos conselheiros que foram sujeitos da prática do Serviço Social. O que podemos, até o presente momento, identificar como

²⁴⁴ Segundo SADER (1988) sujeitos coletivos representam “Uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nestas lutas”. Também em WANDERLEY (1992) encontramos um estudo sobre esse termo, diferenciando os sujeitos em constituição, constituídos e não constituídos.

positivo quando houve, pelos conselheiros, a ampliação da concepção de política e a crítica ao assistencialismo. A identificação da dificuldade de aceitação de uma prática formativa, que preconiza a fundamentação teórico-filosófico da assistência social (para aqueles que tem vínculos com a mesma), na tentativa de ampliar horizontes de conhecimento crítico e não apenas da razão técnica imediata, demonstra que não é um processo fácil de ser desenvolvido por todas as determinações sócio-históricas já analisadas, portanto um limite a ser enfrentado pela prática profissional neste contexto.

Sobre os efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos conselheiros já pudemos obter algumas informações, mas, por considerarmos este um indicador importante para analisar a potencialidade da prática do assistente social em produzir rupturas moleculares no contexto das capacitações, objetivo geral dessa tese, dedicamos o próximo item.

A título de complementação da caracterização da prática do Serviço Social junto às capacitações, ainda apontamos os instrumentais da prática educativa que, segundo os assistentes sociais, foi mediada por:

*“... instrumentais de **caráter educativo**, que perpassam toda a prática da capacitação, como a investigação da realidade dos municípios, da construção do diagnóstico, a gente utiliza como referencial além dos dados oficiais que o município já tenha, também a metodologia da territorialização (...) os diferentes instrumentais que perpassam a prática de investigação estão presentes num todo. E aí a gente vê que o Serviço Social ajudou a instrumentalizar o Programa, uma vez que foi o Serviço Social que propôs o diagnóstico, o monitoramento, a avaliação do programa no Estado..”(Lavoratti)*

*“Instrumentos: todos os possíveis que pudessem **priorizar a participação**, e isso foi desde o começo: organização, reuniões, discussões, debates, de articulação mesmo, documentação de todo processo. Instrumentos pedagógicos: material de qualidade para exposição dos conteúdos – de fácil visibilidade - para que pudessem ser apreendidos. A gente tinha essa preocupação técnico-político com uma direção e técnico-pedagógica para que o ensinamento ou aprendizado (ou aquilo que a gente queria propriamente discutir e não ensinar, mas discutir para que aquilo fosse apreendido pelo grupo – para que não fosse meramente uma formalidade (...)) o tempo todo nós reforçamos isso (...) que os conteúdos teóricos fossem acessíveis, compreensíveis no nível que contemplem as diversidades e diferenças culturais (...) Que não fosse simplesmente operacional, que as pessoas compreendessem o porque e a dimensão política do processo (...) os*

instrumentos foram técnico administrativo, técnico-político e técnico pedagógico...” (Pires)

Ressalta Malzoni: “quanto aos instrumentos (...) são os fundamentos que te dão essa prática” confirmando um debate contemporâneo sobre a temática na profissão de que as “...regras, as técnicas, não tem um valor em si mesma, elas se valorizam a partir das perspectivas que lhes dão feição” (KAMEYAMA, 1989, p. 104)

A expressão material dos instrumentais ou a sua objetivação é orientada pelos valores e fundamentos da prática profissional. Se, na prática investigada, esses correspondem aos valores modernos da democracia, do conhecimento crítico e da participação emancipatória, conseqüentemente, os instrumentais têm as mesmas marcas; o que pudemos constatar nas falas de Lavoratti e Pires.

Complementando essa posição, IAMAMOTO (2000) argumenta que a visão dos instrumentos de trabalho vão além de um “arsenal de técnicas”, se ampliando para abranger o conhecimento como meio de trabalho, traduzido como a base teórico metodológica essencial para a atividade do assistente social. A esse respeito Malzoni refere-se a definição de uma bibliografia básica para o Estado todo como “a primeira preocupação metodológica” a fim de manter uma uniformidade dos conhecimentos referenciais que fundamentaram a prática do Serviço Social nas capacitações.

Para visualizar os instrumentais utilizados na prática do Serviço Social e suas concepções, construímos o seguinte quadro:

Quadro 6 – Instrumentais do Serviço Social nas capacitações

Instrumental	Concepção / operacionalização	Sujeito
O curso	<i>“Instrumento do processo de qualificação – de formação”</i>	Battini
Pesquisa	<i>“atitude investigativa, conceitual e decisória ... move permanentemente em busca de respostas ... ampliando possibilidades de elevação de consciência, de referenciais...”</i>	Battini Wambier Lavoratti
Planejamento Diagnóstico	<i>“... iniciamos o desenvolvimento de estratégias ... de articulação com os parceiros no sentido de desenvolver o planejamento participativo, integrador e que viesse dar respostas a esse processo (...) “Planejamento do curso: levava em consideração toda perspectiva didático pedagógica: preparo de aula, do texto, dos equipamentos (...) no sentido de executar o proposto.” “Eram dadas as diretrizes de como elaborar um planejamento, e depois cada um ia para o seu local de origem e elaborava o seu planejamento de acordo com as especificidades e a particularidade da sua região, pois cada região tem situações diferenciadas (...) “Elaboração do diagnóstico do município pelos participantes” “Diagnóstico participativo: instrumento de planejamento das políticas de atendimento à família”</i>	Battini Wambier Lavoratti Pires
Reuniões	<i>Sistemáticas -“Com a equipe de coordenadores / quanto com os subgrupos no sentido de operacionalizar as decisões do coletivo(...)” “Formativas e informativas”</i>	Battini Lavoratti Pires
Relatórios / Documentação Publicação	<i>Parciais / Final Cartilhas – “...síntese e encaminhar a publicização e internalização dos pressupostos da lei.” “para socializar a experiência...”</i>	Battini Lavoratti Pires
Diálogo / Debate	<i>“a intervenção é uma forma dialogada, de reflexão (...) não seria somente dar aula, palestra, partir justamente do que o pessoal trás de concreto e depois vamos abstrair, vamos retornar a um novo concreto pensado.”</i>	Wambier Pires
Bibliografia Básica	<i>“Foi a primeira preocupação metodológica (...)</i>	Malzoni
Avaliação	<i>Ao final do curso pelos cursistas (formulário)</i>	Malzoni
Oficinas	<i>Vivências, trabalho de grupo, troca, expressão corporal.</i>	Malzoni Pires Wambier
Abordagem	<i>Aos cursistas e Conselhos</i>	Lavoratti

d) Rupturas Moleculares Emancipatórias

“... partindo dessas **mudanças que muitas vezes são sutis**, que não se percebem de cara, (...) isso se reverte em novas posturas éticas, novas posturas profissionais, novas práticas nos municípios, que muitas vezes são difíceis de mensurar através de relatórios ou dados quantitativos. Essa mudança na postura do sujeito que é o grande objetivo do processo de capacitação...”(Lavoratti)

Para a análise desse item, partimos do entendimento que as conquistas históricas de práticas ou movimentos sociais de caráter emancipatório são frutos da consciência ativa dos sujeitos que as protagonizaram, desta forma, para fazer avançar uma perspectiva contra-hegemônica de transformação das relações sociais e econômicas da sociedade contemporânea, há que se investir processualmente na elevação cultural ética e política dos grupos e segmentos das classes sociais. Segundo NOGUEIRA, a “... transformação se assemelha a uma obra de arte política, edificada e lapidada ‘molecularmente’ ao longo do tempo por amplos arcos de sustentação (...) só faz sentido se concebida como *processo* no qual o ‘objetivo final’ se materializa mediante *objetivos intermediários e soluções positivas*.” (2004, p.33) (grifos do autor)²⁴⁵

Transpondo essa referência à dimensão molecular da pesquisa em questão, acreditamos que esse *processo* é desenvolvido no espaço cotidiano, no qual o assistente social pode materializar a sua teleologia profissional (objetivo final) mediada por *objetivos intermediários* (para usar as expressões de Nogueira),²⁴⁶ e assim, poder contribuir molecularmente para o avanço do mesmo. Através da prática educativa cotidiana, os assistentes sociais têm marcado a história e imprimido

²⁴⁵Extraímos essa passagem do item “esquerda e hegemonia” no qual o autor analisa o problema da mudança e da organização de novas hegemonias no Brasil. O termo “amplos arcos de sustentação” refere-se a um programa abrangente e agressivo de reformas nacionais para a construção de uma nova hegemonia pela esquerda no Brasil.

²⁴⁶Essa afirmativa não se desloca do debate sobre autonomia relativa do assistente social, ou seja, a materialização daqueles é determinado pela sua inserção na divisão sócio-técnica do trabalho e dos desdobramentos que essa implica (condição de assalariamento, atividades técnico burocráticas, mediação entre interesses contraditórios do capital e do trabalho...)

processualmente uma direção social à Assistência Social no Estado do Paraná, respaldados pelas legislações social e profissional. Fazemos essa afirmativa com base nos depoimentos colhidos, e aqui em especial de Battini: “*Você faz a história no **cotidiano**, você não marca a hora. E como você está inserida no **processo**, as situações, os acontecimentos vão emergindo e você vai se inscrevendo neles.*”(grifos nossos)²⁴⁷

A inscrição nos acontecimentos se dá então no cotidiano que, segundo HELLER (1989), é carregado de alternativas, de escolhas e estas, por sua vez, são determinadas pela moralidade, pelos valores que orientam o indivíduo. “Quanto maior a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos pode se falar de uma decisão cotidiana”.(p.24) Isto é, o compromisso ético-moral e político da profissão com valores humano sociais, construído na formação profissional, nos orienta a fazer escolhas cotidianas que vão além daquela ação imediata que estamos trabalhando.

Esse complexo movimento cotidiano desafia os profissionais a fazer a “ difícil passagem de nossa compreensão teórico-metodológica, totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações”(YAZBEK, 2001, p.38) com vistas a concretizar os fundamentos e valores modernos do projeto profissional. Aspecto destacado unanimemente por todas as profissionais entrevistadas desde a proposição até a execução das capacitações no Estado.

Diante da dificuldade enunciada, YAZBEK (*idem*) formula vários questionamentos, entre eles: “Como construir esse projeto no **tempo miúdo** da ação profissional?” (grifo nosso) Deixa em aberto as questões formuladas para serem pensadas com a referência de uma “nota de esperança” no “caos” da pobreza e da exclusão, que caracterizam a classe subalterna brasileira, dizendo que, “... não há **rupturas no cotidiano** sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional do assistente social circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o

²⁴⁷ O uso do termo “você” por Battini que dizer o assistente social, o profissional.

desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.” (*idem, ibidem*, p 39) (grifo nosso)

As expressões “construir e reinventar mediações” de YASBEK e “objetivos intermediários e soluções positivas” de NOGUEIRA, podem ser aproximadas à concepção de rupturas moleculares da prática do Serviço Social que podem contribuir para a referida articulação. Retomando do Capítulo II, a concepção de rupturas moleculares que move a presente investigação, temos que: “são mediações possíveis de se concretizar, transposições e passagens que buscam a elevação de situações de subalternidade à de protagonismo (...) é nos enfrentamentos **cotidianos** e práticos que as rupturas moleculares constituem-se nos desafios para superar o imediato, a ‘normalidade’ e o senso comum (...) são ações concretas que, não necessariamente rompem com o contexto ou estrutura mais amplos, mas fazem parte de **processos** orgânicos de grupos, facções, movimentos (...) são expressões materiais e concretas – como indicadores para a pesquisa em processo: a elevação do conhecimento e da consciência críticos e a potencialização do protagonismo autônomo de grupos através da socialização da política, a ocupação de posições a reconstrução do espaço público...” Objetivamente, as concepções, tanto dos autores como a nossa, são alternativas reais e passíveis de serem concretizadas na relação com os sujeitos da prática profissional.

Para enfrentar os desafios cotidianos no “tempo miúdo” da prática profissional (e aqui se tem a dimensão desse desafio e o quanto o assistente social “gasta energia” para desenvolver a sua prática: no tempo miúdo, na busca de respostas positivas, nas rupturas moleculares...), podemos acrescentar na nota formulada por YAZBEK que o “profissional se faz, fazendo,”²⁴⁸ ou seja, não é no plano ideal que os enfrentamentos profissionais vão ganhando corpo, mas é na prática e nos resultados dessa prática é que se pode observar o alcance e a organicidade do compromisso do assistente social com a construção de um projeto contra-hegemônico.

Com as orientações aqui sistematizadas investigaremos os resultados da prática do assistente social a fim de analisar sua potencialidade em produzir rupturas

²⁴⁸ Expressão usada por Miriam Veras Baptista no artigo “A ação profissional no cotidiano” in O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. São Paulo : Cortez EDUC, 1995.

moleculares emancipatórias no contexto das capacitações e, ao final da análise, se essa potencialidade contribui para percorrer o caminho ético-político indicado pelo seu projeto profissional. Ou seja, a questão que este item pretende responder é: a prática do Serviço Social tem potencializado rupturas moleculares emancipatórias através da elevação do senso comum e do protagonismo dos conselheiros, junto ao espaço público a que estão vinculados?

Para essa compreensão recorreremos tanto aos profissionais executores da prática como, em especial para esta questão, os conselheiros capacitados pela ação do assistente social, pois como diz Wambier quando questionada sobre os resultados da capacitação na prática dos conselheiros: *“Para saber isso é preciso buscar os conselheiros capacitados...”*

- Os resultados da prática: na perspectiva dos Assistentes Sociais e dos Conselheiros Municipais:

Os programas de capacitação não possuem uma avaliação ex post²⁴⁹ junto aos participantes, ou seja, avaliação após a sua execução a fim de analisar os efeitos e impactos dos mesmos, o que poderia contribuir com a análise aqui proposta. As coordenadoras manifestam essa dificuldade:

“...nós tentamos fazer o acompanhamento / supervisão lá no município, mas não conseguimos. Não tinha recurso. Nossa proposta era fazer seminários de discussão e depois um acompanhamento em serviço...” (Battini)

“... uma deficiência do programa de capacitação é de não possuir ainda um instrumental para poder avaliar mudanças de posturas e valores lá na realidade municipal. Como você mensurar, medir esses resultados? Uma coisa que a gente esta pensando...” (Lavoratti)

²⁴⁹ “A avaliação depois ou ex post, distingue-se da avaliação do fim do programa, realizada imediatamente à sua conclusão, por se realizar somente quando o projeto já alcançou pleno desenvolvimento, após meses ou anos da sua finalização (...) avaliar eficiência, produtos, efeitos e impactos, bem como conhecimento e experiência para orientar programas futuros.” SILVA. M O S. Avaliação de Política e Programas Sociais: teoria e prática. São Paulo : Veras Editora, 2001. Em contato informal com assistentes sociais do Escritório Regional da Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social –SETP (órgão gestor estadual responsável pelas capacitações) durante a coleta de dados para essa pesquisa, fomos informados que a referida secretaria não faz um acompanhamento sistemático junto aos Conselhos Municipais de Assistência Social que lhes de condições para avaliar a prática dos conselheiros pós-capacitações, devido a grande demanda de trabalho regional e o pequeno número de profissionais para tanto.

Conforme esclarecido por Lavoratti, essa é uma preocupação para o avanço das futuras edições da capacitação. Para a capacitação de 2004 há uma proposta, sistematizada no convênio com as universidades, para ser realizada no ano de 2005, através de um “... recurso a ser utilizado para a aquisição de acervo bibliográfico, equipamento e suporte de um Núcleo Permanente de Assessoramento aos Conselhos Municipais e Tutelares para efetivação e consolidação da Política Pública de atendimento às famílias e adolescentes.”(Wambier) A assessoria permanente das universidades aos conselhos poderá ser um ganho qualitativo no trabalho dos mesmos, assim como ser espaço para o acompanhamento e possível avaliação dos resultados das capacitações na prática dos conselheiros.²⁵⁰

A proposição da capacitação de 2004 de um assessoramento aos conselhos pós-capacitação é um demonstrativo que o processo foi se auto-corrigindo, pois a relação estabelecida entre os sujeitos envolvidos (profissionais e conselheiros) no processo é uma relação pedagógica de trocas e influências, nas quais se identificaram as dificuldades e facilidades do processo. Uma delas é a necessidade de manter uma relação, neste caso de assessoria, pós-capacitação e assim realimentar as próximas edições do programa.

Apesar dos assistentes sociais não disporem de dados sistematizados sobre a prática dos conselheiros pós-capacitação, estas expõem os resultados e as contribuições da capacitação – mediados pela prática do Serviço Social²⁵¹ - segundo a sua experiência no processo:

²⁵⁰ A avaliação do programa é feita durante a realização dos cursos, em 2004: “Temos os instrumentos formais – avaliação pelos cursistas dos professores - avaliam o conteúdo, a articulação entre eles (...) avaliação da organização geral do curso, e existe a avaliação dos coordenadores pedagógicos e administrativos (...) mas eles ainda não estão fechados no estado (...) são aproximadamente 2500 pessoas participando desta Capacitação...”(Lavoratti)

²⁵¹ Podemos reafirmar que os resultados do processo de capacitação foram mediados pela prática do Serviço Social (mas não exclusivamente) com base nos Quadros 2, 3 e 4 que caracterizam as capacitações no período 2000 – 2004, nos quais observamos que os executores são em grande maioria vinculados ao Serviço Social: do total de seis universidades executoras cinco são representadas pelo Serviço Social. Exceto em 2000 quando uma das universidades ainda não contava com o curso.

**Quadro 7 - Resultados do Processo de Capacitação na perspectiva dos
Assistentes Sociais**

Continua...

Depoimentos: contribuições	Sínteses categoriais-
<p>“...avançou no Estado do Paraná (...) a capacidade em rede e intersetorial (...) mostrar que não é cada um puxar para seu segmento que a realidade não é ou não deve ser fragmentada (...) Que cada conselho tem que conhecer a realidade de cada conselho, de cada política para estarem pensando e trabalhando de forma mais articulada em seu município(...)É um avanço na compreensão da realidade e das discussões desses modelos de gestão social” Com certeza (...) Se pegarmos 40 %, já que vai ser diferente se ele introjetar, assimilar, incorporar e subjetivamente mudar a sua visão, se objetivar a sua prática de modo diferente (...) Se 40% assimilaram desta forma, mudando valores, mudando visões e perspectivas eu acho que vale a capacitação – não precisa saber 100% do conteúdo(...) mas ele também aprende a ir atrás, porque o conhecimento não se esgota ali...” (Wambier)</p>	<p>Avanço:</p> <ul style="list-style-type: none"> - na capacidade de gestão intersetorial; - na compreensão da realidade e dos modelos de gestão; - estimativa de 40% mudança de valores, visões e perspectivas.
<p>“Eu vejo o grande avanço do Programa de Capacitação do Paraná este ano (2004):ele vai ao encontro da discussão nacional de uma nova política de Assistência Social (...) possibilidade de criar espaços de vivência, de criar vínculos políticos entre as pessoas e organizações que permitem a essas pessoas descobrir valores em comum que vão ajudar a pensar lá no município a possibilidade de se pensar um trabalho em comum, articulado, em rede, que supere a fragmentação(...) que supere a gestão fragmentada (...) Nisso a capacitação contribui também para repensar uma nova forma de gestão pública, de fazer política (...) Então a gente vê que a partir do momento que os conselheiros tem essa consciência (...) começam a cobrar uma política pública com continuidade nos seus municípios (...) a partir das capacitações equipara mais o poder de negociação das instâncias do conselho e aí sim falar em conselho como espaço de participação igualitária (Lavoratti)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de espaços de vivência, de vínculos políticos, de valores comuns; - Repensar a forma de gestão pública, de superação da fragmentação, de fazer política; - Elevação do nível de consciência e cobrança do caráter de continuidade das políticas públicas; - Equiparação do poder de negociação na instância do Conselho;
<p>“Nesse ponto isso contribui muito, se foi 100% eu não vou dizer (...) mas os municípios não podiam se habilitar (para receber recursos) porque não tinham a documentação (atas do Conselho) porque eles eram leigos, despreparados (...) depois do processo de capacitação a gente conseguiu ver a mudança de todo esse processo dentro do Estado, porque realmente é uma qualificação (...) O cidadão (...) no seu papel dentro do Conselho deliberativo aumenta a sua responsabilidade (...) ele fica mais critico, consegue ver as coisas num outro nível, ter força de enfrentamento...” (Malzoni)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação na gestão; -Aumento da responsabilidade, da criticidade, da força de enfrentamento;

<p><i>O primeiro imediato –para que a política de AS se desenvolva com qualidade (...) no sentido de dar respostas efetivas às demandas dos destinatários. É preciso aprender a fazer bem feito. Segunda perspectiva mediata: pela via da qualidade impressa na gestão social e nos serviços propiciar condições emancipatórias, abrir possibilidades emancipatórias considerando a política de AS, como um instrumento de ruptura, de elevação de sociabilidade na construção de uma nova sociabilidade. Não vejo isso como uma visão messiânica. A AS não vai mudar o mundo, mas também vai. Se ela oferece possibilidades de assecuramento do direito, de inclusão social..(Battini)</i></p>	<p>-Imediato:Qualificação da política de Assistência Social para dar respostas às demandas; -Mediato:Propicia condições emancipatórias da Assistência Social ser um instrumento de ruptura, de construção de uma nova de sociabilidade;</p>
<p><i>“...a criação de competência da gestão da política da Assistência Social, competência técnica e também política. Não adianta você saber só operacionalizar, porque esta operacionalização esta dirigida por princípios e valores, e foi isso que a gente procurou trabalhar.”(Pires)</i></p>	<p>-Criação de competência na gestão técnica e política da Assistência Social dirigida por princípios e valores;</p>

Observando os depoimentos e as sínteses categoriais, advindas daqueles, temos os seguintes dados quantitativos quanto aos resultados da prática:

100% das assistentes sociais responderam que a capacitação resultou na **qualificação para a gestão** da Política Pública da Assistência Social e na **mudança de valores, visões e perspectivas**. Ainda como resultado apareceu em **80%** das respostas a **elevação do nível de consciência (crítica / política) e o fortalecimento para a ação**.

As diferentes sínteses categoriais se aproximam pelo conteúdo que expressam, ou seja, qualificação para gestão e fortalecimento para a ação tem conotações similares. Porém, optamos em separar pelo contexto que a segunda representa no sentido de aumento da capacidade de enfrentamento pelo conselheiro diante dos desafios que a gestão social implica. Assim como, mudança de valores tem a ver com elevação do nível de consciência, mas, optamos, em separá-las didaticamente também em função da representatividade de ambas no contexto da pesquisa: valores e consciência crítica são fundamentais para desencadear rupturas moleculares emancipatórias. Como as porcentagens foram muito próximas, acreditamos que esse procedimento não significa alteração dos resultados.²⁵²

²⁵² A porcentagem alta ou muito próxima dos conteúdos das respostas já era esperada, pois desde os primeiros elementos analisados as respostas das assistentes sociais foram muito próximas. Assim, podemos confirmar a característica da *articulação* do grupo de profissionais - no contexto das capacitações no Paraná – através da proximidade dos conteúdos das respostas.

Quadro 8 – Resultados do Processo de Capacitação na perspectiva dos Conselheiros

Depoimentos : resultados concretos da capacitação	Sínteses categoriais
<p><i>“Antes eu não tinha, como eu disse antes, as idéias que eu tenho hoje sobre a política pública, sobre assistencialismo. Eu achei que aprendi muito, a cada dia a gente aprende (...) Mudou meu trabalho, um trabalho de doze anos. Tudo o que eu aprendo sobre assistência social pra mim é muito importante: é a estrutura, o alicerce básico do meu trabalho para dar continuidade” C-2000</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança de concepção de política pública; - Mudança no trabalho.
<p><i>“A mudança de postura frente às situações sempre acabam se aprimorando e a análise passou a ser diferente. Todo o curso de capacitação provoca mudança em mim, porque me proponho aberta ao conhecimento e com intenção de provocar mudança ao meu redor (...) Então a prática se modifica para melhor.” C-2002</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança de postura e de análise e de prática para melhor.
<p><i>“... a coisa se ampliou bastante, porque quando a gente trabalha na nossa entidade a gente só enxerga a entidade da gente; e aqui a gente recebeu um material sobre rede de assistência social, o SUAS, o cadastro único de entidades do município. Então tudo isso foi se somando, a gente quer ver se promove uma feira solidária onde as entidades podem oferecer umas para as outras aquilo que já fazem. A entidade não precisa fazer todos os trabalhos dentro dela. Ela pode fazer uma atividade e contar com o apoio da outra, por exemplo. É uma coisa que surgiu a partir da formação e da prática aqui no conselho”.</i> C-2004</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da visão sobre Assistência Social; - Ações articuladas com outras entidades.

Observando os resultados sob a perspectiva dos conselheiros, verificamos que também há uma identidade nas respostas dos mesmos: **mudança de concepção de política** em **100%**, como expresso, por exemplo, pelo C-2000 “... eu não tinha (...) as idéias que tenho hoje sobre Política Pública” e **mudança de postura e de prática** enquanto conselheiro também em **100%**, conforme C-2004 “ a coisa se ampliou (...) a gente só enxerga a entidade da gente...” mas depois dos conteúdos trabalhados “... isso foi se somando (...) uma coisa que surgiu a partir da formação e da prática aqui no conselho”

O esclarecimento do conselheiro é oportuno para que não se maximize o alcance das capacitações por si só. Aspecto já enunciado pelas assistentes sociais quando do seu relato sobre a implantação e implementação da LOAS no Estado e sobre as concepções de “formação” e de “prática educativa”, as quais não se

encerram nesta dimensão. “Claro que **não é resultado exclusivo de uma capacitação, mas do processo** de reflexão que se iniciou neste espaço coletivo e que foi germinando...” (Lavoratti) O conselheiro entrevistado - C-2004 - também se refere a formação obtida na capacitação e a prática no conselho como determinantes de uma “nova ação” a ser desenvolvida, o que representa objetivamente a constituição dialética entre teoria e prática numa unidade para renovação de práticas sociais.

Cruzando as respostas dos assistentes sociais com as dos conselheiros vamos observar (mantidos os devidos níveis de formação) que os resultados são comuns nas perspectivas das duas categorias de sujeitos (tanto em conteúdo como em porcentagem): compreensão da realidade, mudança de concepção e de valores, mudança e fortalecimento à ação. E, essas, por sua vez, também se relacionam dialeticamente entre si, ou seja: a mudança de valores desencadeia, paralelamente, a elevação do nível de consciência, que pode desencadear fortalecimento e qualificação para ação; que precisa estar alimentada teoricamente, e assim, se mantém a processualidade que lhe é inerente. Com essa constatação, imediatamente confirmamos as teses de Marx e de Gramsci sobre a relação teoria / prática: o conhecimento crítico é a expressão e produto da “atividade humana como atividade objetiva” (MARX, 1979) ou seja, práxis humana.

O espaço de ação política é propício para a formação de valores, de culturas, de concepções e se esse espaço for orientado por práticas verdadeiramente democráticas, pode desencadear pedagogicamente a multiplicação de práticas similares. Adequando a referência gramsciana sobre as estratégias e mecanismos de manutenção da posição hegemônica através da revolução passiva²⁵³, podemos utilizá-la para argumentar que “... as modificações moleculares (...) modificam progressivamente a posição precedente (...) e transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1989, p.77) Este movimento, implica na instituição de uma racionalidade crítica nas práticas sociais que não se limita no repasse ou assimilação passiva do conhecimento, mas, sobretudo, passa pela vivência, pela formação, para que haja elevação na capacidade de desenvolver ações reflexivas a

²⁵³ Dizemos adequar o ponto de referência de Gramsci na concepção de revolução passiva em função de que o autor usa essa categoria para analisar o avanço e absorção de valores e mudanças instituídas pelo poder hegemônico no seio da sociedade, para manutenção de sua posição. Se adequarmos a referência, podemos ir instituindo “modificações moleculares” emancipatórias para serem absorvidas na prática social, mas através do exercício crítico sobre as mesmas. Sobre o conceito de revolução passiva em Gramsci consultar KEBIR (2003)

esse processo. Numa dimensão ampla, GRAMSCI chama esse movimento de grande política²⁵⁴ – superação da visão passiva à elevação intelectual e ética, por isso fundamentada por “novos valores ético-políticos”. Esse movimento implica em sair do corporativismo, e para a dimensão molecular da pesquisa em questão, sair da “... *fragmentação – descobrir valores em comum que vão ajudar a pensar lá no município a possibilidade de um trabalho em comum, articulado...*” (Lavoratti)

A passagem do pensamento à ação, em termos coletivos, é um movimento do devir histórico que deve ser ensaiada nas mais diversas instâncias moleculares da vida social para a construção de “*novas sociabilidades*”, como diz Battini. E numa perspectiva mediata, conforme os conselheiros, na *mudança de postura, de trabalho ou na proposição de novas ações* num processo de caráter histórico e permanente.

A estimativa prevista por Wambier de 40% dos conselheiros objetivar a sua prática de forma diferente depois da capacitação foi superada na amostragem desta pesquisa: “*Se pegarmos 40 %, já vai ser diferente; se ele introjetar, assimilar, incorporar e subjetivamente mudar a sua visão, se objetivar a sua prática de modo diferente (...) Se 40% assimilaram desta forma, mudando valores, mudando visões e perspectivas eu acho que vale a capacitação.*” Ou seja, em 100% dos entrevistados, conforme seus depoimentos, houve a incorporação e objetivação de novos valores. A qualidade de “novo” é utilizada em referência ao padrão hegemônico dos valores que perpassam e dominam a sociedade capitalista moderna, mas são valores antigos se referendados à Modernidade, enquanto movimento histórico político e cultural, que revolucionou a sociedade no século XVIII e XIX, mas que, sob o domínio do capital, percorreu caminhos adversos aos democrático-revolucionários.

Se considerarmos, por exemplo, as 2.800 pessoas (conforme previsto no programa de 2004), que estão sendo capacitadas nesse ano no Estado do Paraná, essa porcentagem poderá ser alterada, mas também a representatividade daqueles que incorporaram os “novos valores” da direção ético-política da capacitação, produzirá uma repercussão ou resultados significativos na prática dos conselheiros.

²⁵⁴ Como já vimos no capítulo II quando valorizamos o molecular, não significa que estamos valorizando a “pequena política” conforme a concepção gramsciana, na qual os valores e interesses individualistas e de acomodação esvaziam as perspectivas emancipatórias, mas o alargamento da democracia, da participação ativa e consciente dos grupos. “Fortalecer a micropolítica é fundamental, embora não na visão de interesses ‘econômico-corporativos’, mas como um espaço de ampliação da esfera pública centrada na dimensão ‘ético-política’ e nos interesses universais e coletivos.” (SIMIONATO, 2003, p. 284)

Cabe ressaltar que, essa ressonância não acontece de forma imediata, mas sim processual e molecularmente, pode se esperar “repostas positivas” da capacitação, principalmente pela envergadura teórico-metodológica que possui e pelos depoimentos aqui obtidos.

As respostas e porcentagens nos animam quanto a sua congruência com a discussão que temos empreendido nesta tese sobre a potencialidade do Serviço Social, em produzir rupturas moleculares, no contexto das capacitações no Estado do Paraná. Mais ainda quanto aos indicadores: elevação do senso comum e do protagonismo dos conselheiros, quando afirmam que houve mudança de concepção e prática, se comparados às práticas anteriores à capacitação *“eu aprendi muito (...) mudou o meu trabalho, um trabalho de doze anos...”*(C-2000) *“A gente entra no Conselho pensando na entidade e sai pensando na Assistência Social para o Município”* (C-2004) *“A mudança de postura frente às situações (...) e a análise passou a ser diferente.”*(C-2002)

Soma-se aos depoimentos colhidos diretamente junto aos conselheiros capacitados, os relatos informais que alguns conselheiros fizeram aos assistentes sociais durante o período das capacitações que demonstram alguns resultados qualitativos:

“Muitas vezes os conselheiros nos diziam: “Agora sim eu sei que tanto por cento do orçamento vai para a saúde, eu vou lá exigir, porque isso é um direito e não um favor!” Desta forma você está instrumentalizando pessoas para estar lutando por uma sociedade mais justa que também é nosso projeto societário.” (Lavoratti)

“Nessa capacitação (2004) os alunos vão contando nos intervalos, vão fazendo um feedback(...) como aquele exemplo onde os vereadores de um município estavam perguntando ao conselheiro o que é LDO, o que é Plano Plurianual²⁵⁵. O pessoal disse que deveria ter um curso para vereador. Então, entra a questão da cidade - não vai repercutir apenas quando ele for brigar por recursos ou no seu desempenho como conselheiro, mas nele também, como cidadão(...) eles falam que aprenderam muita coisa que não sabiam, ou que não enxergavam.” (Wambier)

²⁵⁵ Conforme MURGE, A. et all (2002) - Cartilha publicada pela equipe de executores da Capacitação de 2002 – Volume 2 “Planejamento e Financiamento da Política Pública de Assistência Social” o Plano Plurianual PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e Lei Orçamentária Anual LOA – são instrumentos que “... constituem em leis de iniciativa do Poder Executivo, aprovadas pelo Poder Legislativo, que determinam as receitas e despesas do poder público e os meios de seu financiamento, por um período de tempo definido” (p 35)

*“Temos aspectos qualitativos das capacitações anteriores: alguns alunos das capacitações anteriores que hoje são docentes da capacitação, conselheiros que montaram programas de rádio para discutir o ECA, a LOAS e outros conselheiros que começaram trabalhos em escolas para divulgar o trabalho dos conselhos, trabalhos nas comunidades (..) programas de apoio às famílias formulados a partir das capacitações. Claro que **não é resultado exclusivo de uma capacitação, mas do processo** de reflexão que se iniciou neste espaço coletivo e que foi germinando (...) Os avanços são inúmeros, principalmente se a gente for observar a questão qualitativa...” (Lavoratti)*

Conhecer o orçamento de seu município, dominar a terminologia da política pública, montar programas de rádio para discutir a legislação, propagar a perspectiva da cultura de ter direitos é um avanço molecular democrático de socialização da política e da ocupação de posições no espaço público. Os avanços qualitativos moleculares – em termos de concepções, posturas e práticas pelos conselheiros - não são **resultados** exclusivos de uma capacitação, mas de todo o **processo** desencadeado no Estado na última década, como reflexo de políticas e conjunturas nacionais, mas também, potencializado localmente por sujeitos sociais envolvidos com as áreas afins da capacitação. Esta consideração referenda novamente o caráter de processualidade da formação, que também é encontrado nos depoimentos dos conselheiros quando indagados sobre a possibilidade de continuidade de seu processo de formação: *“eu quero estar por dentro das novidades de vocês assistentes sociais, porque as palestras geralmente são com vocês assistentes sociais (...) porque se você fica parado neste mundo (...) Vou participar sempre!” (C-2000)*

Diferentemente C-2004, como conseqüência da crítica feita quanto ao “caráter filosófico” da capacitação – responde: *“ Eu participaria de outra capacitação, mas se fosse mais objetiva que essa (...) ajuda a ampliar a visão, mas você fica com a cabeça fora (...) A gente precisa de formação técnica na área, quanto mais informação a gente tiver, mais a gente tem meios de tomar a decisão correta, mais bem pensadas, dentro daquilo que se propõe a Assistência Social ...”*

O conselheiro continua mantendo posições contraditórias em seus depoimentos quando faz a crítica à capacitação que participou, sugerindo que a próxima seja *“mais objetiva”* e no mesmo depoimento diz que *“ A gente precisa de formação técnica na área, quanto mais informação a gente tiver, mais a gente tem*

meios de tomar a decisão correta...” Tal situação é característica de uma formação técnico-instrumental comum na sociedade moderna, que não valoriza a formação teórico-filosófica na sua área²⁵⁶, mas valoriza a dimensão quantitativa de *mais informações* para tomar a decisão correta. Por esse motivo, o conselheiro até descarta a continuidade de sua participação numa capacitação de outra natureza, que não seja *mais objetiva*.

Continua dizendo que *‘... nós tínhamos algumas dificuldades aqui no conselho, e não foi a capacitação que trouxe luz para a coisa. Eu tive que consultar pessoas da área de Assistência Social, advogados, Ministério Público para daí eu me situar diante do fato e me posicionar...’*

Acreditamos que a capacitação não objetiva trazer respostas para todas as questões cotidianas que aparecem na gestão do Conselho, mas por outro lado o depoimento nos leva a ressalva de NOGUEIRA (2004) já citada neste capítulo: “... capacitar sem deixar de formar, formar sem perder de vista o mundo prático, trabalhar com princípios, modelos e conhecimentos sem deixar de se preocupar com a sua tradutibilidade, ensinar a pensar sem esquecer de ensinar a fazer.” (p. 176) Esse é um alerta que o autor faz no sentido de congregar capacitação e formação, e acrescentaríamos, no sentido do processo formativo não ser eminentemente teórico, mas que produza “respostas positivas”, motivando assim, os participantes à continuidade de sua formação.

A produção de rupturas moleculares também depende do atendimento às necessidades e expectativas dos conselheiros, que neste caso específico, uma minoria mostrou-se insatisfeita fazendo uma crítica contraditória ao “caráter filosófico” da capacitação, mas mesmo assim, resultou na ampliação de visão e proposição de novas ações ao conselho do qual faz parte.

Retomando os percentuais dos resultados das capacitações expressos nos depoimentos dos sujeitos e a congruência destes com os argumentos teórico-criticos que nos fundamentam, somos impulsionados a afirmar que o Serviço Social potencializou a elevação do senso comum e do protagonismo dos conselheiros

²⁵⁶ Entendemos que em todos os processos de formação profissional superior deve constar conteúdos / fundamentos teórico-filosóficos que situem as diferentes profissões na divisão sócio-técnica do trabalho, e conseqüente, inserção no mundo da produção, para que compreendam a função social de suas práticas profissionais.

considerados como rupturas moleculares, através de sua prática educativa.²⁵⁷ A referida elevação não ocorreu num nível de excelência, mas num nível de possibilidade – de tempo e espaço - que a relação estabelecida entre profissional e sujeito oportunizou no contexto dos programas de capacitação, portanto é processual e histórica. Nessa relação estão incluídas as condições efetivas de execução do programa, os conteúdos, os instrumentais teórico-metodológicos, as práticas dos conselheiros e todos os elementos constitutivos do contexto onde o mesmo se realizou.

Encontramos em Lavoratti, profissional envolvida nesse processo desde os anos 90, um argumento que solidifica as considerações sobre a produção de rupturas moleculares emancipatórias neste contexto:

*“Na oportunidade que o assistente social tem, tanto de propor como de executar um trabalho com os conselheiros (...) e os valores que a profissão defende enquanto categoria. Uma das questões que a gente percebe como **transformação muito sutil** que acontece através das capacitações é o resgate da cidadania das pessoas. A gente vê pessoas que têm auto estima baixa, pois não conseguem às vezes nem olhar nos olhos da gente; que entram no processo de capacitação não se sentindo sujeito da história, e a partir do momento que ela convive com outras pessoas, que compartilha conhecimentos, que começa adquirir algumas noções sobre gestão social, orçamento, ela vai se imbuindo de um poder, vai se apoderando de uma série de conhecimentos que vão reverter na sua prática e no poder de negociação com outros sujeitos, seja com o Juizado , com o Ministério Público, com o legislativo, com o executivo.” (Lavoratti)*

Se cruzarmos o dado de que alguns conselheiros quando ingressam no processo de capacitação sem conhecimento (sobre gestão, orçamento, sobre o que é um conselho e suas funções) com o dado da motivação dos conselheiros para ingressar no Conselho: o *desconhecimento* (analisado no item b deste capítulo), vamos confirmar, que a capacitação cumpre com seus objetivos em oportunizar acesso um saber crítico frente à necessidade apontada pelo conselheiro de não ter

²⁵⁷ A prática educativa foi instrumentalizada pelo compromisso e articulação, pela formação e projeto ético-político, pelo tipo de prática desenvolvida e pela legislação social que normatiza a área de atuação. Também é importante esclarecer que no contexto dessa análise instrumentalizar refere-se aos meios necessários para desenvolver o processo de trabalho do assistente social (conforme orientação marxiana) e de fortalecimento da ação política e social dos sujeitos para concorrer à emancipação social. Portanto, o uso desta expressão não tem relação com razão instrumental, a qual vincula-se com processos de manipulação e fragmentação da realidade social (conforme fundamentação construída no Capítulo I).

conhecimentos na área.²⁵⁸ O alcance desse objetivo significa também o *“resgate da cidadania dos participantes que chegam desconhecendo e saem imbuídos de poder”* que o conhecimento crítico lhes oportuniza, para que na sua prática, possam negociar com outros sujeitos as questões de seu município. Nessa dimensão molecular se constitui uma ruptura, uma transposição ou elevação de uma situação de subalternidade à de protagonismo social. Não rompe com estrutura, mas se insere no processo imbuído de conhecimento e de poder de negociação. Na perspectiva pedagógica adotada pelos profissionais – o conhecimento é trabalhado a partir da realidade municipal, da prática trazida pelos conselheiros: *“eles traziam a prática para que a gente pudesse debater”* (Battini) *“os gestores tinham que buscar os dados em seus locais de origem para oportunizar a correlação teórico-prática”* (Pires) *“A gente acredita muito na construção do conhecimento (...) potencializa o espaço de participação, de troca de conhecimento...”* Esse processo desencadeia, pela prática do assistente social, a reconstrução do saber pelos conselheiros – como uma forma de elevar-se de uma situação passiva, potencializando a reflexão sobre o seu espaço político e cultural.

Uma consciência desprovida, que desconhece a sua potencialidade, é um espaço muito caro às perspectivas conservadoras, por conseguinte, os conselheiros precisam estar *“formados”* para potencializar o espaço que representam, pois como vimos, as conquistas e avanços sociais são frutos da consciência ativa dos sujeitos sociais. *“Essa mudança na postura do sujeito que é o grande objetivo do processo de capacitação.”*(Lavoratti) *“A idéia é que o pessoal volte ao concreto pensado, mas de outra forma: mais reflexiva...”* (Wambier) *“O conselheiro fica mais crítico, consegue ver as coisas num outro nível, tem força de enfrentamento...”* (Malzoni)

O avanço molecular ou a *transformação muito sutil* ou, ainda, as **“pequenas lutas cotidianas”** (GRAMSCI) são materializadas na *oportunidade que o assistente social tem, tanto de propor como de executar um trabalho com os conselheiros* na dimensão cotidiana de sua atividade profissional. E, assim, confirmamos a referência

²⁵⁸ MARTINS (1989) faz uma crítica contundente quanto ao papel do intelectual que *“instrumentalize”* as classes subalternas ao desvendar o lado oculto das relações sociais com os *“olhos dele”*, ao contrário deve desvendar os limites do seu autoconhecimento *“... revelando-lhe aquilo que ele enxerga, mas não vê, completando com ele, a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe restituímos a condição de objetivo e lhe atribuimos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática.”* (p.137)

de HELLER (1989), de que o cotidiano é carregado de alternativas e que estas são determinadas por *valores*. E nesse caso específico, *são valores que a profissão defende enquanto categoria*. A esse respeito esclarece BARROCO (1999), que a sistematização legal de valores no Código de Ética Profissional não garante a expressão ou concretização imediata dos mesmos, mas como já afirmamos anteriormente, depende da “... escolha com autonomia e responsabilidade diante das escolhas e conseqüências (...) porque diz respeito ao conjunto de determinações sociais que incidem sobre a consciência dos profissionais em sua relação com os rumos imprimidos pelo conjunto da categoria profissional à **sua prática ...**” (p.130) (grifo nosso)

Nos depoimentos dos assistentes sociais entrevistados encontramos um esclarecimento muito próximo ao de Barroco, incluindo as conseqüências da prática profissional:

“O assistente social tem que ter clareza de que ao produzir esse processo (...), trabalhando na perspectiva imediata, ele tem que saber como produzir neste momento uma repercussão histórica mediata. (...) Então o assistente social tem que ter muita responsabilidade, porque ele está trabalhando com consciências e o que ele fala, essas consciências podem convalidar um processo de reprodução social.” (Battini)

A responsabilidade diante de escolhas e conseqüências é um elemento importante que integra a prática profissional e aqui se tem a dimensão do valor do Serviço Social como profissão que estabelece relações com grupos e segmentos da classe subalterna, que já tem complicações inúmeras, para não aprofundar situações de sua subalternidade, mas fazer avançar perspectivas emancipatórias a essa condição.

Nas capacitações a expressão dos valores ético-políticos conduziu à opção autônoma por alternativas de ações cotidianas junto aos conselheiros, que preconizou as capacidades inerentes aos sujeitos e as potencializaram no sentido de abrir horizontes de interpretação da realidade que os cerca. Assim, foram suplantadas em sua imediaticidade, produzindo ressonância na ação renovada dos mesmos, e que pode repercutir na gestão de políticas sociais nas instâncias

moleculares a que estão vinculados, conforme os vários exemplos citados.²⁵⁹ Assim, entendemos que a prática profissional cotidiana “... não apenas a capacidade técnico-operativa de quem realiza, mas também e principalmente, sua posição existencial, política e ideológica face às relações da sociedade em que vive (...) imprimindo-lhe uma direção...” (BAPTISTA, 2001, 17) como já indicado no item b – Fundamentos e Valores Modernos desse capítulo.

A direção imprimida pela prática profissional pode ser verificada nos procedimentos, valores e resultados moleculares explicitados.

*“O programa de capacitação (...) se ele for bem realizado, de uma forma consciente e com objetivos claros ele pode provocar transformações inúmeras nas realidades dos municípios. E partindo dessas **mudanças que muitas vezes são sutis**, que não se percebem de cara, mas que revertem em novas posturas éticas, novas posturas profissionais, novas práticas nos municípios que muitas vezes são difíceis de mensurar através de relatórios ou dados quantitativos”*

A produção de rupturas moleculares emancipatórias ou “*sutis*” estão diretamente determinadas pelas opções ético-políticas que também determinam a forma, os objetivos, os procedimentos e os fundamentos que constituem a prática profissional nos programas de capacitação. Ou seja, não é qualquer prática de capacitação que as produz, pois “... ao mesmo tempo que o processo de capacitação é um processo único (no sentido de valor), ele pode ser um processo de reprodução; depende da posição de quem assume e toca...”(Battini)²⁶⁰

Na experiência investigada pudemos verificar que a posição do Serviço Social, que coordenou e executou as capacitações, desencadeou a apreensão da direção social imprimida pelo mesmo, através da potencialização de rupturas moleculares nas instâncias a que estão vinculados os sujeitos da prática profissional. A elevação molecular da capacidade de “*entender e fazer política*” pelos conselheiros, segundo o pensamento gramsciano, representa a apreensão de uma nova direção social e a possibilidade de se fazer alianças e um novo consenso em torno de um projeto contra hegemônico. O “... Serviço Social tem também um efeito

²⁵⁹ Sobre a relação particular – universal no cotidiano da ação profissional, BAPTISTA (1995), esclarece que a cotidianidade “... é apenas um ponto de partida para uma ação conseqüente na qual o profissional, por aproximações sucessivas, vai desvelando sua objetividade, caminhando do particular para o universal, do campo das micro-atuações para o das relações sociais mais amplas, para retornar ao particular, às ações localizadas, em outro nível de reflexão.” (p.119)

²⁶⁰ Depoimento já utilizado neste capítulo.

que não é material, mas é socialmente objetivo (...) tem efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos.” (IAMANMOTO, 2000, p. 68).

Como podemos observar no depoimento de Lavoratti “... *a dimensão da capacitação trás a possibilidade de construir redes sociais, como uma das alternativas de gestão pública. É a constituição de redes (...) de compromisso social que vão se firmando no Estado todo e pode se formar equipes locais, regionais, estaduais, **que acabam falando a mesma linguagem, defendendo os mesmos valores, acreditando nas mesmas coisas.***”

Porém, essa, não é uma tarefa de fácil realização e nem está acabada, apenas foi “*semeada e está geminando*” num processo que terá longa duração. Neste sentido, as capacitações, através da prática do Serviço Social, se inserem numa “laboriosa gestação” (GRAMSCI) que desencadeia rupturas com as relações e práticas que reproduzem a Assistência Social numa perspectiva tradicional, instituindo, processual e molecularmente, **novas racionalidades**: “*novas posturas éticas, novas posturas profissionais, novas práticas nos municípios*” que amparem historicamente a ruptura com a ordem hegemônica. Ou nas palavras de Battini: “*A medida em que se tem esse processo de capacitação permanente, se cria essa cultura...*”

Perspectiva que se fortalece em GRAMSCI: “Deve-se falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida, que chegue a se tornar um novo modo de sentir e de ver a realidade...” (GRAMSCI, 1968, p.8)

e) Uma prática emancipatória no âmbito do Serviço Social

*“... se trabalha com esse grupo de conselheiros nessa direção permanente (...) explicita um projeto societário, eleva a condição da percepção desse sujeito como sujeito político inscrito em relações sociais (...) Isso para mim é **condição para emancipação** social. Já está acontecendo a emancipação social, porque ela não vai acontecer num dia D.” (Battini)*

Neste ponto da análise dos dados já podemos confirmar que a seleção da prática do Serviço Social junto às capacitações para conselheiros gestores de políticas públicas no Estado do Paraná foi uma seleção pertinente aos objetivos e fundamentos desta tese. Inicialmente, pela transparência nos depoimentos dos profissionais de elementos gramscianos, apesar de não termos indagado nada a esse respeito, pois o vínculo e o referendo à formação e ao projeto ético político da profissão – pleno de fundamentação crítico-dialética – responde esta questão. E depois, pelos resultados moleculares da prática profissional, sempre tendo a referência que esses resultados ainda não são ideais e nem são produto exclusivo da mesma, mas de todo um processo, já indicado nas questões anteriores.

Resta-nos na seqüência, a partir das questões norteadoras pré-estabelecidas na pesquisa e nas categorias emergentes no campo investigado, apreender qual a relação entre emancipação social e a prática educativa do assistente social no contexto das capacitações a fim de proceder uma síntese e responder (mesmo que provisoriamente)²⁶¹ às questões norteadoras dessa tese. Para tanto, indagamos às assistentes sociais sobre a existência desta possível relação.

Mantendo a proximidade das respostas que transpareceu desde as primeiras questões, todas as assistentes sociais responderam afirmativamente existir uma relação entre emancipação social e a prática profissional desenvolvida, destacando diferentes aspectos.

²⁶¹ Dizemos provisoriamente devido o caráter de processualidade que o conhecimento é portador

Pires é enfática respondendo: “*tenho certeza, (...)essa capacitação tanto é emancipatória que ela deveria atingir o conjunto da sociedade(...)mas como você vai motivar uma pessoa que não é conselheiro, uma vez que a nossa vida de hoje é justamente para se desarticular (...) para se articular num projeto político de sociedade?*”

Por considerar a dimensão emancipatória da prática educativa da capacitação, num sentido figurado, Pires sugere que esta atinja o conjunto da sociedade afim de que se articule um novo projeto político. Mas no mesmo tempo questiona esta possibilidade diante da ideologia hegemônica, que regula e conduz a sociedade contemporânea à desarticulação de indivíduos, grupos, classes, minando uma perspectiva de totalidade à análise deste contexto e para a construção de um novo formato de sociedade.

Nesse sentido, GRAMSCI (1991) alerta sobre a necessidade de denúncia das ideologias como mecanismo de dominação, não por razões de moralidade, mas “...precisamente por razões de luta política, para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir a hegemonia e criar uma outra, como momento necessário de inversão da práxis.” (1991,p.270)

Propor e executar práticas emancipatórias, tendo em vista, teleologicamente, a inversão da práxis: *a construção de um novo projeto de sociedade*, implica estar em luta na arena política. A denúncia e/ou enfrentamento de tendências ideológicas dominadoras que incentivam a *desarticulação* a fragmentação, são entendidos por nós como integrantes de uma tendência contra-hegemônica (o que pudemos constatar em várias passagens anteriores que a prática do Serviço Social teve oportunidade de fazer, a exemplo quando argumentam sobre a articulação dos profissionais, dos conteúdos, dos conselhos para desenvolver a gestão social em rede).

Mesmo diante da dificuldade de *capacitar da sociedade toda* (num sentido figurado), mas, capacitar um segmento representativo do espaço público, portanto político, significa imprimir uma batalha – ainda que não hegemônica – mas vitoriosa,

por se fazer presente no cenário ocupando uma posição no espaço da “democracia moderna”.²⁶²

SEMERARO (2001) esclarece que a democracia moderna, no espaço da sociedade civil – para Gramsci - oportunizou não apenas um território que a burguesia “reservou” para suas iniciativas econômicas e para a estruturação da sua hegemonia no mundo moderno. “Nela também as classes subalternas podem encontrar um espaço privilegiado para organizarem suas associações, articularem suas alianças, confrontarem seus projetos sócio-políticos e disputarem o predomínio da hegemonia. A modernidade de fato, não gerou só capitalismo e as liberdades pessoais, mas desencadeou também a aspiração à emancipação das massas e lançou sementes da democracia social , econômica e política. “ (p.158)

O processo de democratização da sociedade moderna burguesa mostra faces contraditórias de socialização da política na constituição da esfera pública: de um lado o chamamento à participação legitimando espaços constitucionais e de outro o cerceamento do poder pela “apropriação não social das alavancas do poder” (COUTINHO, 1992) que são limitadas pela ordem do capital. Diz o autor: “superar a alienação econômica é condição necessária, mas não suficiente, para a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem; essa realização implica também o fim da *alienação política*, o que, no limite, torna-se realidade mediante a reabsorção dos aparelhos estatais pela sociedade que os produziu e da qual eles se alienaram.” (p.27)²⁶³

Dessa referência colhemos a idéia – para argumentar sobre a dificuldade de se construir um outro projeto de sociedade, indicada por Pires – de que a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem, implica também o fim da alienação política²⁶⁴, o que para Gramsci significa desenvolver a capacidade de distanciamento crítico da realidade, para num processo histórico (que

²⁶² Coutinho continua afirmando que o “... socialismo, enquanto democracia radical, pode, atuando no mesmo terreno da sociedade civil que deu origem às formas de vida burguesa, superar a lógica do capital e criar uma nova lógica industrial a partir da participação ativa dos trabalhadores e da socialização do poder. Nesse sentido entende-se como Gramsci, partindo de uma diferente tradição de pensamento, amplia e supera com originalidade o conceito de liberdade, de sociedade civil e a própria de mundo das teorias liberais.” (p 158 – 159)

²⁶³ Nesta obra Coutinho analisa a luta pelo socialismo e a necessidade de reabsorção dos aparelhos do Estado pela sociedade civil através do “valor universal” da democracia – o fim da alienação política, somada ao fim da alienação econômica, seria o caminho para tanto.

²⁶⁴ BARROCO (1999) também argumenta sobre a superação da alienação através de uma prática social consciente – na qual a ética que permeia o processo é “... permeada por possibilidades de conexão com valores humanos emancipatórios direcionados à construção de uma nova sociabilidade.” (33)

poderá levar séculos conforme este pensador) culminar na construção da sociedade política.²⁶⁵ Confirmamos então que é pela via cultural e política que pode haver uma instrumentalização à emancipação social. “Como mostrou exaustivamente Paulo Freire – que freqüentou também as páginas de Gramsci - é pela mediação política que o povo se alfabetiza, se educa, adquire condições para esboçar novos projetos de sociedade.” (SEMERARO, 2003, p.264)

Essa premissa espelha uma concepção gramsciana de que o poder não é atribuição de um super homem, mas está nos diversos espaços sócio-políticos, nos quais a participação possa elevar intelectual e politicamente os setores, para formular o *projeto de sociedade* que corresponda as suas expectativas conscientes. Por esse motivo, a importância ao incentivo à participação ativa e consciente de sujeitos nas esferas políticas moleculares a que estão vinculados no sentido de fazer avançar essa perspectiva moderna de sociedade²⁶⁶.

Battini também faz a relação entre a prática das capacitações e a potencialização do conselheiro como “... **sujeito político inscrito em relações sociais, que faz mediações, que é influenciado pelas mediações presentes (...)** quando se trabalha com esse grupo de conselheiros nessa direção(...) permanente.” Continua esclarecendo que “... se tem essa amplitude de inserção do sujeito como sujeito político que estabelece condições de formação da sua vida individual e coletiva e ao se descobrir assim (...) com esse processo de capacitação (...) ele poderá alavancar condições de valorização, de ampliação do seu exercício (...) nos diversos espaços ocupacionais ou sócio-institucionais (...) reconstrução e produção de novos saberes (...) não só novos valores e novos conhecimentos para ampliar o imediato, mais ter possibilidade mesmo de criar novas condições de relações, de novo projeto de sociedade (...) se ele tiver essa condição de efetividade do sujeito político, ela (a prática profissional nas capacitações) terá feito a relação necessária com a emancipação social.”

²⁶⁵ A categoria sociedade política, em termos gramscianos, significa tratar a relação do Estado com a Sociedade Civil não como polaridades, como quer o pensamento liberal ou neo-liberal, mas em articulação, em síntese, para reconstrução de um espaço comum – público.

²⁶⁶ A conexão entre o molecular e a totalidade que o determina, caracteriza a defesa de valores modernos emancipatórios. Dito de outra forma, YAZBEK (2004) (b)“... se for desconsiderada a totalidade (...) a desconexão do micro-social, do particular para com o todo (...) assim se caracteriza uma perspectiva pós-moderna.”

Wambier nessa mesma direção aponta dizendo que se a capacitação “... *funcionar como uma escola formal, ela não consegue ter essa característica emancipatória, porque não parte do pressuposto que o outro é **sujeito.***”

Ainda em Pires encontramos que “...*a capacitação contribui para que as pessoas reflitam sobre seu papel, da própria sociedade, de seu **protagonismo** nessas relações (...) ter essa preocupação política, não apenas técnica, essa é a questão fundamental*”.

Em Lavoratti também “... *o grande objetivo desse processo de capacitação é a emancipação não só dos **sujeitos**, mas também fortalecimento dos espaços de democracia participativa e deliberativa. A noção de emancipação social, o fortalecimento do sujeito, do conhecimento, do potencial que ele tem enquanto transformador da sua realidade, enquanto **protagonista** mesmo (...) isso é uma permanente nos processos de capacitação. Temos claro nos conteúdos, nos procedimentos metodológicos, a questão de pensar não apenas na dimensão conceitual, mas propositiva também...*”

Destaca-se, nos depoimentos, o papel do sujeito– conselheiro – como protagonista²⁶⁷ da emancipação social, não um sujeito isolado, mas coletivo, político e propositivo. Não é o assistente social que vai emancipá-lo, mas é um processo de auto-constituição, através da sua inserção crítica nas relações sócio-econômicas e políticas da qual é integrante, em especial, nas relações que estabelece no e a partir do Conselho Municipal de Assistência Social.

Nessa inserção crítica, diz GRAMSCI, as relações estabelecidas não são mecânicas, mas ativas e conscientes: ao mesmo tempo em que o sujeito se modifica, modifica o conjunto das relações do qual faz parte. “Neste sentido, o verdadeiro filósofo é – e não pode deixar de ser – nada mais que o político, isto é um homem ativo que modifica o ambiente, entendido por ambiente o conjunto da relações de que o indivíduo faz parte.” (1991, p.40)

²⁶⁷ Nogueira (2004), disponível no site www.cfess.org.br, na palestra de abertura do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, abordando o tema da gestão democrática, argumenta que é necessário tornar o poder mais compartilhado: “É por isso que não pode haver gestão democrática sem ‘reforma intelectual e moral’, como diria Gramsci: sem novas subjetividades e sem uma nova cultura. Afinal, são as pessoas que fazem as instituições. São as pessoas que fazem as organizações.” (Fortaleza, CE – 17 a 22 de Outubro, 2004)

Pelos depoimentos dos assistentes sociais e pela referência gramsciana, podemos agregar à prática educativa do Serviço Social nas capacitações a marca de **formação política** em gestão de políticas públicas. O fortalecimento do sujeito para co-gerir espaços democrático-participativos (considerados como espaços emancipadores) é um indicador que constitui a concepção de emancipação social das assistentes sociais: a centralidade do sujeito coletivo-político como potencializador molecular da emancipação social.

A centralidade do sujeito coletivo nos processos sociais deve ser lembrada em todas as oportunidades que temos para firmar e propagar esta posição diante da subalternidade que lhe foi imposta historicamente. Nessa afirmativa estão presentes elementos da concepção marxista de emancipação, no que se refere ao processo de auto-construção do sujeito, que na referência de Marx é a classe operária: a emancipação da classe operária é tarefa dos próprios operários, e se dará através da emancipação do trabalho alienado. Para Marx, a emancipação poderá ocorrer num processo de auto – conscientização da classe proletária no âmbito das relações sociais de produção, por meio da absorção da filosofia enquanto instrumento de conhecimento revolucionário, a qual poderá lutar pela instauração de uma nova sociedade, implicando na extinção do capitalismo. Conforme já indicado no Capítulo I, por VÁZQUEZ (2001), a emancipação humana equivale a “verdadeira democracia”: ou “emancipação humana” “ ... significa a superação da eliminação do universal e do particular, do homem político e do homem real, egoísta, da sociedade burguesa” (p.66)

Embora a referência para essa pesquisa não seja diretamente a relação do trabalho e o próprio trabalho como categoria central da emancipação como para Marx – podemos absorver a idéia do protagonismo dos sujeitos em auto-construir a sua emancipação enquanto classe ou segmento de classe e a filosofia enquanto conhecimento crítico como instrumento para tanto.²⁶⁸ E ainda ressaltar o

²⁶⁸ Embora o enfoque da pesquisa não seja as relações de trabalho/produção, a dimensão de emancipação que nos fundamenta não exclui as relações de produção, de trabalho, ou a classe trabalhadora. Inclusive Gramsci, conforme Capítulo II e a pouco conforme COUTINHO (1992) as dimensões econômica e política não se excluem. Diz Gramsci que o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se processa a reforma intelectual e moral. Ou seja, é também na ação pelas reformas econômicas que as classes podem colocar em prática os seus pressupostos e vivenciar intelectualmente novas experiências e pedagogicamente apreender que a estrutura econômica e a infra - estrutura ideológica e política constituem-se numa totalidade concreta.

pensamento de MARX em dizer que a “... democracia é a forma política finalmente encontrada para a emancipação do proletariado”. (MARX apud SEMERARO, 2003, P.261)²⁶⁹

Também em Gramsci temos que a história e a construção de um novo projeto democrático de sociedade passa pela construção ativa e consciente dos homens reais:

De fato, o sujeito político para Gramsci nunca é um ser pressuposto, ontologicamente já formado nem é idealizado, não é um povo (*demos*) homogêneo, unitário e infalível, portador *a priori* de uma soberania natural, mas sempre um sujeito concreto que se **autoconstitui na práxis**, que é instituído pela ação política, pelas capacidades de iniciativa e de organizações mais socializadoras que souber criar. É a **práxis política** o verdadeiro lugar das formações de subjetividades, de culturas de valores, de estruturas e instituições verdadeiramente democráticas, sempre históricas e, portanto, superáveis. E esta forma de pensar e agir é uma conquista difícil, feita em conjunto, **a ser renovada todos os dias**, pois, visa formar ‘dirigentes’ não para ocultar o lugar da burguesia e continuar seus métodos em formas mais ou menos renovadas, mas inaugurar uma ‘hegemonia’... (SEMERARO, 2000,p. 186)

A maneira democrática de pensar e agir – desse novo sujeito social – tem que ser renovada todos os dias para que se tornem ‘dirigentes’ de uma nova perspectiva social. Gramsci acredita que se chegará a edificação da práxis política – diante da fragilidade da classe subalterna para se tornar sujeito político - através de “um intenso trabalho de educação e pela capacidade de organização e de elaboração de uma proposta superior de hegemonia.” (SEMERARO, 2001, p. 251). Portanto, não há uma situação social acabada, mas é preciso elevar pedagogicamente os sujeitos que ocupam o espaço político para a potencialização da práxis. Ainda segundo este autor, Gramsci percebeu que as dimensões da razão moderna também estavam presentes nas lutas sociais das classes subalternas, pelo bom senso, pela cultura

²⁶⁹ Conforme sistematizado no Capítulo I a Comuna de Paris foi o marco da democracia socialista construída através da emancipação do homem diante do trabalho alienado: “A Comuna tornou realidade a palavra-de-ordem de todas as revoluções burguesas - governo barato – ao suspender as duas fontes de despesas, o exército e a burocracia. Sua mera existência pressupunha a não-existência da monarquia, que, ao menos na Europa, é o lastro normal e o encobrimento indispensável da dominação de classe. Ela arranhou para a República a base de organizações verdadeiramente democráticas. Mas nem ‘governo barato’ nem a ‘república verdadeira eram a sua meta final; ambos foram seus subprodutos naturais.(...) o seu verdadeiro segredo era este: ela era essencialmente um *governo da classe trabalhadora*, o resultado da luta de classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, na qual podia ser feita a libertação econômica do trabalho. Sem esta última condição, a constituição comunal era uma impossibilidade e um engodo. A dominação política dos produtores não pode existir ao lado da eternização de sua servitude social (...) Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se torna um trabalhador, o trabalho produtivo deixa de ser uma característica de classe.(MARX, in FERNANDES, 2001 p 298 – 299)

popular, na atuação dos intelectuais, logo, também são portadoras potenciais de poder.

Como vimos no desenvolvimento da sociedade moderna, a razão crítica não foi acessada pela classe subalterna devido a mecanismos ideológicos e políticos que não permitiram essa elevação. Razão pela qual Gramsci fala da necessidade de denúncia e combate às ideologias modernas refinadas e na elevação do conhecimento popular ao bom senso, pela via da razão crítica, para que tenham consciência desse poder.

Recolocando essa referência à prática investigada Malzoni diz: “...o principal sentido da capacitação é **elevantar**, aprimorar, vivenciar, saber lidar (...) para poder fazer uma transformação (...) é uma ação diferencial do Serviço Social nesta área”.(grifo nosso) Para tanto, as capacitações se põem no âmbito do “intenso trabalho educativo” para potencializar a capacidade de protagonismo social, que os grupos de segmentos possuem para a auto-constituição da práxis. Para sair da subalternidade e ingressar neste caminho, é preciso ter consciência e deixar de ser massa de manobra. Assim, a formação e a ação política favorecem que o conselheiro supere a prática passiva e esteja “formado”, para distanciar-se criticamente para um novo aproximar-se da realidade, não se situando mais como sujeito individual, mas político voltado para os interesses coletivos, como já disse um conselheiro entrevistado: “A gente entra pensando na nossa entidade e sai pensando na Assistência Social para o município”.

A indicação do conselheiro não quer dizer que seu protagonismo elevou-se num patamar de excelência, mas indica que houve uma ruptura molecular na apreensão da concepção de Assistência Social – que se deu no processo de inserção no conselho (na prática) e na capacitação (na teoria).

É na vinculação consciente e voluntária às organizações sociais e políticas que o indivíduo define os **valores** de sua personalidade e a configuração ética de sua existência é no interior das diversas dinâmicas associativas – articuladas politicamente a um projeto democrático de sociedade – que se forma uma vontade coletiva e se desenvolve o senso crítico dos **indivíduos que progridem até a formação de uma concepção de mundo coerente e unitária capaz de ultrapassar as reivindicações parciais e os limites de uma ética individual (...)** Nesse processo as rupturas com ‘blocos’ ético-políticos vazios e ultrapassados são inevitáveis, assim como é decisiva a afirmação da autonomia das classes

subalternas, a elaboração de valores e práticas sócio-políticas mais avançadas que permitem a construção duma nova hegemonia.(SEMERARO, 2001, p. 168 –169)

Pactuamos com essa significativa argumentação, acreditando que é na inserção social, e não fora dela, que vai se romper com “blocos” como o do assistencialismo (lembrado pelo C-2000 nos itens c e d deste capítulo) e definir novos **valores** que ultrapassem a dimensão individual (como enunciado a pouco por C-2004). A **inserção qualificada** (pela razão crítica) potencializa a autonomia do sujeito em propor e desenvolver “práticas sóciopolíticas mais avançadas” ou na categoria referencial desta pesquisa: rupturas moleculares emancipatórias. Nessa dimensão os ensaios, elevações, ampliações se dão de forma processual e histórica :“os indivíduos progridem até a formação de uma concepção de mundo”.

A exemplo do carácter processual da elevação e inserção ético-política enunciada pelo autor, temos os seguintes depoimentos: *“É um processo (...) faz sua prática, como é bom parar um pouco: isso está fundamentado nisso... o teórico é importante, está mudando a visão...dos conselheiros” (Malzoni) – “A capacitação tem que ser processual, esta é uma questão importante...”(Pires) “Com esse processo, ir buscando permanentemente...” (Battini)* Assim se expressa outro elemento que compõem a relação entre emancipação e capacitação: a processualidade.

Confirmando a relação da emancipação com práticas educativas Battini diz: *“não tenho duvida nenhuma que pode, qual é essa relação? (...) Há uma diferenciação entre formação, treinamento e educação: treinamento é habilidade, formação é pensamento e educação efetivamente é experimentação, produção, criação. (...) Então se você tiver essa concepção de capacitação – não apenas como instrumento de qualificação imediatamente uma gestão ou um serviço ou desenvolvimento apenas de habilidade ou de valorização da perspectiva de mercado, tecnologia de marketing. Se você entender a capacitação nessa direção – ela não tem nada de emancipação. Tem a ver com respostas imediatas ao mercado, que respondem por sua vez favoravelmente as demandas do capital – isso para mim não é emancipatório”.*

Se, ao contrário, a capacitação estiver voltada para a formação – de pensamento – para a educação – enquanto *efetivamente é experimentação,*

produção, criação (...) terá feito essa relação necessária com a emancipação social” Complementando a posição de Battini com relação a concepção de educação, temos a posição de DEMO (2001) quando diz que a educação pode ser uma contribuição importante quando enfrenta o desafio de reconstruir o conhecimento com autonomia, para que a classe subalterna deixe de ser massa de manobra para “aprender a desdobrar as **potencialidades** do ser humano, abrir novos horizontes, provocar consciência crítica, levar ao saber pensar (...) ou seja combater a pobreza política” (p92) (grifo nosso). Continua o autor dizendo que uma das marcas da aprendizagem é ser reconstrutiva: “não se aprende reproduzindo conhecimento vigente, mas, refazendo-o; reconstruir significa partir do que já existe culturalmente, e imprimir a presença da mão própria...” (p.93) do sujeito do conhecimento²⁷⁰.

Ou seja, socializar verdades já descobertas para transformá-las em base de ações vitais, sem necessariamente criar algo extraordinariamente novo (GRAMSCI). Complementando novamente com DEMO (id), “para que a inovação seja monitorada por sujeitos que sabem o que querem”, a aprendizagem reconstrutiva “ressalta o sentido da autonomia, da emancipação”.

Agregado a esses valores – como alguns dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional e que também se fez presente nos depoimentos dos entrevistados em questões anteriores – está o sentido da liberdade enunciado por Wambier, quando o aproxima à concepção de emancipação: *“Entendo por emancipação a questão da liberdade, que está ligada a satisfação de necessidades, está muito ligada a você reconhecer um campo de possibilidades. Mas não só reconhecer este campo de possibilidades, mas também querer e saber utilizá-las. Neste sentido ela (a capacitação) se abre porque trás as pessoas para um curso de capacitação, é uma necessidade, a medida que elas refletem mais, que aumenta o*

²⁷⁰ No livro “Cidadania Pequena’ DEMO (2001) analisa o papel da educação para enfrentar o desafio concreto: como superar a condição de massa de manobra, dentro do campo de força de uma sociedade extremamente desigual? O autor aponta a educação como uma contribuição importante desde que “nunca vizualizada de modo setorialista e isolado” Para tanto faz uma análise geral da educação no Brasil e aponta para as marcas, horizontes, impactos que a mesma implica. Ressaltamos as seguintes passagens que demonstram elementos comuns a nossa argumentação sobre práticas educativas: “O controle democrático só é efetivo na população que sabe pensar, teórica e praticamente – sabe desenvolver consciência crítica e ir as vias de fato (p.93) “A educação, na verdade, não opera nenhum milagre, como por vezes se imagina. Se bem conjugada com o conhecimento crítico, aprendizagem reconstrutiva política e ética social oferecem elementos pertinentes para a possível gestação das sociedades menos perversas.” (p96)

conhecimento, o nível de consciência. Você tem mais consciência da necessidade, você tem consciência de como satisfazer essa necessidade...”

Possibilidade quer dizer ‘liberdade’ A medida das liberdades entra no conceito de homem. Que existam as possibilidades objetivas de não morrer de fome e que, mesmo assim, se morra de fome, é algo que, ao que parece, tem sua importância. Mas a existência de condições objetivas - ou possibilidade, ou liberdade – ainda não é o suficiente: é necessário ‘conhecê-las’ e saber utiliza-las. Querer utiliza-las. (GRAMSCI, 2001, Vol I, p.406)

Sintetizada por BARROCO (2003) a liberdade é, “...ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas” (p.59) Dessa forma, quando a Assistência Social educa para a submissão²⁷¹, quando limita o processo de emancipação e mina a competência, ela diminui a capacidade de desenvolver política de seus protagonistas, ou seja, diminui a possibilidade do conselheiro “*decidir autonomamente o melhor caminho a seguir*”. Assim, uma prática educativa de assistência social, para ser emancipatória, pressupõe estar na contramão desta tendência fortalecendo a aprendizagem da liberdade e da autonomia política de seus protagonistas, o que poderíamos traduzir na fala dos assistentes sociais: “*O Serviço Social como profissão tem um **potencial muito grande para estar qualificando esses conselheiros que por si só vão estar construindo novas formas de trabalho nos municípios***” (Lavoratti) (grifo nosso)

Pode-se então, identificar que a autonomia e a liberdade do sujeito (enquanto valores ético profissional e valores modernos emancipatórios) são preconizados em sua formação política. A fala também representa o respeito aos direitos dos sujeitos da prática profissional. A grandeza dos valores crítico-modernos está na liberdade do homem, na capacidade de auto(nomia)-determinar-se e não simplesmente a liberdade como capacidade técnica-instrumental direcionada para fins individualistas ou privados. A dimensão ética é a fonte da grandeza do homem²⁷². O Serviço Social, como diz Lavoratti, *tem um potencial muito grande* para empreender práticas respeitando essa grandeza do homem, apesar de ser historicamente subalternizada. A prática do Serviço Social, orientada por sua formação e seu projeto ético-político,

²⁷¹ Análise já citada neste capítulo com referência ao autor DEMO apud YAZBEK (2004)

²⁷² Observação extraída de OLIVEIRA (1996) quando estuda o pensamento de Kant e o valor da ética enquanto auto-emancipação do homem.

pode desencadear ou multiplicar a formação que construiu, durante o exercício acadêmico-profissional, junto aos sujeitos de sua prática.

Esse movimento valorativo, processual e histórico de formação que lhe dá o potencial para contribuir na constituição de outro potencial social que, por sua vez, pode produzir rupturas moleculares no seu âmbito de ação não ocorre de forma mágica, como já enunciado, mas vai se dar no *devoir* histórico: "...que transforma-se continuamente com a transformação das relações sociais" (GRAMSCI, 1991)

Se tomarmos o conceito de potência e de potencializar vamos entender o movimento processual e histórico que ocorre: dos vários significados de potência o que se aplica nesta discussão é: "domínio – capacidade de realizar – força aplicada a realização de certo efeito." E o conceito de potencializar: significa elevar a uma potência²⁷³, ou seja, a uma nova potência. O Serviço Social tem, então, a capacidade ético-política de realizar práticas para alcançar determinados efeitos que elevem outra potência, e assim processualmente multiplicar concepções e práticas que concorrem a uma determinada finalidade.²⁷⁴

Nesse sentido, ressalta Wambier : a formação potencializada pelo Serviço Social *"tem a ver com a forma como a capacitação é trabalhada (...) está relacionada a uma determinada metodologia, um determinado eixo pedagógico, a finalidade tem que ser a emancipação – os meios, como você vai trabalhar para atingir essa teleologia - que seria a emancipação - você tem que estar trabalhando com determinadas categorias, conteúdos, formas de relação (...) para ser um espaço de reflexão, de abertura de consciência"*.

Preocupação que parece ter sido esclarecida ao longo desse capítulo e com a qual pudemos então apreender a concepção de emancipação social que perpassa a prática do Serviço Social no âmbito das capacitações, qual seja: processo sócio-histórico com a centralidade do protagonismo do sujeito coletivo (neste caso - conselheiro) como potencializador molecular da emancipação social, que precisa estar fortalecido pelo conhecimento crítico da realidade para desencadear práticas

²⁷³ FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1975.

²⁷⁴ Nesta perspectiva de potencialização e multiplicação de concepções e práticas está circunscrita na relativa autonomia do profissional - discutimos em momento anterior sobre a relativa autonomia e os determinantes que constituem a prática profissional.

autônomas no espaço público em que se insere²⁷⁵. Caracteriza-se como potencializador molecular porque a emancipação não se esgota no âmbito da capacitação, nem no âmbito do seu conselho, mas integra um contexto que é de classe social, conforme esclarece Battini:

*“... não dá para dizer que a emancipação social – ela não se dá exclusivamente por esse processo de capacitação – centrado numa determinada política social, não é verdadeiro. Mas ao mesmo tempo em que imprime num processo de capacitação essa direção, você está **contribuindo historicamente para esta emancipação social**. (...), mas, eu não acho que essa capacitação se articule com emancipação social centrada no processo do exercício profissional. Eu acho que é importante e que é um instrumento nessa direção (...) no sentido de estar influenciando esse processo emancipatório (...) Até porque ela não é luta de uma categoria (...), mas sim movimento de classe”. (grifo nosso)*

Pressuposto que parece também ter sido argumentado durante todo desenvolvimento da pesquisa, inclusive nos depoimentos dos profissionais, que em nenhum momento encerraram o processo de emancipação social como atribuição da prática do assistente social, mas, digamos, como uma categoria profissional contribuinte no processo sócio-histórico de constituição da emancipação social pelas classes subalternas. Dessa maneira não queremos maximizar a experiência das capacitações no Estado do Paraná²⁷⁶, mas lembrar que tanto nós, assistentes sociais, como os conselheiros, fazemos parte da classe a que se refere Battini. E caso os segmentos que a compõem não estiverem fortalecidos, potencializados e elevados intelectual e politicamente, não faremos parte da construção histórica ativa e autônoma da contra hegemonia.

A fim de sintetizar a análise aqui proposta, tomamos como referência a concepção de Emancipação Social que construímos ao final do Capítulo II:

²⁷⁵ A “...atividade prática consciente que possibilita ao homem constituir-se como um ser social, consciente e livre. Portanto, a liberdade que está na gênese da ética não é um valor abstrato, mas uma capacidade humana, concreta e historicamente determinada.” (BARROCO, 1999, p.133)

²⁷⁶ É preciso avaliar os experimentos democráticos em curso em várias regiões do país (...) Essas mediações, a serem construídas e reinventadas, circunscrevem um campo de conflito que é também de disputa pelos sentidos da modernidade, da cidadania e democracia (...) pois, fio da navalha em que transitam, suas promessas de cidadania dependem grandemente da refundação da política como espaço de criação e generalização dos direitos. TELLES(1998, p.22)

“Processo molecular de elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas. A elevação de uma situação de subalternidade a de protagonismo social²⁷⁷ que desencadeia ações políticas democráticas no espaço público - é o indicador de análise do desenvolvimento do processo de emancipação social vivido pelo grupo ou classe, sem perder de vista a proposição teleológica de um novo projeto ético-político e cultural de sociedade”

Por intermédio dessa concepção de Emancipação Social e dos dados coletados na pesquisa de campo, reiteramos a consideração que o Serviço Social potencializou, processualmente, rupturas moleculares: a elevação do conhecimento, da consciência crítica e do protagonismo autônomo dos conselheiros - através de sua prática profissional - no contexto das capacitações no Estado do Paraná. E que os elementos ou instrumentos de emancipação social elencados pelos profissionais entrevistados são congruentes com os instrumentos que compõem a concepção de emancipação social formulada nesta tese.²⁷⁸

Resguardadas as dimensões moleculares dos resultados da pesquisa e da prática profissional diante da práxis social, ressaltamos as seguintes falas dos assistentes sociais no sentido de recolocar a prática do Serviço Social neste empreendimento histórico-social:

“Com esse processo, você vai buscando, contribuindo dentro de seu limite histórico, dentro do momento em que você esta presente.”(Battini)

“As capacitações acabam se tornando num dos instrumentos de Emancipação Social muito grande. E para isso a gente já vê alguns resultados no Estado do Paraná (...) um pouco o resgate do sonho de acreditar que você pode, sentir que a história não está concluída, que são os sujeitos que vão reescrever a história. Esse caráter emancipatório a capacitação tem sim” (Lavoratti)

Nosso argumento coaduna com as assistentes sociais e com NOGUEIRA (2004) quando afirma que “... não há muita ‘razão’ em aceitar a idéia de que diante de nós há apenas uma imensidão caótica e inexpugnável de controles e de manipulações, de que nosso destino é ou o sofrimento ou a indignação.” (p. 241) Ou

²⁷⁷ O desenvolvimento da consciência crítica e a participação ativa e consciente no espaço público são considerados como rupturas moleculares que demonstram o protagonismo social

²⁷⁸ Relembrando os instrumentos sistematizados a partir da referência gramsciana: processo de elevação do conhecimento / senso comum e de auto - constituição de consciência crítica; processo de desenvolvimento da autonomia e do protagonismo consciente de grupos / classe através da socialização da política e do poder; e especialmente em Gramsci, a auto – representação das classes subalternas através da criação de uma cultura democrática própria.

dito de outra forma, com nossa tese é possível afirmar com “razão” que o Serviço Social, na dimensão molecular do espaço profissional, potencializa práticas emancipatórias, com base nos indicadores aqui analisados²⁷⁹, que teleologicamente concorrem para a construção de processos contra-hegemônicos.

E como diz Lavoratti é *“um pouco o resgate do sonho... que a história não está concluída, que são os sujeitos que vão reescrever a história...”* Reescrever a história não conforme as condições dadas diretamente e herdadas do passado, como assinalou MARX, mas construída pelos homens conscientes, portadores de um conhecimento instrumentalizado pela razão crítica. “Quanto mais pessoas conseguem a condição de sujeitos capazes de história própria, tanto mais seria possível a sociedade alternativa. Não existe nisto nada de automático e mecânico, mas **potencialidades que podemos desenvolver.**” DEMO, 2001, p.96 (grifo nosso)

Nessa direção, podemos dizer, utópica, VÁZQUEZ (2001) assinala que a “racionalidade dos fins e dos valores não pode ficar absorvida pela razão instrumental da pura eficiência. O que deve ser não pode ficar absorvido pelo que é.” (p 325) Diante da ruptura concreta entre a realidade objetiva e os valores ético-democráticos constituídos na sociedade brasileira, o Serviço Social não pode se furtar de empreender práticas nesse sentido.

Não nos faltam argumentos e nem referenciais éticos, teóricos e práticos que nos mobilizem para este **compromisso**, portanto, esta não é uma tese que defende uma posição individual, mas expressa uma tendência contemporânea da profissão, materializada pela prática e posição de profissionais e de autores do Serviço Social que se comprometem com a emancipação social, conforme pudemos comprovar no desenvolvimento da mesma.

Pesquisamos – como diz o sub-título deste item – **Uma** prática emancipatória no âmbito do Serviço Social, o que não quer dizer que todas as suas práticas assim se caracterizem, e nem que a prática do Serviço Social nas capacitações para conselheiros municipais no Paraná seja insuperável e que não tenha dificuldades e

²⁷⁹ Conforme esclarecido, em nota anterior, a emancipação humana não se esgota nesses indicadores, mas também inclui a dimensão de subjetividade individual, a dimensão básica de subsistência humana (garantia dos mínimos sociais, aspecto que muito afeta a população brasileira), a dimensão do trabalho (profundamente estudada por Marx e pelos marxistas contemporâneos), pode-se formular outros indicadores para proceder análises nestas dimensões.

limites; mas sim que esta prática possui uma potencialidade emancipatória que foi desenvolvida e teve repercussões / rupturas moleculares junto aos sujeitos dessa prática: *“mudanças que muitas vezes são sutis, que não se percebem de cara, mas que revertem em novas posturas éticas, novas posturas profissionais, novas práticas nos municípios...”*

Com esse resultado, potencializado pela prática profissional, reiteramos o argumento de BARROCO (1999) sobre o “... nosso empenho, nessa direção, também se fortalece nas pequenas *batalhas* cotidianas que, embora limitadas profissionalmente, podem consolidar politicamente o projeto profissional coletivo...” (p.134)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“ Uma orquestra que ensaia, cada instrumento por conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia; porém estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um ‘instrumento’ só.”
(GRAMSCI, 1989, p. 178)*

Trilhar o caminho de volta, resgatando o estudo empreendido, nos faz confirmar que qualquer prática profissional ou social que tenha a intenção de ser emancipatória, num contexto capitalista e neoliberal, vai se defrontar com um quadro estrutural que cerceia tal intenção. A Modernidade, em sua performance pós-moderna, possui hegemonicamente uma direção que reforça as injustiças, as desigualdades, a fragmentação e as subalternidades, portanto está longe de ser emancipatória. Mas, contraditoriamente, em nome do valor “abertura democrática” da sociedade moderna, também mostrou que é palco de tendências contra-hegemônicas, que precisam ser continuamente recriadas para inverter a configuração hegemônica.

Transportando esse argumento à leitura sobre o Serviço Social contemporâneo - construída através da pesquisa bibliográfica e da pesquisa de campo - consideramos que esse não está alienado nem imune da lógica contraditória que move a sociedade, mas o inverso, pela sua formação e compromisso ético-político, está ciente do contexto no qual desenvolve a sua prática e está sendo provocado a enfrentar os desafios da emancipação social pela classe

subalterna, assim como, a se posicionar como profissão nessa tendência contra-hegemônica.

Entendemos, então, que o Serviço Social contemporâneo se encontra numa fase de elevação intelectual e moral, da qual nos falava Gramsci, o que não lhe isenta do seu peculiar caráter contraditório de profissão: ter vínculos de trabalho onde prevalece a racionalidade instrumental, e, teleologicamente, ter vínculos ético-políticos com a racionalidade emancipatória. Como enfrentar na prática cotidiana essa contradição e contribuir na luta pela emancipação social, pela contra-hegemonia, é o que procuramos investigar no âmbito da presente tese.

Essa investigação encontrou na perspectiva gramsciana, especialmente nas categorias ruptura molecular e prática educativa, a passagem da referência macro social da emancipação à referência molecular da prática do Serviço Social. Entendendo que este pode ser um contribuinte na elevação intelectual e moral dos segmentos das classes subalternas e, através desta se desenvolvam a capacidade de distanciamento crítico da realidade e a potencialidade para autodeterminação e ação autônomas pelos mesmos. Referendamos a categoria ruptura molecular como um espaço sócio-político do qual grupos ou segmentos sociais podem fazer parte, conscientemente, como protagonistas do traçado da história. Portanto, o processo de elevação não se limita a grandes lutas ou movimentos sociais, mas se expressa nas mais diversas instâncias moleculares da vida social.

Com esse delineamento chegamos à prática do Serviço Social junto aos Programas de Capacitação para Gestores da Política de Assistência Social no Estado do Paraná, como horizonte de pesquisa e como espaço possível de reconstrução e multiplicação de referenciais teórico-críticos trabalhados pelo Serviço Social junto aos conselheiros municipais.

Não poderíamos responder com formulações prontas, nem traçar caminhos ideais, mas buscar na concretude de uma prática profissional indicações para a direção emancipatória, pois é na prática que o homem demonstra a sua teleologia, seus valores, seus fundamentos e se pode avaliar o alcance da mesma. Por essa razão procuramos conhecer uma prática emancipatória no âmbito do Serviço Social e entender como os profissionais têm enfrentado o desafio histórico da emancipação

social, uma vez que a tem como um dos princípios fundamentais do seu Código de Ética.

A reconstrução do objeto - a prática do Serviço Social junto aos Programas de Capacitação para Conselheiros de Assistência Social - através da análise dos depoimentos dos sujeitos envolvidos diretamente nas capacitações, à luz de um referencial crítico – oportunizou confirmar a hipótese de que mesmo diante de um contexto adverso é possível o Serviço Social desenvolver práticas emancipatórias, potencializando rupturas moleculares no seu âmbito de ação.

Há que se ressaltar a complexidade deste objeto de estudo, pois tivemos que compreender a Modernidade (palco histórico da emancipação), entender a emancipação (enquanto movimento e construção social) apesar destes não serem o objeto específico da tese. Assim como, não era objeto de pesquisa a avaliação direta do programa no qual a prática do Serviço Social se desenvolveu. Mas, a análise da potencialidade da prática do Serviço Social em produzir rupturas moleculares emancipatórias no âmbito dos programas de capacitação, a qual, por sua vez, é determinada pelos elementos anteriores. Por conseguinte, não poderíamos nos esquivar de tratá-los neste estudo.

O objeto também é complexo por referir-se a análise da história em curso, resgatada através de depoimentos dos sujeitos que constroem esta história, não com a intenção de analisar os seus discursos, mas o conteúdo das falas que acabam caracterizando e demarcando o objeto específico de pesquisa, portanto cabe o destaque para o papel preponderante que tiveram nessa tese.

A análise da prática do Serviço Social foi orientada pelas categorias modernas Emancipação Social – Democracia – Racionalidade Crítica - Rupturas Moleculares e Prática Profissional, as quais, no processo de análise, foram ganhando novas categorias agregadas como conhecimento crítico, autonomia e liberdade, compondo assim, uma teia articulada e interdependente com as partes e determinado pelo todo. Ou seja, uma experiência profissional nos mostrou como as várias implicações econômico-culturais, políticas, ideológicas e conjunturais se expressam numa particularidade, numa molécula. Como um corpo vivo, que organicamente, naquela molécula, possui os genes da totalidade viva, porém, não

homogênea, nem equilibrada, mas em luta, enfrentando os desafios de ser uma molécula pulsante nesta totalidade.

A confirmação da hipótese se deu a partir da análise das categorias analíticas norteadoras da tese, Emancipação Social, Rupturas Moleculares e Prática Profissional, as quais foram congruentes com as categorias que se expressaram na pesquisa de campo. Aspecto que aproxima a perspectiva teórica de análise da pesquisa sobre emancipação social e práticas do Serviço Social com a perspectiva da prática realizada pelos assistentes sociais, indicando que ambas correspondem a um mesmo segmento da profissão, ou seja, vinculam-se ao mesmo projeto ético-político. Essa congruência foi traduzida nas seguintes categorias de análise²⁸⁰: Compromisso e Articulação – Valores e Fundamentos Modernos – Prática Educativa – Rupturas Moleculares e Uma prática emancipatória no âmbito do Serviço Social. Para proceder à análise procuramos separá-las didaticamente em itens, porém os conteúdos foram por vezes muito próximos, o que facilitou a apresentação conjunta de alguns depoimentos, que em síntese representavam a mesma posição. Esse achado de pesquisa demonstra a articulação e comunhão de objetivos enunciados pelos profissionais desde a proposição até a realização dos programas. Assim como, se destacou na fala dos sujeitos a forma positiva com que a prática se desenvolveu, pois havia uma clareza de propósitos e de direção social no sentido de cumprir com a capacitação dos conselheiros, o que não quer dizer que esteve imune das interpéries institucionais comuns à prática do Serviço Social, mas que estas não incidiram de forma a impedir a construção de uma relação ético-profissional entre os sujeitos da ação direta de capacitação.

A proximidade dos conteúdos nos depoimentos pode ser exemplificada através do destaque por todos os profissionais do projeto ético-político e a formação profissional como definidores da prática das assistentes sociais nas capacitações. Esse é um elemento que se destacou na pesquisa e também é uma constante nas publicações do Serviço Social na década de noventa em diante: o chamamento ao desafio da tomada de posição ético-política pelos profissionais, que se revele contra

²⁸⁰ Para a análise dos dados relacionados diretamente ao objeto de pesquisa foram de fundamental importância os autores-referenciais da profissão, como por exemplo: Netto, Barroco, Yazbek, Yamamoto, Coutinho, Simionato. E autores – da tradição gramsciana brasileira, como por exemplo Nogueira e Semeraro (Coutinho e Simionato também se enquadram nesta característica) , além da presença decisiva de Gramsci em seus Cadernos do Cárcere.

os processos de alienação vinculados à lógica pós-moderna, os quais bem sabemos, repercutem nas diversas políticas sociais, em especial na Assistência Social, na qual desembocam as maiores seqüelas destes processos. Razão pela qual, a necessidade de uma formação profissional que nos faça avançar na consolidação e implementação do projeto ético-político. Esse, por sua vez, nos impulsiona a enfrentar os desafios impostos à prática profissional, conforme enunciado por vezes pelas assistentes sociais entrevistadas e por IAMAMOTO (2000) quando afirma que o Serviço Social possui condições potenciais privilegiadas, pela proximidade com as classes subalternas e pela formação profissional - para viabilizar condições dos assistentes sociais serem sensíveis à criação de uma nova cultura pública democrática, contrapondo-se ao culto ao individualismo, à linguagem do mercado, ao 'ethos' da pós-modernidade.

Realmente a formação profissional é um dos diferenciais do Serviço Social – que possui a visão crítica do contexto social – aspecto destacado pelos conselheiros: *“é uma visão mais profunda (...) mais abrangente da realidade. Percebe pontos de vista do cotidiano que a gente às vezes não vê.”* e pelos assistentes sociais: *“não quero dizer que só assistente social seja capaz, mas a nossa (profissão) tem esse perfil – instrumentalizado pela formação...”* Ou quando no nível molecular-cotidiano de sua prática, os assistentes sociais, expressam elementos de sua formação e compromisso ético-político se propondo a enfrentar a fragmentação e o individualismo das políticas sociais, através: da articulação entre os profissionais em nível de Estado; da articulação dos conteúdos trabalhados; da articulação dos diferentes conselhos gestores nas capacitações; da orientação e incentivo à articulação dos mesmos no espaço do município onde estão inseridos, inclusive com a elaboração de diagnósticos municipais e planejamento integrado dos diferentes conselhos, estabelecendo prioridades de ação nos municípios: *“ver que não é cada um puxar para o seu lado”* (capacitação de 2004) E neste exercício educativo e político, potencializado pela sua formação, construir alianças e consensos para a nova perspectiva de Política Pública de Assistência Social.

A expressão freqüente do projeto ético-político pelos profissionais reforçou o caráter político da profissão e o quanto os valores apreendidos pelo mesmo devem ser orientadores da prática profissional. Há uma absorção por parte dos profissionais

de valores crítico-modernos, como a democracia, a liberdade, a autonomia, a emancipação – constitutivos do Código de Ética Profissional - que são objetivados, segundo os depoimentos, num movimento de interiorização e exteriorização dos mesmos na prática realizada: *“na maneira como foram trabalhadas as categorias (...) no programa (...) nas diretrizes (...) nos objetivos de cada disciplina (...) na articulação dos conteúdos e nos conteúdos (...) um eixo comum para o Estado todo...”*

A referência, pelos profissionais, aos valores crítico-modernos foi fundamental para compreender o caráter contraditório que a pseudo-modernidade lhes instituiu e para buscar nos mesmos valores – sem necessariamente criar valores extraordinariamente novos (como diria Gramsci) – a demonstração da capacidade emancipatória que possuem e que precisam ser exercitados nas instâncias moleculares das práticas de diferentes profissões, concebidas como dimensões da práxis social.

Um desses valores é o exercício da democracia que, numa de suas dimensões de base, situa-se no âmbito dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e que ainda tem desafios a vencer, como por exemplo, a indicação pelos conselheiros de seu des-conhecimento sobre o papel do Conselho Municipal quando do seu ingresso no mesmo. Para enfrentar esse desafio não é preciso criar um novo tipo de democracia, mas potencializar a democracia participativa já constituída legalmente através da descentralização da gestão das Políticas Públicas. Essa potencialização está sendo ensaiada, em especial para a pesquisa em questão, através das capacitações que intentam ampliar o conhecimento crítico sobre Políticas Públicas e formas democráticas de gestão: pelo incentivo à participação social, a socialização da política e do poder, a ocupação consciente e ativa de posições nos espaços públicos.

Ter essa perspectiva representa remar contra a corrente. Aqui, a concepção de hegemonia em Gramsci, nos instrumentaliza para manter em frente essa posição, quando nos leva a compreender que, se a vontade geral que a sustenta, não estiver intelectual e moralmente elevada, não haverá ressonância consciente para a refiguração da mesma. Hegemonia é direção intelectual e moral, capacidade de dirigir uma comunidade, um grupo, não enquanto coerção. “Hegemonia é consenso,

traduzo consenso dessa maneira: como um entendimento coletivo, uma visão de mundo compartilhada.” (NOGUEIRA, 2004)

Esse aspecto se expressa na prática das capacitações quando os assistentes sociais afirmam que os encontros de capacitação tinham como objetivo “*capilarizar a LOAS*”, ou seja socializar e difundir o conhecimento sobre a nova lei – para reconstruir consensos em torno de um entendimento coletivo. Nesse processo “...*nós tínhamos uma direção política clara dando este sentido...*” de compor uma visão compartilhada de Assistência Social.

Para edificar uma visão de mundo e / ou de Assistência Social compartilhada, no campo dos programas de capacitação para conselheiros gestores, evidenciou-se, além do caráter político, o caráter educativo da prática do Serviço Social, que pôde corresponder à formulação de uma nova cultura democrática sobre a concepção de Assistência Social (respaldado pelas legislações afins). Nesse sentido, o Serviço Social orientou – através de uma relação pedagógica junto aos conselheiros - o aprendizado de um novo exercício da atividade pública, desvelando os obstáculos que se amontoaram no caminho da emancipação: pela potencialização da compreensão crítica da realidade e do fomento ao protagonismo dos Conselheiros Municipais de Assistência Social, como demonstraram os depoimentos dos conselheiros e assistentes sociais entrevistados.

Nessa dimensão a importância da prática educativa do Serviço Social na reconstrução e multiplicação de referenciais teórico-críticos junto aos conselheiros municipais que gestam políticas públicas: “... *a profissão pode estar influenciando o Estado inteiro com os valores que ela difunde*” para que exercitem a Política com P maiúsculo como dizem BAUMAN (2001) e NOGUEIRA (2004). E, não apenas a reprodução de velhos esquemas de gestão, mas que o exercício político-público tenha potência emancipatória, portanto democrática e coletiva.

Na instância molecular da prática profissional junto aos conselheiros, se expressa um momento de incentivo à criação de uma nova cultura. A elevação da consciência crítica e o fomento ao protagonismo social – consideradas **rupturas moleculares emancipatórias** – representam um **impacto processual** desencadeado pela prática do Serviço Social nas capacitações, constituindo-se numa molécula na totalidade contraditória da sociedade capitalista. Logo, não há

como afirmar que os conselheiros tornaram-se diretamente emancipados ou produziram diretamente ações emancipatórias em seus municípios pela prática profissional do Serviço Social, pois este impacto é parte de todo um movimento político-social, constituído através de uma construção progressiva. O Serviço Social pode ser considerado como um potencializador molecular desta construção coletiva, a qual extrapola a dimensão da profissão. Segundo NOGUEIRA (2004), a “emancipação pressupõe um processo coletivo (...) pressupõe a superação do corporativismo (...) superação progressiva de patamares de entendimentos coletivos, de patamares de cultura.” O que foi confirmado unanimemente pelas assistentes sociais entrevistadas quanto ao alcance da capacitação e a sua relação com a práxis social mais ampla. A capacitação é um “... instrumento nessa direção (...) no sentido de estar influenciando esse processo emancipatório (...) Até porque ela não é luta de uma categoria (...) mas sim, movimento de classe.”

Podemos afirmar que o Serviço Social contemporâneo – neste caso o Serviço Social no Paraná através das capacitações – potencializou molecularmente a criação de uma nova cultura, comprometido com seu projeto ético-político e reforçando a nova face da profissão. Fazemos essa afirmativa com base nos dados coletados, que mostraram o tipo de conhecimento veiculado; os conteúdos e valores trabalhados; os procedimentos metodológicos adotados; e em especial, os resultados moleculares alcançados junto aos conselheiros. A composição desses elementos nos faz acreditar que a prática desenvolvida ampliou espaços de democracia, na base em que ocorreu a intervenção profissional, fazendo avançar perspectivas emancipatórias e não, o seu oposto, perspectivas de “sujeição consentida”, como diria FERNANDES (1975)

... todos os cidadãos, e entre eles especialmente os intelectuais, precisam ter uma clara e firme noção daquilo por que lutam, como condição mesma de sua segurança e de sua confiança nos critérios de opção ou de atuação social escolhidos. A questão não está em só ‘ficar em paz com a consciência’ ou em ‘não fazer o jogo do adversário’. Há algo mais, essencial, que consiste na capacidade de perceber e de tentar por em prática aquilo que precisa ser feito para que o estilo democrático de vida não se corrompa, transformando-se no seu oposto, a sujeição consentida de uma maioria fraca a uma maioria prepotente. (FERNANDES, 1975, p.166)

Nas palavras de Fernandes encontramos um reforço na posição defendida nessa tese, a de 'tentar por em prática aquilo que precisa ser feito', aproveitando as **potencialidades** existentes no real, nos protagonistas sociais e na prática profissional, e, através destas fazer avançar o estilo de vida democrático. Continua o autor dizendo que, o intelectual não é melhor nem pior que outros seres humanos e que também não é mais livre que eles do "influxo dos interesses e da ideologia", porém tem a capacidade para discernir melhor as razões e as conseqüências de suas opções.

Gramsci faz críticas a concepção de intelectual autônomo, ou seja, desvinculado da atividade das classes sociais, pois o intelectual não se basta em si mesmo, nem deriva mudanças ou transformações por si só, mas ao lado de uma classe social. Esse aspecto foi lembrado pelas assistentes sociais quando se referiram ao Código de Ética Profissional e aos seus princípios fundamentais, entre eles " *a necessidade de fortalecer a luta da classe trabalhadora ...*" Conforme assinalado há pouco, a tarefa pela emancipação social é uma tarefa coletiva de articulação de segmentos de classe, movimentos, organizações, categorias que tenham vocação emancipatória, como colocado por LÖWY (2000), este empreendimento é responsabilidade da própria classe, como uma auto-emancipação.

A recorrência à perspectiva gramsciana e aos valores ético-políticos trabalhados pelo autor: como a participação social, o exercício e a socialização da política, a busca do consenso ativo, a elevação intelectual e moral para a construção da contra-hegemonia, é um desafio intelectual prazeroso, pois o seu retorno sempre traz perspectivas teórico-práticas que podem ser aplicadas à nossa profissão. A proximidade destes com o projeto ético-político do Serviço Social, expresso nos depoimentos das assistentes sociais, nos faz inferir que a intenção profissional em imprimir uma direção social emancipatória foi objetivada na prática "*comprometida e articulada*" dos profissionais nas capacitações. A referência da prática aos valores crítico-modernos fez a diferença e caracterizou a dimensão desta prática como emancipatória, pois contribuiu para a ruptura molecular de concepções conservadoras de Assistência Social, oportunizou a autonomia dos conselheiros em

optar pelas prioridades no diagnóstico do seu município, ampliou perspectivas de ação, de alianças e consensos entre partes integrantes da política municipal.

Para termos a dimensão quanti-qualitativa dessa repercussão, lembremo-nos do período em que vem sendo desenvolvidas ações de capacitação pelo Serviço Social - pós LOAS - em especial 2000 – 2004 e o nível de abrangência estadual dos programas, isto é, um amplo espaço territorial e um período de tempo relativamente pequeno para imprimir e apreender novas perspectivas culturais e políticas diante de séculos de dominação hegemônica; mas que tem indícios de avanços moleculares contra-hegemônicos concretos, inclusive identificados nesta pesquisa.

Dessa forma, consideramos que a consagração de práticas emancipatórias pelos assistentes sociais, aqui tidos como intelectuais, não seja uma situação resolvida, mas um processo em construção, diante das implicações de uma sociedade capitalista tardia e das várias faces da pós-modernidade que as cerceiam.

Considerada, então, como uma prática comprometida com valores emancipatórios – a prática do Serviço Social junto aos Programas de Capacitação para Conselheiros Gestores de Políticas Públicas no Estado do Paraná, resultante da nova face da profissão, sintonizada com o seu projeto ético-político – mereceu ser tomada como campo e objeto de pesquisa nesse espaço acadêmico. A sistematização da prática e a socialização dos seus resultados, em diferentes contextos em que se realizou,²⁸¹ se deu através dos seus indicadores, valores crítico-modernos, procedimentos e resultados moleculares.

Em especial, o estudo ganha visibilidade diante de um cenário onde os valores e práticas emancipatórias estão sendo renegados pelas nuances pós-modernas e substituídas por novas racionalidades instrumentais: como a cultura do medo, da insegurança, do descrédito à política, às leis, à ética, “... esse momento é facilitador de posicionamentos conservadores...” (BARROCO, 2003, p.179)

²⁸¹ A experiência desenvolvida no Paraná contribuiu para visualizar possibilidades concretas de práticas que remam contra a corrente hegemônica. Inclusive há que se registrar ainda a repercussão desta no cenário nacional quando apresentada na Oficina Nacional para Construção da Política Nacional de Capacitação para a Assistência Social, realizada nos dias 26 e 27 de novembro de 2004 – Mesa – Papel da Esfera Estadual na Política de Capacitação da Assistência Social, juntamente com os Estados de Pernambuco, Espírito Santo e Rio de Janeiro – numa promoção da Secretaria Nacional de Assistência Social. Da oficina resultou a sistematização de proposta de Política Nacional de Capacitação para a Assistência Social, a ser colocada em prática na gestão federal em vigor. A ênfase das capacitações para o ano de 2005 será a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

No âmbito da ação profissional não podemos deixar retroceder avanços já conquistados, e por esse caminho é que designamos os valores e as práticas que tomam o rumo nessa direção como rupturas moleculares emancipatórias que, teleologicamente, ultrapassam a imediatividade cotidiana da ação profissional e fomentam a elevação de uma consciência crítica que seja capaz de romper molecularmente com os mecanismos da razão instrumental, a qual colide com a razão crítica – fundamento da emancipação social, conforme já enunciado na concepção de emancipação social formulada na presente tese.

Nesse sentido, reiteramos a posição de que o Serviço Social, através de sua prática cotidiana, tem um **potencial** – tanto enunciado pelas assistentes sociais, como pelos conselheiros capacitados, como pelos autores-referenciais na profissão – respaldada pela legislação afeta à Assistência Social / LOAS e pela Constituição Federal (apesar da tensão entre a instituição e a concretização dos direitos humano-sociais), para fomentar práticas de gestão de políticas públicas democráticas, que compreende o espaço de interesses conflitantes onde está situada, mas também oportuniza pedagogicamente a potencialização e o fortalecimento dos sujeitos sociais em reconstruir e multiplicar os conteúdos apreendidos quando da relação estabelecida com o Serviço Social.

IAMAMOTO (2002), nos alerta para o desafio de fazer avançar essa perspectiva na profissão, tornando-se “... fundamental estimular inserções sociais que contenham **potencialidades** de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública” (p. 33) (grifo nosso). Sendo assim, entendemos que o espaço das capacitações se constitui em solo fértil para o Serviço Social desenvolver práticas educativo-emancipatórias que potencializam molecular e processualmente o estímulo à inserção de sujeitos sociais - conselheiros municipais – resultando efeitos de socialização do conhecimento / “verdades já descobertas” para construção de “ações vitais”, de novos consensos de gestão de políticas públicas e para a construção de uma nova cultura. Portanto, um espaço possível de ampliação da democracia e da esfera pública de luta por direitos sociais, como alternativa real e concreta, para emancipação de uma dada condição subalterna para outra superior. Que seja apropriada, consciente e eticamente, por segmentos populares “a partir de

baixo” como um processo de construção pela contra-hegemonia. *“No Paraná a gente está conseguindo ocupar os espaços e propor uma prática (...) mais qualificada e consciente aos conselhos...”*

Finalmente, podemos reafirmar que existe uma razão emancipatória e ética que move a profissão e a sociedade contemporânea – latente ou pouco manifesta - não acima dos homens, mas como conquista, como produto de suas lutas sociais moleculares e cotidianas, tecidas num cenário histórico no qual as práticas profissionais e sociais se entrecruzam na própria práxis social. “Uma orquestra que ensaia, cada instrumento por conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia; porém estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um ‘instrumento’ só.”(GRAMSCI, 1989, p. 178)

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. A questão pedagógica e a hegemonia das classes subalternas – aportes da análise gramsciana. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, nº 51, p 61 -74, 1996.

_____. Serviço Social e a Organização da Cultura: um estudo sobre a função pedagógica do assistente social. **Tese de doutorado** em Serviço Social. São Paulo - PUC, 2001.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, nº 79, p 43 -71, 2004.

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, nº 79, p 72 – 81, 2004.

AGGIO, Alberto (org). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo : UNESP, 1998.

ANTUNES, R. Adeus aos Trabalho? São Paulo : Cortez, 1995.

BAPTISTA, M.V. A ação profissional no cotidiano in **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. São Paulo : Cortez, 1995.

_____. Prática Social / Prática Profissional: a natureza reificada das relações profissionais. In **Investigação em Serviço Social** . Lisboa – São Paulo : Veras Editora, 2001.

BARROCO, M. L.S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2ªed. São Paulo : Cortez, 2003.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, Módulo 2 ,1999.

BATTINI, O e SILVEIRA, J.I. A Assistência Social no Paraná: marcos e modos. In **O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social: história, significado e instrumentalização** – Curitiba : CIPEC – CPIHTS, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, N. Matteucci, N e Pasquino, G. **Dicionário de Política**. 6ª ed. Brasília: UNB, 1994.

BORÓN. A. A sociedade Civil depois do dilúvio neoliberal. In SADER, E., GENTILI, P **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo : Paz e Terra, 1995.

BOTTOMORE. T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1988.

BOTTOMORE, T. OUTHWAITE, W. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed, 1996.

CAMPIONE, D. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p 51 - 66, 2003.

CARDOSO, F. G. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo : Cortez, 1995.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**, 4ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica ao salário**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência : aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1986.

_____. **Convite a Filosofia**. 12ª ed. São Paulo : Editora Ática, 1999.

_____. Ideologia Neoliberal e Universidade in OLIVEIRA, F, PAOLI, M.C. **Os sentidos da Democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2ª ed. Petrópolis : Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

_____. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 3ª ed. São Paulo : Perseu Abramo, 2001.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

COSTA, M. C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo : Moderna, 1987.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1972.

_____. **Socialismo e Democracia**. São Paulo : Cortez, 1992.

_____. Socialismo e Democracia: a atualidade de Gramsci In AGGIO, A. (org) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo : Editora UNESP, p. 15 -36, 1998.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 2ªed. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.

_____. O conceito de política nos Cadernos do cárcere. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p 67 - 82, 2003.

DEGENNSZAJH, R.R. Organização e gestão de Políticas Sociais no Brasil in **Capacitação em Serviço Social : Módulo 3** – Brasília :UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, 1999.

DEMO, P. **Cidadania Pequena: fragilidades e desafios do associativismo no Brasil**. Campinas : SP: Autores associados, 2001

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 7ªed. Rio de Janeiro : Editora Guanabara, 1987.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1975.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 3ªed. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

_____. **O desafio Educacional**. São Paulo : Autores Associados, 1989.

_____. (org) **Marx – Engels**. 3ª ed. São Paulo : Ática, 2001

FREDERICO, C. **O Jovem Marx: as origens da ontologia do ser social**. São Paulo : 1995

FREITAG, B. **Teoria Crítica: ontem e hoje**. São Paulo : Brasiliense, 1990.

GRAMSCI, A. **Literatura e Vida Nacional**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968.

_____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989

_____. **Concepção dialética da História.** 9^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** 9^a ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do Cárcere.** 2^a ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Vol I, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere..** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Vol 2, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere..** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Vol 4, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere..** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Vol 6, 2002.

GOLDMANN, L. **Dialética e Cultura.** 2^a ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** 4^a ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.

GRZYBOWSKI, C. Sim, um outro mundo é possível. In CATTANI, A D. (org) **Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor.** Porto Alegre/Petrópolis: Editora da Universidade/ UFRGS/ Voes/Unitrabalho/Corag/Veraz Comunicação, 2001.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo : Ed Brasiliense, 1985.

GUERRA, Y. **a Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo : Cortez, 1995.

_____. Ensino da prática em Serviço Social: subsídios para uma reflexão. In Temporalis. Brasília : ABEPSS, Valci, 2000.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse.** Rio de Janeiro : ZAHAR Editores, 1982.

_____. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** 2^a ed Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1998.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna** 5^a ed. São Paulo : Edições Loyola, 1992.

HELLER, A . **O Cotidiano e a História.** 3^a ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

_____ e FEHÉR, F. O pêndulo da modernidade. **Revista Tempo Social** Ver. Sociologia USP. São Paulo, 6: p. 47-82, 1995.

HOBSBAWM, E.J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa.** São Paulo : Companhia da Letras, 1996

_____. **A era das revoluções: Europa 1789 – 1848.** 15ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2001.

IAMAMOTO, M. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 7ªed. São Paulo : Cortez, CELATS, 1990. (1ªedição data de 1982)

_____. **Renovação e Conservadorismo: trabalho no Serviço Social.** São Paulo : Cortes, 1992.

_____. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, Módulo 1 ,1999.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3ªed. São Paulo : Cortez, 2000.

_____. A Questão Social no Capitalismo. In **Revista Temporalis.** Brasília : ABEPSS, Grafile, Ano 2, n.3, jan/jul, 2001.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In Em questão: **Atribuições privativas do (a) Assistente Social.** Brasília : ABEPSS, 2002.

IANNI, O. **Dialética e Capitalismo. Ensaio sobre o pensamento de Marx.** 3ª ed. Petrópolis, PJ, Vozes, 1985

JAMESON, F. **Pós Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio.** 2ª ed. São Paulo : Ática, 1997.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Imago,1981.

KAMEYANA, N. Concepção de Teoria e Metodologia. In A Metodologia do Serviço Social. **Cadernos ABESS.** São Paulo : Cortez, nº 3, 1989.

KANOUSI, D. Maquiavel nos Cadernos do Cárcere. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p.159 – 200, 2003.

KEBIR, S. Revolução-restauração e revolução passiva: conceitos da história universal In **Ler Gramsci: entender a realidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003

KONDER, L. **Marx: vida e obra.** São Paulo, 1998 (dados incom.)

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** 5ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

LANDIM, L. **Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro : 1998.

LEITE, J. C. **Ação política e emancipação humana no pensamento socialista.** São Paulo, 1998. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, PUC.

LENK, H. **Razão Pragmática: a filosofia entre a ciência e a práxis.** Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.

LÖWY. M. **Marxismo, modernidade e Utopia.** São Paulo Xamã, 2000.

LUIZ, D.E.C. A organicidade da Sociedade Civil pontagrossense. São Paulo, 1997. **Dissertação de Mestrado** – Programa de estudos Pós-graduados em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LYOTARD, J.F. **A condição pós-moderna.** 6ªed. Rio de Janeiro : José Olimpio, 2000.

MANACORDA, M. **O princípio Educativo em Gramsci.** Porto Alegre : Artes Médicas, 1990

MARQUES, M. O. **Conhecimento e modernidade em reconstrução.** Ijuí : Ed.UNIJUÍ, 1993.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação.** São Paulo : Cortez, 1989.

_____. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo : PUCSP, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, Programa de Estudos Pós – Graduados em Serviço Social, p 11 – 20, 1995.

MARTINS, J. S. **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, K **A questão judaica.** Editora Moraes s/d. (dados incom.)²⁸²

_____. **A Ideologia Alemã.** 2ª ed. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1979.

_____. Introdução à Crítica da Economia Política in **Contribuição à Crítica da Economia Política.** 2ª ed. São Paulo : Martins Fontes, p.199 –226, 1983

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política – O processo de Produção do Capital.** 12ªed. Livro Primeiro. Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil, 1988.

MELLO, A. F. **Mundialização e política em Gramsci.** 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época, vol.58)

²⁸² Nesta referencia encontra-se inclusa a "Introdução à Critica da Filosofia do Direito de Hegel". – p. 103 – 127.

MERCADANTE, P. **A Consciência Conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira** Rio de Janeiro : Saga, 1965.

MIZUKAMI, M. G. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo : EPU, 1986

MONAL, I. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p.159 – 200, 2003.

MONTANO, C. **Terceiro Setor: crítica ao padrão de intervenção social.** 2ª ed. São Paulo : Cortez, 2003.

MOTA, C.G. **A revolução Francesa – 1789 / 1799.** São Paulo : Atica, 1989

MURGE, A M. et all Planejamento Financeiro da Política Pública de Assistência Social In **Planejamento Técnico e Financeiro da Política Pública de Assistência Social.** Curitiba : Programa de Capacitação para Conselheiros de Assistência Social, 2002.

NASCIMENTO. M. Rousseau: da servidão à liberdade. In WEFFORT, F. **Os clássicos da Política.** 13ªed. São Paulo : Ática, 2004.

NETTO, J.P. **Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política.** Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo : Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo : Cortez, 1992.

_____. A controvérsia paradigmática nas ciências sociais in **Cadernos ABESS.** São Paulo : Cortez, nº 5, p. 7 – 16, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo : Cortez, nº 50, p 87 – 132, 1996.

_____. O Marx de Sousa Santos: uma nota polêmica in **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social** Rio de Janeiro : UFRJ, vol.1 – nº 1, - p123 – 143, 1ºsemestre de 1997

_____. A construção do Projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In Capacitação em serviço social e política social: Modulo 1: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social.** Brasília : CEAD, 1999.

NICOLAU, M. C. Formação e fazer profissional do assistente social: trabalho e representações sociais. In **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo : Cortez, nº 79, p 82 - 107, 2004.

NOGARE, P.D. **Humanismos e anti-humanismos- introdução à antropologia filosófica**. 6ª ed. Petrópolis : Vozes, 1981

NOGUEIRA, M. A. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In AGGIO, A. (org) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo : Editora UNESP, 1998.

_____. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p. 215 - 234, 2003.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo : Cortez, 2004.

_____. (2004) **Entrevista concedida a Danuta E. C. Luiz**. Ponta Grossa, 17 ag. 2004.

NOSELLA, P. O trabalho como princípio educativo em Gramsci. In SILVA, T. T.(org) **Trabalho, Educação e Prática Social**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991. p.134 - 162

OLIVEIRA. F. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

_____. **Estado, Sociedade, Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Limiar do século XXI**. Texto dig. 1994.

_____. A Questão do Estado. **Cadernos da Abong**. São Paulo, junho de 1995.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e Sociabilidade**. 2ªed. São Paulo : Loyola, 1996.

PEIXOTO, M. G. **A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia**. São Paulo : EDUC,1998.

PIRES. S. R. Serviço Social: função educativa e abordagem individual. **Tese de doutorado** em Serviço Social. São Paulo - PUC, 2003.

RAICHELIS, R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática**. São Paulo : Cortez, 1998.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mal estar na modernidade**. São Paulo : Companhia da Letras, 1993.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

SADER, E., GENTILI, P **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo : Paz e Terra, 1995.

_____. **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia.** 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Século XX: uma biografia não-autorizada.** São Paulo : Fundação Perseu Abrama, 1996.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na pós-modernidade.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A crítica da razão indolente : Contra o desperdício da experiência.** São Paulo : Cortez 2000.

_____a (org) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 2002a (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos)

_____b (org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos).

SEMERARO, G. O marxismo de Gramsci. In **A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações.** São Paulo : Xamã, 2000

_____. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** 2ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

_____. Tornar-se dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.

SEVERINO, A J. **Filosofia.** São Paulo : Cortez, 1994.

_____. A divisão do trabalho na contemporaneidade: aspectos sócio-econômico-culturais. **Texto digitado** (2001).

SILVA. M O S. **Avaliação de Política e Programas Sociais: teoria e prática.** São Paulo : Veras Editora, 2001.

SIMIONATO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In AGGIO, Alberto. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento.** São Paulo: UNESP, 1998.

_____. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social 2 ed. Florianópolis : Ed. Da UFSC; São Paulo : Cortez, 1999.

_____. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In COUTINHO, C.N. e TEIXEIRA, A.P.(org). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p 275 -289, 2003.

SPOSATI, A. Conjuntura da Assistência Social Brasileira. **Cadernos Abong**, São Paulo: Abong São Paulo. N. 19. Série Especial. Subsídios às Conferências de Assistência Social, 1997.

SZACKI, J. **As utopias ou a Felicidade Imaginada**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1972.

TELLES, V. No Fio da Navalha: entre carências e direitos. **Revista Pólis** n.30, São Paulo : Publicações Pólis, 1998.

TONET, I. Ética e Capitalismo in **Presença Ética – Ética, Política e Emancipação Humana**. Revista Anual do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética-GEPE/ Pos Graduação em Serviço Social da UFPE. Recife : Unipress, Ano II – nº 2 – nov, 2002.

Universidade Federal do Paraná. **Normas para apresentação de Documentos Científicos**. Curitiba : Editora UFPR, 2000.

VÁZQUEZ, A. S. **A Filosofia da Práxis**. 3º ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986.

_____. **Entre a Realidade e a Utopia: ensaios sobre política, moral e socialismo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001.

YASBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. São Paulo Cortez. 1993.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade In **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada à Distância, Módulo 4, 2000.

_____. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Revista Temporalis**. Brasília:ABEPSS,Grafile, Ano 2, n.3, p.33 – 40, 2001.

_____. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, Ano XXV, nº 77, 11 - 29, 2004. (a)

_____. Anotações de sala de aula da Atividade Programada: Significado Social da Intervenção Profissional na Contemporaneidade. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social - PUC-SP, nov. 2004 (b)

WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao Neoliberalismo: argumentos para uma nova esquerda**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Ed., 1998.

WANDERLEY, L.E. Os sujeitos sociais em questão. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, Ano XIII, nº 40, 141 – 156, 1992.

_____. Conjuntura: desafios e perspectivas. . In **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo : Cortez, nº 66 p 5 – 33, 2001.

Z Aidan Filho, M. **A crise da razão histórica**. Campinas : Papirus, 1989.

ANEXO

[Clique aqui, para ver os anexos](#)